



Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

A perspectiva das cidades saudáveis nos programas eleitorais das eleições autárquicas de Setembro de 2013

Autor: Bruno de Noronha Gomes

Orientador: Professora Patrícia Jardim da Palma

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Políticas de Desenvolvimento dos Recursos Humanos

Lisboa
2015

VALORIZAMOS PESSOAS



**Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas**
UNIVERSIDADE DE LISBOA



Dissertação

**A perspectiva das cidades saudáveis nos programas eleitorais das eleições
autárquicas de Setembro de 2013**

Aluno: Bruno de Noronha Gomes

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade de Lisboa

Orientador: Patrícia Jardim da Palma

Curso: mestrado em Políticas de Desenvolvimento dos Recursos Humanos

VALORIZAMOS PESSOAS

WWW.ISCSP.ULISBOA.PT



Dissertação

**A perspectiva das cidades saudáveis nos programas eleitorais das eleições
autárquicas de Setembro de 2013**

Aluno: Bruno de Noronha Gomes

Orientador: Patrícia Jardim da Palma

Curso: mestrado em Políticas de Desenvolvimento dos Recursos Humanos

Setembro 2015



Índice

Índice de figuras	5
Índice de tabelas	5
Lista de abreviaturas	6
Introdução	7
1. Enquadramento teórico.....	10
1.1. As cidades saudáveis	10
1.2. O capital humano e o capital social	17
1.3. Determinantes sociais da saúde	20
1.4. Metodologias de avaliação da qualidade de vida nas cidades	27
1.5. Enquadramento legal das autarquias.....	30
2. Metodologia.....	36
2.1. Desenho	36
2.2. Técnica de Análise dos dados	38
2.3. Técnica de Recolha de dados.....	39
2.4. Procedimento	44
3. Resultados.....	47
4. Conclusões.....	61
Bibliografia.....	69
Anexos.....	80
Anexo 1	81
Anexo 2.....	85
Anexo 3.....	87
Anexo 4.....	89
Anexo 5.....	95
Anexo 6.....	98
Anexo 7.....	100
Anexo 8.....	102
Anexo 9.....	104
Anexo 10.....	106
Anexo 11.....	110
Anexo 12.....	112



Anexo 13.....	117
Anexo 14.....	121
Anexo 15.....	128
Anexo 16.....	136
Anexo 17.....	141
Anexo 18.....	146
Anexo 19.....	152
Anexo 20.....	157
Anexo 21.....	162
Anexo 22.....	167
Anexo 23.....	178
Anexo 24.....	185
Anexo 25.....	190
Anexo 26.....	197
Anexo 27.....	201
Anexo 28.....	207
Anexo 29.....	212
Anexo 30.....	217
Anexo 31.....	223
Anexo 32.....	228
Anexo 33.....	233
Anexo 34.....	238
Anexo 35.....	242
Anexo 36.....	247
Anexo 37.....	253
Anexo 38.....	258
Anexo 39.....	264
Anexo 40.....	272
Anexo 41.....	278
Anexo 42.....	290
Anexo 43.....	298
Anexo 44.....	303
Anexo 45.....	308



Anexo 46.....	316
Anexo 47.....	327
Anexo 48.....	332
Anexo 49.....	337
Anexo 50.....	346
Anexo 51.....	355
Anexo 52.....	365
Anexo 53.....	374
Anexo 54.....	380
Anexo 55.....	385
Anexo 56.....	390
Anexo 57.....	395
Anexo 58.....	401
Anexo 59.....	406
Anexo 60.....	413
Anexo 61.....	418



Índice de figuras

Figura 1.....	14
Figura 2.....	423

Índice de tabelas

Tabela 1.....	13
Tabela 2.....	44
Tabela 3.....	44
Tabela 4.....	45
Tabela 5.....	47
Tabela 6.....	49
Tabela 7.....	52
Tabela 8.....	53
Tabela 9.....	57



Lista de abreviaturas

OMS – Organização Mundial de Saúde

PDCS – plano de desenvolvimento de uma cidade saudável

OCDE – organização para a cooperação e desenvolvimento económico

IBE – índice de bem-estar

EPE – entidade pública empresarial

INE – Instituto Nacional de Estatística

CMs – câmaras municipais

TPCO – trabalhador por conta de outrem



Introdução

A presente tese visa dar um contributo para a problemática do capital social e do capital humano ao optar por uma abordagem que visa explorar a relação entre a classificação de um município como cidade saudável e os níveis de capital social e humano que eventualmente possam estar adstritos a esse município e aos seus munícipes.

No entanto, estando cientes de que a demonstração de tal relação implicará um estudo de maior envergadura e profundidade do que o aqui realizado e considerando os condicionalismos temporais que o envolveram, optou-se por uma primeira análise da dimensão que o conceito de cidade saudável tem na sociedade portuguesa contemporânea. Para esse fim, optou-se por uma análise dos programas autárquicos das forças políticas com representação na Assembleia da República na actual legislatura (XII legislatura) e dos movimentos independentes à luz do enquadramento mais actual das cidades saudáveis e por meio de uma matriz desenvolvida por nós para esse efeito. Estabeleceu-se, assim, como objectivo, explorar como os programas políticos autárquicos abordam a perspectiva das cidades saudáveis, tendo-se procedido à análise de 49 programas.

Neste trabalho abordaremos de forma sistematizada os seguintes aspectos:

- Conceito de “Cidades Saudáveis”
- Determinantes sociais de saúde
- O papel das autarquias no domínio da saúde¹
- Capital social e capital humano

Consideramos que as implicações do presente estudo para as Políticas de Desenvolvimento de Recursos Humanos se prendem com o reforço da componente ecossistémica na análise e planeamento dessas mesmas políticas. Olhando para a forte componente estritamente organizacional na abordagem às mesmas (Ivancevich, 2011), somos levados a ponderar sobre todas as determinantes sociais que influenciam não só o indivíduo, na sua qualidade de capital humano, mas também toda a organização em que este se enquadra. Organização, essa, que se encontra inserida numa determinada comunidade, correspondente a uma organização territorial específica, não obstante a dimensão mais local ou global das suas relações comerciais ou administrativas. Aliás, encontrámos semelhante limitação na abordagem ao capital humano quando nos debruçámos sobre as teorias da administração na óptica de Chiavenato (2000). Esta nossa preocupação, de carácter ecossistémico, encontra respaldo nas observações de Albuquerque e França (1998) quando afirmam que “*A inserção da Gestão de Qualidade de Vida no Trabalho nas estratégias de recursos humanos encontra um campo mais*

¹ Sublinhamos que quando nos referirmos a saúde no âmbito deste trabalho fazemo-lo na perspectiva de saúde como “*Um estado dinâmico de bem-estar caracterizado por um potencial físico e mental que satisfaz as exigências da vida compatível com a idade, a cultura e a responsabilidade pessoal*” (Bircher, 2005) in http://www.who.int/bulletin/bulletin_board/83/ustun11051/en/# - consultado a 2.6.14.



fértil naquelas organizações que buscam a excelência e o estabelecimento de diferenciais competitivos sustentáveis, privilegiando o bem-estar, a saúde, o estilo de vida e o comprometimento de seus colaboradores”. Reflexão que nos remete para o indivíduo dentro e fora da organização assim como para o contexto envolvente desta.

De forma a ilustrar a pertinência desta temática fazemos referência a Esliger, Sherar e Muhajarine (2012), que no seu estudo “*Smart cities, healthy kids: the association between neighbourhood design and children’s physical activity and time spent sedentary*” demonstraram a existência de uma relação entre o planeamento urbano e a actividade física e sedentarismo das crianças. Analisaram 3 tipos de desenho urbano em Saskatoon: urbanizações nucleares, que foram desenvolvidas antes de 1930 e seguem um padrão em rede; urbanizações em padrão de grelha fracturada, desenvolvidas entre 1930 e meados de 1960; e urbanizações em padrão curvilíneo, desenvolvidas entre meados de 1960 até 1998. Utilizando acelerómetros durante 7 dias numa amostra de 455 crianças entre os 10 e os 14 anos (idade média de 11,7 anos), avaliaram os seus níveis de actividade física e sedentarismo. Controlando as variáveis idade, género e rendimento familiar, concluíram que as crianças que viviam em urbanizações em padrão de grelha fracturada apresentavam:

- menos 83 e 55 contagens no acelerómetro por minuto que aquelas que viviam em urbanizações nucleares e urbanizações em padrão curvilíneo, respectivamente;
- menos 15 e 9 minutos de exercício físico moderado a vigoroso por dia que aquelas que viviam em urbanizações nucleares e urbanizações em padrão curvilíneo, respectivamente;
- mais 23 e 17 minutos de comportamento sedentário que aquelas que viviam em urbanizações nucleares e urbanizações em padrão curvilíneo, respectivamente.

As diferenças encontradas reportaram-se aos dias da semana, sendo que nos de fim-de-semana não encontraram diferenças estatisticamente relevantes.

Já Dannefer et al (2012) no seu estudo “*Healthy bodegas: increasing and promoting healthy foods at corner stores in New York city*” avaliaram a efectividade de uma iniciativa que consistia no aumento do *stock* e na promoção de alimentação saudável em 55 lojas de rua em urbanizações de baixos recursos socioeconómicos. Através de uma avaliação pré e pós-intervenção puderam concluir que se observou um aumento de 9% no consumo de alimentos mais saudáveis, não obstante algumas dificuldades identificadas como seja o caso das condições de armazenamento daquela tipologia de alimentos e o tipo de procura específica de alguns clientes.

Através destes dois estudos podemos constatar como dois parâmetros a utilizar na matriz adoptada para o presente trabalho (planeamento urbano e acesso a alimentação saudável) se revelaram sensíveis à filosofia das cidades saudáveis e, como tal, adequados à análise das políticas autárquicas neste âmbito.



A perspectiva das cidades saudáveis, como explicado adiante, incide sobre um grupo de determinantes sociais da saúde cuja incorporação no desenho e implementação de políticas autárquicas crê-se contribuir para o bem-estar e qualidade de vida dos indivíduos que vivem nessas zonas geográficas. Grande parte da evidência gerada sobre a temática concreta das cidades saudáveis encontra-se compilada nos relatórios da Organização Mundial da Saúde, como se pode constatar pela bibliografia, que visam dar suporte aos decisores. Globalmente, contêm dados estatísticos que demonstram a relação entre indicadores de saúde e os determinantes sociais da saúde relevantes para uma cidade saudável, além de proporem estratégias para o desenho e implementação das políticas. Com o presente estudo pretende-se dar um singelo contributo na óptica da teoria e da prática.

Do ponto de vista da prática, em que medida é que a filosofia das cidades saudáveis se encontra incorporada nas preocupações de quem concorre a mandatos autárquicos.

Do ponto de vista teórico, que metodologia de avaliação da filosofia das cidades saudáveis se pode desenvolver para sustentar avaliações de carácter directo e indirecto das suas determinantes nas autarquias.

A primeira questão que se colocou e despoletou o presente estudo é relativa à medida em que as dinâmicas das políticas autárquicas se ocupam e preocupam, de forma mais explícita ou mais implícita, das questões que contribuem de forma marcada para a saúde das respectivas populações, pois, como demonstramos no corpo da tese, crê-se que a mesma tem um impacto directo no capital humano, bem como no capital social da comunidade onde se integram esses indivíduos.

Outras questões secundárias que se colocaram foram:

- Se as candidaturas vencedoras das eleições são as que apresentam maior percentagem de conteúdos concordantes com uma cidade saudável;
- Se as cidades já consideradas cidades saudáveis (pertencentes à rede nacional de cidades saudáveis) viram a principal força política manter-se no poder ou se verificaram mudanças;
- Quais os partidos que apresentam programas com maior percentagem de conteúdo concordante com uma cidade saudável;
- Se é possível inferir de um modelo programático para uma cidade saudável, abstracto, que possa ser utilizado como base de trabalho para a elaboração de futuros programas políticos autárquicos.



1. Enquadramento teórico

1.1. As cidades saudáveis

O conceito de “Cidades Saudáveis” foi inspirado e apoiado pela OMS-Europa no âmbito da estratégia “Saúde para Todos no século XXI” (1998), enquanto parte integrante do quadro político europeu Health21².

O objectivo do Health21 é atingir a capacidade plena de saúde para todas as pessoas na região europeia através de duas alavancas principais:

1. Promover e proteger a saúde das pessoas ao longo das suas vidas;
2. Reduzir a incidência das principais doenças e lesões bem como aliviar o sofrimento que causam.

O quadro foi chamado Health21 não só porque visava debruçar-se sobre a saúde no século 21 mas também porque estabeleceu 21 metas para melhorar a saúde dos europeus, nomeadamente:

1. Solidariedade para a saúde na região europeia, com vista a eliminar a lacuna entre os vários níveis de saúde dos países;
2. Equidade em saúde, com vista a eliminar a lacuna entre os vários níveis de saúde dentro dos países;
3. Um início de vida saudável, através de, por exemplo, políticas orientadas para a promoção de famílias funcionais, onde as crianças sejam desejadas e se possam desenvolver plenamente, o que implica a criação de condições para o desenvolvimento de competências para a paternidade;
4. Saúde para os jovens, ou seja, os jovens europeus serem mais saudáveis de forma a estarem capacitados para cumprir o seu papel na sociedade;
5. Envelhecimento saudável, reflectido no aumento da esperança de vida, na expectativa de uma vida livre de incapacidade e na proporção de pessoas mais idosas saudáveis e em casa;
6. Melhorar a saúde mental;
7. Redução das doenças transmissíveis;
8. Redução das doenças não-transmissíveis;
9. Redução dos danos provocados pela violência e acidentes;
10. Um ambiente físico seguro e saudável;
11. Uma vida mais saudável, concretizada num comportamento mais saudável em áreas como a nutrição, a actividade física e sexualidade e o consequente aumento da acessibilidade e disponibilidade de alimentos seguros e saudáveis ;
12. Minimização dos efeitos nocivos do álcool, drogas e tabaco;

² http://www.euro.who.int/data/assets/pdf_file/0004/109759/EHFA5-E.pdf - consultado a 2.6.14



13. Ambientes para a saúde: os europeus devem ter maiores oportunidades para viver em ambientes físicos e sociais saudáveis, seja em casa, na escola, no trabalho ou na comunidade local;
14. Responsabilidade multisectorial para a saúde;
15. Um sector da saúde integrado, com melhor acesso aos cuidados primários de saúde, orientado para a comunidade e apoiado por um sistema hospitalar flexível e ágil para a família;
16. Gestão orientada para a qualidade dos resultados;
17. Financiamento dos serviços de saúde e alocação de recursos através de mecanismos sustentáveis para os sistemas de saúde e baseados nos princípios da igualdade de acesso, custo-efectividade, solidariedade e qualidade óptima;
18. Desenvolvimento de recursos humanos para a saúde de forma a assegurar que os profissionais de saúde e outros adquiriram os conhecimentos, atitudes e habilidades apropriados à protecção e promoção da saúde;
19. Pesquisa e conhecimento para a saúde: sistemas de pesquisa em saúde, informação e comunicação que apoiem a aquisição, utilização e disseminação do conhecimento em saúde;
20. Mobilização dos parceiros em torno da saúde, nomeadamente os governos, profissionais, organizações não-governamentais, o sector privado e os cidadãos;
21. Políticas e estratégias de saúde para todos nos respectivos países, tanto aos níveis regionais como locais³.

Segundo a OMS-Europa podemos definir uma cidade saudável mais como um processo do que como um resultado. Será um erro pensar que uma cidade saudável é aquela que alcançou um estado de saúde particular. Ela constitui-se, sim, como uma entidade cujos actores estão conscientes do nível de saúde que proporciona e que se esforça para melhorá-lo. Assim, qualquer cidade pode ser uma cidade saudável, independentemente do estado de saúde que proporciona actualmente.

Os requisitos para tal são dois: um compromisso com a saúde e um processo e estrutura para alcançá-lo. Neste sentido, uma cidade saudável é aquela que continuamente cria e melhora os seus ambientes físicos e sociais e amplia os recursos da comunidade que permitem que as pessoas se apoiem mutuamente na realização de todas as funções da vida e desenvolvam o seu potencial ao máximo.

A OMS-Europa recomenda um modelo básico para uma cidade saudável. Em termos de abordagem, consubstancia-se num esforço para colocar a saúde na agenda política e social das cidades e para construir um forte movimento em torno da saúde pública a nível local. Enfatiza a equidade, a governança participativa e solidariedade, a colaboração intersectorial e a consequente acção para abordar os determinantes da saúde.

³ <http://www.euro.who.int/en/health-topics/environment-and-health/urban-health/activities/healthy-cities/who-european-healthy-cities-network/what-is-a-healthy-city/health21-targets-> consultado a 15.6.14



Uma implementação bem sucedida desta abordagem exige uma acção inovadora que aborde todos os aspectos da saúde e condições de vida, assim como:

- Compromisso político explícito;
- Liderança;
- Mudança institucional;
- Parcerias intersectoriais (OMS, 2009).

A abordagem “Cidades Saudáveis” reconhece que para se lidar com os determinantes da saúde há que trabalhar em colaboração entre organizações públicas, privadas, voluntárias e do sector social. Esta forma de trabalhar e de pensar inclui envolver a população local no processo de tomada de decisão e requer um compromisso político e desenvolvimento organizacional e comunitário, além de reconhecer que o processo é tão importante como os resultados.

Existem três valores básicos que formam o fundamento ético de uma cidade saudável:

1. A saúde como um direito humano fundamental;
2. A equidade na saúde;
3. A solidariedade na acção.

Podemos afirmar que uma cidade saudável visa proporcionar:

- Um ambiente físico limpo, seguro e de alta qualidade (incluindo a qualidade da habitação);
- Um ecossistema que seja estável no agora e sustentável a longo prazo;
- Uma comunidade forte, de apoio mútuo e que não esteja sustentada na exploração de uns pelos outros;
- Um alto grau de participação e controlo por parte dos cidadãos sobre as decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;
- Atenção às necessidades básicas (comida, água, abrigo, rendimento, segurança e trabalho) de todas as pessoas da cidade;
- Acesso das pessoas a uma ampla variedade de experiências e recursos, com a possibilidade de uma ampla variedade de contacto, interacção e comunicação;
- Uma economia diversificada, vital e inovadora;
- Conexão com o passado, com a herança cultural e biológica dos moradores da cidade e com outros grupos e indivíduos;
- Uma melhoria de todas as características anteriores;
- Um nível óptimo de serviços públicos de saúde, apropriados e acessíveis a todos;
- Um estado de saúde alto (níveis elevados de saúde e níveis baixos de doença).⁴

⁴ <http://www.euro.who.int/en/health-topics/environment-and-health/urban-health/activities/healthy-cities/who-european-healthy-cities-network/what-is-a-healthy-city/healthy-city-checklist> - consultado a 16.6.14



Já a rede de cidades saudáveis da OMS-Europa tem seis objetivos estratégicos:

1. A promoção de políticas e acções para a saúde e o desenvolvimento sustentável, quer ao nível local quer ao nível de toda a região europeia da OMS, com ênfase sobre os determinantes sociais da saúde, as pessoas que vivem na pobreza e as necessidades dos grupos vulneráveis;
2. Fortalecer a posição nacional das cidades saudáveis no contexto de políticas para o desenvolvimento da saúde, saúde pública e regeneração urbana, com ênfase na cooperação nacional - local;
3. Gerar evidência de políticas e experiências práticas, disseminando o conhecimento e os métodos que podem ser usados para promover a saúde em todas as cidades da Região;
4. Promover a solidariedade, cooperação e relações de trabalho entre as cidades e as redes europeias e com as cidades e as redes que participam no movimento cidades saudáveis ;
5. Desempenhar um papel activo na defesa da saúde a nível europeu e global através de parcerias com outras agências que lidem com as questões urbanas e com redes de autoridades locais;
6. Aumentar a acessibilidade da Rede Europeia da OMS a todos os Estados - Membros da Região Europeia.⁵

Segundo a OMS (2001) um PDCS (plano de desenvolvimento de uma cidade saudável) deve ser uma estratégia baseada na visão Saúde 21 que contém uma perspectiva abrangente dos esforços de uma cidade para o desenvolvimento da saúde. Nesse sentido, contém a visão e valores da cidade, assim como a estratégia para alcançar tal visão. O seu propósito político é demonstrar que a saúde é um valor central na administração da cidade, bem como consubstanciar a visão, valores e estratégia em operações concretas. Um PDCS é feito na base dos contributos de vários sectores formais e informais, cujas políticas e actividades influenciam a saúde. No entanto, não é um mero catálogo de actividades, na medida em que providencia um processo e uma matriz para a criação de parcerias orientadas para o desenvolvimento de políticas públicas relativas à saúde.

Este processo pode ser descrito como uma série de cinco fases, como as apresentadas abaixo.

Tabela 1

	Fase				
	1	2	3	4	5
Foco	Educação para a saúde e prevenção de doenças, principalmente no seio do	Aumento do volume de prevenção de doenças e algumas actividades de	Promoção da saúde intersectorial a programas de prevenção de doenças.	Salto político: a saúde na agenda política. Abordar inequidades. Planos de saúde cidadãos	Desenvolvimento de um plano de cidade saudável com o contributo de todos os sectores da cidade relacionados com a saúde.

⁵ <http://www.euro.who.int/en/health-topics/environment-and-health/urban-health/activities/healthy-cities/who-european-healthy-cities-network/six-strategic-goals> - consultado a 16.6.14



	sistema de saúde	promoção da saúde. Envolvimento de novos actores.		baseados em contributos intersectoriais limitados.	
Abordagem	Tradicional	Tradicional	Aplicação da filosofia “Saúde para Todos”, Carta de Ottawa e princípios da Agenda 21	Aumento da ênfase nas políticas, determinantes da saúde, necessidades dos grupos vulneráveis e construção de alianças para a saúde.	A saúde e a sustentabilidade tornam-se valores centrais na visão e políticas da cidade. A ênfase é colocada na prestação de contas relativamente à saúde e na abordagem às inequidades, determinantes e aspectos positivos da saúde.

Adaptado pela OMS (2011) a partir de Tsouros (1998)

Tendo presente que o planeamento de uma cidade moderna deve ter um carácter integrador, consistente, coerente e firmemente baseado em valores centrais como a equidade, sustentabilidade e desenvolvimento social, além de promover o envolvimento de todos os sectores da comunidade, a OMS (2011) propõe o sistema “*Parthenon*” enquanto metodologia para o planeamento de uma cidade saudável.

Figura 1



Sistema Parthenon (OMS, 2011)

A declaração de Zagreb sobre Cidades Saudáveis descreve os princípios, objectivos e tópicos da Fase V⁶ (actual fase) da rede cidades-saudáveis da OMS-Europa. O tema para a Fase V é “A saúde e a equidade na saúde em todas as políticas locais”. A saúde

⁶ http://www.euro.who.int/data/assets/pdf_file/0009/100989/E92260.pdf?ua=1 - consultado a 16.6.14



em todas as políticas baseia-se no reconhecimento de que a saúde da população não é apenas um produto das actividades do sector da saúde mas em grande parte determinada pelas políticas e acções que vão além do sector da saúde. Neste contexto, a saúde e o bem-estar são encarados como valores compartilhados por todos os sectores da sociedade.

Existe evidência sólida que demonstra que as acções de outros sectores, além dos limites do sector da saúde, influenciam significativamente os factores de risco para as doenças graves e para os determinantes sociais da saúde. A “Saúde em todas as políticas” aborda todas as políticas, tais como as relativas aos transportes, habitação e desenvolvimento urbano, meio-ambiente, educação, agricultura, políticas fiscais e políticas económicas.

Além disso, a “Saúde em todas as políticas” não se limita à comunidade de saúde pública ou ao nível nacional. Ela releva e reforça o papel de liderança dos municípios no domínio da saúde pública, constituindo-se como uma abordagem horizontal que visa envolver todos os sectores da sociedade na análise integrada da saúde e bem-estar enquanto valores centrais nas suas estratégias e planos. Além disso, na medida em que se dirige aos determinantes sociais da saúde, não se poderia considerar como suficientemente abrangente se não contemplasse um compromisso explícito ao combate às desigualdades em saúde.

Na Fase V os perfis de saúde, o planeamento integrado para a saúde e o desenvolvimento sustentável permanecerão no cerne do trabalho relativo à saúde urbana. Eles serão os temas centrais que fornecerão às cidades o eixo de construção e manutenção das parcerias estratégicas para a saúde. As cidades serão também incentivadas a introduzir e aplicar intervenções baseadas na evidência de forma a explorar formas inovadoras que podem influenciar o comportamento humano, nomeadamente as técnicas de marketing social. Por outro lado, a avaliação do impacto na saúde será uma ferramenta valiosa para avaliar os efeitos sobre a saúde das políticas e planos dos diferentes sectores, o que implicará ênfase no planeamento integrado e no pensamento estratégico.

Além do tema geral da saúde e da equidade na “Saúde em todas as políticas”, a Fase V incidirá sobre três temas principais (anexo 1), que representam os pontos de entrada para abordar aspectos importantes do ambiente urbano. Todos os temas estão inter-relacionados, são interdependentes e reforçam-se mutuamente. Dentro destes temas, as cidades deverão ser capazes de identificar sub-temas prioritários que são de especial interesse para as mesmas. Várias questões importantes derivam de cada um dos três temas centrais, sendo que a lista não pretende ser exaustiva ou prescritiva. No entanto, os problemas elencados representam aspectos que as cidades devem encarar de forma séria quando decidirem como abordar cada um dos temas e como atribuir a respectiva prioridade.



Foi com base nas questões que emergem de cada um dos temas centrais, e outros contributos que elencaremos adiante, que elaborámos a matriz de análise dos programas eleitorais e cuja sistematização desenvolvemos de forma mais aprofundada no capítulo relativo à metodologia.

A OMS – Região Europa destacou em 2003 dez factores sociais que determinariam substancialmente a saúde das pessoas. São os chamados determinantes sociais da saúde, cuja interpretação deve ser feita no âmbito de uma das definições de saúde adoptada actualmente pela OMS: “Um estado dinâmico de bem-estar caracterizado por um potencial físico e mental que satisfaz as exigências da vida compatível com a idade, a cultura e a responsabilidade pessoal” (Bircher, 2005). Porém, até há bem pouco tempo a definição de saúde oficial era “A saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não meramente a ausência de doença ou enfermidade” (OMS, 1948). Esta era, e de certa forma ainda é, a definição de saúde mais comumente citada, embora coexista com várias outras definições geralmente aceites. Já vimos a definição dada por Bircher (2005)⁷, mas também temos a de Saracchi (1997)⁸, que define a saúde como “um estado de bem-estar, livre de doença ou enfermidade, e um direito humano fundamental e universal”. Já os aborígenes australianos (1996)⁹ definem a saúde da seguinte forma: “Saúde não significa apenas o bem-estar físico do indivíduo, mas refere-se ao bem-estar social, emocional, espiritual e cultural de toda a comunidade”. Este é um ponto de vista global da vida e inclui o conceito cíclico de vida-morte-vida.

Antes do próximo capítulo, uma breve alusão à rede portuguesa de cidades saudáveis¹⁰, que conta actualmente com 29 cidades¹¹ totalizando um total de 147 projectos divididos pelas seguintes áreas de actuação:

- Envelhecimento activo e saudável
- Desenvolvimento ambiental e sustentabilidade
- Equidade, multiculturalidade e imigração
- Saúde mental e bem-estar social
- Diminuição das doenças
- Saúde e cidadania

⁷ Bircher J. (2005). Towards a dynamic definition of health and disease. *Med. Health Care Philos* 8:335-341.

⁸ Saracci R. (1997). The World Health Organization needs to reconsider its definition of Health. *BMJ* 314:1409-1410.

⁹ National Health and Medical Research Council. (1996). *Promoting the health of Indigenous Australians. A review of infrastructure support for Aboriginal and Torres Strait Islander health advancement. Final report and recommendations*. Canberra: NHMRC, part 2: 4.

¹⁰ <http://redecidadessaudaveis.com/index.php/pt> - consultado a 10.6.14

¹¹ Amadora, Angra do Heroísmo, Barcelos, Barreiro, Bragança, Cabeceiras de Basto, Figueira da Foz, Golegã, Lagoa, Lisboa, Loures, Lourinhã, Miranda do Corvo, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Ponta Delgada, Portimão, Porto Santo, Ribeira Grande, Seixal, Serpa, Setúbal, Torres Vedras, Vendas Novas, Viana do Castelo, Vila Franca de Xira, Vila Real.



1.2. O capital humano e o capital social

No que concerne à articulação das cidades saudáveis, e da saúde em particular, com o capital social e com o capital humano, Souza e Grundy (2004) dizem-nos que o termo capital social ganhou notoriedade com os trabalhos dos cientistas sociais Pierre Bourdieu (1986), Putnam (1993, 1995) e Coleman (1990) e que é actualmente reconhecido como um importante elemento para o desempenho político, para o funcionamento da democracia, para a prevenção do crime e da delinquência e para a manutenção e aprimoramento do estado de saúde (esta última perspectiva suportada por Marmot e Wilkinson, 1999; Wadsworth, 1999; Bosman *et al*, 1997; Wilkinson, 1989; Stansfeld, 1999; e Lynch *et al*, 2000; segundo os autores). Alegam que vários estudos, entre os quais os de Stansfeld (1999), Kawachi (1999) e de Brehen e Rahn (1997) têm comprovado que a coesão social e a existência de confiança mútua e respeito entre diferentes sectores da sociedade determinam um impacto positivo na saúde. Uma das linhas de argumento utilizada é que os níveis crescentes de participação reduzem a exclusão social, aumentando e aprimorando o padrão de vida comunitária. Assim considerado, o capital social promoverá uma reacção individual e colectiva em direcção a uma sociedade mais saudável (perspectiva partilhada por Baum e Ziersch, 2003; e por Baum *et al*, 2000).

Souza e Grundy (2004) dizem-nos, citando Kawachi (1999), Harphan (2003) e Grootaert (1998), que o capital social diz respeito a um conjunto de elementos da organização social tais como confiança mútua, normas de reciprocidade e solidariedade (elementos cognitivos), mas também ao envolvimento cívico e a redes de associações (elementos estruturais) que facilitam a coordenação e cooperação de acções colectivas para o alcance de benefícios mútuos. Neste sentido, recorrendo a Campbell *et al* (1999) e a Kawachi e Berkman (2000), as autoras afirmam que o capital social se refere à coesão social que resulta de uma comunidade participativa.

Podemos, portanto, inferir que a abordagem do capital social é uma via de interpretação, entre outras, das relações entre saúde e factores sociais.

Importará também aferir da relação entre capital humano, capital social e o papel da saúde e da qualidade de vida nestes dois tipos de capital.

Sobre a relação entre capital humano e capital social Silva (2010, pp 215 e 216) diz-nos que :

“Seja para fortalecer e potenciar os aspectos positivos (estratégia ofensiva) ou para combater e melhorar os aspectos mais negativos (estratégia de tipo mais defensivo), tanto o capital humano como o capital social são factores fundamentais, designadamente pelo facto de pessoas mais qualificadas estarem normalmente mais atentas às situações de risco e terem possibilidades de mobilizarem mais recursos no sentido de colmar os problemas e as debilidades



detectados. Por outro lado, a existência de normas, regras e valores comuns, bem como a existência de todo um conjunto de redes e organismos - capital social – que possam defender os direitos das populações ou de alguns grupos, constituem factores essenciais à criação de um clima de cooperação que potencia a acção comum em prol da resolução de problemas que afectam a todos”.

Em termos de diferenças, ou complementaridades entre capital humano e capital social, será também interessante revisitar a posição de Falk (2000) quando este sustenta que o capital humano inclui as habilidades e conhecimentos adquiridos na aprendizagem formal e informal, ao passo que o capital social é construído através de interacções significativas entre as pessoas e constitui-se como facilitador da aprendizagem e da utilização das habilidades e conhecimentos. Neste sentido, o capital social é promotor de uma aprendizagem activa e sustentável. Também Schuller (?) demonstra a complementaridade entre o capital humano e social, sublinhando a interdependência e reforço mútuo que um suscita no outro.

Para o nosso tema, das cidades saudáveis, esta abordagem da temática do capital humano e do capital social revela-se interessante na medida em que podemos encarar a metodologia e processos inerentes a uma cidade saudável como via para enriquecer o capital social de uma determinada comunidade, que terá, por seu lado, efeitos positivos no capital humano daqueles que nela vivem, trabalham ou buscam lazer.

Para ilustrar o nosso argumento vejamos este excerto do trabalho de Portes (2000) ao se referir ao capital social como algo que reside na estrutura das relações das pessoas:

Coleman (1988a; S104) refere-se a esta fonte na sua análise de normas e sanções: “normas que inibam o crime de modo eficiente permitem que se caminhe livremente na rua de uma cidade à noite e que os idosos saiam de casa sem temerem pela sua segurança”

Como já constatámos, a segurança constitui um dos pilares de uma cidade saudável.

Porém, se não quisermos optar por esta concepção sobre-socializada da acção humana em sociologia, poderemos optar:

- por uma visão mais sub-socializada, que vê o capital social sobretudo como a acumulação de obrigações para com terceiros, de acordo com a norma de reciprocidade;
- por uma abordagem que encontra as suas referências teóricas na análise feita por Marx da emergência da consciência de classe no proletariado industrial, enquanto produto emergente de um destino comum;
- pela solidariedade confinada, enquanto fonte de capital social que leva alguém a identificar-se com o seu grupo de pertença, seita ou comunidade devido a uma poderosa força motivacional;



- ou a teoria durkheimiana da integração social e da capacidade de sancionamento pelos rituais de grupos (Portes, 2000).

Seja qual for a abordagem que escolhemos para interpretar o capital social, parece-nos evidente a forte relação que se pode estabelecer entre esta metodologia de análise social e o impacto que o conceito de cidade saudável pode ter na alavancagem do capital humano dos indivíduos. Aliás, como nos demonstram Souza e Grundy (2004) um dos grandes defensores actuais do capital social é o Banco Mundial, que inclusivamente criou um grupo temático de capital social (*Social Capital Thematic Group*) com o objectivo de patrocinar projectos de saúde em países de baixo rendimento por entender que o investimento em saúde é um meio de promover o crescimento económico.

Porém, as autoras também nos alertam que embora o entusiasmo em relação ao conceito e aos benefícios de capital social seja um dado concreto, o mesmo não é consensual (Harphan, 2003; Baum e Ziersch, 2003; Muntaner et al, 2000; Macinko e Starfield, 2001; Portes, 1998; Putzel, 1970). Assim, entre os benefícios destacar-se-ão o maior controle social, a provisão de suporte mútuo e todas as vantagens derivadas das organizações sociais que os membros podem obter. Contudo, o capital social também poderá ser usado para restringir oportunidades para aqueles que não sejam associados, para exercer exigências excessivas aos associados, para restringir liberdades individuais ou reforçar o comportamento delinquente onde essa característica for exigida pela respectiva associação, como é caso do crime organizado.

Considerando que o escopo do nosso trabalho são os municípios, enquanto forma de organização política e administrativa de um país democrático regido por leis do conhecimento e aplicáveis a todos de igual forma, sendo apenas contempladas discriminações positivas, parece-nos que estas reservas quanto ao capital social ficam salvaguardadas aquando da aplicação do conceito às lógicas de capacitação e desenvolvimento das cidades saudáveis, não se antevendo a concretização dos aspectos negativos do capital social na aplicação às mesmas.

No entanto, as autoras também alertam para a necessidade de se acautelar e evitar que o Estado, na senda de investir em capital social, deixe sob a responsabilidade dos cidadãos acções que a ele concernem, ou, ainda, culpar comunidades de não serem saudáveis por não serem coesas.

Por último, consideramos e acompanhamos as autoras quando estas afirmam que:

“O investimento em capital social pode trazer significativas contribuições ao aumentar o poder comunitário e, dessa maneira, facilitar acções coordenadas que irão influenciar a saúde da população. É possível que o investimento em capital social seja uma alternativa para preencher a lacuna existente entre a retórica das conferências de saúde e a implementação de acções de promoção de saúde, que exigem a acção do sistema de saúde e a participação de sistemas afins”.



1.3. Determinantes sociais da saúde

Uma tomada de posição da OMS-Europa de 2005, adoptada em Bursa, na Turquia¹², sustenta que a evidência científica demonstra que um bom planeamento territorial urbano pode moldar a saúde das pessoas através do design dos ambientes na medida em que este actua sobre as determinantes sociais da saúde. Para tal, ele deverá garantir:

- Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis (especialmente exercícios regulares)
- Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis
- Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio
- Acesso a diversas oportunidades de emprego
- Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)
- Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável
- Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros
- Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar
- Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos
- Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática
- Planos de emergência e segurança da comunidade
- Riqueza própria e planos de redução da pobreza

São múltiplos e variados os factores que se combinam para afectar a saúde dos indivíduos e das comunidades. De certa forma, são os factores como a forma como vivemos (comportamentos individuais), o estado do nosso meio ambiente, a genética, os recursos e rendimentos, o nível de instrução e os nossos relacionamentos com amigos e familiares que têm os maiores impactos sobre a nossa saúde. Por outro lado, os factores mais considerados são o acesso e utilização dos serviços de saúde, que por vezes podem ter um impacto no cômputo geral da saúde bastante menor do que a relevância que lhes é atribuída (OMS, 2011).

Assim, os determinantes sociais da saúde incluem: o ambiente económico e social, o ambiente físico e as características e comportamentos individuais dos indivíduos. Em termos de evidência do impacto dos determinantes sociais sobre a saúde das pessoas é possível hoje em dia aferir o mesmo através dos seguintes parâmetros (OMS, 2014):

- Transportes
- Agricultura e alimentação
- Habitação

¹² http://www.euro.who.int/_data/assets/pdf_file/0020/101477/bursa_statement_E.pdf?ua=1
consultado a 27.5.14



- Resíduos
- Energia
- Indústria
- Urbanismo
- Água
- Radiação
- Nutrição

Mas, falar de determinantes sociais da saúde é, antes de mais, falar da saúde em si. Previamente já afluíramos diferentes definições de saúde, tendo-nos acometido à perspectiva da OMS (Bircher, 2005).

Porém, os críticos argumentam que a definição da OMS de saúde é utópica, inflexível e irreal, e que ao incluir a palavra "completa" na definição torna altamente improvável que alguém seja saudável por um período de tempo razoável. Parece também que "um estado de completo bem-estar físico, mental e social" corresponde mais a felicidade do que a saúde. As palavras "saúde" e "felicidade" podem designar experiências de vida distintas, cuja relação não é fixa nem constante. Não distinguir felicidade de saúde implica que qualquer distúrbio na felicidade, ainda que mínimo, pode vir a ser percebido como um problema de saúde (Saracchi, 1997).

A definição de Bircher (2005) leva em conta mudanças nas necessidades de saúde, especialmente em relação à idade, cultura e responsabilidade pessoal. A definição de Saracchi (1997) fornece um conceito intermédio, ligando o ideal da OMS às questões contemporâneas dos direitos humanos, igualdade e justiça. Já os aborígenes australianos, como já referimos, incorporam a saúde da comunidade e o bem-estar espiritual como aspectos centrais da definição de saúde.

Por último, uma referência ao Modelo de Crenças em Saúde de Becker (1974)¹³, que pode ser usado para explicar as diferenças na forma como o conceito de saúde é percebido pelos indivíduos e grupos - especialmente em contextos não-religiosos - e como essas diferenças de percepção influenciam a resposta aos problemas de saúde. Neste modelo as crenças em saúde são uma função essencialmente da idade, cultura e responsabilidade pessoal, influenciando fortemente a experiência subjectiva da saúde e da doença.

É na consideração de todas estas possibilidades conceptuais de "saúde" que devemos procurar analisar os 10 determinantes sociais da saúde aludidos pela OMS (2014) na sua qualidade de focos de atenção das políticas públicas com vista à melhoria global da saúde das pessoas e das comunidades e enquanto pilares de uma cidade saudável. Debrucemo-nos brevemente sobre cada um deles antes de reflectirmos sobre a forma como podem ser usados enquanto critérios para avaliar a qualidade de vida nas cidades:

¹³ Becker M. (1974). *The health belief model and personal health behaviour*. Thorofare, NJ: Slack.



1. O gradiente social: condições económicas e sociais pobres afectam a saúde ao longo da vida. As pessoas que se encontram nos escalões mais baixos da “escada social” correm o dobro do risco de contrair doenças graves e ocorrer em mortes prematuras do que aquelas que se encontram no topo. Mesmo entre a classe média é possível observar diferenças, sendo que os trabalhadores de estatuto mais baixo correm maior risco de doença e morte do que os de estatuto mais elevado. As desvantagens apresentam-se de diferentes formas e podem ser absolutas ou relativas. Podem incluir: possuir-se poucos bens familiares, ter uma educação mais pobre durante a adolescência, ter um emprego sem segurança, encontrar-se preso a um emprego desgastante ou sem perspectivas de evolução, viver numa habitação com más condições, ter que sustentar uma família em condições adversas ou viver com uma pensão de reforma insuficiente. Estas desvantagens tendem a concentrar-se nas mesmas pessoas e os seus efeitos na saúde acumulam-se durante a vida. Quanto mais tempo as pessoas vivem em circunstâncias sociais e económicas stressantes maior é a sobrecarga psicológica e mais improvável será a existência de uma velhice saudável.
2. Stress: as circunstâncias sociais e psicológicas podem ser causadoras de stress de longo prazo. Ansiedade contínua, insegurança, baixa auto-estima, isolamento social e falta de controlo no trabalho ou na vida familiar têm efeitos poderosos na saúde. Este tipo de riscos psicossociais acumula-se durante a vida e aumenta a possibilidade de uma saúde mental pobre e morte prematura. Longos períodos de ansiedade e de insegurança e a inexistência de redes de apoio são prejudiciais em qualquer momento da vida, sendo que é nas pessoas que se encontram na base da hierarquia social dos países industrializados que estes problemas se revelam mais comuns.
3. Infância: estudos observacionais e de intervenção têm demonstrado que as fundações da saúde adulta são instituídas na primeira infância e antes do nascimento. Circunstâncias de pobreza durante a gravidez podem conduzir a condições menos óptimas para o desenvolvimento fetal através de uma cadeia que inclui deficiências nutricionais durante a gravidez, stress da mãe, possibilidade de uso de tabaco, álcool e drogas pela mãe, exercício insuficiente e cuidados pré-natais inadequados. Um desenvolvimento fetal pobre constitui um risco para a vida em adulto. Além disso, dado que os estímulos cognitivos, emocionais e sensoriais programam as respostas cerebrais, um apego emocional inseguro e uma estimulação pobre na infância podem levar a uma menor capacidade para a escola e a problemas de comportamento, com o inerente risco de marginalização social na idade adulta.
4. Exclusão social: pobreza, privação económica relativa e exclusão social têm um impacto major na saúde e na morte prematura, sendo que as hipóteses de se viver na pobreza são bastante altas em determinados grupos sociais. Pobreza



relativa significa ser bastante mais pobre do que a maioria das pessoas numa determinada comunidade e é normalmente definida por um padrão de vida feito com menos de 60% do ganho médio nacional por habitante. É um padrão que nega às pessoas o acesso a uma habitação condigna, educação, transporte e outros factores vitais para a total participação no quotidiano comunitário. Estar excluído da vida comunitária e ser tratado como diferente (neste caso, como menos do que) leva a piores níveis de saúde e a morte prematura. O stress de se viver em pobreza é especialmente danoso durante a gravidez, para os bebés, crianças e idosos. Há que sublinhar que a exclusão social também resulta de fenómenos como o racismo, a discriminação, a estigmatização, a hostilidade e o desemprego. Quanto mais tempo as pessoas vivem em circunstâncias de desvantagem, maior a probabilidade de virem a sofrer de problemas de saúde, nomeadamente cardiovasculares. A pobreza e a exclusão social também aumentam os riscos de divórcio e separação, incapacidade, doença, dependência de substâncias e isolamento social. A saúde ficará, ainda, indirectamente comprometida por se viver em urbanizações caracterizadas por uma elevada concentração de privação económica, elevadas taxas de desemprego, habitações de fraca qualidade, acesso limitado a serviços e um ambiente de fraca qualidade. Os grupos de mais baixos rendimentos obtêm muita da sua actividade física através das actividades de vida diárias e das deslocações trabalho-casa, em vez de ser por recreação (Royal Commission on Environmental Pollution, 2007, cit. por Marmot, 2010). O acesso a instalações locais tais como lojas, escolas, centros de saúde e locais de recreação informal são importantes para a saúde e bem-estar, tanto ao nível da actividade física desenvolvida para lhes chegar como ao nível da interacção social durante a deslocação e no local. Porém, as áreas mais desfavorecidas apresentam-se frequentemente mais afectadas do ponto de vista do ambiente urbano, seja através da delapidação, vandalismo, grafitis ou lixo, conduzindo a um sentimento de insegurança nas ruas, nos parques e nas áreas de jogos. Isto significa que as pessoas destas zonas usarão as instalações menos do que noutros locais e as crianças serão menos propícias a saírem para a rua para brincarem. Tal facto reduz a actividade física e conduz a problemas de saúde, tais como a obesidade (Ellaway et al, 2005, cit. por Marmot, 2010).

5. Trabalho: de forma geral, ter um emprego é melhor para a saúde do que não ter nenhum. Porém, a organização social do trabalho, os estilos de gestão e as relações sociais no local de trabalho importam bastante para a saúde. A evidência demonstra que o stress no trabalho desempenha um papel importante nos níveis de saúde, absentismo por doença e morte prematura. Vários estudos em locais de trabalho europeus demonstraram que a saúde é penalizada quando as pessoas têm poucas oportunidades para usar todas as suas aptidões e pouca autoridade no processo de decisão. Ter pouco controlo sobre o seu trabalho está relacionado com um risco aumentado de lombalgias, absentismo por doença e



doença cardiovascular. Foi igualmente demonstrado que estes riscos são independentes das características psicológicas dos indivíduos estudados, estando mais relacionados com o ambiente laboral.

6. Desemprego: evidência obtida em diversos países demonstrou que os desempregados e as suas famílias sofrem de um aumento substancial do risco de morte prematura, além da forte ligação dos efeitos do desemprego à saúde mental. As mudanças observadas nos anos 90 no mercado laboral de muitos países industrializados fizeram aumentar os sentimentos de insegurança relativamente ao emprego. À medida que esta insegurança aumenta, ela funciona como um stressor crónico cujos efeitos aumentam com o tempo de exposição, levando a um cada vez maior absentismo por doença e à crescente utilização dos serviços de saúde.
7. Redes sociais de suporte: o suporte social e as boas relações sociais são um importante contributo para a saúde, na medida em que conferem às pessoas os recursos emocionais e materiais de que estas necessitam. Pertencer a uma rede social e ter obrigações mútuas para com outros faz com que os indivíduos se sintam acarinhados, amados, estimados e valorizados. Tais características desempenham uma função protectora da saúde de máxima relevância, além de promoverem padrões comportamentais mais saudáveis. A quantidade de apoio social material e emocional que uma pessoa obtém varia de acordo com o seu estatuto social e económico, pelo que a pobreza pode contribuir para a exclusão social e isolamento. A coesão social, definida como a qualidade das relações sociais e a existência de confiança, obrigações mútuas e respeito na comunidade ou na sociedade em geral, ajuda a proteger as pessoas e a sua saúde. Nesse sentido, a inequidade é corrosiva das boas relações sociais e as sociedades com elevada inequidade de rendimentos tendem a ter menor coesão social e mais crime violento.

Está demonstrado que a percepção do medo da violência ou do crime afecta negativamente a saúde mental (Horowitz e McKay, 2005, cit. por Marmot, 2010). As percepções de segurança são influenciadas pelo medo do crime na rua mas também pelos acidentes rodoviários e pela estética urbana, o que inclui a presença de grafitis, lixo e degradação de infra-estruturas nas redondezas. Whitley et al (2005) demonstraram que o crime e o medo do crime podem causar inequidade tempo-espacial, que se caracteriza pela variação na capacidade de uma comunidade para aceder e usar espaços nos seus contextos imediatos, mas também mais afastados, em diferentes momentos do dia e da noite. Esta inequidade parece ser diminuída através de intervenções que encorajam movimentos espaciais e temporais e a conectividade a áreas geográficas mais amplas, tais como sistemas de transportes públicos abrangentes e a emissão de passes de transporte gratuitos para grupos populacionais mais vulneráveis.



8. Dependências: a dependência do álcool, o uso de drogas ilícitas e o fumo de cigarros estão associados a marcadores de desvantagem social e económica. Por exemplo, em algumas economias em transição da Europa Central e de Leste a década de 90 foi marcada por uma acentuada ascensão social iníqua. Consequentemente, mortes relacionadas com o uso de álcool – tais como acidentes, violência, intoxicação, lesões e suicídio – aumentaram significativamente. Poder-se-á encontrar aqui uma relação causal recíproca, na medida em que as pessoas recorrem ao álcool para minorar o sofrimento infligido por condições socioeconómicas difíceis e, por seu lado, a dependência do mesmo origina um movimento descendente na escada social.
9. Alimentação: uma dieta e respectivo fornecimento de alimentos adequados são centrais para a promoção da saúde e do bem-estar. Escassez de comida ou falta de variedade causam malnutrição e doenças ligadas a deficiências nutricionais, enquanto que o consumo excessivo (também uma forma de má nutrição) contribui para doenças cardiovasculares, diabetes, cancro, doenças oculares degenerativas, obesidade e cáries dentárias. A pobreza alimentar existe lado a lado com a plenitude alimentar, sendo que o assunto fulcral é a disponibilidade e custo de uma alimentação saudável. Está demonstrado que o acesso a comida economicamente acessível faz mais diferença relativamente ao que as pessoas comem do que a educação para a saúde. O desenvolvimento económico e as melhorias nas condições habitacionais e sanitárias trouxeram uma transição epidemiológica das doenças transmissíveis para as crónicas – doenças coronárias, eventos isquémicos e cancro. Com tal, veio também uma transição nutricional, demonstrada pelas dietas na Europa ocidental caracterizadas pelo consumo excessivo de gorduras polinsaturadas e açúcares, causando maiores níveis de obesidade. Simultaneamente, a obesidade tornou-se mais comum entre os pobres do que entre os ricos.
10. Transportes: andar de bicicleta, caminhar e usar transportes públicos promove a saúde de 4 formas – providenciam exercício, reduzem os acidentes fatais, aumentam o contacto social e reduzem a poluição atmosférica. Dado que a mecanização tem reduzido o exercício envolvido na actividade laboral e na vida doméstica, as pessoas precisam de encontrar novas formas para incorporar o exercício no seu dia-a-dia. A redução do tráfego rodoviário também contribui para a redução dos acidentes e mortes rodoviárias, e embora os acidentes que envolvem viaturas também vitimem ciclistas e pedestres, a verdade é que ambientes urbanos bem planeados que promovem a separação entre ciclistas, pedestres e tráfego rodoviário aumentam a segurança dos primeiros. Ao contrário dos carros, que isolam as pessoas umas das outras, o ciclismo, a deambulação e os transportes públicos estimulam a interacção social nas ruas. As estradas “cortam” as comunidades em duas partes e promovem a noção dos



“dois lados da estrada”. Com menos pedestres, as estradas deixam de ser espaços sociais e as pessoas que se deslocam a pé podem sentir mais medo de ataques. Além disso, os subúrbios que dependem dos carros para serem acedidos acabam por isolar as pessoas que não os possuem – nomeadamente os jovens e os idosos. E como já foi referido acima, o isolamento social e a falta de interacção comunitária encontram-se fortemente associados a pior saúde.

Nesta matéria, o relatório Marmot (2010) ao referir-se a Whitley et al (2005), alude ao facto de que famílias com rendimentos mais baixos tendem a ter menor mobilidade mas maior exposição a condições ambientais adversas relacionadas com os transportes, tais como a poluição atmosférica, o ruído e o tráfego. Assim, o acesso a transportes que capacita os residentes a moverem-se para fora das suas próprias comunidades estará positivamente correlacionado com uma redução do medo de isolamento social e uma saúde mental positiva.

No domínio da segurança rodoviária Um estudo em Inglaterra (Grayling et al, 2002 cit. por Marmot, 2010) demonstrou que as crianças oriundas de 10% das áreas mais empobrecidas tinham 4 vezes maiores probabilidades de serem atropeladas por um automóvel do que as crianças nas áreas 10% mais ricas.

Acrescentamos ainda outra dimensão que nos parece importante em termos de determinantes sociais da saúde: o ambiente urbano e clima.

Demonstrou-se em vários países que maiores níveis de poluição atmosférica estão associados a localidades empobrecidas (Naess et al, 2007, cit. por Marmot, 2010). Outros estudos, onde esta tendência não se verifica e onde pessoas com maior estatuto socioeconómico estão expostas a maiores níveis de concentração de poluição, verificaram que as de menores rendimentos apresentavam maiores taxas de mortalidade, evidenciando assim uma maior susceptibilidade para os efeitos da poluição atmosférica entre os mais desfavorecidos (Forastiere et al 2007, cit. por Marmot, 2010).

A evidência também demonstrou que a inequidade na mortalidade é mais baixa nos grupos populacionais que vivem em áreas mais verdes (Grant, 2010, cit. por Marmot 2010). Não obstante, os benefícios do incremento da actividade física e da saúde mental melhorada só se tornam evidentes se os espaços verdes forem de elevada qualidade, acessíveis e seguros. De acordo com Lavin et al (2006) (cit. por Marmot, 2010) o acesso a áreas verdes e à natureza afectam positivamente a saúde mental, possivelmente através da redução do stress e pelas distrações e afastamento das actividades quotidianas que proporciona. Por outro lado, promovem a interacção social e a coesão. O contrário também se revela verdade, ou seja, restrições de acesso a áreas verdes apresentam relação com uma saúde mental mais deteriorada.



1.4. Metodologias de avaliação da qualidade de vida nas cidades

No seu artigo “*Ranking of cities according to public health criteria: pitfalls and opportunities*” Ham *et al*¹⁴ (2004) elencam vários rankings relativos à qualidade de vida em cidades americanas desenvolvidos maioritariamente para revistas de cultura geral e algumas mais especializadas (*Places Rated Almanac*, *Natural Health* magazine, *Men’s Fitness*, *Money Magazine’s* e *Fast Forward’s* “Sperling’s Best Places”). Embora apontem como factores positivos para estes rankings o facto de suscitarem o interesse e a atenção dos decisores políticos para as condições que modelam a qualidade de vida, bem como servirem enquanto factores de atracção para novos residentes, empresas ou turistas, alertam que os mesmos se sustentam em dados de prevalência do domínio da saúde pública e medidas ambientais oriundas de múltiplas fontes cuja variabilidade é ignorada aquando da realização dos rankings. Os autores sustentam que os estudos comparam as cidades de acordo com indicadores de doença, prevalência de comportamentos, correlações de medidas de saúde ou uma miscelânea destes e que todos eles apresentam limitações metodológicas que é necessário atender aquando da sua interpretação. Afirmam também que os enquadramentos teóricos para relações doença-ambiente ainda estão na sua infância, dada a mudança verificada nos paradigmas da saúde pública em meados de 1990, que redireccionou as atenções para as causas de doença multivariáveis. Dão como exemplo as investigações relacionadas com a obesidade, cujos enquadramentos teóricos distinguem entre ambientes físicos e sociais, comportamentos e carga de doença, face à inexistência de relações claras entre ambiente, actividade física, nutrição, obesidade e doença. Como referem, as cidades são sistemas complexos com relações causais múltiplas entre ambiente, dinâmicas populacionais, comportamento e condições de saúde.

Os estudos de rankings podem conduzir a uma excessiva simplificação da complexidade destes sistemas, razão pela qual consideramos que as conclusões da presente tese deverão ser analisadas com cautela e estamos cientes que a metodologia ora proposta enferma de questões que precisarão certamente de outros estudos.

Em termos nacionais a empresa *Bloom Consulting* publicou em 2014 o *Portugal City Brand Ranking* ©, que se constitui como um ranking dos vários municípios portugueses de acordo com a sua performance nas vertentes de investimento (negócios), turismo (visitar) e talento (viver). Recorre para esse efeito a uma metodologia que incorpora 3 variáveis para medir as 3 dimensões já referidas. A 1ª variável é composta por dados económicos¹⁵, dados de turismo¹⁶ e dados de talento¹⁷; a 2ª por dados relativos à procura

¹⁴ Ham et al. (2004). Ranking of cities according to public health criteria: pitfalls and opportunities. *Am J Public Health*, 94, 546-549.

¹⁵ Empresas, crescimento empresarial, %novas empresas/total, empresas/habitante.

¹⁶ Dormidas, crescimento de dormidas, taxa de ocupação hoteleira, dormidas/habitante.

¹⁷ População, taxa de crescimento da população, taxa de desemprego, poder de compra, taxa de criminalidade, habitantes/centro de saúde, estabelecimento de ensino superior/10000 habitantes.



por economia¹⁸, procura por turismo¹⁹ e procura por talento²⁰; e a 3ª pela performance do website de cada município e cada uma das suas *social media*. Sendo uma metodologia e tendo um objectivo que não é sobreponível ao deste trabalho, considerou-se interessante pela inovação no objecto (aqui acompanhando outros trabalhos de natureza académica já realizados) e na forma de estudo a nível nacional. Para o presente trabalho também recorreremos aos contributos do Eurobarómetro nº 366, intitulado “*Quality of life in european cities*” de Outubro de 2013 (anexo 2), ao *Better Life Index* da OCDE (anexo 3), ao Índice de Bem-Estar para Portugal (Instituto Nacional de Estatística) (anexo 4) e à edição de 2000 da OMS, onde esta propõe os itens a constar da elaboração do perfil de uma cidade saudável (anexo 5).

O Eurobarómetro nº 366 foi o 3ª inquérito do género, sendo que os anteriores foram aplicados nos anos de 2004, 2006 e 2009. Incluiu todas as cidades capitais europeias mais uma a seis cidades nos países de maiores dimensões, perfazendo um total de 79 cidades. Em cada cidade entrevistaram-se cerca de 500 cidadãos.

Como principais conclusões deste eurobarómetro temos:

- A satisfação com a limpeza, espaços verdes e espaços públicos, tais como mercados, praças e zonas pedestres, bem como o sentimento de segurança na cidade e na vizinhança, foram os aspectos que apresentaram maior relação com a satisfação global de se viver numa dada cidade.
- Os serviços de saúde, o desemprego e a educação/formação são os aspectos mais relevantes para uma cidade, na medida em que aparecem classificados acima da segurança, transportes públicos, infra-estruturas rodoviárias, poluição do ar, habitação, serviços sociais e ruído.
 - Em 64 cidades os serviços de saúde são citados como um dos 3 aspectos mais relevantes, sendo o aspecto mais relevante em 34 cidades.
 - O desemprego aparece entre as 3 principais prioridades em 58 cidades e como a primeira em 18.
 - No que respeita à educação/formação, as referências como uma das 3 principais preocupações e como a principal são, respectivamente, em 50 e em 14 cidades.

Os vários estudos elencados até ao momento, assim como as metodologias de avaliação da qualidade de vida nas cidades e respectivos indicadores, como constante dos anexos 2, 3 e 4 e 5 permitiram ajuizar da pertinência das categorias utilizadas na nossa grelha estruturada de análise, nomeadamente:

- Políticas para a juventude
- Políticas para idosos
- Políticas para os migrantes

¹⁸ Empreendedorismo, empresas, impostos, economia, investimento.

¹⁹ Alojamento, animação turística, cultura, restauração, visitar.

²⁰ Educação, emprego, qualidade de vida, saúde, viver.



- Respostas em termos de serviços sociais e de saúde
- Políticas de literacia em saúde
- Políticas de prevenção de doenças não transmissíveis
- Políticas dirigidas à prevenção do consumo de tabaco, álcool e drogas
- Políticas promotoras da vida activa e ambientes saudáveis
- Políticas promotoras de uma alimentação saudável
- Políticas de prevenção da violência e lesões
- Planeamento urbano saudável
- Políticas de habitação e lazer
- Políticas promotoras de sistemas de transportes saudáveis
- Políticas direccionadas para as alterações climáticas e emergências de saúde pública
- Políticas de segurança e protecção
- Políticas de prevenção da exposição ao ruído e poluição
- Políticas de promoção da criatividade

Concluimos, assim, por um forte alinhamento entre os critérios subjacentes à fase V da rede de cidades saudáveis da OMS e os critérios inerentes aos estudos aludidos até ao momento.

Porém, este enquadramento teórico jamais ficaria sustentado se não fizéssemos uma referência ao enquadramento legal vigente para as autarquias portuguesas, pois é dentro desse enquadramento que é possível desenhar e planear políticas sufragáveis nas eleições autárquicas.



1.5. Enquadramento legal das autarquias

Para que esta tese faça sentido torna-se necessário analisar o papel das autarquias no domínio da saúde em particular e da qualidade de vida em geral. Para tal, optou-se por uma análise do enquadramento jurídico actual das autarquias, pois crê-se que da análise do mesmo ressalta o escopo de intervenção destas no domínio das variáveis que concorrem para a classificação de uma cidade como “Cidade Saudável”.

Seleccionou-se como peças jurídicas relevantes as seguintes:

- Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – regime jurídico das autarquias locais;
- Lei n.º 22/2012, de 30 de maio – regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica;
- Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto – regime jurídico da actividade empresarial local e das participações locais;
- DL n.º 115/2006, de 14 de Junho – regulamentação da rede social.

Esta análise jurídica impunha-se na medida em que se revelou necessário avaliar se a legislação compreendia os requisitos necessários para que as autarquias pudessem perseguir sem obstáculos os pressupostos de uma cidade saudável. Só com uma avaliação prévia da reunião destes requisitos é que faria sentido a apreciação dos programas autárquicos na medida em que estes deverão estar, supostamente, alinhados com aquilo que são as potencialidades encerradas no enquadramento legal de uma autarquia.

Na lei n.º 75/2013 chamamos a atenção para o seu artigo 2.º (atribuições), que estipula que “*Constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respectivas populações*”. Estamos em crer que a qualidade de vida e a saúde constituem interesses das populações, como ficou, aliás, demonstrado nos resultados do eurobarómetro nº 366, supra referido. A questão que se coloca no presente refere-se à medida em que a legislação permite esta promoção e salvaguarda dos interesses, por um lado, e de que forma os dirigentes autárquicos interpretam esses interesses, aspecto que retiraremos da análise dos programas eleitorais recolhidos para o presente trabalho. Em termos das potencialidades contidas na legislação, continuemos a nossa análise.

O nº 2 do artigo 7.º da lei n.º 75/2013 define como atribuições específicas das freguesias na prossecução da salvaguarda dos interesses das populações, em articulação com o município, as seguintes:

- a) Equipamento rural e urbano;
- b) Abastecimento público;
- c) Educação;
- d) Cultura, tempos livres e desporto;



- e) Cuidados primários de saúde;
- f) Acção social;
- g) Protecção civil;
- h) Ambiente e salubridade;
- i) Desenvolvimento;
- j) Ordenamento urbano e rural;
- k) Protecção da comunidade.

Todas elas concorrentes, e coincidentes em larga medida, com os parâmetros a atender na óptica das cidades saudáveis, portanto.

O nº 3 do mesmo artigo vem balizar a latitude de acção das freguesias nestes domínios ao estipular que “*As atribuições das freguesias abrangem ainda o planeamento, a gestão e a realização de investimentos nos casos e nos termos previstos na lei*”. Ou seja, com poderes de concretização efectivos²¹. Que, aliás, se vêm consubstanciar com outra dimensão no desenvolvimento do artigo 16.º, ao estabelecer que as freguesias detêm competências materiais nos seguintes domínios:

- *“t) Promover e executar projectos de intervenção comunitária nas áreas da acção social, cultura e desporto;*
- *u) Participar, em colaboração com instituições particulares de solidariedade social, em programas e iniciativas de acção social;*
- *v) Apoiar actividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para a freguesia”*

Já o artigo 23.º refere que os municípios dispõem de atribuições nos seguintes domínios:

- a) Equipamento rural e urbano;
- b) Energia;
- c) Transportes e comunicações;
- d) Educação;
- e) Património, cultura e ciência;
- f) Tempos livres e desporto;
- g) Saúde;
- h) Acção social;
- i) Habitação;
- j) Protecção civil;
- k) Ambiente e saneamento básico;
- l) Defesa do consumidor;
- m) Promoção do desenvolvimento;

²¹ Sublinha-se desde já que, embora o presente enquadramento jurídico da problemática em apreço se reporte também à dimensão das freguesias, tal não foi considerado na pesquisa de campo e no material recolhido, que é exclusivamente referente a municípios. No entanto, pareceu-nos que nesta parte do trabalho uma exploração o mais aprofundada possível justificava-se de forma a se entenderem as relações que se estabelecem nas diversas matérias que interessam para esta tese entre freguesias e municípios.



- n) Ordenamento do território e urbanismo;
- o) Polícia municipal;
- p) Cooperação externa.

Em termos de competências materiais o artigo 33.º vem-nos dizer que estas se reportam a:

- *“u) Apoiar actividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;*
- *v) Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal;*
- *w) Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas;*
- *ee) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal;*
- *hh) Deliberar no domínio da acção social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes”;*

Fica claro de que forma estas alíneas estão em linha com aquilo que são os eixos de trabalho de uma autarquia que se queira considerar uma “cidade saudável”. Veremos com este trabalho se tais preocupações ocuparam o espírito dos candidatos às últimas eleições autárquicas.

Porém, a gestão autárquica contemporânea compreende soluções administrativas que transcendem a simples lógica de freguesia ou município, abrindo espaço para, e concretizando através da legislação, modalidades organizativas que visam promover a sua eficiência. Referimo-nos às áreas metropolitanas e às comunidades intermunicipais. Em termos de áreas metropolitanas vamos encontrar no artigo 67º as suas atribuições (anexo 6).

No entanto, qualquer análise das dinâmicas autárquicas implica considerar a sua relação com o Estado, ou administração central, na medida em que muitos dos objectivos que as autarquias precisam prosseguir na lógica de cidades saudáveis implicam que sejam accionados recursos e iniciados processos que dependem em larga medida da administração central, mais do que propriamente das autarquias. No que concerne à saúde, esta realidade assume acentuada veemência devido ao modelo de gestão eminentemente central das unidades do Serviço Nacional de Saúde. Mas também neste domínio a lei 75/2013 vem contemplar por intermédio do seu artigo 113º a



“Intangibilidade das atribuições e natureza e âmbito da descentralização administrativa”. Diz este artigo que: *“No respeito pela intangibilidade das atribuições autárquicas e intermunicipais, o Estado concretiza a descentralização administrativa promovendo a transferência progressiva, contínua e sustentada de competências em todos os domínios dos interesses próprios das populações das autarquias locais e das entidades intermunicipais, em especial no âmbito das funções económicas e sociais”*. Para o caso em apreço, sublinhamos as *“funções económicas e sociais”*. Diga-se, de passagem, que a participação das autarquias nas opções das entidades do Serviço Nacional de Saúde, que funcionam na dependência da tutela em diferentes graus (quer se tratem de unidades com o estatuto de Sector Público Administrativo ou de Entidades Públicas Empresariais), já se verifica através dos Conselhos Consultivos dos Hospitais EPE e os das Unidades Locais de Saúde.

Também o artigo 124º vem reforçar esta perspectiva de delegação de competências ao definir que *“No respeito pela intangibilidade das atribuições estaduais, o Estado concretiza a delegação de competências em todos os domínios dos interesses próprios das populações das autarquias locais e das entidades intermunicipais, em especial no âmbito das funções económicas e sociais”*.

Optámos por uma referência à lei n.º 22/2012 de 30 de Maio por considerarmos que esta se reporta, em certa medida, à lógica descentralizadora que configura maior autonomia e consequentemente maior capacidade para as necessidades e prioridades das pessoas serem geridas a um nível de maior proximidade e, consequentemente, de maior significância para estas. Destacamos em especial o seu artigo 10º (anexo 7).

A razão pela qual fazemos este destaque prende-se com o facto de que não seria expectável retirar grandes considerações e medidas concretas dos programas de candidatura autárquicos (embora, como já dissemos, nos tenhamos reportado apenas aos dos municípios) relativas aos objectivos e medidas conducentes a uma cidade saudável se a própria legislação não conferisse o respectivo suporte para a sua implementação. Porém, como constatamos, este suporte existe e contém um elevado potencial de exploração, como veremos adiante.

É sabido que muitas autarquias têm optado nos últimos tempos pela opção das empresas municipais de forma a prosseguirem o seu mandato em diversas áreas, nomeadamente aquelas que concorrem para a dinamização de uma cidade saudável. É nesse âmbito que fazemos referência à lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto (regime jurídico da actividade empresarial local e das participações locais), mais concretamente ao seu artigo 45º (anexo 8).

Olhando para as 7 alíneas do artigo 45º deduzimos facilmente que esta modalidade de gestão é aplicável a muitas áreas sensíveis a uma cidade saudável, pelo que poderemos inferir da existência da necessária flexibilidade gestionária para levar a cabo as actividades que se impõem ao desenvolvimento e consolidação de uma cidade saudável.



Por último, no âmbito do enquadramento jurídico do objecto da presente tese, fazemos uma referência ao decreto-lei n.º 115/2006, de 14 de Junho, que regulamenta as redes sociais (anexo 9).

Da análise deste decreto-lei ressalta a centralidade das redes sociais dos municípios na prossecução dos objectivos conducentes e caracterizadores de uma cidade saudável.

É genericamente aceite que o poder local tem uma contribuição vital a dar na promoção de boas práticas e mensuração do progresso ao nível da melhoria dos determinantes sociais de saúde (Comissão Europeia, 2007). Para tal, é concorrente uma maior atenção ao modelo social de saúde, que enfatiza a boa saúde como resultado de um ambiente socioeconómico positivo e a influência de diversos factores ambientais (Barton e Tsourou, 2000). Ao contrário do que acontece no modelo biomédico, curativo, no qual muitos dos determinantes residem na provisão de cuidados de saúde pelos respectivos serviços, no caso do governo local este tem a responsabilidade de providenciar muitos dos serviços que são cruciais para os determinantes sociais da saúde: educação, transporte, condições de habitação e planeamento urbano. A literatura evidencia que as autoridades locais estão muitas das vezes numa óptima posição para sentar à volta da mesa uma ampla variedade de actores locais e estimular a acção num sentido em que o sector da saúde, *per si*, não consegue (Saltman e Bankauskaite, 2007).

Como Litvack *et al* (1998) demonstraram, a redução da influência central e a promoção da autonomia local conduzem a políticas mais flexíveis e eficientes, na medida em que as autoridades locais estão mais aptas a responder a necessidades locais e podem ter maior conhecimento e sensibilidade para os problemas locais. Perspectiva corroborada por De Vries (2000) ao afirmar que os decisores de sistemas centralizados tendem a negligenciar a complexidade dos problemas locais.

Porém, o poder local também enfrenta diversos desafios no que respeita à implementação de acções orientadas para a melhoria dos determinantes sociais da saúde, nomeadamente:

- Embora o poder local esteja melhor posicionado para responder às necessidades locais, está sempre situado num contexto legislativo mais amplo que lhe define as condições nas quais pode agir;
- Localização, descentralização e delegação de poder podem originar tensão entre os diversos níveis de governação (conflitos verticais) ou entre diferentes agências governamentais (conflitos horizontais). O dilema de assegurar o alinhamento dos objectivos políticos nacionais com as intervenções locais e respectivos objectivos e projectos pode comprometer a coerência e as sinergias;
- Não pode ser, necessariamente, assumido que o poder local tem a capacidade e recursos suficientes para maximizar os ganhos em saúde através das determinantes sociais da saúde, bem como para desenvolver as políticas associadas que são da sua responsabilidade (União Europeia, 2012).



A saúde e a equidade na saúde devem ser abordadas no plano estratégico e nas decisões concretas ao nível local, de forma a assegurar que essas decisões abordam efectivamente as inequidades em vez de as exacerbarem ainda mais.

O governo local tem um papel determinante na definição e organização das respectivas comunidades, razão pela qual os urbanistas devem ter presente o quanto o *design* urbano influencia a diminuição das inequidades em saúde. Claro que tal desiderato só é alcançável se todos os envolvidos – governo local, comerciantes, comunidades – tiverem uma perspectiva de compromisso mútuo. Em termos das responsabilidades do governo local podemos elencar as seguintes:

1. Identificar as necessidades das populações recolhendo a informação necessária para um adequado planeamento urbano e respectivo desenvolvimento de serviços e instalações.
2. Promover e suportar a participação dos indivíduos na co-produção, direcção e controlo dos serviços locais.
3. Desenvolver o capital social através do empoderamento da comunidade e fortalecimento de relações de confiança, reciprocidade e intercâmbio entre diferentes comunidades.
4. Avaliar o impacto do planeamento urbano na saúde e respectivas inequidades.
5. Dar prioridade ao acesso a espaços verdes e à segurança dos indivíduos, com destaque para a segurança associada aos transeuntes.
6. Assegurar que a eficiência energética é uma prioridade na construção de novas casas e na reabilitação de antigas.
7. Utilizar mecanismos regulatórios locais para limitar o número de restaurantes de *fast-food*, principalmente nas áreas mais empobrecidas.
8. Agir como um empregador exemplar e utilizar mecanismos de contratação e sub-contratação que melhorem as condições laborais na área de influência (União Europeia, 2012).



2. Metodologia

2.1. Desenho

A questão de partida para a presente dissertação foi: como é que a perspectiva das cidades saudáveis encontra respaldo nos programas dos partidos políticos que se apresentam a eleições autárquicas?

Esta questão surgiu na senda de uma concepção da Saúde como a descrita acima²², que nos remete para a problemática das determinantes da saúde²³ e factores de risco associados.

Não sendo viável para um estudo desta natureza avaliar estas determinantes em todos os concelhos de Portugal, não obstante alguma biografia que já disponibiliza informação interessante a esse respeito²⁴, optou-se por uma abordagem indirecta à problemática, procedendo-se, numa óptica que se crê inovadora pela sistematização que opera, a uma análise dos programas das candidaturas autárquicas dos partidos com assento na Assembleia da República (na XII legislatura) nas eleições de 2013 sob a égide da filosofia das cidades saudáveis.

Para a definição da metodologia de investigação, de base qualitativa, recorreu-se aos contributos de Quivy e Campenhoudt (2005), Albarello et. al (2005) , Ribeiro (2010) , Bardin (2006) e Fortin (2003) .

Considerando a natureza da problemática em apreço (perspectiva das cidades saudáveis nos programas eleitorais autárquicos) e a inexistência de um estudo semelhante em Portugal (no âmbito da pesquisa feita para o efeito), optou-se por fazer uma leitura do enquadramento teórico das cidades saudáveis e temas conexos de forma a ajudar a delimitar o objecto de análise e a construção do instrumento de análise dos programas.

Como método exploratório complementar realizou-se um primeiro trabalho de natureza investigativa onde se analisou a participação de um grupo profissional da saúde nas eleições autárquicas de 2013. Através deste trabalho iniciou-se a exploração da articulação do conceito da saúde com programas políticos de índole autárquica, descortinando-se, no âmbito da população estudada, os mecanismos de produção das políticas e os factores que os influenciavam.

²² “Um estado dinâmico de bem-estar caracterizado por um potencial físico e mental que satisfaz as exigências da vida compatível com a idade, a cultura e a responsabilidade pessoal” (Bircher, 2005) in http://www.who.int/bulletin/bulletin_board/83/ustun11051/en/# - consultado a 2.6.14.

²³ <http://www.who.int/hia/evidence/doh/en/> - consultado a 12.6.14

²⁴ Geografias da saúde e do desenvolvimento (Santana, 2005); O estado de saúde dos portugueses – uma perspectiva espacial (Santana, ?); Pessoas pobres, lugares pobres, saúde pobre (Nogueira, ?); Os lugares e a saúde (Nogueira, 2008).



Posteriormente, iniciou-se o trabalho sobre os conceitos a desenvolver para o presente estudo: o de “cidades saudáveis” e “políticas autárquicas”. Isto, sem desconsiderar uma breve análise integrativa entre capital humano, capital social, saúde e cidades saudáveis.

Percorridos estes passos prévios, chegou-se à proposição a testar: a prevalência da perspectiva das cidades saudáveis nos programas políticos autárquicos enquanto indicador de uma vontade expressa, ou de uma atenção ainda não interiorizada, de abordar esta questão como via integradora dos determinantes sociais da saúde e da qualidade de vida das populações nas políticas autárquicas.

O campo de análise foram os programas eleitorais autárquicos das forças políticas com representação na Assembleia da República na actual legislatura (XII legislatura) e dos movimentos independentes. Para este efeito recorreu-se essencialmente à internet e à recolha manual de alguns programas. A amostra seria constituída, potencialmente, por 1047 programas, correspondendo aos 307 municípios, sendo que para o presente estudo se revelou viável a análise de 49 programas escolhidos aleatoriamente.



2.2. Técnica de Análise dos dados

Como técnica de análise dos dados utilizou-se a análise de conteúdo, mais concretamente através da análise categorial e da análise de co-ocorrência (Campenhoudt, 2005), considerada a natureza dos dados recolhidos. As razões pelas quais se optou por esta técnica são:

- Permite uma análise das ideologias, dos sistemas de valores, das representações e das aspirações, bem como da sua transformação;
- Permite a análise dos processos de difusão e de socialização;
- Permite a análise das estratégias em jogo num conflito.

Não obstante estas razões, tem-se presente algumas limitações, como seja o caso do investigador ter de manter uma grande distância em relação a interpretações espontâneas e, em particular, às suas próprias (Campenhoudt, 2005).

Garcia e McCarthy (1994) no seu documento *Measuring health: a step in the development of city health profiles* dão um importante contributo metodológico relativamente a instrumentos para medição da Saúde.

Tal contributo interessa para este trabalho porque permite enquadrar um desenvolvimento futuro orientado para a mensuração de “níveis de saúde” das diversas populações e o cruzamento desses resultados com o perfil de cidade saudável a obter com a eventual aplicação da matriz proposta neste trabalho. Além disso, também se constitui como uma mais-valia para a própria conceptualização da matriz, ao fornecer pistas sobre o tipo de indicadores que esta pode incorporar.

Os autores começam por alertar para a necessidade de se ter cautela na escolha do instrumento de medida, dado que cada um é administrado e validado para avaliar um aspecto ou uma população em concreto, revelando-se assim inadequado se usado para avaliar outros aspectos ou populações diferentes (anexo 10). Eles dividem os instrumentos de medida em 4 grupos:

1. De avaliação da funcionalidade, de carácter subjectivo.
2. Globais, que procuram capturar o estado de saúde de forma global, incorporando as dimensões física, mental e social. De entre as globais, subdividem em agregadas (i.e. QALYs) e perfis (procedem à agregação dos indivíduos em perfis).
3. Orientadas para doenças específicas (i.e. escala de avaliação do impacto da artrite).
4. De valorização, que são utilizadas quando não é possível medir os resultados em unidades naturais e, por força desse facto, se utilizam escalas valorativas.



2.3. Técnica de Recolha de dados

O instrumento de recolha dos dados (documentais) é uma matriz que incorpora as dimensões contempladas na Fase V (2009) do projecto cidades saudáveis da OMS-Europa e que se encontram alinhadas com as determinantes sociais da saúde identificadas pela OMS (2003; 2010). Com o intuito de se concretizar com a maior objectividade possível os vários parâmetros da matriz procuraram-se contributos no Eurobarómetro nº 366, intitulado “*Quality of life in european cities*” (2013), no *Better Life Index* da OCDE, no Índice de Bem-Estar do INE e nas publicações da OMS relativas ao assunto, na medida em que estes projectos analisam dimensões igualmente contempladas na metodologia das cidades saudáveis.

Porém, para a criação da matriz, além dos já referidos no subcapítulo 1.4., também recorremos aos contributos fornecidos por Ferrão e Guerra (2004) (anexo 61) no seu trabalho *Municípios, Sustentabilidade e Qualidade de Vida: Contributos para a construção de um sistema de indicadores de monitorização da qualidade de vida nos municípios portugueses*.

A matriz que desenvolvemos sofreu várias evoluções, das quais não é dissociável a própria análise que se foi fazendo dos programas recolhidos. Os principais ajustes verificaram-se ao nível das categorias, subcategorias e sub-subcategorias de análise, na medida em que, devendo permanecer fiel aos princípios subjacentes à Fase V do projecto das Cidades Saudáveis, era importante que a informação pudesse ser organizada de uma forma que por um lado não se traduzisse numa excessiva compartimentalização das várias unidades de análise e, por outro lado, não redundasse em categorias que ao englobarem tudo perdiam a sua sensibilidade às especificidades de cada programa. Para este desenvolvimento da matriz não foi despiciente o contributo de Moraes (1999) que após identificar as seguintes 5 etapas do processo da análise de conteúdo: preparação das informações, transformação do conteúdo em unidades, categorização ou classificação das unidades em categorias, descrição, interpretação; enuncia as seguintes qualidades de uma categoria (a ter presentes na fase de categorização):

- Válida, pertinente ou adequada: Esta adequação refere-se aos objectivos da análise, à natureza do material que está a ser analisado e às questões que se pretende responder através da pesquisa. A validade ou pertinência exige que todas as categorias criadas sejam significativas e úteis em termos do trabalho proposto, a sua problemática, os seus objectivos e a sua fundamentação teórica. Refere o autor que: “*Entre os dois extremos, criar novas categorias e criar categorias úteis e significativas, é preciso atingir um equilíbrio em que o número de categorias seja mantido no mínimo necessário*”. Também sustenta que quando as categorias são definidas a priori a validade ou pertinência pode



ser construída a partir de um fundamento teórico, enquanto que na situação de emergir dos dados os argumentos de validade são construídos gradualmente.

- Exaustiva ou inclusiva: um conjunto de categorias é exaustivo quando possibilita a categorização de todo o conteúdo significativo definido de acordo com os objectivos da análise. Assim, cada conjunto de categorias deve ser exaustivo no sentido de possibilitar a inclusão de todas as unidades de análise. Não deve ficar nenhum dado significativo que não possa ser classificado.
- Homogénea: uma categoria é homogénea quando é estruturada numa única dimensão de análise. Se estivéssemos a falar numa perspectiva quantitativa seria o mesmo que afirmar que se baseia numa única variável.
- Exclusiva: cada elemento só pode ser classificado numa única categoria. É o critério de exclusividade ou exclusão mútua. Um mesmo dado não pode ser incluído em mais de uma categoria, ou seja, cada elemento ou unidade de conteúdo não pode fazer parte de mais do que uma categoria.
- Objectivas, consistentes ou fidedignas: quando uma categoria é objectiva as regras de classificação são explicitadas com clareza suficiente, de modo a serem aplicadas de forma consistente ao longo de toda a análise. Isto significa que não deve ficar nenhuma dúvida quanto às categorias em que cada unidade de conteúdo deverá ser integrada.

Este último ponto, o da objectividade, revelou-se de especial importância na construção e aplicação da matriz, na medida em que nos revimos nos alertas de Moraes (1999):

“Quando um conjunto de categorias atende ao critério da objectividade, a classificação não será afetada pela subjetividade dos codificadores. Nestas condições diferentes pesquisadores deverão chegar a resultados semelhantes quando categorizando as mesmas unidades de conteúdo, a partir das mesmas regras de classificação”.

Diz o autor que a questão da objectividade tem sido cada vez mais questionada nas pesquisas qualitativas, na medida em que neste tipo de investigação cada investigador poderá captar dimensões diferentes a partir de um mesmo texto ou mensagem. Tal deverá reflectir-se, desejavelmente, mais na constituição de diferentes conjuntos de categorias do que propriamente na classificação do conteúdo, uma vez estabelecido o conjunto de categorias.

Sublinhamos apenas que os documentos que serviram de base à definição das unidades de análise encerram, eles próprios, algumas dificuldades inerentes ao seu fim, que tanto pode ser a intenção de transmitir uma ideia clara, consubstanciada numa proposta palpável e mensurável, como uma ideia mais difusa, apenas alicerçada em propósitos mais genéricos. Esta dificuldade esteve presente na análise documental e também influenciou a versão final da matriz.

Assim, ficámos com uma versão final da matriz com 17 categorias, 44 subcategorias e 18 sub-subcategorias, sendo que na parte da conclusão da presente tese propomos,



enquanto melhoria, um modelo revisto e simplificado da matriz a ser aplicado em trabalhos futuros.

Reforçamos que subjacente à elaboração da presente matriz, sustentada essencialmente nos parâmetros advogados pela fase V do projecto das cidades saudáveis da OMS-Europa, estiveram os contributos do Eurobarómetro nº 366, intitulado “Quality of life in european cities” (2013), do Better Life Index da OCDE, do Índice de Bem-Estar do INE e do trabalho de Ferrão e Guerra (2004)²⁵.

Matriz

Categorias, subcategorias e sub-subcategorias
1. Políticas para a juventude
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância
1.2. Apoios e serviços para a juventude
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade
2. Políticas para idosos
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente
3. Políticas para os migrantes
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural
4. Serviços sociais e de saúde
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças
4.2.1. Cardiovasculares
4.2.2. Oncológicas
4.2.3. Respiratórias
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças
4.3.1. Cardiovasculares
4.3.2. Oncológicas
4.3.3. Respiratórias
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde
5. Literacia em saúde
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;
6. Prevenção de doenças não transmissíveis

²⁵ *Municípios, Sustentabilidade e Qualidade de Vida: Contributos para a construção de um sistema de indicadores de monitorização da qualidade de vida nos municípios portugueses* (2004).



6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ²⁶
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza
7. Tabaco, álcool e drogas
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas
8. Vida activa e ambientes saudáveis
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho
9. Alimentação saudável
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis
10. Violência e lesões
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos
11. Planeamento urbano saudável
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis
12. Habitação e lazer
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física
13. Transportes saudáveis
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública

²⁶ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas
15. Segurança e protecção
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social
16. Exposição ao ruído e poluição
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído
17. Criatividade
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade



2.4. Procedimento

Foram identificadas 1251 candidaturas, oriundas de partidos com assento na Assembleia da República na actual legislatura (XII) e independentes, nas eleições autárquicas de 2013²⁷. Recolheram-se 203 programas de candidatura à Câmara Municipal (objecto de estudo no presente trabalho)²⁸, o que corresponde a 16,2% da amostra potencial de programas.

A distribuição dos programas recolhidos por partidos foi a seguinte:

Tabela 2

Força política	%	N
PS ²⁹	33%	67
PSD ³⁰	16%	32
CDS ³¹	6%	12
PSD+CDS	10%	21
CDU ³²	12%	25
BE ³³	12%	25
INDEPENDENTES	10%	21

Do total de programas recolhidos, 47 corresponderam a forças políticas vencedoras do acto eleitoral, o que equivale a 23,15% dos programas recolhidos. Em termos de concelhos cobertos pelos programas eleitorais recolhidos a percentagem é de 38,76%.

A percentagem de cidades membros da rede portuguesa de cidades saudáveis cobertas pelos programas recolhidos foi de 58,6%. Já a percentagem de cidades membros da rede em que se conseguiu obter o programa e este foi o vencedor das eleições foi de 24 %.

A distribuição de programas recolhidos versus não recolhidos por distrito é a que se apresenta de seguida:

Tabela 3

Distrito	Programas		Percentagem programas recolhidos	Programas vencedores
	Recolhido	Não recolhido		
Açores	2	61	3%	0

²⁷ Recorreu-se para o efeito ao site <http://www.eleicoesautarquicas.pt>

²⁸ A maior parte dos programas foram obtidos através do site <http://ephemerajpp.com/eleicoes-autarquicas-de-2013-indice/>, tendo alguns sido obtidos através de contacto via Facebook® com os cabeças de lista

²⁹ Partido Socialista

³⁰ Partido Social Democrata

³¹ Centro Democrático Social

³² Coligação Democrática Unitária

³³ Bloco de Esquerda



Aveiro	19	65	29%	3
Beja	6	41	15%	3
Braga	10	48	21%	2
Bragança	3	42	7%	1
Castelo Branco	2	45	4%	1
Coimbra	6	60	10%	3
Évora	3	49	6%	1
Faro	16	55	29%	2
Guarda	4	44	9%	2
Leiria	15	58	26%	3
Lisboa	29	41	71%	7
Portalegre	2	54	4%	0
Porto	13	66	20%	3
Santarém	28	68	41%	6
Setúbal	19	42	45%	2
Viana do Castelo	5	33	15%	1
Vila Real	5	50	10%	2
Viseu	11	83	13%	2
Madeira	5	45	11%	4

Os distritos mais representados em termos de percentagem de programas recolhidos foram, por ordem decrescente: Lisboa, Setúbal, Santarém, Faro e Aveiro, Leiria, Braga, Porto, Beja e Viana do Castelo, Viseu, Madeira, Vila Real e Coimbra, Guarda, Bragança, Évora, Portalegre e Castelo Branco, Açores.

Em termos das autarquias cujos programas foram submetidos à análise de conteúdo, a sua distribuição por distritos/regiões autónomas foi:

Tabela 4

Região Autónoma dos Açores	3%
Distrito de Aveiro	33%
Distrito de Beja	9%
Distrito de Braga	22%
Distrito de Bragança	9%
Distrito Castelo Branco	6%
Distrito Coimbra	12%
Distrito de Évora	6%

Conseguiu-se uma cobertura de distritos do norte, centro e sul de Portugal, embora a representatividade geográfica não tenha sido um critério subjacente à escolha das autarquias. De forma a evitar quaisquer vieses relacionados com a representatividade



geográfica (para os quais, a acontecerem, não dispúnhamos de quaisquer estudos que nos permitissem minorá-los), procedeu-se à análise dos programas, viáveis em função do tempo disponível e da complexidade da análise, de forma aleatória. Procedeu-se, apenas e previamente, ao agrupamento dos programas por concelhos.

A tabela sintetizadora da análise de conteúdo é a constante do anexo 11, ao passo que os anexos 12 a 60 correspondem às fichas de análise de conteúdo de cada um dos programas autárquicos analisados.



3. Resultados

Para a análise dos programas foi utilizada a matriz descrita na parte da metodologia, constituída por 17 categorias, 44 subcategorias e 18 sub-subcategorias. Em termos da percentagem em que cada categoria, subcategoria e sub-subcategoria são referidas nos programas analisados, os valores são os expressos abaixo na tabela 5.

Como se pode constatar no anexo 11 procedeu-se, após a análise de conteúdo de cada programa, ao registo da existência de referências para cada uma das subcategorias e sub-subcategorias. A percentagem de referências que se pode observar na tabela 5 revela a percentagem de programas, do total analisado, que referiram cada uma das subcategorias e sub-subcategorias. Quanto às categorias, dado que em todas elas houve referência a uma ou mais subcategoria ou sub-subcategoria, considerou-se o valor de 100% para todas elas, ou seja, todas foram referidas em algum dos programas analisados.

Tabela 5

Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Percentagem de referências
1. Políticas para a juventude	100%
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância	35%
1.2. Apoios e serviços para a juventude	80%
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade	20%
2. Políticas para idosos	100%
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade	41%
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente	49%
3. Políticas para os migrantes	100%
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes	12%
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural	2%
4. Serviços sociais e de saúde	100%
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população	14%
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças	
4.2.1. Cardiovasculares	2%
4.2.2. Oncológicas	0%
4.2.3. Respiratórias	2%
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças	
4.3.1. Cardiovasculares	2%
4.3.2. Oncológicas	2%
4.3.3. Respiratórias	2%
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade	51%
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de	20%



saúde locais em termos de integração das prestações de saúde	
5. Literacia em saúde	100%
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde	31%
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;	55%
6. Prevenção de doenças não transmissíveis	100%
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ³⁴	6%
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis	
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares	51%
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis	63%
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio	78%
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego	82%
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)	80%
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável	59%
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros	67%
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar	49%
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos	63%
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática	53%
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade	57%
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	92%
7. Tabaco, álcool e drogas	100%
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho	0%
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool	0%
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas	4%
8. Vida activa e ambientes saudáveis	100%
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres	65%
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola	18%
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho	3%
9. Alimentação saudável	100%
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável	24%
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis	2%
10. Violência e lesões	100%
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres	10%
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças	6%
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos	8%

³⁴ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito	12%
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos	2%
11. Planeamento urbano saudável	100%
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes	73%
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis	63%
12. Habitação e lazer	100%
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte	47%
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos	63%
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física	71%
13. Transportes saudáveis	100%
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros	59%
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública	100%
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública	2%
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas	12%
15. Segurança e protecção	100%
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos	53%
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social	59%
16. Exposição ao ruído e poluição	100%
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos	22%
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior	16%
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído	4%
17. Criatividade	100%
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade	61%
MÉDIA³⁵	34%

De forma a facilitar a análise e agrupamento da informação expressa na tabela 5, optámos por organizar as subcategorias e sub-subcategorias em quartis, ou seja, distribuí-las em função da percentagem de vezes em que foram referidas nos programas. Assim, construímos a tabela 6, com o intuito de facilitar a análise das áreas de opções políticas referidas com maior frequência nos programas eleitorais.

Tabela 6

Quartis	Subcategorias e sub-subcategorias
100 e 75%	Apoios e serviços para a juventude; Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos); Riqueza própria e planos de redução da pobreza; Acesso a diversas

³⁵ Para o cálculo desta média só se consideraram as subcategorias e as sub-subcategorias.



	oportunidades de emprego; Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio;
74% e 50%	Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes; Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física; Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros; Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres; Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis; Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos; Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis; Medidas para melhorar a habitação para todos; Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade; Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável; Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros; Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social; Planos de emergência e segurança da comunidade; Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar; Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática; Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos; Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade; Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares;
49% e 25%	Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente; Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar; Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte; Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade; Apoios e serviços para a primeira infância; Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde
24% e 0%	Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável; Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos; Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade; Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde; Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola; Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior; Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população; Medidas promotoras da integração de migrantes; Medidas para lidar com acidentes de trânsito; Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas; Medidas para lidar com a violência sobre mulheres; Medidas para lidar com a violência sobre idosos; Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis; Medidas para lidar com a violência sobre crianças; Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas; Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído; Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho; Medidas promotoras da compreensão intercultural; Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças cardiovasculares; Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças respiratórias; Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças cardiovasculares; Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças oncológicas; Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças respiratórias; Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis; Medidas para lidar



	com acidentes domésticos; Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública; Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças oncológicas; Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho; Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool
--	---

Olhando para a distribuição das referências a cada subcategoria e sub-subcategoria por quartis, somos levados a constatar que:

- As que se encontram referidas com maior frequência são as relativas a apoios e serviços para a juventude; de acesso a instalações de alta qualidade; conducentes à produção de riqueza própria e de implementação de planos de redução da pobreza; de acesso a oportunidades de emprego; de promoção da coesão social / dinamização de redes sociais de apoio;
- Entre os 74% e 50% de referências nos programas eleitorais encontramos as relativas a medidas promotoras da acessibilidade aos transportes; de criação de espaços verdes; de promoção da actividade física; de acesso a habitações com água de qualidade, saneamento e eliminação de resíduos; de promoção de actividades culturais; de apoio à produção local de alimentos e à implementação de estabelecimentos de comida saudável; de participação dos cidadãos; de promoção da segurança e da protecção dos cidadãos; de acessibilidade aos sistemas de saúde locais;
- Em terceiro lugar, referidas entre 49% e 25% nos programas eleitorais, encontramos as ligadas a medidas direccionadas à capacitação da população idosa para uma vida independente; aos níveis de ruído e à qualidade do ar; aos apoios e serviços à primeira infância; ao fortalecimento das competências das pessoas em termos de literacia em saúde;
- As que apresentam menor percentagem de referências são as referentes a medidas para: diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos; criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade; reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde; promoção de ambientes saudáveis na escola; diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior; uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população; promoção da integração de migrantes; para lidar com acidentes de trânsito; para o combate às implicações das alterações climáticas; para lidar com a violência sobre mulheres, sobre idosos e sobre crianças; lidar com acidentes domésticos; evicção das drogas; diminuição ou delimitação da exposição ao ruído; promoção de ambientes saudáveis no trabalho; promoção da compreensão intercultural; promoção de comportamentos preventivos e do controlo e gestão de doenças cardiovasculares, oncológicas e respiratórias; adequar a capacidade de resposta às emergências em saúde pública; acção intersectorial com vista à evicção do álcool e do tabaco.



Fazendo uma análise da percentagem de subcategorias e sub-subcategorias referidas por concelho, ou seja, a média das referências de todas as forças políticas daquele concelho cujo programa político foi analisado, chegamos aos seguintes resultados:

Tabela 7

Concelho	Percentagem média de referências
PRAIA DA VITÓRIA	22%
ÁGUEDA	36%
ALBERGARIA-A-VELHA	41%
ANADIA	33%
AVEIRO	43%
ESPINHO	45%
MEALHADA	34%
MURTOSA	5%
OLIVEIRA DO BAIRRO	33%
OVAR	46%
Stª Mª DA FEIRA	45%
VALE CAMBRA	21%
BEJA	16%
CUBA	35%
FERREIRA DO ALENTEJO	22%
BARCELOS	31%
BRAGA	49%
ESPOSENDE	17%
GUIMARÃES	26%
VILA NOVA FAMALICÃO	48%
VILA VERDE	47%
VIZELA	10%
ALFÂNDEGA DA FÉ	29%
MIRANDELA	52%
VILA FLÔR	40%
COVILHÃ	59%
FUNDÃO	52%
CANTANHEDE	45%
MIRANDA DO CORVO	26%
MONTEMOR O VELHO	19%
PENELA	43%
ARRAIOLOS	9%
ÉVORA	33%

Perante estes resultados podemos afirmar que:

- É possível aferir um desvio padrão de 13,62, o que revela uma elevada dispersão de dados, com o 1º quartil nos 22%, o 3º quartil nos 45% e a mediana nos 34%. Não se constata, portanto, uma harmonização da percentagem de referências a aspectos caracterizadores de uma cidade saudável ao nível dos vários concelhos



analisados, mesmo considerando todos os programas candidatos a cada um deles;

- Os valores oscilam entre os 5% na Murtosa (1 programa recolhido e analisado) e os 59% na Covilhã (1 programa recolhido e analisado);
- A média de programas recolhidos e analisados por concelho incluído no estudo foi de 1,48.

Outros resultados interessantes que importam relevar nesta parte do trabalho:

- Do ponto de vista do total de programas recolhidos (e não apenas dos analisados) recolheu-se o correspondente a 58,6% das cidades membros da rede portuguesa de cidades saudáveis.
- De entre estas, conseguiu-se obter o programa vencedor em 24% das mesmas.
- De entre os programas analisados, os que correspondem a partidos não vencedores das eleições apresentam uma média de referências a características de uma cidade saudável na ordem dos 35%, enquanto que os correspondentes a partidos vencedores apresentam uma média de 37,6%. Não se pode portanto inferir, a partir dos dados analisados, que uma maior percentagem de referências a características de uma cidade saudável em sede de programa eleitoral corresponde a uma maior preponderância para se vencer o respectivo acto eleitoral.
- Por outro lado, 7 em 13 (54%) dos partidos que ganharam o acto eleitoral estavam previamente no poder³⁶.
- A média de referências a características de uma cidade saudável em sede de programa eleitoral dos partidos que estavam no poder e não ganharam foi de 43%. A dos que voltaram a ganhar foi de 42%. Também aqui não se encontra uma relação que determine influência da perspectiva “cidade saudável” na manutenção dos partidos no poder.

Analisemos agora o número de medidas (unidades de análise) propostas (e analisadas) nos vários programas estudados, distribuídas por subcategorias e sub-subcategorias.

Tabela 8

Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Número de medidas propostas
1. Políticas para a juventude	
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância	26
1.2. Apoios e serviços para a juventude	128
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade	12
2. Políticas para idosos	
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade	26

³⁶ Considerados aqueles cujos programas foram analisados na presente tese.



2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente	36
3. Políticas para os migrantes	
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes	8
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural	1
4. Serviços sociais e de saúde	
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população	10
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças	
4.2.1. Cardiovasculares	2
4.2.2. Oncológicas	0
4.2.3. Respiratórias	1
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças	
4.3.1. Cardiovasculares	1
4.3.2. Oncológicas	1
4.3.3. Respiratórias	1
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade	49
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde	12
5. Literacia em saúde	
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde	24
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;	63
6. Prevenção de doenças não transmissíveis	
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ³⁷	3
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis	
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares	59
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis	57
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio	97
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego	98
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)	107
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável	57
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros	78
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar	50
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos	77
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática	49

³⁷ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade	61
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	163
7. Tabaco, álcool e drogas	
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho	0
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool	0
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas	2
8. Vida activa e ambientes saudáveis	
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres	87
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola	11
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho	4
9. Alimentação saudável	
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável	15
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis	1
10. Violência e lesões	
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres	5
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças	3
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos	4
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito	7
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos	1
11. Planeamento urbano saudável	
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes	66
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis	76
12. Habitação e lazer	
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte	41
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos	53
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física	68
13. Transportes saudáveis	
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros	60
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública	
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública	1
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas	6
15. Segurança e protecção	
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos	77
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social	56
16. Exposição ao ruído e poluição	
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos	15
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior	14
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído	4



17. Criatividade	
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade	68
MÉDIA ³⁸	36

Da análise da tabela 8 podemos constatar o seguinte:

- Entre as subcategorias e sub-subcategorias a que apresenta o maior número de medidas propostas foi a “riqueza própria e planos de redução da pobreza” no âmbito das “medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis”. Compreende-se este dado à luz do actual momento económico e social vivido no país.
- Entre as subcategorias e sub-subcategorias as que não apresentam nenhuma medida foram as relativas a “medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças oncológicas”, “medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho” e “medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool”. cremos que esta ausência de preocupação com medidas de carácter preventivo pode estar associada a um entendimento (a ser estudado e validado posteriormente) de que as mesmas representam funções dos serviços de saúde de âmbito da administração central e não tanto dos serviços municipais. No entanto, pelo seu carácter de saúde pública e intersecção com políticas públicas que extravasam o estrito escopo de intervenção dos serviços de saúde tradicionais, não podemos deixar de sublinhar a preocupação com esta constatação, dado que medidas deste carácter só se revelam eficazes (como a própria OMS demonstra nas referências a que aludimos no enquadramento teórico) se abordadas de forma intersectorial;
- Obtivemos uma média de 36 medidas por subcategorias/sub-subcategorias num total de 2102 medidas.

Seguidamente fizemos o exercício de comparar o número de medidas propostas com a percentagem de referências, ou seja, emparelhámos as subcategorias e sub-subcategorias, procedemos à divisão em quartis como havíamos feito na tabela 6, equiparando o valor máximo de medidas ($n = 163$) a 100% e analisámos os resultados, constatando que existem diferenças significativas na distribuição das subcategorias e sub-subcategorias, como se pode verificar na tabela 9. Daqui podemos inferir que algumas subcategorias e sub-subcategorias apresentaram uma elevada concentração de medidas propostas em algumas áreas dos programas eleitorais, o que nos remete para uma sensibilidade específica do proponente (o partido em questão) para essas áreas, sendo que tal necessitaria de um estudo mais aprofundado do que aquele levado a cabo na presente tese para se entender tamanho ênfase em determinadas problemáticas. Poderemos especular que tal estará associado a factores relacionados com a informação

³⁸ Para o cálculo desta média só se consideraram as subcategorias e as sub-subcategorias.



que o proponente detém sobre a realidade do município que se propõe gerir ou com a experiência e formação profissional dos membros constituintes do proponente.

No entanto, nos extremos (0% – 24% e 75% – 100%), ainda que com uma distribuição um pouco diferente em termos de prioridade, as subcategorias e sub-subcategorias acompanham-se, sendo nos valores intermédios que se observam as maiores diferenças.

Tabela 9

Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Número de medidas propostas	Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Percentagem de referências
4.2.2. Oncológicas	0	4.2.2. Oncológicas	0%
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho	0	7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho	0%
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool	0	7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool	0%
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural	1	3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural	2%
4.2.3. Respiratórias	1	4.2.1. Cardiovasculares	2%
4.3.1. Cardiovasculares	1	4.2.3. Respiratórias	2%
4.3.2. Oncológicas	1	4.3.1. Cardiovasculares	2%
4.3.3. Respiratórias	1	4.3.2. Oncológicas	2%
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis	1	4.3.3. Respiratórias	2%
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos	1	9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis	2%
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública	1	10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos	2%
4.2.1. Cardiovasculares	2	14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública	2%
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas	2	8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho	3%
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis	3	7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas	4%
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças	3	16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído	4%
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho	4	6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis	6%
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos	4	10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças	6%
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído	4	10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos	8%
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres	5	10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres	1%
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas	6	3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes	12%



10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito	7	10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito	12%
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes	8	14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas	12%
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população	10	4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população	14%
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola	11	16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior	16%
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade	12	8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola	18%
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde	12	1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade	2%
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior	14	4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde	2%
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável	15	16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos	22%
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos	15	9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável	24%
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde	24	5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde	31%
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância	26	1.1. Apoios e serviços para a primeira infância	35%
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade	26	2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade	41%
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente	36	12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte	47%
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte	41	2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente	49%
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade	49	6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar	49%
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática	49	4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade	51%
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar	50	6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares	51%
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos	53	6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática	53%
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social	56	15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos	53%
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis	57	5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;	55%
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável	57	6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade	57%
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares	59	6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável	59%



13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros	60	13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros	59%
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade	61	15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social	59%
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;	63	17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade	61%
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes	66	6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis	63%
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física	68	6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos	63%
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade	68	11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis	63%
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis	76	12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos	63%
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos	77	8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres	65%
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos	77	6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros	67%
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros	78	12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física	71%
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres	87	11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes	73%
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio	97	6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio	78%
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego	98	1.2. Apoios e serviços para a juventude	80%
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)	107	6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)	80%
1.2. Apoios e serviços para a juventude	128	6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego	82%
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	163	6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	92%

Vistos os resultados, podemos inferir que os mesmos nos remetem para duas das características que a OMS (2009) define como necessárias para uma implementação bem-sucedida da abordagem das cidades saudáveis. São elas a necessidade de um compromisso político explícito e de parcerias intersectoriais. Efectivamente, os resultados demonstram que todos os partidos têm sensibilidade para o tema e, ainda que as suas propostas possam não seguir uma racionalidade específica do mesmo, elas constituem-se como uma abordagem intersectorial. Relativamente às outras duas características, a mudança institucional e a liderança, não é possível aferir a partir dos programas se estão reunidas as condições em cada contexto (autarquia) para que estas se operacionalizem (aspecto que vem reforçar a necessidade, já aludida no presente trabalho, de continuar o mesmo a fim de analisar o objectivo de estudo de forma mais fina e sistémica).



Os resultados também vêm demonstrar que os pressupostos subjacentes a uma cidade saudável estão presentes de forma generalizada nas opções autárquicas analisadas, ainda que em diferentes graus de prioridade. São esses pressupostos:

- Um ambiente físico limpo, seguro e de alta qualidade (incluindo a qualidade da habitação);
- Um ecossistema que seja estável no agora e sustentável a longo prazo;
- Uma comunidade forte, de apoio mútuo e que não esteja sustentada na exploração de uns pelos outros;
- Um alto grau de participação e controlo por parte dos cidadãos sobre as decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;
- Atenção às necessidades básicas (comida, água, abrigo, rendimento, segurança e trabalho) de todas as pessoas da cidade;
- Acesso das pessoas a uma ampla variedade de experiências e recursos, com a possibilidade de uma ampla variedade de contacto, interacção e comunicação;
- Uma economia diversificada, vital e inovadora;
- Conexão com o passado, com a herança cultural e biológica dos moradores da cidade e com outros grupos e indivíduos;
- Um nível óptimo de serviços públicos de saúde, apropriados e acessíveis a todos;

Em termos de capital social, e retomando a perspectiva de Souza e Grundy (2004), constatamos que as medidas políticas conducentes ao fortalecimento da confiança mútua, das normas de reciprocidade e da solidariedade (elementos cognitivos), bem como à promoção do envolvimento cívico e das redes de associações (elementos estruturais) apresentam uma prioridade de 2º nível (no capítulo da conclusão desenvolvemos a organização que fizemos por níveis).

Os resultados obtidos demonstram também que os partidos candidatos apresentam um alinhamento entre as suas propostas e a possibilidade de exequibilidade conferida pela lei, nomeadamente no artigo 23.º da Lei n.º 75/2013 (atribuições dos municípios). À excepção das questões específicas da defesa do consumidor (alínea l), polícia municipal (alínea o) e cooperação externa (alínea p), para todas as outras atribuições elencámos medidas, ao abrigo das quais, podem e devem, ser desenvolvidas pelos municípios.



4. Conclusões

Recordando, então, a questão de partida para a presente dissertação – “Como é que a perspectiva das cidades saudáveis encontra respaldo nos programas dos partidos políticos que se apresentam a eleições autárquicas? – olhemos para as conclusões tendo presente também as questões secundárias, nomeadamente:

- Se as candidaturas vencedoras das eleições são as que apresentam maior percentagem de conteúdos concordantes com uma cidade saudável;
- Se as cidades já consideradas cidades saudáveis (pertencentes à rede nacional de cidades saudáveis) viram a principal força política manter-se no poder ou se se verificaram mudanças;
- Quais os partidos que apresentam programas com maior percentagem de conteúdo concordante com uma cidade saudável;
- Se é possível inferir de um modelo programático para uma cidade saudável, abstracto, que possa ser utilizado como base de trabalho para a elaboração de futuros programas políticos autárquicos.

Podemos dividir as conclusões nos seguintes subgrupos:

1. Principais conclusões da análise realizada;
2. Cruzamento com as questões inicialmente colocadas;
3. Ilações em termos de capital humano e capital social;
4. Reformulação da matriz;
5. Nível de compleição dos programas;
6. Dificuldades metodológicas;
7. Desenvolvimentos futuros;

Desenvolvamos agora cada um deles.

1. Principais conclusões da análise realizada:

Da análise que realizámos aos programas eleitorais, com recurso à matriz por nós desenvolvida, pudemos dividir as preocupações vertidas nos programas eleitorais, em termos de filosofia de cidade saudável e tendo por base a percentagem de referências nas respectivas subcategorias e sub-subcategorias, em 4 níveis de prioridade:

- De 1º nível: aparecem as de natureza económica (emprego, pobreza), de qualidade das infra-estruturas municipais e com a juventude.
- De 2º nível: o acesso a habitações condignas, uma mobilidade ambientalmente sustentável, a cultura, o acesso a alimentação saudável, a segurança das pessoas, o acesso a cuidados de saúde, a existência de condições para a realização de actividade física e a existência de condições promotoras da participação cívica dos cidadãos.



- De 3º nível: os idosos e a primeira infância (embora a juventude apareça nas de 1º nível) e a qualidade do ambiente.
- De 4º nível: a este nível temos preocupações:
 - De carácter ambiental, que já encontramos nas de 3º nível e cuja explicação para a aparente dispersão pode estar na forma como se organizaram as unidades de análise nas subcategorias e sub-subcategorias (facto que concorreu para a apresentação de uma matriz revista nas conclusões desta tese);
 - Com a capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde, o que se pode justificar pela percepção desta matéria como sendo responsabilidade primária do poder central e não tanto autárquico, relegando-se assim para um menor nível de prioridade;
 - Com a promoção de ambientes saudáveis na escola, o que causa alguma estranheza, considerando as responsabilidades que as autarquias já têm em matéria de educação, tal como aludido no capítulo relativo ao enquadramento legal das autarquias;
 - Com a avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população, o que configura um contra-senso na medida em que não se pode planear adequadamente sem um prévio conhecimento da realidade. Nessa óptica, deveria ser uma das principais prioridades;
 - Com a violência sobre mulheres, sobre idosos e sobre crianças, o que revela uma preocupação reduzida com o fenómeno da violência ao nível das políticas autárquicas;
 - Com a promoção da compreensão intercultural, o que poderá exigir uma reflexão sobre esta matéria, consideradas as dinâmicas contemporâneas. Por outro lado, podemos estar perante municípios onde esta realidade tem pouca projecção em termos sociodemográficos, sendo que, tal como já propusemos anteriormente, importa incorporar dados que façam essa caracterização dos municípios em trabalhos futuros;
 - Com a promoção de comportamentos preventivos e controlo e gestão de doenças cardiovasculares, oncológicas e respiratórias, adequação da capacidade de resposta às emergências em saúde pública e acções intersectoriais com vista à evicção do álcool e do tabaco. Compreendemos a baixa relevância a estas dimensões num contexto em que as mesmas são interpretadas pelo poder autárquico como constituindo responsabilidades primárias do poder central, nomeadamente do Governo através do Ministério da Saúde e respectivos serviços.

2. Cruzamento com as questões inicialmente colocadas:



Revisitemos agora algumas das conclusões já citadas do relatório do Eurobarómetro nº 366 e comparemo-las com os principais achados da análise dos programas eleitorais:

- Em termos da satisfação com a limpeza, espaços verdes e espaços públicos, tais como mercados, praças e zonas pedestres, não se verificaram iguais níveis de prioridade entre os dois estudos, ficando no caso da presente tese relativamente abaixo do referido no eurobarómetro. Também os aspectos relacionados com o sentimento de segurança na cidade e na vizinhança, que apresentaram maior relação com a satisfação global de se viver numa dada cidade no eurobarómetro, não tiveram igual expressão em termos de prioridades no presente estudo. No entanto, não ficaram muito aquém, na medida em que estão enquadradas nas prioridades de 2º nível.
- Os serviços de saúde, o desemprego e a educação/formação são os aspectos mais relevantes para uma cidade no eurobarómetro, na medida em que aparecem classificados acima da segurança, transportes públicos, infra-estruturas rodoviárias, poluição do ar, habitação, serviços sociais e ruído. A questão do desemprego encontra reflexo no presente estudo, embora os serviços de saúde apareçam como prioridades de 2º e 4º nível (acesso e integração, respectivamente), o que atribuímos ao facto de em Portugal esta responsabilidade ser interpretada como sendo quase exclusivamente do foro da administração central. De realçar que em 64 cidades estudadas no eurobarómetro os serviços de saúde são citados como um dos 3 aspectos mais relevantes, sendo o aspecto mais relevante em 34 cidades. Já o desemprego aparece entre as 3 principais prioridades em 58 cidades e como a primeira em 18.

Em termos das questões que nos colocámos para a realização do presente estudo, a principal era relativa à medida em que as dinâmicas das políticas autárquicas se ocupam e preocupam, de forma mais explícita ou mais implícita, das questões que contribuem de forma marcada para a saúde das respectivas populações. A resposta a esta questão pode ser encontrada na tabela 6 e na distribuição que fizemos das prioridades, já analisadas previamente. Outras questões secundárias que colocámos foram:

- Se as candidaturas vencedoras das eleições são as que apresentam maior percentagem de conteúdos concordantes com uma cidade saudável: de entre os programas analisados, os que correspondem a partidos não vencedores das eleições apresentam uma média de referências a características de uma cidade saudável na ordem dos 35%, enquanto que os correspondentes a partidos vencedores apresentam uma média de 37,6%. Não se pode portanto inferir, a partir dos dados analisados, que uma maior percentagem de referências a características de uma cidade saudável em sede de programa eleitoral corresponde a uma maior preponderância para se vencer o respectivo acto eleitoral.



- Se as cidades já consideradas cidades saudáveis (pertencentes à rede nacional de cidades saudáveis) viram a principal força política manter-se no poder ou se se verificaram mudanças: nas duas cidades membros da rede nacional de cidades saudáveis que tiveram programas analisados, um para cada uma (o que significa que não se analisaram os programas de todas as forças políticas concorrentes em cada um delas) os programas pertenciam a forças políticas que não estavam no poder previamente e que não ganharam eleições, pelo que não foi possível, à luz do material analisado, responder a esta questão.
- Quais os partidos que apresentam programas com maior percentagem de conteúdo concordante com uma cidade saudável: O partido que apresentou a média mais alta de referências a características de uma cidade saudável nos seus programas eleitorais foi o BE (42%). De ressaltar, no entanto, que a amostra de programas do BE foi bastante reduzida (n=2) o que poderá enviesar quaisquer extrapolações do ponto de vista estatístico. A análise de mais programas desta força política poderia alterar significativamente o valor de média de referências encontrado.
- Se é possível inferir de um modelo programático para uma cidade saudável, abstracto, que possa ser utilizado como base de trabalho para a elaboração de futuros programas políticos autárquicos: considerada a reformulação da matriz inicial que a análise documental nos proporcionou, somos da opinião que do ponto de vista da arquitectura de um programa eleitoral o presente trabalho constitui um contributo útil para o desenho de um modelo programático de uma cidade saudável. No entanto, como já referido, há uma limitação associada à natureza destes processos políticos que precisa ser atendida e ponderada em qualquer desenvolvimento futuro e que se prende com a necessidade de avaliar previamente: o estado de um município em termos de condições para ser uma cidade saudável (através das avaliações objectiva das condições materiais e subjectiva da percepção dos munícipes), os programas eleitorais que se apresentam aos respectivos munícipes e os resultados da acção política do partido vencedor (uma vez mais através das avaliações objectiva das condições materiais e subjectiva da percepção dos munícipes); comparando o antes e depois e cruzando com as promessas eleitorais. Cremos que só com um trabalho desta robustez poderemos inferir com um maior grau de certeza que a matriz final que apresentamos pode ser utilizada como guia para um modelo programático para uma cidade saudável. No entanto, acreditamos que a colectânea de medidas que recolhemos com os vários programas eleitorais analisados constituem um vasto e rico reportório que poderia ser partilhado como boas práticas entre municípios que desejem adquirir o estatuto de cidade saudável.



3. Ilações em termos de capital humano e capital social:

É nas prioridades de 2º nível que encontramos os domínios da cultura, da segurança das pessoas e da existência de condições promotoras da participação cívica dos cidadãos, todos eles concorrentes para as matérias do capital humano e do capital social, como afluído no respectivo capítulo. Recordamos Souza e Grundy (2004) quando afirmam que *“O investimento em capital social pode trazer significativas contribuições ao aumentar o poder comunitário e, dessa maneira, facilitar acções coordenadas que irão influenciar a saúde da população”* e Portes (2000) na sua visão de que *“normas que inibam o crime de modo eficiente permitem que se caminhe livremente na rua de uma cidade à noite e que os idosos saiam de casa sem temerem pela sua segurança”*. Não nos sendo perceptível uma orientação clara para as matérias do capital humano e social nos programas eleitorais analisados, não deixa de ser verdade que os mesmos versam sobre propostas que, a concretizarem-se, reforçarão estes dois capitais. Nesse sentido, importaria desenvolver futuramente análises alicerçadas em quadros interpretativos que ajudassem a consolidar esta preocupação no desenho estratégico das opções políticas para a organização e acção autárquicas, passando assim do foro das sensibilidades políticas para as opções deliberadas e consequentes nesta matéria do capital humano e social, colocando ambos como desideratos a alcançar pelo poder local.

4. Reformulação da matriz:

Considerando que muitas das propostas constantes dos programas eleitorais representaram a dificuldade metodológica de não as repartir ou repetir por várias subcategorias e tendo em consideração aquilo que foram os achados transpostos para cada subcategoria em forma de unidade de análise, somos a propor, enquanto sugestão de melhoria, uma reformulação da matriz que utilizámos, que se crê mais simples na organização e mais fácil na utilização como instrumento de análise das políticas autárquicas no âmbito da filosofia das cidades saudáveis. Essa reformulação é a que consta da matriz abaixo.

Categorias, subcategorias e sub-subcategorias
1. Políticas para a juventude
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância
1.2. Apoios e serviços para a juventude
1.3. Medidas de apoio à maternidade e paternidade
2. Políticas para idosos
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente
3. Políticas para os migrantes
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural
4. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos, controlo e gestão de doenças:



4.1. Cardiovasculares
4.2. Oncológicas
4.3. Respiratórias
5. Serviços sociais e de saúde
5.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população
5.2. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis
5.3. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade
5.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde
6. Literacia em saúde
6.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde
6.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;
7. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis
7.1. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio
7.2. Acesso a diversas oportunidades de emprego
7.3. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)
7.4. Boa qualidade da água e saneamento
7.5. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática
7.6. Riqueza própria e planos de redução da pobreza
7.8 Tabaco, álcool e drogas
8.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho
8.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool
8.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas
9. Vida activa e ambientes saudáveis
9.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres
9.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola
9.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho
10. Alimentação saudável
10.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável
10.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis
10.3. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável
11. Violência e lesões
11.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres
11.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças
11.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos
11.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito
11.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos
12. Planeamento urbano saudável
12.1. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis
12.2. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física
13. Habitação e lazer
13.1. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis
13.2. Medidas para melhorar a habitação para todos



14. Transportes saudáveis
14.1. Medidas promotoras da acessibilidade a um sistema de transportes ecológicos e seguros
14.2. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros
14.3. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte
15. Alterações climáticas e emergências de saúde pública
15.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública
15.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas
16. Segurança e protecção
16.1. Medidas e planos orientados para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos
16.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social
17. Exposição ao ruído e poluição
17.1. Medidas para diminuição dos produtos tóxicos / resíduos ou de delimitação da exposição aos mesmos
17.2. Medidas para diminuição dos poluentes internos e externos do ar ou de delimitação da exposição aos mesmos
17.3. Medidas para diminuição do ruído interno ou externo ou de delimitação da exposição ao mesmo
18. Criatividade
18.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade

Esta nova matriz que propomos, cremos, não deixa de fora qualquer hipótese subjacente à referida filosofia, ao mesmo tempo que permite uma análise mais célere e um arrumo das ideias e conceitos mais consolidado, tendo por base a experiência recolhida com a presente tese. Efectivamente, surgiu no decurso do nosso trabalho de análise de conteúdo, e como referido adiante nas dificuldades metodológicas, a necessidade de proceder a uma reorganização das subcategorias e sub-subcategorias para trabalhos futuros de índole similar. As principais alterações que realizámos foram no âmbito das categorias “Serviços sociais e de saúde” e “Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos, controlo e gestão de doenças” (redistribuindo as suas subcategorias e simplificando-as), “Prevenção de doenças não transmissíveis” (simplificando-a e introduzindo uma referência aos determinantes sociais de saúde) e “Alimentação saudável”, “Habitação e lazer” e “Transportes Saudáveis” (redistribuindo subcategorias).

5. Nível de compleição dos programas:

Observámos elevadas disparidades na compleição dos programas, o que objectivamente constitui uma limitação ao presente estudo. Uns apresentavam-se bastante enriquecidos em número de ideias, outros nem tanto, o que cremos poder estar relacionado com o tipo de material que se conseguiu recolher. Em algumas situações o material compreendia livros online em pdf com mais de 40 páginas e noutras eram simples flyers com 2 páginas. Claro está que esta é uma dimensão que não conseguimos controlar *a priori*, dado que depende da estratégia de campanha de cada partido, mas que poderá ser tida em conta em futuros trabalhos desta natureza ao nível das opções metodológicas.



6. Dificuldades metodológicas:

Uma das dificuldades metodológicas com que nos deparámos prendeu-se com as diferentes alocações que se podiam dar às unidades de análise em termos de distribuição pelas subcategorias e sub-subcategorias da matriz. Por exemplo, onde diz “Planos de emergência e segurança da comunidade” podemos estar a referir-nos:

- Emergências sociais relacionadas com focos de pobreza
- Emergências sociais relacionadas com catástrofes naturais
- Segurança contra agressores naturais
- Segurança contra a criminalidade
- Segurança rodoviária
- Segurança na óptica da garantia de condições dignas de existência para as pessoas em contexto de crise económica e social

Pela leitura das unidades de análise apercebemo-nos que existem exemplos de medidas para corporizar as várias possibilidades de interpretações.

Existem medidas que apenas pela sua leitura não conseguimos extrair em toda a profundidade o seu significado, pelo que, em trabalhos futuros similares, será uma mais-valia a entrevista de quem elabora os programas, de forma a termos uma noção mais fina do sentido e significado das medidas.

7. Desenvolvimentos futuros:

O facto de uma candidatura apresentar poucas referências na matriz desenvolvida para este trabalho de investigação não quer dizer que a cidade não tenha as características de uma cidade saudável. O facto de não se fazer referência nos programas eleitorais a determinados aspectos relevantes para a matriz pode apenas significar que essas necessidades já estão atendidas no estado actual da cidade em questão. A assunção deste princípio remete-nos para a necessidade de uma avaliação *in loco* do estado de cada cidade relativamente ao seu *status* de cidade saudável, utilizando para o efeito não só a devida matriz em termos de observação directa de condições/infra-estruturas/práticas quotidianas mas também para organizar entrevistas aos respectivos munícipes de forma a avaliar a percepção dos mesmos sobre a realidade por nós observada. Crê-se que este passo se revela essencial em desenvolvimentos futuros para se avaliar de forma mais fidedigna o impacto da perspectiva das cidades saudáveis no capital humano e capital social de um município.

Por outro lado, será importante, em trabalhos futuros, cruzar os resultados obtidos em cada município, tanto através da observação directa como indirecta, com as características sociodemográficas desse mesmo município, de forma a evitar vieses de análise que poderão surgir ao se interpretar as prioridades de um programa eleitoral e compará-las com as de outros sem ter presente o tipo de população a que o mesmo se dirige.



Bibliografia

- Affonso, D., Andrews, G., Jeffs, L. (2004). The urban geography of SARS: paradoxes and dilemmas in Toronto's health care. *Journal of Advanced Nursing* 45 (6), 568 – 578.
- Albarelo, L., et al (2005). *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Albuquerque, L., França, A. (1998). Estratégias de recursos humanos e gestão da qualidade de vida no trabalho: o stress e a expansão do conceito de qualidade total. *Revista de Administração*, 33 (2), 40 – 51.
- Almeida, P., Fausto, M., Giovanella, L. (2011), Fortalecimento da atenção primária à saúde: estratégia para potencializar a coordenação dos cuidados. *Rev Panam Salud Publica*, 29 (2), 84 – 95.
- Akter, S., Hussain, B., Hussain, M. (2008). Economic valuation of health risk exposure of restaurant users in Dhaka city. *Health, Risk & Society*, 10 (2), 181–193
- Aschan-Leygonie, C. et al (2013). Gaining a better understanding of respiratory health inequalities among cities. *International Journal of Health Geographics*, 12, 19.
- Bardin, L. (2006). *Análise de conteúdo*. Lisboa: edições 70.
- Becker, M. (1974). *The health belief model and personal health behaviour*. Thorofare, NJ: Slack.
- Bircher J. (2005). Towards a dynamic definition of health and disease. *Med. Health Care Philos.* 8, 335-341.
- Bloom Consulting (2014). *Portugal City Brand Ranking*. Lisboa.
- Boadi, K., Kuitunen, M. (2005). Environmental and Health Impacts of Household Solid Waste Handling and Disposal Practices in Third World Cities: The Case of the Accra Metropolitan Area, Ghana. *Journal of Environmental Health*, 68 (4), 32 - 36.
- Campbell-Lendrum, D., Corvalán, C. (2007). Climate Change and Developing-Country Cities: Implications for Environmental Health and Equity. *Journal of Urban Health: Bulletin of the New York Academy of Medicine*, 84 (1), 109 – 117.
- Canavan, R. et al (2012). Service provision and barriers to care for homeless people with mental health problems across 14 European capital cities. *BMC Health Services Research*, 12, 222.



Chiavenato, I. (2000). *Introdução à teoria geral da administração*. Rio de Janeiro: Campus.

Coelho, V. (2004). Conselhos de saúde enquanto instituições políticas: o que está faltando. In Coelho, V., Nobre, M. (Eds.). *Participação e Deliberação: Teoria Democrática e Experiências Institucionais no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora 34.

Comissão Europeia (1996). *Cidades Europeias sustentáveis – relatório*. Bruxelas.

Consulting, B. (2014). *Portugal City Brand Ranking 2014*. Lisboa: Bloom Consulting.

Cruz, G. et al. (2009). The Association of Immigration and Acculturation Attributes With Oral Health Among Immigrants in New York City. *American Journal of Public Health*, 99 (2), 474 – 480.

Dannefer, R. et al. (2012). Healthy Bodegas: Increasing and Promoting Healthy Foods at Corner Stores in New York City. *Am J Public Health*, 102, 27 – 31.

Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de Junho – regulamentação da rede social.

Decreto-Lei nº 30/2015, de 12 de Fevereiro – regime de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais no domínio de funções sociais, em desenvolvimento do regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovado pela lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.

Direção-Geral da Saúde (2009). *Avaliação ambiental estratégica – recomendações para a integração e apreciação da componente saúde humana nos planos municipais de ordenamento do território*. Lisboa: DGS.

Dyjack, D. et al (2007). California's County and City Environmental Health Services Delivery System. *Journal of Environmental Health*, 69 (8), 33 – 42.

European Commission (2013). *Flash Eurobarometer 366: Quality of life in European cities – report*. Brussels.

European Union (2012). *The management of health systems in the EU Member States - The role of local and regional authorities*. Brussels.

Esliger, D., Sherar, L., Muhajarine, N. (2012). Smart cities, healthy kids: the association between neighbourhood design and children's physical activity and time spent sedentary. *Can J Public Health*, 103 (3), 22-28.

Falk, I. (2000). Human Capital and Social Capital: What's the difference? *Adult Learning Australia*, 28.



- Ferrão, J.; Guerra, J. (2004) *Municípios, Sustentabilidade e Qualidade de Vida: Contributos para a construção de um sistema de indicadores de monitorização da qualidade de vida nos municípios portugueses (Continente)*. Lisboa.
- Fortin, M. (2003). *O processo de investigação – da concepção à realização*. Loures: Lusociência.
- Fleury, S., Ouverney, A., Kronemberger, T., Zani, F. (2010). Governança local no sistema descentralizado de saúde no Brasil. *Rev Panam Salud Publica*, 28 (6), 446 – 455.
- Freudenberg, N., Galea, S. (2008). Cities of Consumption: The Impact of Corporate Practices on the Health of Urban Populations. *Journal of Urban Health: Bulletin of the New York Academy of Medicine*, 85 (4), 462 – 471.
- Freundenberg, N. (2000). Health Promotion in the city: a Review of Current Practice and Future Prospects in the United States. *Annu. Rev. Public Health*, 21, 473 – 503.
- Friel, S. et al. (2011). Addressing the Social and Environmental Determinants of Urban Health Equity: Evidence for Action and a Research Agenda. *Journal of Urban Health: Bulletin of the New York Academy of Medicine*, 88 (5), 860 – 874.
- Galea, S., Ahern, J. (2005). Distribution of Education and Population Health: an Ecological Analysis of New York City Neighborhoods. *American Journal of Public Health December*, 95 (12), 2198 – 2205.
- Garcia, P.; McCarthy, M. (1994). *Measuring health: a step in the development of city health profiles*. Copenhagen.
- Glouberman, S. et al. (2006). A Framework for Improving Health in Cities: a Discussion Paper. *Journal of Urban Health: Bulletin of the New York Academy of Medicine*, 83 (2), 325 – 338.
- Golembeski, C., Fullilove, R. (2005). Criminal (In)Justice in the City and Its Associated Health Consequences. *Am J Public Health*, 95, 1701-1706.
- Green, G. (2012). Intersectoral Planning for City Health Development. *Journal of Urban Health: Bulletin of the New York Academy of Medicine*, 89 (2), 247 – 257.
- Gross, R. (2002). Beyond food and nutrition: How can cities be made healthy? *Asia Pacific J Clin Nutr*, 11, 763 – 766.
- Hall, C., Davies, J., Sherriff, N. (2009). Health in the Urban Environment: A Qualitative Review of the Brighton and Hove WHO Healthy City Program. *Journal of Urban Health: Bulletin of the New York Academy of Medicine*, 87 (1), 8 – 28.
- Ham et al. (2004). Ranking of cities according to public health criteria: pitfalls and opportunities. *Am J Public Health*, 94, 546-549.



Heather, J. et al (2011). A Pilot Demonstration of Comprehensive Mental Health Services in Inner-City Public Schools. *Journal of School Health*, 81 (4): 185 – 193.

Heins-Nesvold, J., Carlson, A., Brust, J. (2011). Building a Partnership with Health Plans: The Minneapolis and St. Paul Controlling Asthma in American Cities Experience. *Journal of Urban Health: Bulletin of the New York Academy of Medicine*, 88 (1), 126 – 129.

Ivancevich, J. (2011). *Gestão de Recursos Humanos 10 edição*. Porto Alegre: AMGH.

INE (2013). *Índice de Bem-estar 2004-2012*. Lisboa: INE.

Júnior, J., Sampaio, J. (2008). Participação social em saúde em áreas rurais do Nordeste do Brasil. *Rev Panam Salud Publica*, 23 (6), 403 – 409.

Keune, H. et al. (2012). A healthy turn in urban climate change policies: European city workshop proposes health indicators as policy integrators. *Environmental Health*, 11 (1), 1 – 14.

Kumaresan, J. et al (2010). Promoting Health Equity in Cities Through Evidence-Based Action. *Journal of Urban Health. Bulletin of the New York Academy of Medicine*, 87 (5), 727 – 732.

Larkin, M. (2003). Can cities be designed to fight obesity? *The Lancet*, 362.

Leeuw, E. (2011). Do Healthy Cities Work? A logic of method for assessing impact and outcome of healthy cities. *Journal of Urban Health: Bulletin of the New York Academy of Medicine*, 89 (2), 217 – 231.

Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – regime jurídico das autarquias locais

Lei n.º 22/2012, de 30 de maio – regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica

Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto – regime jurídico da actividade empresarial local e das participações locais

Levy, J. et al. (2010). Evaluation of the public health impacts of traffic congestion: a health risk assessment. *Environmental Health*, 9, 65.

Li, F. et al (2011). Prevalence and risk factors of childhood allergic diseases in eight metropolitan cities in China: a multicenter study. *BMC Public Health*, 11, 437.

Loureiro, I. (2004). A importância da educação alimentar: o papel das escolas promotoras de saúde. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 22 (2), 43 – 55.

Meresman, S. et al (2010). Contributions for Repositioning a Regional Strategy for Healthy Municipalities, Cities and Communities (HM&C): Results of a Pan-American



Survey. *Journal of Urban Health. Bulletin of the New York Academy of Medicine*, 87 (5), 740 – 754.

Ministério da Administração Interna (2009). *Manual de diagnósticos locais de segurança – uma compilação de normas e práticas internacionais*. Portugal: DGAI.

Milioli, G. (2007). O pensamento ecossistêmico para uma visão de sociedade e natureza e para o gerenciamento integrado de recursos. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 15, 75-87.

Moreira, E., O'Dwyer, G. (2013). An analysis of actions to promote health in underprivileged urban areas. *BMC Family Practice*, 14, 80.

Moraes, R. (1999). Análise de conteúdo. *Revista Educação*, 22, (37), 7-32.

National Health and Medical Research Council. (1996). *Promoting the health of Indigenous Australians - A review of infrastructure support for Aboriginal and Torres Strait Islander health advancement: Final report and recommendations*. Canberra.

Nielsen, N. (2001). Ecosystem approaches to human health. *Cadernos Saúde Pública*, 17, 69-75

Nogueira, H. (?). Vulnerabilidades do ambiente local – impactes no estado de saúde auto-avaliado da população residente na Área Metropolitana de Lisboa. *Revista de Estudos Demográficos*; 43, 5 - 18.

Nogueira, H. (?). Pessoas pobres, lugares pobres, saúde pobre. Territórios amplificadores do risco na Área Metropolitana de Lisboa. *Revista de Estudos Demográficos*, 45, 29 - 47.

Nogueira, H. (2008). *Os lugares e a saúde*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Northridge, M.; Freeman, L. (2011). Urban Planning and Health Equity. *Journal of Urban Health: Bulletin of the New York Academy of Medicine*, 88 (3), 582-597.

Organização Mundial da Saúde (2007). *Guia global das cidades amigas das pessoas idosas*. Copenhaga.

Park, J. et al. (2011). Physical and Mental Health, Cognitive Development, and Health Care Use by Housing Status of Low-Income Young Children in 20 American Cities: A Prospective Cohort Study. *American Journal of Public Health*, 101 (1), 255 – 261.

Phillips, A. (2009). Health status differentials across rural and remote Australia. *Aust. J. Rural Health*, 17, 2–9.



Plouffe, L., Kalache, A. (2010). Towards Global Age-Friendly Cities: Determining Urban Features that Promote Active Aging. *Journal of Urban Health: Bulletin of the New York Academy of Medicine*, 87 (5), 733 – 739.

Portes, A. (2000). Capital Social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33, 133 - 158.

Portuguese Healthy Cities Network (?). *Best Practices of Healthy Cities*, Portugal.

Pucher, J., et al. (2010). Walking and Cycling to Health: A Comparative Analysis of City, State, and International Data. *American Journal of Public Health*, 100 (10), 1986 – 1992.

Qian et al. (2000). Effects of air pollution on children's respiratory health in three chinese cities. *Archives of environmental health*, 5 (2), 126 – 133.

Quinn, A. (2008). Healthy Aging in Cities. *Journal of Urban Health: Bulletin of the New York Academy of Medicine*, 85 (2), 151 – 153

Quivy, R., Campenhoudt, L. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Rainham, D.; Cantwell, R.; Jason, T. (2013). Nature Appropriation and Associations with Population Health in Canada's Largest Cities. *Int. J. Environ. Res. Public Health*, 10, 1268-1283.

Ribeiro, J. (2012). *Metodologias de Investigação em Psicologia e Saúde*. Porto: Legis Editora.

Ribeiro, J. (2008). *Manual Técnico do Formando: "Comportamento Organizacional"*. Lisboa: ANJE.

Santana. P. (?). O papel dos espaços verdes urbanos no bem-estar e saúde das populações. *Revista de Estudos Demográficos*, 48, 5 - 33.

Santana. P. (?). O estado de saúde dos portugueses – uma perspetiva espacial. *Revista de Estudos Demográficos*, 36, 5 - 28.

Santana, P. (2005). *Geografias da saúde e do desenvolvimento*. Coimbra: Almedina.

Santana, P. et al (2007). *A cidade e a saúde*. Coimbra: Almedina.

Saúde, A. (1999). Poder local e políticas de promoção da saúde. In *III Congresso da Geografia Portuguesa* (pp. 399-407). Porto: Edições Colibri.

Santinho, M. (2005). Determinantes Socioculturais da Saúde e os Contextos Específicos da Pobreza, Minorias Étnicas e Imigrantes. *Rev. Lusófona de Ciências e Tecnologias da Saúde*, 2, 73-77.



- Sánchez-Barriga, J. (2012). Mortality trends from hypertension in Mexico by socioeconomic region and state, 2000–2008. *Rev Panam Salud Publica*, 32 (2), 109–116.
- Saracci, R. (1997). The World Health Organization needs to reconsider its definition of Health. *BMJ*, 314, 1409-1410.
- Silva, S. (2010). *Capital humano e capital social: construir capacidades para o desenvolvimento dos territórios*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Schuller, T. (?). *The Complementary Roles of Human and Social Capital*. London.
- Sclar, E., Garau, P., Carolini, G. (2005). The 21st century health challenge of slums and cities. *Lancet* 365, 901 – 903.
- Schmidt, M. et al. (2010). Generating Political Priority to Tackle Health Disparities: A Case Study in the Dutch City of The Hague. *American Journal of Public Health*, 100 (1), 201 – 215.
- Smit, W. et al. (2011). Toward a Research and Action Agenda on Urban Planning/Design and Health Equity in Cities in Low and Middle-Income Countries. *Journal of Urban Health: Bulletin of the New York Academy of Medicine*, 88 (5), 875 – 885.
- Sousa, M., Parreira, C. (2010). Ambientes verdes e saudáveis: formação dos agentes comunitários de saúde na Cidade de São Paulo, Brasil. *Rev Panam Salud Publica*, 28 (5), 399 – 404.
- Souza, E., Grundy, E. (2004). Promoção da saúde, epidemiologia social e capital social: inter-relações e perspectivas para a saúde pública. *Cad. Saúde Pública*, 20 (5), 1354 – 1360.
- Straßmayr et al. (2012). Mental health care for irregular migrants in Europe: barriers and how they are overcome. *BMC Public Health*, 122, 367.
- Teckle, P. et al. (2012). Is the health of people living in rural areas different from those in cities? Evidence from routine data linked with the Scottish Health Survey. *BMC Health Services Research*, 12, 43.
- Tester, J., et al. (2010). An Analysis of Public Health Policy and Legal Issues relevant to Mobile Food Vending. *American Journal of Public Health*, November, 100 (11), 2038 – 2046.
- Thackway, S. et al (2009). Should cities hosting mass gatherings invest in public health surveillance and planning? Reflections from a decade of mass gatherings in Sydney, Australia. *BMC Public Health* 9.



The Marmot Review (2010). *Fair Society, Healthy Lives*. Department of Health. England.

Turley, R., Saith, R., Bhan, N., Rehfuess, E., Carter, B. (2013) *Slum upgrading strategies involving physical environment and infrastructure interventions and their effects on health and socio-economic outcomes*. Wiley Publishers.

Twiss, J. et al. (2003). Community Gardens: Lessons Learned From California Healthy Cities and Communities. *American Journal of Public Health*, 93 (9), 1435 - 1438.

Wcislo, E., Dutkiewicz, T., Konczalik, J. (2002). Indicator-based assesment of environmental hazards and health effects in the industrial cities of upper Silesia, Poland. *Environmental Health Perspectives*, 110 (11), 1133 - 1140.

Whitley, R., Prince, M. (2005). Are inner-cities bad for your health? Comparisons of residents' and third parties' perceptions of the urban neighbourhood of Gospel Oak, London. *Sociology of Health & Illness*, 27 (1), 44 – 67.

Whitman, W. (1846). City Intelligence: The Health of Brooklyn. In *Brooklyn Daily Eagle*.

Wieck, K. (2000). Health Promotion for Inner-City Minority Elders. *Journal of community health nursing*, 17 (3), 131–139.

World Health Organization (1994). *City Health Profiles: how to report on health in your city*. Copenhagen.

World Health Organization (1996). *Our Cities, Our Future: Policies and Action Plans for Health and Sustainable Development*. Copenhagen.

World Health Organization (1997). *City planning for health and sustainable development*. Copenhagen.

World Health Organization (1997). *Twenty steps for developing a Healthy Cities project*. Copenhagen.

World Health Organization (1997). *Sustainable development and health: Concepts, principles and framework for action for European cities and towns*. Copenhagen.

World Health Organization (1998). *City health profiles*. Copenhagen.

World Health Organization (1999). *Health21: the health for all policy framework for the WHO European Region*. Copenhagen.

World Health Organization (2000). *Regional Guidelines for developing a healthy cities project*. Copenhagen.

World Health Organization (2002). *Community participation in local health – approaches and techniques*. Copenhagen.



- World Health Organization (2003). *Social Determinants of Health*. Copenhagen.
- World Health Organization (2005). *Designing Healthier and Safer cities: the Challenge of Healthy Urban Planning*. Bursa.
- World Health Organization (2008). *A healthy city is an active city – a physical activity planning guide*. Copenhagen.
- World Health Organization (2008). *A health city is an active city: a physical activity planning guide*. Copenhagen.
- World Health Organization (2008). *Health equity through action on the social determinants of health*. Copenhagen.
- World Health Organization (2009). *Phase V (2009–2013) of the WHO European Healthy Cities Network: goals and requirements*. Copenhagen.
- World Health Organization (2011). *Health economic assessment tools (HEAT) for walking and for cycling*. Copenhagen.
- World Health Organization (2011). *Healthy Cities Network: goals and requirements*. Copenhagen.
- World Health Organization (2001). *City health development planning: concept, process, structure and content*. Copenhagen.
- World Health Organization (2011). *Addressing the social determinants of health: the urban dimension and the role of local government*, Liège.
- World Health Organization (2012). *Addressing the social determinants of health: the urban dimension and the role of local government*, Copenhagen..
- World Health Organization (2012). *Young and physically active: a blueprint for making physical activity appealing to youth*. Copenhagen.
- World Health Organization (2012). *Environmental health inequalities in Europe*. Copenhagen.
- World Health Organization (2013). *Climate Change and health: a tool to estimate health and adaptation costs*. Copenhagen.
- World Health Organization (2013). *Review of evidence on health aspects of air pollution – REVIHAAP Project*. Copenhagen.
- World Health Organization (2013). *Physical activity promotion in socially disadvantaged groups: principles for action*. Copenhagen.
- World Health Organization (2013). *European facts and global status report on road safety*. Copenhagen.



Sites

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?ficha=1&artigo_id=&nid=1990&pagina=1&tabela=leis&nversao=&so_miolo= - consultado a 2.6.14

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1741&tabela=leis&ficha=1&pagina=1&so_miolo= - consultado a 2.6.14

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1792&tabela=leis&ficha=1&pagina=1&so_miolo= - consultado a 2.6.14

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1667&tabela=leis&ficha=1&pagina=1&so_miolo= - consultado a 2.6.14

<http://redecidadessaudaveis.com/index.php/pt> - consultado a 10.6.14

<http://www.oecdbetterlifeindex.org/> - consultado a 10.6.14

http://www.euro.who.int/_data/assets/pdf_file/0020/101477/bursa_statement_E.pdf?ua=1 - consultado a 27.5.14

<http://www.euro.who.int/en/health-topics/environment-and-health/urban-health/activities/healthy-cities/who-european-healthy-cities-network/six-strategic-goals> – consultado a 12.5.14

http://www.euro.who.int/_data/assets/pdf_file/0009/100989/E92260.pdf?ua=1 – consultado a 12.5.14

<http://www.euro.who.int/en/health-topics/environment-and-health/urban-health/activities/healthy-cities/who-european-healthy-cities-network/what-is-a-healthy-city/health21-targets> – consultado a 12.5.14

<http://www.euro.who.int/en/health-topics/environment-and-health/urban-health/activities/healthy-cities/who-european-healthy-cities-network/what-is-a-healthy-city/healthy-city-checklist> – consultado a 12.5.14

<http://www.euro.who.int/en/health-topics/environment-and-health/urban-health/activities/healthy-cities/who-european-healthy-cities-network/what-is-a-healthy-city> - consultado a 8.5.14



http://www.euro.who.int/_data/assets/pdf_file/0004/109759/EHFA5-E.pdf -
consultado a 8.5.14

http://www.who.int/bulletin/bulletin_board/83/ustun11051/en/# - consultado a 2.6.14.

http://www.euro.who.int/_data/assets/pdf_file/0004/109759/EHFA5-E.pdf -
consultado a 2.6.14

<http://www.who.int/hia/evidence/doh/en/> - consultado a 12.6.14

http://www.euro.who.int/_data/assets/pdf_file/0004/109759/EHFA5-E.pdf - consultado a
15.6.14

<http://www.euro.who.int/en/health-topics/environment-and-health/urban-health/activities/healthy-cities/who-european-healthy-cities-network/what-is-a-healthy-city/health21-targets> - consultado a 15.6.14

<http://www.euro.who.int/en/health-topics/environment-and-health/urban-health/activities/healthy-cities/who-european-healthy-cities-network/what-is-a-healthy-city/healthy-city-checklist> - consultado a 16.6.14

<http://www.euro.who.int/en/health-topics/environment-and-health/urban-health/activities/healthy-cities/who-european-healthy-cities-network/six-strategic-goals>
- consultado a 16.6.14

http://www.euro.who.int/_data/assets/pdf_file/0009/100989/E92260.pdf?ua=1 -
consultado a 16.6.14

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_ibe_oquee - consultado a
10.11.2014

<http://www.dgaep.gov.pt/index.cfm?OBJID=a5de6f93-bfb3-4bfc-87a2-4a7292719839> -
consultado a 11/4/2015



Anexos



Anexo 1



Tema central 1

Ambientes de cuidado e apoio: uma cidade saudável deve ser, acima de tudo, uma cidade para todos os seus cidadãos, inclusiva, solidária, sensível e receptiva às suas diversas necessidades e expectativas.

Questões importantes

- Melhores resultados para todas as crianças: prestação de serviços para a primeira infância e apoio a todos os cidadãos jovens com o objectivo de melhorar sistematicamente a vida das crianças. O investimento no desenvolvimento da primeira infância é uma das melhores maneiras de reduzir a desigualdade em saúde.
- Cidades amigas dos idosos: introdução de políticas e planos de acção holísticos, abordando as necessidades de saúde dos idosos, que enfatizem a participação, capacitação, vida independente, ambientes físicos e sociais de apoio seguros e acessíveis.
- Migrantes e inclusão social: abordar sistematicamente a saúde e necessidades sociais dos migrantes, promovendo a integração, tolerância e compreensão cultural.
- Cidadania activa: fornecer uma infra-estrutura eficaz para a comunidade participar e capacitar-se, utilizando técnicas de desenvolvimento da comunidade como os catalisadores para a acção e promoção de oportunidades de redes sociais.
- Saúde e serviços sociais: defender e apoiar o desenvolvimento de serviços de saúde e sociais que dêem resposta, que sejam de alta qualidade e acessíveis a todos, com base na avaliação sistemática das necessidades da população e particularmente dos grupos vulneráveis.
- Conhecimento sobre a saúde: desenvolver e implementar programas com o objectivo de fortalecer as competências de literacia em saúde da população. A literacia em saúde pode ser entendida como o grau de capacidade dos indivíduos para obter, processar e compreender informações básicas sobre saúde e sobre os serviços fornecidos por sistemas de saúde complexos, no sentido de conseguirem tomar decisões adequadas para manter e promover a sua saúde.

Tema central 2

Uma vida saudável: uma cidade saudável fornece condições e oportunidades que apoiam estilos de vida saudáveis.

Questões importantes

- Prevenção de doenças não transmissíveis: intensificação dos esforços e fortalecimento das parcerias locais para combater a epidemia de doenças não transmissíveis e crónicas, nomeadamente através de abordagens integradas de



base populacional orientadas para os factores e determinantes sociais dessas doenças.

- Sistemas de saúde locais: reforçar a capacidade dos sistemas de saúde locais, incluindo os serviços de saúde pública e os serviços de cuidados de saúde primários, com enfoque na prevenção, controlo e gestão das doenças cardiovasculares, oncológicas, respiratórias e relacionadas com o álcool.
- Cidades livres de tabaco: implementação e aplicação de políticas antitabagistas em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho.
- Álcool e drogas: desenvolvimento de planos de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool e das drogas.
- Vida activa: fazer da actividade física e da mobilidade de pedestres uma parte central das políticas e planos de desenvolvimento da cidade.
- Alimentação saudável e dieta: aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável e ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis.
- Violência e lesões: elaborar políticas e planos para lidar com todos os aspectos da violência e lesões nas cidades, incluindo a violência sobre mulheres, crianças e idosos, acidentes de trânsito e acidentes domésticos.
- Ambientes saudáveis: implementação de programas de apoio direccionados a uma vida saudável e bem-estar mental sustentados na configuração do quotidiano das pessoas, ao nível dos bairros, escolas e locais de trabalho.
- Bem-estar e felicidade: alargar a compreensão e explorar e promover os factores e condições que suportam o bem-estar e a felicidade, reduzindo o stress e aumentando a resiliência das comunidades.

Tema central 3

Ambiente urbano saudável e design: as cidades devem ser construídas de forma a oferecerem um ambiente promotor da saúde, lazer e bem-estar, segurança, interacção social e mobilidade, além de suscitarem um sentimento de orgulho e de identidade cultural na medida em que atendem e dão resposta às necessidades de todos os seus cidadãos.

Questões importantes

- Planeamento urbano saudável: integrar as considerações relativas à saúde nos processos de planeamento urbano, nos programas e projectos, bem como estabelecer a capacidade e o compromisso político e institucional necessários para alcançar este objectivo. Com destaque para os planos directores, para a acessibilidade aos transportes e para o desenho dos bairros.
- Habitação e lazer: aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte, melhorar a habitação para todos e alavancar o lazer que promove a saúde através de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física.



- Transporte saudável: promover a acessibilidade, facilitando a capacidade de todos, incluindo as pessoas muito jovens e pessoas com mobilidade reduzida, para atingirem o seu destino pretendido sem terem de utilizar um carro.
- Alterações climáticas e emergências de saúde pública: combater as implicações das alterações climáticas nas cidades para a saúde e manter a vigilância sobre como as mudanças globais, tais como o impacto das economias globalizadas e a livre circulação de pessoas, têm na preparação e resposta às emergências em saúde pública.
- Segurança e protecção: assegurar que o planeamento e o desenho das cidades e dos bairros permitem a interacção social, aumentam a sensação de segurança e protecção e apoiam uma mobilidade fácil para todos, especialmente para os jovens e mais velhos.
- Exposição ao ruído e poluição: promover e adoptar práticas que protegem as pessoas, especialmente as crianças, da exposição a produtos tóxicos e prejudiciais à saúde, incluindo a poluição do ar interior e exterior, o fumo do tabaco nos locais de trabalho e locais públicos e ruído.
- Desenho urbano saudável: criar ambientes socialmente favoráveis e um ambiente que encoraje o andar a pé e de bicicleta.
- Criatividade e habitabilidade: promover políticas e actividades culturais que incentivem a criatividade e contribuam para comunidades prósperas, desenvolvam o capital humano e social, melhorem a coesão social e activem a mudança social.



Anexo 2



O relatório do Eurobarómetro nº 366 apresenta uma metodologia para avaliação da qualidade de vida nas cidades que se divide em 4 áreas e 22 sub-áreas, nomeadamente:

1. A satisfação das pessoas com a sua cidade
 - 1.1. Transportes públicos
 - 1.2. Serviços de saúde
 - 1.3. Instalações desportivas
 - 1.4. Instalações culturais
 - 1.5. Instalações educativas
 - 1.6. Ruas e edifícios
 - 1.7. Espaços públicos
 - 1.8. Cobertura de lojas de retalho
2. Perspectivas das pessoas sobre a sua cidade
 - 2.1. Oportunidades de emprego
 - 2.2. Condições habitacionais
 - 2.3. Presença e integração de migrantes
 - 2.4. Segurança e confiança
 - 2.5. Serviços administrativos da cidade
3. Ambiente
 - 3.1. Qualidade do ar
 - 3.2. Nível de ruído
 - 3.3. Limpeza
 - 3.4. Espaços verdes
 - 3.5. Luta conta as alterações climáticas
4. Situação pessoal de cada um
 - 4.1. Vida em geral
 - 4.2. Local onde a pessoa vive
 - 4.3. Situação financeira do agregado
 - 4.4. Situação laboral pessoal



Anexo 3



O *Better Life Index*³⁹ da OCDE constitui-se como um índice que pretende comparar o nível de bem-estar entre os países da OCDE, recorrendo para o efeito a 11 tópicos nas áreas das condições materiais de vida e de qualidade de vida. Em 2014 o índice avaliou um total de 34 países (OCDE), mais 2 não pertencentes à organização: o Brasil e a Federação Russa. Em termos de indicadores utilizados temos:

1. Habitação
 - 1.1. Habitações sem instalações básicas
 - 1.2. Despesas com a habitação
 - 1.3. Quartos por pessoa
2. Rendimentos
 - 2.1. Rendimentos disponíveis ajustados brutos por lar
 - 2.2. Riqueza financeira líquida por lar
3. Emprego
 - 3.1. Taxa de emprego
 - 3.2. Segurança laboral
 - 3.3. Taxa de desemprego de longa duração
 - 3.4. Rendimentos individuais
4. Comunidade
 - 4.1. Qualidade da rede de suporte
5. Educação
 - 5.1. Nível de instrução
 - 5.2. Competências dos estudantes
 - 5.3. Anos de escolaridade
6. Ambiente
 - 6.1. Poluição do ar
 - 6.2. Qualidade da água
7. Envolvimento cívico
 - 7.1. Consulta na produção legislativa
 - 7.2. Afluência às urnas
8. Saúde
 - 8.1. Esperança de vida
 - 8.2. Auto-percepção do estado de saúde
9. Satisfação com a vida
10. Segurança
 - 10.1. Taxa de assaltos
 - 10.2. Taxa de homicídios
11. Balanço vida privada-trabalho
 - 11.1. Trabalhadores que trabalham horas excessivas
 - 11.2. Tempo dedicado ao lazer e ao cuidado pessoal

³⁹ <http://www.oecdbetterlifeindex.org/> - consultado a 10.6.14



Anexo 4



O Instituto Nacional de Estatística (INE) desenvolveu o Índice de Bem-Estar (IBE) para Portugal, que surgiu a partir de um estudo desenvolvido entre 2010 e 2013 pelo Instituto alicerçado numa metodologia definida por um conjunto de organizações internacionais, nomeadamente a OCDE e o Eurostat, e já aplicada por vários Institutos de Estatística. Segundo o INE:

“O Índice de Bem-estar (IBE) é um estudo estatístico de periodicidade anual e cujo âmbito geográfico é o país. As variáveis que integram a construção do IBE provêm de procedimentos administrativos e de operações estatísticas desenvolvidas no contexto do Sistema Estatístico Nacional, do Sistema Estatístico Europeu, do Banco Mundial e outros.

Do ponto de vista conceptual, as condições materiais de vida das famílias e a qualidade de vida, foram identificadas como perspectivas essenciais na avaliação da evolução do bem-estar. Neste contexto, procurou-se que cada perspectiva fosse representada com indicadores, agrupados em domínios de análise, que correspondessem, tão fielmente quanto possível, à delimitação conceptual definida.

Na perspectiva das condições materiais de vida pretende-se:

Captar o domínio do bem-estar económico, através das possibilidades correntes e futuras de consumo, da realização do bem-estar material e da desigualdade de distribuição de rendimento;

Avaliar a vulnerabilidade económica através da medição da pobreza monetária, da privação material, do endividamento e da vulnerabilidade da habitação;

Avaliar a participação e inclusão social, a vulnerabilidade do trabalho e a disparidade salarial segundo o sexo, e a qualidade do trabalho.

Na perspectiva da qualidade de vida foram considerados sete domínios de análise:

Educação, conhecimento e competências – através da caracterização da educação formal, da aprendizagem ao longo da vida, da qualidade da educação e nível de competências adquiridas e da produção de conhecimento e inovação;

Saúde – através dos indicadores-resultado na saúde, da avaliação da prestação de cuidados de saúde e dos indicadores relativos a factores de risco;

Balanço vida-trabalho – através da avaliação da conciliação do tempo afecto à família e ao trabalho e da avaliação subjectiva do balanço vida-trabalho;



Segurança pessoal – através da avaliação da criminalidade e da avaliação subjectiva da segurança pessoal;

Participação cívica e governação – através da avaliação da participação cívica e política e da confiança nas instituições;

Relações sociais e bem-estar subjectivo – através da avaliação do bem-estar subjectivo social e do bem-estar subjectivo individual, dimensões que pela sua especificidade não serão objecto de análise conjunta;

Ambiente – através da avaliação da qualidade da água e do ar, da intensidade apercebida de ruído, da análise do destino final dos resíduos, da medida da biodiversidade e da avaliação subjectiva da qualidade ambiental”(INE).

O objectivo do “Índice de Bem-Estar” é disponibilizar, numa base regular, resultados que permitam acompanhar a evolução do bem-estar e progresso social em duas vertentes determinantes – condições materiais de vida das famílias e qualidade de vida, mediante declinações em três e sete domínios de análise (desagregados nos indicadores abaixo referidos).

O IBE apenas fornece informação sobre a evolução do bem-estar e respectivas declinações à escala nacional. Isto é, a desagregação geográfica não é possível, pelo facto de uma parte substancial da lista dos indicadores presentes na construção do IBE não proporcionar informação estatística ao nível geográfico mais fino.

Em termos de indicadores utilizados no estudo do IBE temos os seguintes (organizados por perspectivas e dimensões):

Perspectiva Condições materiais de vida	Dimensão 1 - Bem-estar económico	
	1	Rendimento monetário disponível mediano por adulto equivalente (preços constantes, 2004)
	2	Património financeiro líquido dos particulares (preços constantes, 2004)
	3	Património total líquido dos particulares (preços constantes, 2004)
	4	Taxa de rendimento líquido versus rendimento bruto
	5	Despesa de consumo individual (preços constantes, 2006)
	6	Desigualdade na distribuição do rendimento (S80/S20)
	7	Coeficiente de Gini para o rendimento monetário disponível por adulto equivalente
	8	Coeficiente de Gini para a remuneração mensal líquida do trabalho por conta de outrem
	9	Avaliação subjectiva das condições materiais de vida
Dimensão 2 - Vulnerabilidade económica		



	10	Taxa de risco de pobreza (60% da mediana), após transferências sociais
	11	Taxa de intensidade de pobreza
	12	Taxa de exclusão do mercado de trabalho ao nível do agregado (proporção de indivíduos com 15 e mais anos residentes em agregados onde todos os activos eram desempregados)
	13	Taxa de privação material
	14	Endividamento dos particulares (dívida financeira) em percentagem do rendimento disponível
	15	Rácio entre os empréstimos e créditos comerciais e o rendimento disponível dos particulares
	16	Taxa de sobrecarga das despesas em habitação
	Dimensão 3 - Trabalho e Remuneração	
	17	Taxa de emprego (15 e mais anos)
	18	Proporção de trabalhadores com 25 e mais anos com contrato de trabalho a termo
	19	Taxa de desemprego
	20	Proporção de desempregados de longa duração (12 e mais meses)
	21	Taxa de desemprego da população com nível de escolaridade completo correspondente ao ensino superior
	22	Taxa de desemprego da população dos 15 aos 34 anos
	23	Inactivos por 100 empregados
	24	Subemprego dos trabalhadores a tempo parcial
	25	Disparidade salarial entre homens e mulheres (valores não ajustados)
	26	Proporção de pessoas que pensam ser provável ou muito provável perder o seu emprego nos seis meses seguintes
	27	Remuneração mediana mensal líquida do trabalho por conta de outrem, em termos reais (preços de 2004)
	28	Remuneração mediana mensal líquida dos pensionistas, em termos reais (preços de 2004)
	29	Proporção da população desempregada inscrita num Centro de Emprego do IEFP que não recebe nenhum tipo de subsídio relacionado com o desemprego
Perspectiva Qualidade de vida	Dimensão 4 - Saúde	
	30	Esperança de vida à nascença
	31	Taxa de mortalidade infantil
	32	Esperança de vida em saúde
	33	Taxa de mortalidade padronizada (<65 anos), por doenças do aparelho circulatório, por 100 000 habitantes
	34	Taxa de mortalidade padronizada, por tumores malignos, por 100 000 habitantes
	35	Proporção da população residente que avalia o seu estado de saúde como bom ou muito bom
	36	Proporção da população que refere limitação na realização de actividades habituais devido a um problema de saúde prolongado



37	Proporção da população que avalia positivamente os serviços de saúde
38	Qualidade dos serviços de saúde
Dimensão 5 - Balanço vida-trabalho	
39	Proporção da população empregada a trabalhar habitualmente 50 ou mais horas por semana (profissão principal)
40	Índice de realização de actividades de apoio familiar
41	Índice de conciliação do trabalho com as responsabilidades familiares
42	Índice de auto-apreciação do tempo empregue nos contactos familiares ou outros e em actividades de lazer
43	Índice de satisfação com o trabalho, vida familiar e social
Dimensão 6 - Educação, conhecimento e competências	
44	Taxa bruta de escolarização do pré-escolar
45	Abandono precoce da educação e formação (18-24 anos)
46	Proporção de pessoas (30-34 anos), com nível de escolaridade completo correspondente ao ensino superior
47	Número médio de anos de escolaridade completa da população activa
48	Aprendizagem ao longo da vida
49	Índice de consumos culturais
50	Taxa de retenção e desistência no 3º ciclo do ensino básico
51	Índice de literacia
52	Doutoramentos por 100 mil habitantes em Portugal
53	Publicações científicas por 100 mil habitantes em Portugal
54	Patentes pedidas ao Gabinete Europeu de Patentes (EPO)
Dimensão 7 - Relações sociais e bem-estar subjectivo	
55	Frequência de relacionamentos com familiares, amigos ou colegas de trabalho (pelo menos uma vez por semana)
56	Proporção de pessoas que têm com quem partilhar questões íntimas
57	Índice de confiança interpessoal
58	Grau de satisfação com a vida em geral
59	Grau de felicidade (feliz ou muito feliz)
Dimensão 8 - Participação cívica e governação	
60	Índice de participação eleitoral
61	Grau de interesse pela política
62	Índice de participação em actividades públicas
63	Índice de confiança nas instituições
64	Qualidade apercebida dos serviços públicos
65	Índice de governação
Dimensão 9 - Segurança pessoal	
66	Taxa de criminalidade registada
67	Taxa de homicídio voluntário consumado
68	Mulheres vítimas do crime de violência doméstica



	69	Crianças e jovens (0-17 anos) vítimas de crime
	70	Proporção de pessoas que se sentem seguras quando passeiam sozinhas depois de escurecer
	71	Grau de confiança na polícia
	Dimensão 10 - Ambiente	
	72	Água segura
	73	Praias com Bandeira Azul
	74	População servida por estações de tratamento de águas residuais (só Continente)
	75	Total de emissões de gases com efeito de estufa
	76	Índice de qualidade do ar
	77	População que reporta problemas de ruído na vizinhança da sua residência
	78	Resíduos urbanos recolhidos com destino a aterro, <i>per capita</i>
	79	População que reporta problemas de poluição, sujidade ou outros problemas ambientais na vizinhança da sua residência



Anexo 5



Tópico	Itens
Demografia e epidemiologia	<ul style="list-style-type: none">• População total• Idade e género• Distribuição étnica• Taxa de natalidade• Taxa de fertilidade• Taxa de mortalidade• Taxa de morbilidade<ul style="list-style-type: none">○ Doenças infecciosas○ Doenças crónicas○ Acidentes○ Crime○ Incapacidades○ Taxa de suicídio/acidentes do trabalho• Percepções sobre a saúde e bem-estar• Factores de risco individuais<ul style="list-style-type: none">○ Taxa de imunização○ Nutrição○ Álcool e drogas○ Tabaco○ Exercício○ Taxas de rastreio (cancro)○ Violência doméstica
Passado da cidade	<ul style="list-style-type: none">• História• Cultura• Clima• Topografia
Ambiente físico	<ul style="list-style-type: none">• Qualidade ambiental<ul style="list-style-type: none">○ Ar○ Água○ Ruído○ Solo• Paisagem• Percentagem de espaços verdes/parques
Ambiente de vida	<ul style="list-style-type: none">• Acesso a água potável• Adequação das condições habitacionais• Área útil habitável• Taxa de sem-abrigo• Segurança alimentar• Controlo de insectos e roedores• Tratamento de esgotos• Tratamento de resíduos• Cobertura da recolha de lixo sólido• Reciclagem
Infra-estruturas urbanas	<ul style="list-style-type: none">• Descrição do planeamento urbano• Principal modo de transporte• Disponibilidade de transportes públicos



	<ul style="list-style-type: none">• Disponibilidade de tecnologias de informação e comunicação• Uso da comunicação social
Organização e serviços	<ul style="list-style-type: none">• Descrição da estrutura administrativa dos departamentos, distritos, comunidades e governo local• Descrição e avaliação da efectividade dos mecanismos de coordenação intersectorial• Descrição da disponibilidade de:<ul style="list-style-type: none">○ Hospitais○ Cuidados de saúde primários○ Escolas○ Centros comunitários○ Instalações desportivas○ Serviços de saúde ambiental<ul style="list-style-type: none">▪ Inspectores alimentares▪ <i>Standards</i> de monitorização
Economia	<ul style="list-style-type: none">• Avaliação do impacto da economia na saúde<ul style="list-style-type: none">○ Principais indústrias / negócios○ Saúde da economia○ Nível de desenvolvimento
Social	<ul style="list-style-type: none">• Fontes de <i>stress</i> social• Descrição dos mecanismos de suporte social/redes de suporte<ul style="list-style-type: none">○ Família○ Comunidade○ Culturais○ Relações de géneros
Legislação e regulamentos	<ul style="list-style-type: none">• Prevenção e controlo de doenças• Hospitais, escolas, locais de trabalho, mercados, etc.• Higiene alimentar, construção civil, habitações• Água potável, gestão de resíduos• Água, ar, ruído, solo, etc.

Sendo certo que a obtenção dos dados para aferir de cada um dos itens constantes nesta proposta da OMS, relativamente a cada um dos municípios cujo programa foi analisado na presente tese, não se revelaria concretizável no âmbito das limitações próprias de um trabalho desta natureza, não se deixou de os considerar na elaboração da matriz de análise nem tão-pouco para desenvolvimentos posteriores, nomeadamente ao nível do cruzamento das informações obtidas com a presente investigação e outros dados de carácter mais directo a recolher posteriormente.



Anexo 6



“2 - Cabe igualmente às áreas metropolitanas assegurar a articulação das actuações entre os municípios e os serviços da administração central nas seguintes áreas:

- a) Redes de abastecimento público, infra-estruturas de saneamento básico, tratamento de águas residuais e resíduos urbanos;*
- b) Rede de equipamentos de saúde;*
- c) Rede educativa e de formação profissional;*
- d) Ordenamento do território, conservação da natureza e recursos naturais;*
- e) Segurança e protecção civil;*
- f) Mobilidade e transportes;*
- g) Redes de equipamentos públicos;*
- h) Promoção do desenvolvimento económico e social;*
- i) Rede de equipamentos culturais, desportivos e de lazer”.*

Ou seja, aquilo que são as atribuições autárquicas que relevam para o objecto de análise desta tese encontram respaldo nas áreas metropolitanas, o que faz especial sentido na medida em que a prossecução de muitos daqueles que são os desideratos de uma cidade saudável só é possível se vista numa lógica de articulação intermunicipal. Vejamos o caso dos transportes, da qualidade do ar e da articulação entre cuidados de saúde primários, secundários e terciários, apenas para dar alguns exemplos das necessárias interdependências que se estabelecem e devem ser atendidas na formulação de políticas neste âmbito.

No respeitante às comunidades intermunicipais o artigo 81º vem estabelecer as suas atribuições, que em tudo são sobreponíveis às das áreas metropolitanas.



Anexo 7



“1 - A reorganização administrativa do território das freguesias é acompanhada de um novo regime de atribuições e competências, que reforça as competências próprias dos órgãos das freguesias e amplia as competências delegáveis previstas na lei, em termos a definir em diploma próprio.

2 - As competências próprias das freguesias podem ser diferenciadas em função das suas específicas características demográficas e abrangem, designadamente, os seguintes domínios, em termos a definir em diploma próprio:

- a) Manutenção de instalações e equipamentos educativos;*
- b) Construção, gestão e conservação de espaços e equipamentos colectivos;*
- c) Licenciamento de actividades económicas;*
- d) Apoio social;*
- e) Promoção do desenvolvimento local.*

3 - O reforço das competências próprias das freguesias é acompanhado do reforço das correspondentes transferências financeiras do Estado, calculadas no quadro da despesa histórica suportada pelo respectivo município no âmbito do seu exercício”.



Anexo 8



“Para os efeitos da presente lei, consideram-se empresas locais de gestão de serviços de interesse geral aquelas que, assegurando a universalidade, a continuidade dos serviços prestados, a satisfação das necessidades básicas dos cidadãos, a coesão económica e social local ou regional e a protecção dos utentes, e, sem prejuízo da eficiência económica, no respeito pelos princípios da não discriminação e da transparência, tenham exclusivamente por objecto uma ou mais das seguintes actividades:

- a) Promoção e gestão de equipamentos colectivos e prestação de serviços na área da educação, acção social, cultura, saúde e desporto;*
- b) Promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano;*
- c) Abastecimento público de água;*
- d) Saneamento de águas residuais urbanas;*
- e) Gestão de resíduos urbanos e limpeza pública;*
- f) Transporte de passageiros;*
- g) Distribuição de energia eléctrica em baixa tensão”.*



Anexo 9



“1 - A rede social é uma plataforma de articulação de diferentes parceiros públicos e privados que tem por objectivos:

- a) Combater a pobreza e a exclusão social e promover a inclusão e coesão sociais;*
- b) Promover o desenvolvimento social integrado;*
- c) Promover um planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos;*
- d) Contribuir para a concretização, acompanhamento e avaliação dos objectivos do Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI);*
- e) Integrar os objectivos da promoção da igualdade de género, constantes do Plano Nacional para a Igualdade (PNI), nos instrumentos de planeamento;*
- f) Garantir uma maior eficácia e uma melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos sociais ao nível local;*
- g) Criar canais regulares de comunicação e informação entre os parceiros e a população em geral.*

2 - A rede social assenta no trabalho de parceria alargada, efectiva e dinâmica e visa o planeamento estratégico da intervenção social local, que articula a intervenção dos diferentes agentes locais para o desenvolvimento social”.



Anexo 10



Em termos de escalas concretas os autores elencam várias, que a seguir referimos sem proceder à devida tradução porque, como estes afirmam, “*Careless translation could have unknow and probably profound affects upon the validity and reliability of the information obtained. (...) Language changes alone do not satisfy the requirements for cross-cultural adaptations*”⁴⁰.

1. Escalas de incapacidade funcional
 - a. Escalas de actividades de vida diárias
 - b. Escalas de actividades instrumentais de vida diárias
 - i. Quality of well-being scale (índex of well-being or functional status índex)
 - ii. Functional activities questionnaire
 - iii. OECD long-term disability questionnaire, 1981
 - iv. Lambeth disability screening questionnaire, 1981
 - v. Activities and skills profile (ASP 7), university of Amsterdam
 - vi. Linn’s rapid disability rating scale, 1967, revised 1982
2. Escalas de bem-estar psicológico
 - a. Health opinion survey, Macmillan, 1957
 - b. Langner’s scale, 1962: the 22 item screening score of psychiatric symptoms
 - c. Bradburn’s scale
 - d. General well-being schedule
 - e. Mental health inventory
 - f. General health questionnaire
 - g. Geriatric mental state
3. Escalas de saúde social
 - a. McFarlane scale
 - b. Sarason’s questionnaire
 - c. Henderson’s interview schedule
 - d. Social functioning schedule
 - e. Gurland’s interview
 - f. Weissman’s scale
 - g. Interpersonal support evaluation list
4. Escalas de qualidade de vida
 - a. The life satisfaction índex
 - b. Lawton’s scale
5. Escalas de saúde generalistas
 - a. Nottingham health profile
 - b. Sickness impact profile
 - c. Lawton’s instrument

⁴⁰ Traduções descuidadas podem ter efeitos desconhecidos, e provavelmente profundos, na validade e fiabilidade da informação obtida. (...) As alterações linguísticas, por si mesmas, não satisfazem os requisitos para as adaptações transculturais. (tradução livre).



- d. OARS questionnaire
- e. CARE
- f. Rand corporation's health insurance study batteries
- g. SF-36
- h. EuroQol instrument

Além das escalas mais direccionadas para a saúde, e tendo presente que o trabalho dos mesmos visava o elencar de contributos metodológicos para uma adequada avaliação das cidades enquanto “cidades saudáveis”, Garcia e McCarthy (1994) avançam igualmente com mais 4 domínios a atender para essa avaliação: comportamentos de saúde; grupos populacionais-alvo; saúde e ambiente; saúde e circunstâncias socioeconómicas. Olhemos para as categorias que os autores elencam em cada um dos domínios.

- 1. Comportamentos de saúde
 - a. Dieta
 - b. Consumo de álcool
 - c. Consumo de tabaco
 - d. Consumo de drogas
 - e. Comportamento sexuais
 - f. Actividade física
 - g. Cultura, leitura e redes sociais
- 2. Grupos populacionais-alvo
 - a. Jovens
 - b. Idosos
 - c. Sem-abrigo
 - d. Minorias étnicas
- 3. Saúde e ambiente
 - a. Higiene alimentar
 - b. Gestão de resíduos
 - c. Poluição atmosférica
 - d. Qualidade da água
 - e. Ruído
 - f. Radiações
 - g. Transportes
 - h. Acidentes
 - i. Acidentes de viação
 - ii. Outros acidentes que não de viação
 - iii. Acidentes ocupacionais
 - i. Ambiente de trabalho
 - j. Ambiente urbano
- 4. Saúde e circunstâncias socioeconómicas
 - a. Educação
 - b. Emprego



- i. Famílias com subsídios/abaixo do limiar de pobreza
- ii. Desemprego
- c. Condições de habitação
- d. Inequidades socioeconómicas e de saúde
- e. Índices de privação material

Consideram os autores que todos estes itens devem ser tidos em consideração quando se elaboram instrumentos para avaliar as cidades na perspectiva de “cidades saudáveis”, na medida da sistematização que operam da informação e consequentes análises que permitem.



Anexo 11



|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|



Anexo 12



CÓDIGO		1	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância			
1.2. Apoios e serviços para a juventude	Instituir um prémio para os jovens artistas do concelho; alargar os empréstimos de manuais escolares para todas as crianças do 1º ciclo; dinamizar e promover um programa de voluntariado juvenil; consolidar a dinamização dos campos de férias para as crianças e jovens e programas de ocupação de tempos livres;	X	
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade			X
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade			X
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente			X
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes			X
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população			X
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade			X
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde			X
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde	Apoiar as escolas em acções de sensibilização ambiental; continuar o programa de diagnóstico e educação para a saúde em parceria com o centro de saúde e as escolas;	X	
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas,			X



a saúde e o bem-estar;			
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁴¹	Continuar o programa de diagnóstico e educação para a saúde em parceria com o centro de saúde e as escolas;	X	
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares	Promoção didáctica dos desportos marítimos;	X	
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis			X
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio	Apoiar todas as associações existentes mediante um caderno de encargos elaborado por cada uma delas;	X	
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego			X
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)	Requalificar os espaços de lazer; melhorar os equipamentos e serviços prestados nos parques de campismo; construir um centro geriátrico e lares de terceira idade; apoiar a recuperação do património edificado; melhorar os equipamentos de apoio aos banhistas; dotar os pavilhões desportivos de todas as condições sanitárias, de balneários condignos e bancadas adequadas;	X	
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável			X
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros	Aumentar o número de ciclovias;	X	
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar			X
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos	Intensificar a lavagem de passeios e praças públicas; disponibilizar os serviços da Praia Ambiente para a limpeza das destas e touradas; acompanhar e reivindicar a descontaminação dos aquíferos;	X	
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática	Generalizar a instalação de painéis solares térmicos nas escolas, pavilhões desportivos e noutros edifícios municipais; adoptar iluminação de baixo consumo;	X	
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade			X
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza			X
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X

⁴¹ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres	Construir novos trilhos pedestres; prolongamento do passeio pedonal da avenida marginal até à Riviera;	X	
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola			X
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável			X
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres			X
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito	Efectuar a manutenção das estradas/caminhos municipais;	X	
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planeamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes			X
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis	Criar um plano global de valorização e requalificação ambiental;	X	
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte			X
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos			X
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física	Arborizar espaços urbanos;	X	
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros	Aumentar o número de ciclovias;	X	
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas			X
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da	Melhorar os equipamentos e a segurança dos	X	



segurança e protecção dos cidadãos	parques infantis;		
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social			X
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos	Acompanhar e reivindicar a descontaminação dos aquíferos;	X	
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior			X
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade	Elaborar um programa de financiamento para associações e grupos culturais mediante a apresentação de projectos de dinamização cultural; incrementar a pró-actividade municipal em torno de projectos de centros de incubadoras de empresas;	X	



Anexo 13



CÓDIGO		2	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância			X
1.2. Apoios e serviços para a juventude			X
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade			X
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade	Apoio aos portadores do cartão do idoso que vivam sozinhos no concelho;	X	
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente			X
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes			X
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população			X
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade			X
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde			X
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde			X
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;			X
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para			X



os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁴²			
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares			X
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis			X
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio	Criação de um torneio entre as escolas do Concelho;	X	
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego			X
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)	Criação de uma estrutura de apoio aos desportos náuticos;	X	
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável	Criação de hortas municipais;	X	
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros			X
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar			X
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos			X
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática	Substituição (na iluminação pública) por iluminação fotovoltaica;	X	
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade			X
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza			X
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres	Criação de um torneio entre as escolas do Concelho para fomentar os estilos de vida saudáveis; criação da semana do desporto;	X	
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola			X
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável			X

⁴² Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis	Criação de hortas municipais;	X	
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres			X
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito			X
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planejamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes			X
11.2. Evidência de vontade de um planejamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis			X
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte			X
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos			X
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física			X
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros			X
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas			X
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos	Diligenciar o melhoramento da iluminação pública;	X	
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social			X
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos			X
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior			X
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade	Criar um programa de incentivo à leitura e à escrita;	X	



Anexo 14



CÓDIGO		3	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância	Apoiaremos o projecto das Cidades Amigas das Crianças;	X	
1.2. Apoios e serviços para a juventude	No início do ano lectivo 2013/2014, Águeda terá já em funcionamento os centros escolares de Recardães, Borralha, Barrô e Fermentelos, estando em conclusão o de Macinhata do Vouga, que se prevê que comece a funcionar na Páscoa de 2014. No início do ano de 2015, entrarão em funcionamento os Centros Escolares de Valongo, Aguada de Cima e Trofa, que completarão a rede de Centros Escolares do concelho e possibilitarão que todas as crianças usufruam das mesmas condições de ensino e aprendizagem; condições para uma intervenção mais próxima junto dos grupos de jovens com dificuldades de integração; formação desportiva dos mais Jovens; Apostaremos na criatividade dos jovens, incentivando e promovendo a sua integração em projectos culturais, desportivos ou de solidariedade, bem como a criação do próprio emprego ou a integração no mercado de trabalho; Promoveremos o acesso a Programas Europeus de Juventude, enquadrados na Agenda da Juventude e da Promoção do Emprego na União Europeia;	X	
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade			X
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade	O projecto Águeda Solidária será incrementado com novas valências, sempre na perspectiva de apoiar os idosos, com especial incidência nos habitantes dos lugares mais distantes dos centros;	X	
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente	programa 60+ terá continuidade;	X	
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes			X
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população			X
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X



4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade			X
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde			X
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde	Projecto Rios;	X	
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem -estar;	Passará a ser do conhecimento dos cidadãos as disponibilidades financeiras do Município em cada dia, com reporte ao dia anterior; tornaremos disponíveis ao público todos os dados do Município, passíveis de serem disponibilizados directamente por via informática; Promoveremos o projecto “Eu Proponho / Eu concretizo; Apoiaremos o projecto das Cidades Amigas das Crianças, colocando as crianças do concelho a pensar sobre o sítio onde vivem e a apresentar sugestões, com o objectivo de estimular a participação e o espírito crítico das nossas crianças; O Conselho Municipal de Juventude será valorizado;	X	
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁴³			X
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares	O Skate Park será aberto a provas e o Parque de Arborismo do Souto do Rio será dinamizado; Incentivaremos, em parceria com o movimento associativo, a prática de vela/windsurf na Pateira;	X	
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis	Isentar de taxas de construção, bem como de ocupação do espaço público todas as recuperações e/ou reconstruções de habitações realizadas no concelho e se legalmente possível, criaremos zonas de reabilitação dos núcleos urbanos que permitirão, para além dos benefícios criados directamente pelo Município usufruir de redução do IVA – paga 6% em vez de 23% - e de	X	

⁴³ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



	isenção de IMI durante 5 anos, prorrogáveis por mais 5; acordo(s) com empresa(s) de tintas para que os Municípios do concelho possam ter acesso a estes produtos a preços mais acessíveis e promoverá, ainda, o empréstimo de máquina de lavar a alta pressão e andaimes para que, quem optar por realizar o trabalho com as suas mãos, o possa fazer com facilidade. Para os que tenham maiores dificuldades económicas, a Autarquia poderá ceder gratuitamente as tintas e demais materiais para a realização da pintura; Promoveremos a recuperação do edificado na cidade para arrendamento a jovens;		
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio	A Rede Local de Ação Social desempenhará um papel actuante no sentido da coordenação da actividade desenvolvida pelos diferentes parceiros; Continuaremos a apoiar as colectividades, de forma sustentável, e que comprovem ter actividade e resultados em termos de números de atletas; O Agitágueda continuará a fazer o seu percurso e a envolver, cada vez mais, um número maior de colectividade e instituições; Apostaremos na criatividade dos jovens, incentivando e promovendo a sua integração em projectos culturais, desportivos ou de solidariedade, bem como a criação do próprio emprego ou a integração no mercado de trabalho;	X	
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego	Manteremos uma política activa de proporcionar oportunidades de trabalho a pessoas desempregadas, através do recurso aos programas do IEFP ou outros; Apostaremos na criatividade dos jovens, incentivando e promovendo a sua integração em projectos culturais, desportivos ou de solidariedade, bem como a criação do próprio emprego ou a integração no mercado de trabalho;	X	
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)	Centro para o empreendedorismo; residências artísticas; Incubadora Cultural;	X	
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável	Projecto Hortas d'Agueda; A venda de produtos hortícolas por pequenos produtores será promovida em locais específicos e comisenção de taxas;	X	
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros	Implementaremos um serviço de transporte a pedido, em parceria com as Juntas de Freguesia e Instituições locais; A Autarquia adquirirá viaturas eléctricas, carros e motorizadas, que alugará a quem nos visita e serão também utilizadas pelos serviços da Câmara Municipal;	X	
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar	A Autarquia adquirirá viaturas eléctricas, carros e motorizadas, que alugará a quem nos visita e serão também utilizadas pelos serviços da Câmara Municipal;	X	
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos	Conclusão da rede de saneamento;	X	



6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática	A Autarquia adquirirá viaturas eléctricas, carros e motorizadas, que alugará a quem nos visita e serão também utilizadas pelos serviços da Câmara Municipal;	X	
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade			X
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Incentivaremos a criação de uma Central de Compras, no âmbito da União das IPSS, de forma a que sejam conseguidas economias de escala e ganhos financeiros que permitam libertar meios para o apoio directo aos cidadãos carenciados; continuaremos a dedicar especial atenção à chamada “pobreza envergonhada”, de forma a garantir condições para uma integração social adequada; O Parque Empresarial será promovido internacionalmente, no sentido de fomentar a captação de investimentos e a criação de emprego no concelho; Desenvolveremos um projecto, cujo nome provisório é “Águeda Industrial”; apoio à realização de Missões Empresariais, na perspectiva de abertura de novos mercados; O Gabinete do Empresário será alargado nas suas competências e prestará apoio directo e personalizado às empresas do concelho;	X	
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres	A rede de percursos pedestres vai ser aumentada; As caminhadas serão alargadas e estruturadas para os que o desejarem e serão realizadas algumas nocturnas e de descoberta; Os vários percursos pedestres já existentes, bem como os que está previsto serem instalados, serão unidos por uma grande rota que percorrerá praticamente todo o concelho.	X	
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola	Projecto Eco-escolas;	X	
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável	Projecto Hortas d’Agueda;		X
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres			X
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre			X



crianças			
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito			X
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planeamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes	Implementaremos um serviço de transporte a pedido, em parceria com as Juntas de Freguesia e Instituições locais.	X	
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis	Gestão da rede de iluminação pública será potenciada e possibilitará fazer a gestão da rega dos espaços verdes, do estacionamento gratuito e pago, do controle do tráfego; Os vários percursos pedestres já existentes, bem como os que está previsto serem instalados, serão unidos por uma grande rota que percorrerá praticamente todo o concelho; As margens da Pateira serão requalificadas e o parque lagunar H2AQUA, em Fermentelos será construído, bem como recuperado o Parque de Merendas de Espinhel;	X	
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte			X
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos	Isentar de taxas de construção, bem como de ocupação do espaço público todas as recuperações e/ou reconstruções de habitações realizadas no concelho e se legalmente possível, criaremos zonas de reabilitação dos núcleos urbanos que permitirão, para além dos benefícios criados diretamente pelo Município usufruir de redução do IVA – paga 6% em vez de 23% - e de isenção de IMI durante 5 anos, prorrogáveis por mais 5; acordo(s) com empresa(s) de tintas para que os Munícipes do concelho possam ter acesso a estes produtos a preços mais acessíveis e promoverá, ainda, o empréstimo de máquina de lavar a alta pressão e andaimes para que, quem optar por realizar o trabalho com as suas mãos, o possa fazer com facilidade. Para os que tenham maiores dificuldades económicas, a Autarquia poderá ceder gratuitamente as tintas e demais materiais para a realização da pintura; Continuaremos a apoiar o arrendamento e a melhoria das condições de habitação das famílias carenciadas; Promoveremos a recuperação do edificado na cidade para arrendamento a jovens;	X	
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física	Criaremos um Centro de Marcha; Os vários percursos pedestres já existentes, bem como os que está previsto serem instalados, serão unidos por uma grande rota que percorrerá praticamente todo o concelho; As margens da Pateira serão requalificadas e o parque lagunar H2AQUA, em	X	



	Fermentelos será construído, bem como recuperado o Parque de Merendas de Espinhel;		
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros	Implementaremos um serviço de transporte a pedido, em parceria com as Juntas de Freguesia e Instituições locais.		
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas	As edificações a construir ou reabilitar terão princípios de sustentabilidade, de forma a não necessitar de aquecimento no Inverno e de arrefecimento do Verão, utilizando, para concretizar estes objectivos, técnicas passivas, introduzidas logo na fase de (re)construção. Com este objectivo criaremos, na dependência directa das obras particulares, um gabinete que dará todos os esclarecimentos e apoiará os munícipes na procura das melhores soluções.	X	
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos			X
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social			X
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos			X
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior			X
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade	Apostaremos na criatividade dos jovens, incentivando e promovendo a sua integração em projectos culturais, desportivos ou de solidariedade, bem como a criação do próprio emprego ou a integração no mercado de trabalho; Daremos continuidade ao programa de estágios e ao “Mentes Criativas” já em curso; Promoveremos o aparecimento de “Ateliers Municipais” tendo como objectivo desenvolver capacidades criativas dos jovens em áreas como por exemplo, a moda; No ano de 2014, entrará em funcionamento a Incubadora Cultural;	X	



Anexo 15



CÓDIGO		4	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância	Criação de serviços de apoio familiar de 24 horas, domiciliário ou institucional (Creche 24H); Através da Rede Social, promover o alargamento de horários e a articulação do funcionamento das creches e jardins-de-infância com os Centros de Dia para idosos; Desenvolvimento de um Plano Municipal de Família, em articulação com a Rede Social, como instrumento de gestão integrada de todos os projectos e iniciativas de valorização da família, incentivos e apoio a famílias numerosas, apoio domiciliário e acompanhamento em situações de crise (desemprego, morte, separação/ divórcio, doença súbita ou crónica e situações de dependência; Em colaboração com os jardins-de-infância e escolas do 1º ciclo do Município, entregar anualmente um pacote básico de material escolar (canetas, lápis, borracha, régua, material desenho, etc.) a todos os alunos, para utilização na escola; Promover, nos períodos de férias escolares, Programas de Férias, actividades integradas que permitam a ocupação das crianças durante a totalidade do dia, acompanhadas por monitores;	X	
1.2. Apoios e serviços para a juventude	Desenvolvimento de um Plano Municipal de Família, em articulação com a Rede Social, como instrumento de gestão integrada de todos os projectos e iniciativas de valorização da família, incentivos e apoio a famílias numerosas, apoio domiciliário e acompanhamento em situações de crise (desemprego, morte, separação/ divórcio, doença súbita ou crónica e situações de dependência; Proporcionar o acesso ao ensino às crianças das famílias com menores rendimentos, através de apoios à alimentação, aquisição de materiais escolares e transporte; Fornecimento, de forma gradual, de manuais escolares gratuitos até ao segundo ciclo; Promover, nos períodos de férias escolares, Programas de Férias, actividades integradas que permitam a ocupação das crianças durante a totalidade do dia, acompanhadas por monitores;	X	
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade	Criar incentivos e prémios às empresas com práticas familiarmente responsáveis e que promovam a conciliação do trabalho com a vida familiar; Promover junto do maior empregador do concelho – a Câmara Municipal – um programa destinado aos funcionários da autarquia, de diagnóstico de necessidades, com o objectivo de adoptar medidas internas que promovam a conciliação do trabalho com a vida	X	



	familiar; Desenvolvimento de um Plano Municipal de Família, em articulação com a Rede Social, como instrumento de gestão integrada de todos os projectos e iniciativas de valorização da família, incentivos e apoio a famílias numerosas, apoio domiciliário e acompanhamento em situações de crise (desemprego, morte, separação/ divórcio, doença súbita ou crónica e situações de dependência;		
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade	Através da Rede Social, promover o alargamento de horários e a articulação do funcionamento das creches e jardins-de-infância com os Centros de Dia para idosos;	X	
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente	Estimular a organização de acções dirigidas à ocupação e recreio dos reformados e idosos; Criação de um Programa Desportivo Sénior, em ligação com as IPSS e associações locais; Implementar um Programa de Combate ao Sedentarismo do Idoso, em parceria com o Centro de Saúde de Águeda e outras entidades;	X	
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes			X
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população			X
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares	Criação de um Programa Desportivo Sénior, em ligação com as IPSS e associações locais; Implementar um Programa de Combate ao Sedentarismo do Idoso, em parceria com o Centro de Saúde de Águeda e outras entidades	X	
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias	Criação de um Programa Desportivo Sénior, em ligação com as IPSS e associações locais;	X	
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade	Assegurar, com o estabelecimento de parcerias, o acesso à saúde e aos cuidados médicos, particularmente dos segmentos de população mais vulneráveis; Incentivar iniciativas que visem reforçar a oferta de serviços de saúde e a fixação de quadros médicos, especialmente nas zonas mais afastadas da sede do concelho;	X	
4.5. Medidas conducentes ao reforço da			X



capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde			
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde			X
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;	Implementar de forma real e efectiva os Orçamentos Participativos;	X	
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁴⁴			X
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares	Criação de um Programa Desportivo Sénior, em ligação com as IPSS e associações locais; Implementar um Programa de Combate ao Sedentarismo do Idoso, em parceria com o Centro de Saúde de Águeda e outras entidades; Promover uma formação suplementar musical, artística ou desportiva; Promover, nos períodos de férias escolares, Programas de Férias, actividades integradas que permitam a ocupação das crianças durante a totalidade do dia, acompanhadas por monitores; Optimização da utilização dos equipamentos desportivos dos polos educativos, fora do horário de aulas e durante as férias;	X	
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis	Apoiar a construção de raiz para famílias com 3 ou mais filhos (comparticipação, atribuição de lotes, disponibilização de materiais de construção, projectos de arquitectura, etc); Apoiar a recuperação de habitações degradadas para famílias com 3 ou mais filhos e agregados familiares com 3 ou mais dependentes (comparticipação, projectos de arquitectura, disponibilização de materiais de construção, etc); Estabelecer protocolos no sentido de serem construídas residências universitárias para os alunos do ESTGA, e incentivar a criação de “Repúblicas” de estudantes em Águeda	X	
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio	Através da Rede Social, promover o alargamento de horários e a articulação do funcionamento das creches e jardins-de-infância com os Centros de Dia para idosos; Desenvolvimento de um Plano Municipal de Família, em articulação com a Rede Social, como instrumento de gestão integrada de todos os projectos e iniciativas de valorização da	X	

⁴⁴ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



	família, incentivos e apoio a famílias numerosas, apoio domiciliário e acompanhamento em situações de crise (desemprego, morte, separação/ divórcio, doença súbita ou crónica e situações de dependência; Estimular a participação de jovens no voluntariado em apoio social aos idosos; Promover dinâmicas de envolvimento dos encarregados de educação na vida das escolas;		
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego			X
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)	Assegurar a qualidade das infraestruturas de saúde do concelho, nomeadamente pugnando pela manutenção e reforço dos serviços e valências disponíveis no Hospital de Águeda; Privilegiar a requalificação de equipamentos desportivos já existentes; Conclusão do Pavilhão Desportivo de Valongo do Vouga;	X	
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável	Promoção e dinamização de um “Banco de Terras” para projectos agrícolas, com o objectivo de estimular o cultivo e promover a riqueza e o emprego neste sector; Sensibilização e incentivo à restauração para a inclusão de pratos e vinhos típicos da Região da Bairrada nas ementas dos restaurantes; Apoios logísticos e financeiros às Confrarias Gastronómicas do concelho;	X	
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros			X
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar			X
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos	Limpeza da margem direita do Cértima; Conclusão das redes públicas de água e saneamento;	X	
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática			X
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade	Promover e reforçar a participação das Juntas de Freguesia na coordenação do combate à pobreza e à exclusão, na sinalização de situações de emergência e no apoio social (apoios pontuais a despesas extraordinárias das famílias, tais como água, luz, cuidados, medicamentos, comunicações, avarias, etc.); Promover casas de acolhimento de menores e mulheres em situação de emergência;	X	
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Criar um Programa de Combate ao Desperdício Alimentar; Promover a organização de Feiras Sociais (vestuário, calçado, artigos desportivos, livros, material escolar, equipamentos electrónicos usados, mas em bom estado); Proporcionar o acesso ao ensino às crianças das famílias com menores rendimentos, através de apoios à alimentação, aquisição de materiais escolares e transporte; Criação da rede virtual “Global Águeda Network”, a interligar empresas	X	



	e cidadãos de Águeda em todo o Mundo; Captação de Investimento Directo Estrangeiro, em indústrias de elevado valor acrescentado, não concorrentes com os “clusters” locais; Promoção de incentivos à criação e fixação de empresas de base tecnológica;		
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres	Criação de um Programa Desportivo Sénior, em ligação com as IPSS e associações locais; Implementar um Programa de Combate ao Sedentarismo do Idoso, em parceria com o Centro de Saúde de Águeda e outras entidades; Optimização da utilização dos equipamentos desportivos dos polos educativos, fora do horário de aulas e durante as férias; Criação do Programa Municipal de Marcha e Corrida;	X	
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola	Promover dinâmicas de envolvimento dos encarregados de educação na vida das escolas; Reforçar o apoio a actividades extracurriculares (oficinas de formação, intercâmbios escolares);	X	
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável			X
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres			X
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos	Promover o desenvolvimento de programas de teleassistência a idosos (linha de apoio 24 horas);	X	
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito			X
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planeamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes	Melhoria da rede de transportes escolares; Pressão efectiva e definitiva junto das entidades competentes, no sentido de se concretizar a ligação viária directa à A1 e a ligação rápida a Aveiro;	X	
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da	Criação de parques infantis nas freguesias; Tentar aplicar nas freguesias algumas medidas de	X	



qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis	regeneração urbana, nomeadamente ao nível das praças ou zonas centrais de cada uma; Revisão do ordenamento do trânsito na cidade, para lhe devolver funcionalidade;		
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte	Construção do Centro Coordenador de Transportes, numa perspectiva intermodal e integrada;	X	
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos	Manter e reforçar, os apoios ao arrendamento a famílias carenciadas e numerosas; Estabelecer protocolos no sentido de serem construídas residências universitárias para os alunos do ESTGA, e incentivar a criação de “Repúblicas” de estudantes em Águeda;	X	
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física			X
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros	Criação de um Circuito Urbano de Transportes, com introdução de Minibus em circuito rotativo;	X	
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas			X
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos	Promover o desenvolvimento de programas de teleassistência a idosos (linha de apoio 24 horas); A melhoria da sinalização e da segurança dos percursos de Santiago e de Fátima; Criação de uma Escola de Bombeiros e/ou Protecção Civil na zona serrana; Consolidação da presença dos GIPS da GNR na zona do Casarão; Pressionar a tutela no sentido de reforçar, com carácter de urgência, os efectivos dos postos da GNR do concelho; Criação de mais zonas de intervenção do corpo de Guardas Nocturnos.	X	
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social	Elaboração da Carta Turística do Concelho de Águeda, em diálogo com os agentes turísticos, com especial enfoque nas áreas de lazer, cultura, indústria, desporto, paisagem, turismo gastronómico, rural e religioso; Criação de albergues polivalentes para peregrinos, preparado para utilização por participantes em eventos;	X	
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos			X
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior			X
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			



17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade	Promover uma formação suplementar musical, artística ou desportiva; Criação de uma Feira do Livro; Lançamento de concurso de ideias para a dinamização e aproveitamento cultural dos espaços públicos;	X	
--	--	---	--



Anexo 16



CÓDIGO		5	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância			X
1.2. Apoios e serviços para a juventude	Promover políticas proactivas junto da população escolar para a temática ambiental, cultural e desportiva e de debates alargados, que sejam posterior respaldo de acções camarárias de inserção e reabilitação de jovens que, ou desistiram no ensino e/ou socialmente se automarginalizaram;	X	
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade			X
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade			X
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente			X
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes			X
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população			X
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade			X
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde			X
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde			X
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;	Maior controle, por parte dos eleitos, da gestão das finanças municipais, valorizando os recursos próprios do município, hierarquizando as prioridades do investimento, tendo em conta, não	X	



	obras com objectivos eleitoralistas, mas os reais interesses das populações; Construir um Fórum da Cidadania, ponto de encontro, de debate, discussão e referência, por onde passem os temas agendados pela Câmara Municipal, onde os cidadãos e as suas associações representativas possam reflectir e criar mais-valias nas decisões camarárias;		
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁴⁵			X
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares	Apoiar o desporto escolar;	X	
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis			X
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio			X
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego	Reforçar o apoio a iniciativas de inserção de licenciados e mestres nas empresas de Águeda, contribuindo para a promoção do emprego jovem qualificado e para a melhoria do desempenho produtivo do tecido empresarial;	X	
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)	Dotar as escolas de meios materiais e financeiros que lhes permitam cumprir com dignidade, as suas funções;	X	
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável			X
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros			X
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar			X
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos			X
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática			X
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade			X
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Devolver a Águeda a sua dinâmica empreendedora, olhando o empreendedorismo como base de desenvolvimento social e económico do território e não como meio para resolver a situação de desemprego do empreendedor; Promover a aproximação das empresas de Águeda às organizações do sistema	X	

⁴⁵ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



	científico e tecnológico, em particular à Universidade de Aveiro, partindo de um esforço de identificação cabal das reais necessidades do tecido empresarial e do potencial científico e tecnológico;		
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres			X
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola			X
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável			X
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres			X
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito			X
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planeamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes			X
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis			X
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte	Elaborar um Plano Municipal de Transportes, que complemente e revitalize a Linha do Vouga e retome o processo do metro de superfície Águeda/Aveiro, com ligação às praias envolventes;	X	
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos			X
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física	Requalificar os nossos recursos naturais nas nossas zonas das Pateiras, Rio Águeda e Alfusqueiro, praias fluviais e espaços verdes, integrando verbas municipais e propondo verbas	X	



	do QREN para a sustentação e desenvolvimento de políticas ambientais nesses espaços;		
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros			X
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas			X
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos			X
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social			X
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos			X
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior			X
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade			X



Anexo 17



CÓDIGO		6	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância	Repensar o transporte escolar das crianças, adaptando-o às necessidades das famílias e à desejável aproximação família-escola;	X	
1.2. Apoios e serviços para a juventude	Repensar o transporte escolar das crianças, adaptando-o às necessidades das famílias e à desejável aproximação família-escola;	X	
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade			X
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade	Melhorar a segurança dos idosos e a mobilidade e acessibilidade dos idosos;	X	
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente			X
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes			X
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população	Articular com o Ministério da Saúde, a GNR, os Bombeiros e as IPSS, o serviço de assistência na doença a pessoas em situação de isolamento em função da idade, da condição social ou de qualquer outra situação de fragilidade, disponibilizando os alertas e o apoio no transporte para o serviço de saúde adequado;	X	
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade			X
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde			X
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde			X
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas,	Implementar a política autárquica para o século XXI, baseada na democracia participativa;	X	



a saúde e o bem-estar;	implementar o orçamento participativo;		
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁴⁶			X
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares			X
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis			X
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio	Reformular o trabalho da rede social, promovendo uma real articulação entre o Município, a Segurança Social e as IPSS locais;	X	
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego	Reformular a incubadora de empresas de modo a potenciar o surgimento de novos empreendimentos;	X	
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)	Requalificar o mercado municipal com prioridade para o conforto dos utentes e parque de estacionamento; concluir todas as redes de serviços básicos em modernas condutas técnicas (saneamento, águas, incêndios, energia, telecomunicações e iluminação pública);	X	
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável	Criar uma bolsa de hortas urbanas a explorar pelos munícipes;	X	
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros			X
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar	Alargar a todo o território concelhio os projectos de requalificação paisagística e ambiental; revitalizar e promover a utilização de ecopontos; promover práticas agrícolas, florestais e industriais sustentáveis;	X	
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos	Definir zonas agro-pecuárias e agro-industriais com tratamento e reutilização de efluentes e compostagem de resíduos orgânicos; criar uma central concelhia de compostagem de resíduos; promover o revestimento botânico autóctone nas zonas ribeirinhas e margens dos cursos de água interiores;	X	
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática			X
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade			X
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Promover a fixação de empresas e evitar a sua fuga para outras concelhos; apoiar o comércio tradicional local na modernização e implantação de novos espaços; Garantir material didáctico a	X	

⁴⁶ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



	todo a população escolar comprovadamente carenciada; criar gabinete de apoio a pessoas com dificuldades de subsistência comprovada, nomeadamente em sede de habitação, água, luz, gás, alimentação, educação, medicamentos, vestuário, entre outros;		
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres			X
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola	Assegurar a qualidade ambiental em todos os edifícios escolares públicos;	X	
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável	Garantir alimentação adequada a todo a população escolar comprovadamente carenciada;	X	
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres			X
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito			X
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planeamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes	Estudar uma rede de transportes que facilite a mobilidade das pessoas, a preços sociais, e articulação com os transportes escolares;	X	
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis	Desenvolver e implementar um PDM que potencie e preserve os recursos locais; requalificar a zona industrial do Areeiro com pavimentação de passeios, faixas cicláveis reservadas, rede de incêndios com água industrial, rede de distribuição de água para climatização de fábricas, criação de novos equipamentos de apoio aos trabalhadores e à actividade empresarial, designadamente creche, infantário, cantina social, estação de correios, caixas de apartados e parque de feiras e exposições.	X	
12. Habitação e lazer			



12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte	Negociar com a REFER a valorização da Linha do Vouga, compreendendo o espaço da estação da cidade e a sua correlação com a Alameda 5 de Outubro e o aproveitamento da linha e das estações de Albergaria-a-Nova, e Branca para fins turísticos;	X	
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos	Apoiar a recuperação de casas degradadas das famílias carenciadas através da redução ou isenção de taxas, elaboração de projectos, ou disponibilização de materiais; reabilitar a habitação social existente e em particular o Bairro das Lameirinhas;	X	
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física	Desenvolver o potencial turístico em torno da criação de parques naturais nas bacias do Caima e Vouga; criar o parque da cidade;	X	
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros	Criar ciclovias e percursos pedonais entre localidade do concelho;	X	
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas			X
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos	Melhorar a segurança dos pesões e a mobilidade e acessibilidade dos portadores de deficiência motora;	X	
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social	Repovoar os centros urbanos por famílias jovens, através da regeneração e reabilitação urbana, que dinamizará a indústria de construção civil e o mercado de arrendamento e recuperará o património edificado e o comércio de proximidade;	X	
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos	Definir zonas agro-pecuárias e agro-industriais com tratamento e reutilização de efluentes e compostagem de resíduos orgânicos;	X	
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior			X
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade	Definir uma programação do cineteatro Alba, dos Centros Culturais e de outros espaços públicos ou privados, no sentido de privilegiar as nossas instituições e agentes culturais;	X	



Anexo 18



CÓDIGO		8	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância	Ajustar os horários e calendário de funcionamento da rede pública de jardins-de-infância com as necessidades das famílias; Proporcionar o eficaz funcionamento da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens;	X	
1.2. Apoios e serviços para a juventude	Melhorar a rede pública do pré-escolar, garantindo o acesso ao pré-escolar a todas as crianças a partir dos três anos de idade, articulando as redes particular e social; Voltar a oferecer as Actividades de Enriquecimento Curricular aos alunos do 1ºciclo; Proporcionar o eficaz funcionamento da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens;	X	
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade	Ajustar os horários e calendário de funcionamento da rede pública de jardins-de-infância com as necessidades das famílias;	X	
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade	Facilitar a mobilidade dos idosos e o acesso a actividades culturais e desportivas;	X	
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente			X
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes			X
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população			X
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade			X
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde			X
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das			X



competências de literacia em saúde			
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;			X
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁴⁷			X
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares	Facilitar o acesso a atividades desportivas em articulação com o desporto escolar; Optimizar ao máximo as infraestruturas desportivas existentes;	X	
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis			X
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio	Promover o apoio psicossocial a pessoas e famílias em risco ou em situação de exclusão, favorecendo a sua integração social e profissional, com uma equipa multidisciplinar para apoio a estas situações; Consolidar a Rede Social de Anadia;	X	
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego	Prioridade no apoio à fixação de empresas com oferta de emprego qualificado em ordem a proporcionar mais oportunidade aos jovens recursos humanos mais qualificados; Desenvolver políticas de incentivo ao comércio local;	X	
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)	Monitorizar o Parque Escolar do 1º ciclo, com a identificação das necessidades de mobiliário, de equipamento e de obras de reparação, ampliação e arranjos exteriores dos edifícios escolares, a instalação de sistemas eficientes de aquecimento; Exigir ao estado central uma rápida conclusão da Escola Básica e Secundária de Anadia; Infra estruturar as Z. Industriais do Paraimo e da Amoreira da Gândara; Exigência máxima nas condições de segurança de todas as estruturas desportivas, através, não só da observância estrita e rigorosa da lei, como ainda de regras específicas complementares da autarquia para cada caso concreto;	X	
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável	Apoiar e promover a agricultura biológica;	X	
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros	Criação de uma rede de transportes urbanos que ligue as freguesias à sede do concelho; Criação de mais passeios e ciclovias;	X	
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído			X

⁴⁷ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



aceitáveis e boa qualidade do ar			
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos	Cobertura do concelho com saneamento básico; Recolha eficaz de lixo, com maior periodicidade, mais rapidez, mais contentores e colocação de vários ecopontos;	X	
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática	Aumentar a eficiência energética dos edifícios;	X	
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade			X
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Política de educação articulada com a rede social do concelho, privilegiando o apoio às famílias dos alunos em risco de abandono e em situação de exclusão social. Ficando a escola um papel fundamental na identificação das condições de carência dos alunos e no acompanhamento e na monitorização do apoio a conceder; Alargar os apoios às famílias em situação de carência ou exclusão, designadamente na área da saúde, da melhoria das condições de habitabilidade e na adaptação das habitações das pessoas com mobilidade reduzida;	X	
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres	Facilitar o acesso a atividades desportivas em articulação com o desporto escolar; Construção de pequenos recintos polidesportivos; Criação de mais passeios e ciclovias;	X	
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola	Programas de incentivo ao desporto escolar;	X	
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável			X
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres			X
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito			X
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X



11. Planeamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes	Criação de cintura rodoviária circundante ao concelho;	X	
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis	Renovação e ampliação dos espaços verdes do concelho sob a supervisão de arquitectos paisagistas. O património arbóreo será cadastrado e verificadas as suas condições fitossanitárias. Novas espécies serão plantadas e as operações de poda realizadas por técnicos especializados;	X	
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte	Promover o melhoramento do Plano de Transportes Escolares, diminuindo os tempos de deslocação e de espera; Criação de uma rede de transportes urbanos que ligue as freguesias à sede do concelho;	X	
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos	Alargar os apoios às famílias em situação de carência ou exclusão, designadamente na área da saúde, da melhoria das condições de habitabilidade e na adaptação das habitações das pessoas com mobilidade reduzida; - A Criação de um subsídio municipal de apoio ao arrendamento;	X	
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física	Criar jardins públicos, parques infantis e um parque urbano num local emblemático do concelho;	X	
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros	Criação de mais passeios e ciclovias;	X	
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas	Aumentar a eficiência energética dos edifícios;	X	
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos			X
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social			X
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos	Recolha eficaz de lixo, com maior periodicidade, mais rapidez, mais contentores e colocação de vários ecopontos;	X	
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior			X
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade	Aproximar a oferta cultural às escolas e as escolas aos eventos culturais; dinamizar e optimizar os espaços e equipamentos, tais como o cine teatro, museu do vinho e restantes centros	X	



	culturels;		
--	------------	--	--



Anexo 19



CÓDIGO		9	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância			X
1.2. Apoios e serviços para a juventude	Apoios adaptados aos diferentes níveis de ensino, nomeadamente em refeições, transportes, material escolar e bolsas de estudo;	X	
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade	Apoios específicos à natalidade e famílias numerosas;	X	
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade			X
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente			X
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes			X
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população			X
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade	Promoção do reforço e articulação da acção médica no concelho;	X	
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde			X
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde			X
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;			X
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para			X



os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁴⁸			
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares			X
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis	Apoio aos jovens, nomeadamente no arrendamento ou que pretendam adquirir ou construir uma habitação no concelho;	X	
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio			X
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego	Criação de incubadoras de empresas que sirvam de alavanca à criação de novos empresários e novas empresas, fomentando o emprego; assegurar o desenvolvimento da agricultura, pecuária e floresta; luta pela permanência dos serviços estaduais no concelho;	X	
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)	Aplicação de acessibilidades para pessoas com mobilidade condicionada;	X	
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável			X
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros			X
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar	Promover a conservação da natureza e biodiversidade e a diminuição do desperdício energético e de emissões de CO ₂ ;	X	
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos	Extensão da rede de água e saneamento a todos o Concelho;	X	
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática	Promover a conservação da natureza e biodiversidade e a diminuição do desperdício energético e de emissões de CO ₂ ;	X	
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade	Criação do plano municipal de emergência social;	X	
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Apoios específicos à pobreza e exclusão social; valorizar a indústria e o comércio e captar investimento para o concelho; criação de incubadoras de empresas que sirvam de alavanca à criação de novos empresários e novas empresas, fomentando o emprego;	X	
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X

⁴⁸ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres			X
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola			X
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável			X
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres			X
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito			X
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planeamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes	Fomentar a rede e a oferta de transportes públicos;	X	
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis			X
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte			X
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos	Construção de habitações sociais e lotes a custos controlados;	X	
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física	Criação e requalificação de espaços verdes de utilização colectiva; criação do parque de campismo municipal;	X	
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros			X
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas			X
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos			X
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social			X
16. Exposição ao ruído e poluição			



16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos			X
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior			X
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade			X



Anexo 20



CÓDIGO		10	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância			X
1.2. Apoios e serviços para a juventude	Desenvolver um Plano Educativo Regional para as necessidades do ensino não superior;	X	
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade			X
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade	Valorizar a criatividade, o conhecimento e a memória acumulada ao longo da vida, integrando-os na cultura e nas actividades presentes, como são exemplo trabalho remunerado a tempo a parcial, voluntariado, actividades lúdicas e culturais, são formas diversas de o conseguir;	X	
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente	Desenvolver soluções técnicas (televigilância, teleserviços) e formas de apoio social (acompanhamento ao domicílio) que prolonguem a vida independente dos idosos com segurança e dignidade;	X	
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes			X
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população			X
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade			X
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde			X
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde			X
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;			X



6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁴⁹			X
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares			X
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis			X
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio	Criação de Casas de Bairro em locais com especificidades sócio culturais ou centralidades específicas;	X	
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego	Dinamização dos programas Contrato Emprego Inserção que apoiam a integração profissional de desempregados subsidiados ou beneficiários do Rendimento Social de Inserção; Programa de Incubação que, em cooperação com a Universidade de Aveiro e outras instituições, e na sequência do projecto Aveiro Empreendedor, aproveite o potencial criativo e tecnológico da região e lance as bases para a afirmação de Aveiro Cidade dos Talentos;	X	
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)	Remover as barreiras físicas à circulação de deficientes e promoção de soluções tecnológicas facilitadoras do seu quotidiano; construção da primeira Praia Urbana de Aveiro;	X	
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável			X
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros	Criação de uma Rede Municipal de Pistas de velocípedes; promoção de modos suaves de transporte;	X	
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar			X
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos			X
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática			X
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade	Promover e apoiar serviços de ajuda às pessoas e famílias com fragilidades múltiplas, tais como carência alimentar ou de abrigo, violência doméstica, ou toxicodependência;	X	
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Formação e requalificação profissional que crie as competências requeridas pelas actividades económicas com potencial de expansão; criação de uma bolsa de ideias de negócio e centro de competências, que ajude a encontrar aplicações	X	

⁴⁹ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



	empresariais para diferentes capacidades e formas de saber fazer; apoio técnico e administrativo à gestão de pequenas empresas; criação de linhas de micro crédito; Criação e desenvolvimento dos parques industriais, aproveitando as actuais zonas industriais;		
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres	Abertura de canais pedonais livres de obstáculos; Promover o desporto natureza;	X	
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola			X
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável			X
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres			X
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito			X
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planeamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes	Garantir uma rede eficiente de transportes Escolares; concertação do Plano de Mobilidade Aveiro;	X	
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis	Oferecer uma rede de espaços públicos infantis, criando novos ou reabilitando e mantendo os já existentes, em muitos casos abandonados ou em adiantado estado de degradação; criação de uma Rede Municipal de Pistas de Velocípedes; construção do Parque Urbano de Esgueira, requalificando a zona da Ribeira de Esgueira, ligando-a à zona do canal de São Roque; A zona da Lota assumir-se-á como porta de entrada para a Ria de Aveiro, cuja utilização como zona de lazer, desportos náuticos e atracção turística se pretende intensificar, sem prejuízo da sustentabilidade ambiental e ecológica;	X	



12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte	Conclusão do Plano Municipal de Mobilidade e o desenvolvimento de um Plano Multimodal de Transportes Colectivos do Município de Aveiro;	X	
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos	Iniciativa Municipal de Apoio à Reutilização dos Edifícios Abandonados;	X	
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física	Oferecer uma rede de espaços públicos infantis, criando novos ou reabilitando e mantendo os já existentes, em muitos casos abandonados ou em adiantado estado de degradação; conservação e arranjo de pequenos espaços verdes e logradouros; construção do Parque Urbano de Esgueira, requalificando a zona da Ribeira de Esgueira, ligando-a à zona do canal de São Roque;	X	
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros	Garantir uma rede eficiente de transportes Escolares; criação de uma Rede Municipal de Pistas de velocípedes; promoção de modos suaves de transporte;	X	
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas			X
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos			X
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social	Plano de reabilitação funcional do edificado que aposte na dinamização da oferta de serviços e de animação do espaço público da Beira Mar, da Avenida Dr. Lourenço Peixinho e da área que liga a Ponte Praça à Praça Marquês de Pombal;	X	
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos			X
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior			X
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade	Elaboração de um Plano Estratégico para a Cultura;	X	



Anexo 21



CÓDIGO		11	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância			X
1.2. Apoios e serviços para a juventude			X
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade			X
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade			X
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente			X
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes			X
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população			X
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade			X
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde			X
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde			X
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;	Um orçamento descentralizado, assente numa maior participação das freguesias, atribuindo mais meios a quem está perto das populações;	X	
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para			X



os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁵⁰			
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares			X
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis			X
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio			X
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego			X
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)			X
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável			X
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros	Criação de uma estrutura ecológica urbana que assinala os pontos âncoras articulando-os numa rede coerente com as estruturas urbanas e peri-urbanas com itinerários pedestres e cicláveis;	X	
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar			X
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos			X
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática			X
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade			X
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Uma nova política de desenvolvimento socioeconómica que valorizar os recursos endógenos do concelho ao nível dos diversos sectores (agricultura, pescas, indústria e serviços) e projecte, em conjunto com os agentes locais, um conjunto de importantes investimentos que estimulem o crescimento económico e a criação de emprego;	X	
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres	Um amplo contracto de dinamização cultural e desportiva com o movimento associativo,	X	

⁵⁰ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



	procurando assim promover a fruição cultural e a prática desportiva junto de toda a população; Criação de uma estrutura ecológica urbana que assinale os pontos âncoras articulando-os numa rede coerente com as estruturas urbanas e peri-urbanas com itinerários pedestres e cicláveis;		
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola			X
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável			X
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres			X
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito			X
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planeamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes	Uma nova política de mobilidade para o Concelho assente numa ampla rede de transportes públicos planeada e articulada com os principais eixos regionais e o cancelamento dos contractos e concessões em curso relativamente à Moveaveiro;	X	
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis	Uma revisão do PDM verdadeiramente participada e transparente que combata a urbanização extensiva e sem qualidade e que privilegie a consolidação dos actuais perímetros urbanos;	X	
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte			X
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos			X
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física	Criação de uma estrutura ecológica urbana que assinale os pontos âncoras articulando-os numa rede coerente com as estruturas urbanas e peri-urbanas com itinerários pedestres e cicláveis;	X	
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros			X
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de			X



resposta às emergências em saúde pública			
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas			X
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos			X
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social	Uma ambiciosa política de reabilitação urbana que revitalize o centro da cidade e promova o seu repovoamento, dinamizando a economia local;	X	
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos			X
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior			X
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade			X



Anexo 22



CÓDIGO		12	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância	Diagnóstico e criação da rede de apoio social. Identificação das necessidades da população no que se refere aos serviços de apoio como creches, amas, apoio domiciliário, centros de dia, entre outros, e concretizar progressivamente a criação da rede de apoio necessária e identificada; Criar condições para uma oferta suficiente de serviços de jardins-de-infância e escolas; acessibilidade a eventos culturais subsidiados pela autarquia junto de públicos específicos, como crianças;	X	
1.2. Apoios e serviços para a juventude	Diagnóstico e criação da rede de apoio social. Identificação das necessidades da população no que se refere aos serviços de apoio como creches, amas, apoio domiciliário, centros de dia, entre outros, e concretizar progressivamente a criação da rede de apoio necessária e identificada; Combate ao abandono escolar com a criação de uma bolsa de livros e outros materiais escolares e didáticos; Alargar a dinamização de campanhas de recolha e redistribuição de manuais escolares e garantir a sua gratuidade; Proporcionar a gratuidade do material escolar essencial; Criar condições para uma oferta suficiente de serviços de jardins-de-infância e escolas;	X	
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade			X
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade	Estruturação da rede social concelhia, de proximidade e descentralizada que garanta o diagnóstico e identificação das situações de risco de carência e a respetiva resposta. Integrando equipas multidisciplinares na Câmara Municipal e nas Juntas de Freguesia – e envolvendo a comunidade escolar e as IPSS – que prestam apoio jurídico, psicológico, social, financeiro e material aos cidadãos em situação de vulnerabilidade social, como os idosos, as pessoas com deficiência, os imigrantes, as vítimas de violência doméstica, entre outros, assim como um observatório para a desigualdade de género; acessibilidade a eventos culturais subsidiados pela autarquia junto de públicos específicos, como a 3ª idade;	X	
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente	Diagnóstico e criação da rede de apoio social. Identificação das necessidades da população no que se refere aos serviços de apoio como creches, amas, apoio domiciliário, centros de dia, entre outros, e concretizar progressivamente a criação da rede de apoio necessária e identificada;	X	
3. Políticas para os migrantes			



3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes	Estruturação da rede social concelhia, de proximidade e descentralizada que garanta o diagnóstico e identificação das situações de risco de carência e a respectiva resposta. Integrando equipas multidisciplinares na Câmara Municipal e nas Juntas de Freguesia – e envolvendo a comunidade escolar e as IPSS – que prestam apoio jurídico, psicológico, social, financeiro e material aos cidadãos em situação de vulnerabilidade social, como os idosos, as pessoas com deficiência, os imigrantes, as vítimas de violência doméstica, entre outros, assim como um observatório para a desigualdade de género.	X	
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população	Estruturação da rede social concelhia, de proximidade e descentralizada que garanta o diagnóstico e identificação das situações de risco de carência e a respectiva resposta. Integrando equipas multidisciplinares na Câmara Municipal e nas Juntas de Freguesia – e envolvendo a comunidade escolar e as IPSS – que prestam apoio jurídico, psicológico, social, financeiro e material aos cidadãos em situação de vulnerabilidade social, como os idosos, as pessoas com deficiência, os imigrantes, as vítimas de violência doméstica, entre outros, assim como um observatório para a desigualdade de género; Diagnóstico e criação da rede de apoio social. Identificação das necessidades da população no que se refere aos serviços de apoio como creches, amas, apoio domiciliário, centros de dia, entre outros, e concretizar progressivamente a criação da rede de apoio necessária e identificada;	X	
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade			X
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde			X



5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde	Apoiar e promover iniciativas de combate ao analfabetismo e à iliteracia, dando especial atenção à promoção da alfabetização, da formação integral de cidadãos adultos, bem como à criação e disseminação descentralizada de programas de combate à infoexclusão, incluindo o acesso à Internet no leque de serviços públicos a defender;	X	
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;	Introdução de mecanismos de participação da comunidade na administração e gestão públicas; orçamento participativo; mudança do paradigma de governação envolvendo a comunidade, promovendo a transparência e colocando as escolhas ao lado da população; Criar espaços abertos à participação pública na área do ambiente, fortalecendo a democracia local e a sua aproximação à gestão e defesa do ambiente;	X	
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁵¹			X
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares	Flexibilizar e potenciar a utilização das infra-estruturas escolares nos períodos não lectivos de modo a que possam ser usufruídas por todos e todas, nomeadamente equipamento desportivo;	X	
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis	Redução da taxa de IMI para prédios destinados à habitação; Criação de uma bolsa municipal de habitação destinada, não apenas ao alojamento em situações de necessidade aguda, mas também a promover o acesso ao arrendamento a preços controlados; Criação de uma Bolsa Municipal de Habitação, de adesão voluntária, para promover a entrada de imóveis no arrendamento a custos controlados; Recuperação do parque habitacional degradado, conferindo-lhe condições de habitabilidade. Introdução desses imóveis na Bolsa Municipal de Habitação por um período máximo de dez anos de forma a preceder ao reembolso do investimento realizado;	X	
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio	Estruturação da rede social concelhia, de proximidade e descentralizada que garanta o diagnóstico e identificação das situações de risco de carência e a respectiva resposta. Integrando equipas multidisciplinares na Câmara Municipal e nas Juntas de Freguesia – e envolvendo a	X	

⁵¹ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



	comunidade escolar e as IPSS – que prestam apoio jurídico, psicológico, social, financeiro e material aos cidadãos em situação de vulnerabilidade social, como os idosos, as pessoas com deficiência, os imigrantes, as vítimas de violência doméstica, entre outros, assim como um observatório para a desigualdade de género; Diagnóstico e criação da rede de apoio social. Identificação das necessidades da população no que se refere aos serviços de apoio como creches, amas, apoio domiciliário, centros de dia, entre outros, e concretizar progressivamente a criação da rede de apoio necessária e identificada; Promover a criação de “comunidades educativas” reais, com a participação de todos os envolvidos em volta de projectos educativos válidos e mobilizadores;		
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego	Dinamizar e promover o ecoturismo responsável que salvguarde os interesses da população, do ambiente e da economia, permitindo o fortalecimento do comércio local;	X	
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)	Garantir a reabilitação interrompida do parque escolar através do co-financiamento estatal e comunitário previsto para o programa; Garantir a reabilitação das escolas degradadas ao encargo da autarquia;	X	
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável	Criação de uma bolsa de terras com o respectivo apoio técnico, destinadas à utilização como hortas para autoconsumo; Assegurar o fornecimento de refeições escolares de qualidade, com predominância dos alimentos da região, fomentando-se dessa forma o aproveitamento dos recursos endógenos do município; Inserção das hortas para autoconsumo na malha urbana;	X	
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros	A criação de ciclovias e o desenvolvimento de uma rede de transporte alternativo e verde, não só para turistas mas também para os Aveirenses, para a BUGA e bicicleta particular; Facilitar o acesso ao carpooling, partilha de viatura privada. Criar uma rede pública na internet e um registo presencial na autarquia que permita a partilha de informação e de contactos para os interessados em repartir “boleia” para o mesmo local de trabalho ou residência. Criação de pequenos parques para o efeito; Construção e manutenção de uma rede de ciclovias que permita e promova o uso da bicicleta em segurança;	X	
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar	Colocar a Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico (UTMB) de Eirol a funcionar sem depósito de resíduos ao ar livre e sem a emissão de cheiros; Implementar medidas e alternativas que permitem uma maior acalmia de tráfego urbano com o intuito de melhorar o ambiente nas zonas urbanas que revelam piores índices de	X	



	qualidade do ar e ruído; Face à presença de indústrias de celulose, fundição de metais, aterros sanitários e outras no perímetro do município, torna-se essencial prestar efectiva atenção sobre o cumprimento de legislação e monitorização da qualidade do ar;		
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos	Acesso universal a água e saneamento; O acesso a sistemas de distribuição de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos urbanos constitui um direito fundamental do ser humano, pelo que este deve ser garantido a todos, independentemente da sua condição económica e social; campanhas de sensibilização quer através da distribuição e promoção da aquisição de equipamentos adequados à redução do consumo de água, à separação de resíduos e à prática da compostagem de resíduos orgânicos;	X	
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática	Privilegiar as formas de mobilidade suave e o espaço partilhado; Dotar a autarquia aveirense de novas práticas e formação para a redução dos resíduos e desperdício energético, promovendo uma maior eficiência energética, reduzindo assim a emissão de gases com efeito-de-estufa e o consumo energético;	X	
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade	Estruturação da rede social concelhia, de proximidade e descentralizada que garanta o diagnóstico e identificação das situações de risco de carência e a respectiva resposta. Integrando equipas multidisciplinares na Câmara Municipal e nas Juntas de Freguesia – e envolvendo a comunidade escolar e as IPSS – que prestam apoio jurídico, psicológico, social, financeiro e material aos cidadãos em situação de vulnerabilidade social, como os idosos, as pessoas com deficiência, os imigrantes, as vítimas de violência doméstica, entre outros, assim como um observatório para a desigualdade de género; Criação de uma bolsa municipal de habitação destinada, não apenas ao alojamento em situações de necessidade aguda, mas também a promover o acesso ao arrendamento a preços controlados; Equipas multidisciplinares de apoio a sem-abrigo;	X	
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Combate à carência alimentar e acesso a bens essenciais; Equipas multidisciplinares de apoio a sem-abrigo; Dinamizar e promover o ecoturismo responsável que salvguarde os interesses da população, do ambiente e da economia, permitindo o fortalecimento do comércio local;	X	
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X



7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres	Privilegiar as vias pedestres, cicláveis, verdes e de lazer nas opções urbanísticas;	X	
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola	Pequeno-almoço nas escolas, garantindo a supressão da carência alimentar sentida por muitos alunos;	X	
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável	Combate à carência alimentar e acesso a bens essenciais; Criação de uma bolsa de terras com o respectivo apoio técnico, destinadas à utilização como hortas para autoconsumo;	X	
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres	Estruturação da rede social concelhia, de proximidade e descentralizada que garanta o diagnóstico e identificação das situações de risco de carência e a respectiva resposta. Integrando equipas multidisciplinares na Câmara Municipal e nas Juntas de Freguesia – e envolvendo a comunidade escolar e as IPSS – que prestam apoio jurídico, psicológico, social, financeiro e material aos cidadãos em situação de vulnerabilidade social, como os idosos, as pessoas com deficiência, os imigrantes, as vítimas de violência doméstica, entre outros, assim como um observatório para a desigualdade de género.	X	
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças	Estruturação da rede social concelhia, de proximidade e descentralizada que garanta o diagnóstico e identificação das situações de risco de carência e a respectiva resposta. Integrando equipas multidisciplinares na Câmara Municipal e nas Juntas de Freguesia – e envolvendo a comunidade escolar e as IPSS – que prestam apoio jurídico, psicológico, social, financeiro e material aos cidadãos em situação de vulnerabilidade social, como os idosos, as pessoas com deficiência, os imigrantes, as vítimas de violência doméstica, entre outros, assim como um observatório para a desigualdade de género.	X	
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos	Estruturação da rede social concelhia, de proximidade e descentralizada que garanta o diagnóstico e identificação das situações de risco de carência e a respectiva resposta. Integrando equipas multidisciplinares na Câmara Municipal e nas Juntas de Freguesia – e envolvendo a comunidade escolar e as IPSS – que prestam apoio jurídico, psicológico, social, financeiro e	X	



	material aos cidadãos em situação de vulnerabilidade social, como os idosos, as pessoas com deficiência, os imigrantes, as vítimas de violência doméstica, entre outros, assim como um observatório para a desigualdade de género.		
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito	Privilegiar as vias pedestres, cicláveis, verdes e de lazer nas opções urbanísticas. Em muitas freguesias a falta de condições de segurança mínima para peões é marcada pela ausência de passeios na via pública;	X	
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planeamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes	A criação de ciclovias e o desenvolvimento de uma rede de transporte alternativo e verde, não só para turistas mas também para os Aveirenses, para a BUGA e bicicleta particular; Privilegiar as formas de mobilidade suave e o espaço partilhado; O Bloco propõe a reorganização das vias públicas para possibilitar o acesso dos cidadãos com mobilidade reduzida, o alargamento de passeios e introdução de algumas vias de acesso condicionado ao automóvel;	X	
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis	Potenciar uma malha urbana heterogénea constituída por espaços públicos verdes e alojamento, contrariando assim o crescimento irregular em “mancha de óleo” de polos densos de habitação afastados do centro; Reforçar a inclusão de espaços verdes e equipamentos coletivos nos planos de ordenamento do território e nas operações de loteamento, promovendo um ambiente urbano de qualidade; Combater os modelos de ocupação dispersa, planeando o território de forma a integrar mobilidade pedonal, ciclovias, espaços verdes e mobiliário urbano numa malha urbana densa e multifuncional;	X	
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte	A criação de ciclovias e o desenvolvimento de uma rede de transporte alternativo e verde, não só para turistas mas também para os Aveirenses, para a BUGA e bicicleta particular; Facilitar o acesso ao carpooling, partilha de viatura privada. Criar uma rede pública na internet e um registo presencial na autarquia que permita a partilha de informação e de contactos para os interessados em repartir “boleia” para o mesmo local de trabalho ou residência. Criação de pequenos parques para o efeito; Reforçar a inclusão de espaços verdes e equipamentos colectivos nos planos de ordenamento do território e nas operações de loteamento, promovendo um ambiente urbano de qualidade;	X	
12.2. Medidas para melhorar a habitação para	Criação de uma bolsa municipal de habitação	X	



todos	destinada, não apenas ao alojamento em situações de necessidade aguda, mas também a promover o acesso ao arrendamento a preços controlados; Criação de uma Bolsa Municipal de Habitação, de adesão voluntária, para promover a entrada de imóveis no arrendamento a custos controlados;		
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física	Promoção da interligação entre ambiente e cultura, associação da cultura formal a espaços informais; Combater os modelos de ocupação dispersa, planeando o território de forma a integrar mobilidade pedonal, ciclovias, espaços verdes e mobiliário urbano numa malha urbana densa e multifuncional;	X	
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros	A criação de ciclovias e o desenvolvimento de uma rede de transporte alternativo e verde, não só para turistas mas também para os Aveirenses, para a BUGA e bicicleta particular; Privilegiar as formas de mobilidade suave e o espaço partilhado;	X	
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas			X
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos	Estruturação da rede social concelhia, de proximidade e descentralizada que garanta o diagnóstico e identificação das situações de risco de carência e a respectiva resposta. Integrando equipas multidisciplinares na Câmara Municipal e nas Juntas de Freguesia – e envolvendo a comunidade escolar e as IPSS – que prestam apoio jurídico, psicológico, social, financeiro e material aos cidadãos em situação de vulnerabilidade social, como os idosos, as pessoas com deficiência, os imigrantes, as vítimas de violência doméstica, entre outros, assim como um observatório para a desigualdade de género; Criação de uma bolsa municipal de habitação destinada, não apenas ao alojamento em situações de necessidade aguda, mas também a promover o acesso ao arrendamento a preços controlados; Equipas multidisciplinares de apoio a sem-abrigo; Assegurar um planeamento adequado com a inclusão da prevenção de riscos naturais (catástrofes naturais) e tecnológicos (actividades económicas), promovendo a segurança das populações com actividades de sensibilização e prevenção pela Protecção Civil nos espaços públicos e rede escolar, bem como criar uma efectiva estratégia com uma rede de	X	



	medidas e respostas aos riscos em situações de emergência);		
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social	Concepção estética e estudada dos espaços públicos e equipamentos colectivos tornando-os convidativos; Combater a desertificação do centro da cidade, através da promoção de uma política social de habitação que priorize o arrendamento; Potenciar uma malha urbana heterogénea constituída por espaços públicos verdes e alojamento, contrariando assim o crescimento irregular em “mancha de óleo” de polos densos de habitação afastados do centro; Reforçar a inclusão de espaços verdes e equipamentos colectivos nos planos de ordenamento do território e nas operações de loteamento, promovendo um ambiente urbano de qualidade; Reforçar a inclusão de espaços verdes e equipamentos colectivos nos planos de ordenamento do território e nas operações de loteamento, promovendo um ambiente urbano de qualidade;	X	
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos	Colocar a Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico (UTMB) de Eirol a funcionar sem depósito de resíduos ao ar livre e sem a emissão de cheiros;	X	
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior	Privilegiar as formas de mobilidade suave e o espaço partilhado; Implementar medidas e alternativas que permitem uma maior acalmia de tráfego urbano com o intuito de melhorar o ambiente nas zonas urbanas que revelam piores índices de qualidade do ar e ruído; Face à presença de indústrias de celulose, fundição de metais, aterros sanitários e outras no perímetro do município, torna-se essencial prestar efectiva atenção sobre o cumprimento de legislação e monitorização da qualidade do ar;	X	
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído	Implementar medidas e alternativas que permitem uma maior acalmia de tráfego urbano com o intuito de melhorar o ambiente nas zonas urbanas que revelam piores índices de qualidade do ar e ruído;	X	
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade	Desenvolvimento de uma política cultural em Aveiro; Protecção, valorização e difusão do património documental criado no âmbito da esfera pública local e/ou regional, incentivando-se a criação de sistemas intermunicipais e/ou regionais com esta finalidade; Restaurar o funcionamento do Cineclube de Aveiro no Teatro Aveirense; Associar a festa e os modos de festejar aos sítios culturais e patrimoniais, através das “artes de rua” com animação regular; Apoio à criação cultural com residências artísticas no	X	



	espaço público;		
--	-----------------	--	--



Anexo 23



CÓDIGO		13	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância	Manter a aposta local no projecto da rede da 'Cidade Amiga das Crianças';	X	
1.2. Apoios e serviços para a juventude	Concluir o disposto na Carta Educativa; Consolidar a actuação da Comissão Local de Acção Social e da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens; Manter a aposta local no projecto da rede da 'Cidade Amiga das Crianças'; Atribuir bolsas de mérito escolar, dedicando-as a alunos com aproveitamento escolar e cujas famílias não têm condições de pagar os seus estudos; Fomentar o desporto escolar;	X	
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade			X
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade			X
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente	Concretizar parcerias com várias entidades para a criação de um Programa de Tempos Livres e de Férias para a 3ª Idade; Lançar o Programa Aveiro Acessível - eliminar barreiras arquitectónicas à mobilidade em espaço público; Fomentar o desporto para a terceira idade;	X	
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes			X
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população	Programar e levar à prática actividades que necessitem e justifiquem rastreio e/ou detecção precoce em articulação com as autoridades em saúde e os profissionais responsáveis;	X	
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares	Ensinar o Cidadão a Viver Melhor com a doença de que é portador, através da criação de programas de ensino e formação dirigidos a doentes, com o objectivo de ensinar a «saber viver» e a «viver melhor» com a doença, organizados por áreas de patologia;	X	
4.3.2. Oncológicas	Ensinar o Cidadão a Viver Melhor com a doença de que é portador, através da criação de	X	



	programas de ensino e formação dirigidos a doentes, com o objectivo de ensinar a «saber viver» e a «viver melhor» com a doença, organizados por áreas de patologia;		
4.3.3. Respiratórias	Ensinar o Cidadão a Viver Melhor com a doença de que é portador, através da criação de programas de ensino e formação dirigidos a doentes, com o objectivo de ensinar a «saber viver» e a «viver melhor» com a doença, organizados por áreas de patologia;	X	
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade	Concluir os Centros de Saúde de Esgueira, Cacia e São Bernardo; Diligenciar para a construção de um novo Hospital Polivalente e do Campus da Saúde;	X	
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde	Criar a CARTA DA SAÚDE DE AVEIRO contemplando o conjunto das atuais e futuras instalações e equipamentos, recursos humanos, articulando a Universidade com a oferta em saúde, o ensino pré e pós-graduado e a investigação científica e tecnológica;	X	
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde	Implementar o plano de auto-cuidados de saúde; Ensinar o Cidadão a Viver Melhor com a doença de que é portador, através da criação de programas de ensino e formação dirigidos a doentes, com o objectivo de ensinar a «saber viver» e a «viver melhor» com a doença, organizados por áreas de patologia; Promover acções de formação em saúde preventiva, nas juntas de Freguesia junto das diversas faixas etárias, jovens, adultos e idosos, por forma a criarem práticas e hábitos quotidianos, que fomentem uma melhor qualidade de vida;	X	
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;	Reforçar o Orçamento Participativo;	X	
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁵²			X
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares	criação de percursos pedonais e cicláveis;	X	
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis	Manter o IMI na taxa mínima permitida por Lei; Apoiar o surgimento de projectos de Habitação Social, com o objectivo de desenvolver uma política de habitação mais próxima do cidadão e,	X	

⁵² Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



	por conseguinte, mais próxima das suas reais necessidades; Promover Habitação para jovens até aos 35 anos de idade e com rendimento bruto inferior a 1000€/mensais;		
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio	Apoiar a Rede Social; Avançar com projectos de integração e acompanhamento social em zonas de risco e dinamizar programas de apoio à Inclusão Social, como a consolidação do Projecto “Autarquias Familiarmente Responsáveis” em que se preconiza o reforço de políticas locais de apoio à família, nas mais diversas áreas, promovendo a participação social;	X	
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego	Consolidar o programa Aveiro Empreendedor; Dinamizar o Gabinete de Inserção Profissional dirigido a desempregados e adequar a sua acção à realidade de cada uma das freguesias;	X	
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)	Apoiar a manutenção e a reabilitação dos equipamentos sociais existentes nas 14 freguesias do concelho; Iniciar Programa de requalificação das Zonas Industriais; Criação de infra-estruturas de apoio ao uso turístico balnear na praia de S Jacinto; Plano de requalificação de espaços desportivos;	X	
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável	Fomentar a colocação de produtos agrícolas locais nos Mercados Municipais e promover a sua utilização; Dinamizar o Projeto de Hortas urbanas;	X	
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros	Continuar com o Plano de Pavimentações da Rede Viária; Implementar o Plano Municipal de Mobilidade;	X	
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar	Lançar o Plano Municipal de Arborização;	X	
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos	Completar a cobertura de saneamento básico municipal; Implementar projecto-piloto de reciclagem de águas pluviais e águas cinzentas provenientes de edifícios camarários para utilização em regas de espaços verdes e lavagem de ruas e pavimentos;	X	
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática	Reduzir a factura energética do município; Continuar a participar activamente na Rede Piloto da Mobilidade Eléctrica; Fomentar a utilização de energias alternativas em todos os equipamentos municipais; Implementar um Programa de Instalação de Fontes de energia alternativa;	X	
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade	Avançar com projectos de integração e acompanhamento social em zonas de risco e dinamizar programas de apoio à Inclusão Social, como a consolidação do Projecto “Autarquias Familiarmente Responsáveis” em que se preconiza o reforço de políticas locais de apoio à família, nas mais diversas áreas, promovendo a participação social; Consolidar a actuação da Comissão Local de Acção Social e da Comissão	X	



	de Protecção de Crianças e Jovens;		
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Consolidar o programa Aveiro Empreendedor; Garantir investimentos; Reforçar o apoio às IPSS para estarem em melhores condições para combater a pobreza e a exclusão social; Atribuir bolsas de mérito escolar, dedicando-as a alunos com aproveitamento escolar e cujas famílias não têm condições de pagar os seus estudos; Apoiar activamente a concretização do Parque de Ciência e Inovação de Aveiro (Creative Science Park e apoiar o desenvolvimento das suas áreas estratégicas); Reforçar a estratégia atração de investimento – Aveiro Investment;	X	
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres	Expandir os troços previstos na Rede Municipal de Percursos de Natureza; criação de percursos pedonais e cicláveis; Plano de requalificação de espaços desportivos;	X	
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola	Fomentar o desporto escolar;	X	
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável			X
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres			X
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito			X
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planeamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes	Reforçar a aposta nos projectos de Requalificação da rede viária; Implementar o Plano Municipal de Mobilidade;	X	
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis	Completar a cobertura de saneamento básico municipal; Arborizar o Concelho; criação de percursos pedonais e cicláveis; Dinamizar as actividades do Parque da Sustentabilidade,	X	



	tornando-o cada vez mais como ponto de encontro dos Aveirenses nos seus tempos de lazer; Lançar o Plano Municipal de Arborização; Requalificação dos espaços de usufruto público da Reserva Natural de S. Jacinto;		
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte	Acompanhar o processo da Ligação Ferroviário do Atlântico; Pugar pela construção do Acesso Rodoviário e Expansão da Plataforma Logística Multimodal Esgueira/Cacia; Implementar o Plano Municipal de Mobilidade; Construir o Centro Regional Coordenador de Transportes a nascente da Estação Ferroviária, que crie condições melhores para a circulação e para o conforto dos utentes do transporte público, permitindo a intermodalidade;	X	
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos	Manter o IMI na taxa mínima permitida por Lei; Apoiar o surgimento de projectos de Habitação Social, com o objectivo de desenvolver uma política de habitação mais próxima do cidadão e, por conseguinte, mais próxima das suas reais necessidades; Promover Habitação para jovens até aos 35 anos de idade e com rendimento bruto inferior a 1000€/mensais;	X	
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física	Arborizar o Concelho; Reordenamento e qualificação da frente lagunar de São Jacinto (marginal); Requalificação e valorização da dos Parques de Merenda do Carregal e Requeixo; Reordenamento e valorização paisagística do Cais da Ribeira de Esgueira e articulação com a rede de percursos de natureza; Construir o Parque Urbano das Barrocas; Requalificar o jardim do Rossio; Requalificação dos espaços de usufruto público da Reserva Natural de S. Jacinto;	X	
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros	criação de percursos pedonais e cicláveis; Incentivar os meios de mobilidade suaves (bicicleta e a pé);	X	
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas	Lançar o Plano Municipal de Arborização;	X	
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos	Avançar com projectos de integração e acompanhamento social em zonas de risco e dinamizar programas de apoio à Inclusão Social, como a consolidação do Projecto “Autarquias Familiarmente Responsáveis” em que se preconiza o reforço de políticas locais de apoio à família, nas mais diversas áreas, promovendo a participação social; Consolidar a actuação da Comissão Local de Acção Social e da Comissão	X	



	de Protecção de Crianças e Jovens;		
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social	Incrementar a dinamização do comércio tradicional (de rua) em conjunto com a AGIR; assumir da Praça Marquês de Pombal como a “Praça da Região de Aveiro”, sala de visitas deste território, onde se congregarão serviços de interesse regional e possam os cidadãos dos municípios vizinhos encontrar aqui, também, um sentido um sentimento de pertença e acesso a serviços de forma mais eficiente;	X	
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos	Implementar projecto-piloto de reciclagem de águas pluviais e águas cinzentas provenientes de edifícios camarários para utilização em regas de espaços verdes e lavagem de ruas e pavimentos;	X	
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior			X
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade	Realizar anualmente o Festival “Aveiro Genial”; Conceber e concretizar o projecto ‘Aveiro Tour Virtual’, com filmes digitais sobre os locais históricos da cidade; Apoiar a criação da Companhia de Bailado da Região de Aveiro; Estimular a maior participação no concurso de ideias de valorização do espaço público ‘Cá Fora’; Estender o concurso ‘Aveiro Jovem Criador’ a mais áreas de expressão artística, como seja a Composição Musical e a Animação Urbana;	X	



Anexo 24



CÓDIGO		14	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância			X
1.2. Apoios e serviços para a juventude	Criar uma Rede de Transportes Escolares;	X	
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade			X
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade	Criar um Centro Comunitário na freguesia de Espinho;	X	
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente			X
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes			X
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população			X
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade	Desenvolver uma rede solidária de medicamentos; Reabertura da CONSULTA ABERTA a funcionar das 8:00h até às 24.00horas, com apoio de Radiologia e Análises Clínicas nesse horário; Novas UNIDADES DE SAÚDE FAMILIARES em Silvalde e em Paramos;	X	
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde	Reforçar a implementação do Plano Local de Saúde 2011-2016;	X	
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde			X
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;	Promover o Orçamento Participativo por parte dos cidadãos do concelho de Espinho;	X	
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para			X



os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁵³			
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares			X
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis	Retomar a edificação de habitação a custos controlados;	X	
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio			X
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego	Criar condições adequadas para o surgimento de Startup's (Startup Espinho); Apostar na reconversão profissional das pessoas em situação de desemprego advindas do sector secundário; Criar o Gabinete de Apoio - Empreendedor no Feminino;	X	
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)	Apoiar as actividades náuticas/piscatórias com a criação de uma lota e de um porto de abrigo/marina;	X	
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável			X
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros	Requalificar a Rede Viária: repavimentações das ruas, melhorar os acessos à cidade, tratar as suas diversas entradas, criar uma ligação viária entre os equipamentos desportivos existentes na cidade desportiva;	X	
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar	Criar espaços ajardinados / áreas verdes nas zonas com maior pressão urbanística;	X	
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos	Recuperar as ribeiras do concelho de Espinho, nomeadamente, Ribeira do Mocho, Silvalde e Rio Maior; Criar um Plano para enterramento dos pontos de recolha de lixo e para melhorar os serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos; Concluir a rede de saneamento do concelho;	X	
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática			X
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade	Criar um sistema de monitorização da emergência, motivação, encaminhamento e reinserção social das pessoas sem-abrigo; Criar uma Cantina Social Municipal;	X	
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Apoiar as actividades náuticas/piscatórias com a criação de uma lota e de um porto de abrigo/marina;	X	
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X

⁵³ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres			X
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola	Aderir ao Programa Escolar de Reforço Alimentar (PERA);	X	
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável	Aderir ao Programa Escolar de Reforço Alimentar (PERA);	X	
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres	Promover um núcleo de apoio à vítima com a participação da APAV;	X	
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças	Promover um núcleo de apoio à vítima com a participação da APAV;	X	
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos	Promover um núcleo de apoio à vítima com a participação da APAV;	X	
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito			X
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planeamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes	Requalificar a Rede Viária: repavimentações das ruas, melhorar os acessos à cidade, tratar as suas diversas entradas, criar uma ligação viária entre os equipamentos desportivos existentes na cidade desportiva; Criar passagens pedonais e rodoviárias na cidade de Espinho e no bairro piscatório para atravessamento do canal ferroviário;	X	
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis	Reabilitar os espaços envolventes aos edifícios da habitação social existente no concelho de Espinho;	X	
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte	Criar passagens pedonais e rodoviárias na cidade de Espinho e no bairro piscatório para atravessamento do canal ferroviário; Criação de plataforma multimodal de transportes;	X	
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos	Retomar a edificação de habitação social através do Plano Especial de Realojamento; Retomar a edificação de habitação a custos controlados;	X	
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física	Criar um parque de autocaravanas, inserindo-o no roteiro europeu; Criar espaços ajardinados / áreas verdes nas zonas com maior pressão urbanística;	X	
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros			X
14. Alterações climáticas e emergências de saúde			



pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas			X
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos	Criar o Plano de Desenvolvimento Social Local; Reforçar a capacidade de intervenção e de partilha de recursos da Rede Social; Criar um sistema de monitorização da emergência, motivação, encaminhamento e reinserção social das pessoas sem-abrigo;	X	
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social	Dinamizar a zona Norte / Avenida Maia - Brenha com a criação de Áreas de restauração/bares, diversão nocturna e apoios para prática de desporto de praia;	X	
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos	Criar um Plano para enterramento dos pontos de recolha de lixo e para melhorar os serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos;	X	
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior			X
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade	Dinamização cultural do Centro Multimeios em interacção com os agentes culturais do concelho de Espinho: Workshop's nacionais e internacionais com os promotores do CINANIMA e FEST;	X	



Anexo 25



CÓDIGO		16	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância			X
1.2. Apoios e serviços para a juventude	Reforçar o investimento na Acção Social Escolar e criar uma Bolsa de Empréstimo de Manuais Escolares, no sentido de impedir que a crise económico-financeira prejudique os jovens no seu desempenho escolar; Reabilitar espaço Municipal (do IVV) para construir a Casa Municipal da Juventude; Valorizar e fomentar o funcionamento do Conselho Municipal de Juventude; Apoiar financeiramente e logisticamente as Associações Juvenis que desenvolvem actividade no concelho; Negociar com entidade pública e reabilitar edifício para edificar uma Pousada de Juventude no Luso;	X	
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade			X
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade			X
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente			X
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes	Defender um concelho socialmente justo, responsável e solidário mantendo os projetos de integração – acolhimento e educação – de imigrantes e suas famílias;	X	
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população			X
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade	Fomentar a promoção das Termas de Luso junto da comunidade médica, incentivando à promoção das férias termais como tratamento médico, clínico e de bem-estar; Promover esforços no sentido de dotar o Centro de Saúde da Mealhada	X	



	de mais serviços, mais médicos, durante mais tempo, de modo a haver melhores cuidados de saúde primários; Apoiar o Hospital da Misericórdia da Mealhada no sentido de poder ter mais especialidades, atender mais utentes e ganhar notoriedade local e nacional; Apoiar as duas corporações de Bombeiros Voluntários do concelho, no sentido de terem todas as condições para a prestação de socorro e emergência médica;		
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde			X
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde			X
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;	Valorizar o papel dos Conselhos Municipais da Juventude, da Educação e da Segurança na tomada de posições estratégicas da autarquia; Implementar políticas de maior participação dos cidadãos na vida da comunidade, como o prosseguir com o Programa da Agenda 21 Local; Implementar o programa "Orçamento Participativo", com a participação dos cidadãos no debate, escolha e aplicação de investimentos da autarquia em prol do bem-comum da comunidade;	X	
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁵⁴			X
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares			X
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis	Elaborar um novo Programa de Habitação Social a Custos Controlados;	X	
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio	Apoiar as Instituições Particulares de Solidariedade Social (ex.: nas áreas logísticas, técnicas) em prol das melhores respostas sociais no concelho e contribuindo para o aumento das vagas em creches, centros de dia e Lares de modo a minimizar a extensa lista de espera a que se assiste; Dinamizar a Rede de Acção Social e o Conselho Local de Acção Social, reforçando a parceria inter-institucional, criando um centro de recursos (partilha de equipamento); Apoiar todas as entidades informais e grupos de cidadãos mobilizados para o apoio social, como os Grupos	X	

⁵⁴ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



	de Ação Socio-Caritativos, e as Associações formalmente constituídas;		
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego	Apoiar a Agricultura, nomeadamente o regadio (ex.: Represa de Vale da Ribeira, no Luso) e a viticultura, como sector importante na economia do Concelho da Mealhada, no sentido da sua dinamização e valorização, incentivando o arrendamento e/ou a reconversão das vinhas abandonadas; Potenciar o funcionamento da Pousada da Juventude, simultaneamente, como unidade de alojamento para o Centro de Alto Rendimento Desportivo a criar, complementando assim, o Centro de Estágios e Pavilhão Desportivo já existentes no Luso;	X	
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)	Concluir o Centro Escolar de Luso, construir o Centro Escolar da Mealhada e avaliar a necessidade de construção do Centro Escolar de Casal Comba; Reforçar, junto da administração central, a necessidade de melhorar as condições da Extensão de Saúde de Ventosa do Bairro (com a adaptação do edifício), bem como da Extensão de Saúde da Vacariça;	X	
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável	Requalificar o Mercado da Pampilhosa com a abertura de espaço para a comercialização de produtos de pequenos agricultores; Incentivar a comercialização de produtos de pequenos agricultores no Mercado de Luso; Fomentar a agricultura biológica;	X	
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros			X
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar	Resolver os problemas ambientais no território do concelho da Mealhada, sensibilizando e incentivando os produtores agrícolas para que usem mecanismos que evitem a proliferação de maus cheiros nos centros urbanos, resultantes da fertilização das terras, resolvendo definitivamente o problema dos maus-cheiros resultantes da actividade industrial nas freguesias de Luso e Vacariça, o problema dos maus-cheiros resultantes da actividade agro-pecuária nas freguesias de Mealhada e Casal Comba;	X	
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos	Avaliar e, consequentemente, remodelar, faseadamente, a rede de água e saneamento básico do Concelho da Mealhada, substituindo as condutas de água em lusalite que ainda subsistem na rede concelhia; Avaliar e eventualmente redimensionar a ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais da Mealhada; Criar um novo programa de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, bem como análise e redistribuição de EcoPontos, com requalificação das zonas envolventes;	X	
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática			X



6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade			X
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Incentivar a qualificação profissional dos mealhadenses como motor do desenvolvimento sustentável e qualificado do Concelho da Mealhada; Promover e divulgar o potencial do Concelho da Mealhada como espaço económico, logístico, turístico, desportivo, cultural e paisagístico de excepcional valor; Criar programas municipais que fomentem o empreendedorismo jovem qualificado e de reconversão profissional; Dinamizar o Espaço Inovação como Incubadora de Empresas e Centro de Negócios, em articulação com entidades privadas e públicas; Instituir um Fundo de Emergência Social para famílias em situações de colapso económico-financeiro;	X	
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres			X
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola			X
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável			X
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres			X
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito			X
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planeamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes			X
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis	Transformar parte do espaço municipal dos antigos armazéns do IVV num Complexo Cultural que integre Centro de Exposições e	X	



	Congressos, Museu Municipal e Casa Municipal da Juventude; Avançar com a reabilitação do Campo Municipal Jorge Manuel, integrado no Complexo Desportivo do Luso;		
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte	Desenvolver e procurar soluções o projecto da Plataforma Rodo-Ferroviária na Pampilhosa; Criar uma rede de transportes intra-municipal regular e flexível com a preocupação de fomentar uma mobilidade sustentável entre as várias povoações do concelho; Dotar o território do concelho com espaços de lazer e diversão, apropriadas a um município jovem, de dimensão adequada e estrategicamente localizados;	X	
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos	Promover a elaboração de um Programa de Reabilitação Urbana de habitações privadas; Elaborar um novo Programa de Habitação Social a Custos Controlados;	X	
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física	Defender a gestão próxima da Mata Nacional do Buçaco como uma conquista inalienável e repensar o modelo estatutário da Fundação Mata do Buçaco, no sentido de garantir o financiamento da administração central, do município e de outros parceiros para um aumento do investimento na Mata; Negociar com a Fundação Bissaya Barreto, em colaboração com a Junta de Freguesia do Luso, a aquisição do terreno junto ao Parque do Lago (conhecido por "Monte dos Vendavais") para prolongamento da área de Lazer ou Desportiva;	X	
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros			X
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas			X
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos	Dinamizar a Rede de Acção Social e o Conselho Local de Acção Social, reforçando a parceria inter-institucional, criando um centro de recursos (partilha de equipamento); Instituir um Fundo de Emergência Social para famílias em situações de colapso económico-financeiro;	X	
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social	Apoiar o comércio tradicional e de proximidade, animando os espaços públicos, incentivando os agentes económicos e os consumidores e criando factores de atratividade; Recuperar o espaço da Fábrica das Devesas, na Vila da Pampilhosa, para instalação de equipamentos destinados à população;	X	



16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos			X
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior	Resolver os problemas ambientais no território do concelho da Mealhada, sensibilizando e incentivando os produtores agrícolas para que usem mecanismos que evitem a proliferação de maus cheiros nos centros urbanos, resultantes da fertilização das terras, resolvendo definitivamente o problema dos maus-cheiros resultantes da actividade industrial nas freguesias de Luso e Vacariça, o problema dos maus-cheiros resultantes da actividade agro-pecuária nas freguesias de Mealhada e Casal Comba;	X	
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade	Transformar o Cine-Teatro Messias numa grande Casa da Cultura do Município da Mealhada, com uma oferta diferenciada e disponível para acolher actuações dos vários grupos do Concelho; Criar a 'Cidade do Samba' contribuindo com condições logísticas para as escolas de samba do concelho da Mealhada e a Associação do Carnaval da Bairrada, por forma a garantir que passem a ter sedes condignas e com as condições necessárias às suas actividades; Criar uma plataforma municipal de recursos disponíveis para as Associações (ex.: luzes, som, palco, etc.);	X	



Anexo 26



CÓDIGO		17	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância			X
1.2. Apoios e serviços para a juventude			X
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade			X
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade			X
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente			X
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes			X
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população			X
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade			X
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde			X
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde			X
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;			X
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para			X



os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁵⁵			
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares			X
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis	Diminuir o preço da água e saneamento; redução do IMI para a taxa mínima;	X	
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio			X
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego	Ampliar a zona industrial, apoiar o sector primário, agricultura e pescas, bem como a dinamização do Turismo;	X	
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)			X
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável			X
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros			X
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar			X
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos			X
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática			X
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade			X
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Apoiar a instalação de empresas;	X	
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres			X
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola			X
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável			X

⁵⁵ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres			X
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito			X
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planejamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes			X
11.2. Evidência de vontade de um planejamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis			X
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte			X
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos			X
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física			X
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros			X
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas			X
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos			X
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social			X
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos			X
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior			X
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade			X



Anexo 27



CÓDIGO		18	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância			X
1.2. Apoios e serviços para a juventude	Continuaremos a apoiar os alunos do nosso Concelho, através da atribuição de bolsas de estudo, aos estudantes com melhores resultados e que tenham necessidades de maior apoio; Criação do cartão municipal “Oliveira Jovem”, que proporcionará descontos significativos na participação em actividades culturais, desportivas e de animação, promovidas pelo município, entre outros benefícios;	X	
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade			X
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade			X
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente	Criação da Tele-assistência, através de um apoio telefónico de emergência, para os idosos portadores do cartão municipal destinado aos idosos;	X	
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes			X
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população			X
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade	Disponibilização de uma “Unidade Móvel de Saúde”, que prestará cuidados primários de saúde, por todos os lugares do concelho;	X	
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde			X
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das			X



competências de literacia em saúde			
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;	Implementação de um Orçamento Participativo;	X	
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁵⁶			X
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares	Construção de Parque de Lazer no centro da cidade, com piscina descoberta, concessão de espaços e serviços, e locais para animação; Requalificação e dinamização da área do Parque Desportivo e dos Pinheiros Mansos, incluindo a colocação de equipamentos de desportos radicais;	X	
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis	Redução do IMI;	X	
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio	Criação do programa “Oliveira Porta a Porta”, que visa o apoio à população idosa e/ou com mobilidade reduzida e sem apoio familiar, na realização de pequenas reparações no domicílio, para a resolução de problemas de canalização, de electricidade, de serralharia e intervenções consideradas de pequena bricolage, com recurso ao Banco de Voluntariado;	X	
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego	Requalificação e Expansão das zonas industriais; Apoio à agricultura e à pecuária, ajudando o sector na sua promoção e comercialização, incluindo a agricultura biológica; Criação de escritórios virtuais e espaços de Coworking, em edifícios públicos do Concelho; Desenvolvimento do programa “Oliveira Empreende” com vista a tornar Oliveira do Bairro num “concelho Start-Up”; Instalação de um Núcleo de Indústrias Criativas,	X	
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)	Construção de Parque de Lazer no centro da cidade, com piscina descoberta, concessão de espaços e serviços, e locais para animação; Construção de um Pavilhão Multiusos e Piscina Aquecida, junto à escola Básica Dr. Fernando Peixinho em Oiã, para servir a população, em particular a comunidade estudantil;	X	
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável	Apoio à agricultura e à pecuária, ajudando o sector na sua promoção e comercialização, incluindo a agricultura biológica;	X	
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros	Ajustar os horários e percursos dos TOB (Transportes de Oliveira do Bairro), às reais	X	

⁵⁶ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



	necessidades dos utentes;		
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar			X
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos			X
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática			X
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade	Elaborar um novo e actualizado Plano de Protecção Civil, dando especial relevância ao papel dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Bairro e Guarda Nacional Republicana;	X	
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Criação do “Passaporte para o Investimento”, que consiste em agilizar e desburocratizar todos os procedimentos administrativos municipais, no sentido de dar prioridade a investimentos que criem riqueza e emprego no Concelho; Captação de investimentos nacionais e estrangeiros, que tirem vantagem da situação geográfica privilegiada do Concelho; Rentabilização do Espaço Inovação;	X	
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres	Criação das “Rede Municipal de Ciclovias” e “Rede Municipal de Trilhos”, começando por ligar o Parque dos Pinheiros Mansos, em Oliveira do Bairro, ao Parque da Lagoa, em Oíã, ao longo do Rio Cértima. Numa fase posterior, ligar às margens do Rio Levira e incluir birdwatching; Requalificação e dinamização da área do Parque Desportivo e dos Pinheiros Mansos, incluindo a colocação de equipamentos de desportos radicais;	X	
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola			X
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável			X
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres			X
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X



10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito			X
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planeamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes	Estudo de viabilidade da construção de um eixo rodoviário, que ligue a Zona Industrial da Palhaça ao nó de Vagos da A17;	X	
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis	Construção de Parque de Lazer no centro da cidade, com piscina descoberta, concessão de espaços e serviços, e locais para animação; Criação das “Rede Municipal de Ciclovias” e “Rede Municipal de Trilhos”, começando por ligar o Parque dos Pinheiros Mansos, em Oliveira do Bairro, ao Parque da Lagoa, em Oiã, ao longo do Rio Cértima. Numa fase posterior, ligar às margens do Rio Levira e incluir birdwatching; Requalificação e dinamização da área do Parque Desportivo e dos Pinheiros Mansos, incluindo a colocação de equipamentos de desportos radicais;	X	
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte			X
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos			X
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física	Requalificação das zonas envolventes das margens dos rios Levira e Cértima, criando um potencial para o desenvolvimento da pesca desportiva; Criação junto ao Parque do Carreiro Velho, em Perrães, de uma zona ambiental de excelência, que inclua Praia Fluvial, para atribuição de Bandeira Azul, em colaboração com a Agência Portuguesa do Ambiente;	X	
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros			X
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas			X
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos	Criação da Polícia Municipal, para assegurar convenientemente a segurança de pessoas e bens, com particular atenção nas zonas industriais; Elaborar um novo e actualizado Plano de Protecção Civil, dando especial relevância ao papel dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Bairro e Guarda Nacional Republicana;	X	
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social	Construção de Parque de Lazer no centro da cidade, com piscina descoberta, concessão de espaços e serviços, e locais para animação;	X	



	Requalificação da Av. Abílio Pereira Pinto, com criação de zona de lazer e animação, com estacionamentos adequados;		
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos			X
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior			X
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade			X



Anexo 28



CÓDIGO		19	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância	Expansão da Rede de Parques Infantis, adequados para mobilidade reduzida;	X	
1.2. Apoios e serviços para a juventude	Reforço de políticas de inclusão juvenil; Criação de uma rede concelhia de OTL (ocupação de tempos livres) durante o período das pausas lectivas, rentabilizando equipamentos e infra-estruturas municipais; bolsas de estudo para alunos carenciados do ensino superior;	X	
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade			X
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade	cartão municipal do idoso com descontos na Piscina Municipal e actividades culturais;	X	
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente	Alargamento da Rede de Parques Seniores (com equipamentos de ginástica de manutenção);	X	
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes			X
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população			X
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade	Instalação da Unidade Saúde Familiar Alpha em Válega, em articulação com a ARS Centro; Luta pela manutenção do Hospital Dr. Francisco Zagalo no SNS, mantendo as suas valências como hospital de proximidade;	X	
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde	Defesa da referenciação ao Hospital S. Sebastião, em situações de urgência e emergência hospitalar, e do não encerramento de qualquer unidade de saúde do concelho;	X	
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde			X
5.2. Medidas promotoras da participação dos	Implementação progressiva do modelo de	X	



cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;	orçamentos participativos;		
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁵⁷			X
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares	Construção de novos circuitos de manutenção e recuperação dos existentes; Criação de uma rede alargada de Parques Desportivos de Proximidade;	X	
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis	medida municipal de subsidio ao arrendamento; Construção de 30 Fogos de Habitação Social em Esmoriz;	X	
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio	Aprofundamento da rede local de apoio a situações de emergência social; Criação de uma rede de voluntariado social; Recuperação do FIMO - Festival Internacional de Marionetas de Ovar, inserido numa lógica de políticas de animação de rua, visando a dinamização social, cultural e o estímulo ao comércio local; Desenvolvimento e concretização de um plano de acção de apoio ao comércio local;	X	
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego	Requalificação da zona Industrial de Ovar; Criação de novas áreas de acolhimento empresarial (Maceda e Válega); Criação de condições de estímulo à apanha do moliço na Ria, apoiando startups de base tecnológica para produção de biocombustíveis, cosméticos e medicamentos, estabelecendo protocolo com a Universidade de Aveiro;	X	
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)	Requalificação e conservação das escolas do 1º ciclo do concelho; Requalificação do Esmoriztur em Casa das Artes de Esmoriz; Requalificação do Centro Cívico de Arada;	X	
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável			X
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros	Reorganização da rede concelhia de ciclovias, fazendo a ligação às zonas industriais, comerciais e escolares; Criação de mais zonas de estacionamento seguro para bicicletas e velocípedes eléctricos; aumento das zonas e parques de estacionamento articulados com a rede e pontos de empréstimo e devolução de bicicletas urbanas; Concretização, em Ovar, da circular variante EN109 – Maceda/Arada; Construção do Eixo Viário Nascente – Poente em	X	

⁵⁷ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



	Válega (Rua Dr. Acácio Valente e Rua das Estradas);		
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar			X
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos			X
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática	Implementação do Plano Concelhio de Eficiência Energética;	X	
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade	Aprofundamento da rede local de apoio a situações de emergência social;	X	
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Criação da loja Social Municipal, articulada/concertada com uma rede de apoio social concelhia; Requalificação da zona Industrial de Ovar; Criação de novas áreas de acolhimento empresarial (Maceda e Válega); Elaboração de um plano de incentivo ao empreendedorismo jovem;	X	
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres	Construção de novos circuitos de manutenção e recuperação dos existentes; Criação de uma rede alargada de Parques Desportivos de Proximidade; Requalificação dos passeios da Avenida Sá Carneiro;	X	
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola			X
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável	adesão à campanha nacional do direito à alimentação;	X	
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres			X
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito			X
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planeamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes	Prossecução da requalificação da rede viária concelhia; Concretização, em Ovar, da circular	X	



	variante EN109 – Maceda/Arada; Construção do Eixo Viário Nascente – Ponte em Válega (Rua Dr. Acácio Valente e Rua das Estradas);		
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis	Reorganização da rede concelhia de ciclovias, fazendo a ligação às zonas industriais, comerciais e escolares;	X	
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte	Aumento das zonas e parques de estacionamento articulados com a rede e pontos de empréstimo e devolução de bicicletas urbanas; Reorganização da rede concelhia de ciclovias, fazendo a ligação às zonas industriais, comerciais e escolares;	X	
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos	medida municipal de subsidio ao arrendamento; medida municipal de beneficiação, conservação e reparação de casas degradadas de famílias carenciadas; medida municipal de apoio ao reajuste pontual de rendas em situação de fragilidade das famílias; Reabilitação dos fogos de habitação social existentes;	X	
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física	Construção de novos circuitos de manutenção e recuperação dos existentes; Requalificação da zona sul do Parque do Buçaquinho: percurso Cortegaça-Maceda;	X	
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros	Criação de mais zonas de estacionamento seguro para bicicletas e velocípedes eléctricos;	X	
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas			X
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos	medida de isenção de taxas de agravamento sobre o valor de renda em dívida em situação de fragilidade das famílias; projecto Menos Sós...Mais Nós;	X	
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social	Desenvolvimento e concretização de um plano de acção de apoio ao comércio local;	X	
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos			X
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior			X
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade	Criação do evento anual “Ovar Criativo”, incluído num programa de apoio e incentivo à criação de iniciativas, projectos e produtos inovadores;	X	



Anexo 29



CÓDIGO		20	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância	Reforço da oferta pública de infantários de acesso universal, assim como de pré-escolar e ATL; candidatura de Ovar a “Cidade Amiga das Crianças”;	X	
1.2. Apoios e serviços para a juventude	Reforço da oferta pública de infantários de acesso universal, assim como de pré-escolar e ATL; candidatura de Ovar a “Cidade Amiga das Crianças”;	X	
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade	Criação de um Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP);	X	
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade			X
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente	Apoiaremos o aumento dos lugares em lares e centros de dia e do apoio domiciliário, com acesso para todos;	X	
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes			X
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população			X
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade	Lutaremos para que a Rede de Cuidados de Saúde Primários no concelho conte com os profissionais de saúde em falta (nomeadamente nos casos de Maceda e Válega), bem como pela reabilitação dos edifícios da Extensão de Saúde de Maceda e da Unidade de Saúde Familiar em Válega;	X	
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde	Hospital de Ovar deve continuar a ser um hospital de proximidade, em plena articulação com as Unidades de Saúde Familiar;	X	
5. Literacia em saúde			



5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde			X
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;	Criar os mecanismos para pôr em prática a participação de todos no destino a dar ao dinheiro que é de todos;	X	
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁵⁸			X
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares			X
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis	Aumentar a oferta de casas para arrendamento;	X	
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio	Reforçar a cooperação com a CPCJ, dotando-a dos meios necessários à sua actividade; Daremos início a um levantamento sistemático do número de idosos solitários e criaremos uma Comissão de protecção de Idosos em Risco, que trabalhe em rede com as organizações já no terreno, como a Associação de Apoio à Vítima (APAV);	X	
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego			X
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)	Nova dinâmica à utilização dos equipamentos já existentes, nomeadamente nas escolas, criando protocolos para o seu acesso universal e gratuito por parte da população em geral, nos horários não lectivos;	X	
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável	Coordenaremos e desenvolveremos o funcionamento de mercados para o escoamento de produtos agrícolas e do pescado;	X	
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros	Desenvolver uma rede pública de transportes colectivos municipais a preços acessíveis à população numa perspectiva de efectiva mobilidade entre as freguesias e o centro da cidade; avançar para uma rede pública de bicicletas; alargar a rede de ciclovias, definindo percursos contínuos com origem e destino claros; requalificar ruas – como exemplo a R. Visconde de Ovar – para garantir segurança e conforto a peões e ciclistas;	X	
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar	promoção da educação ambiental; utilização de modos de deslocação amigos do ambiente;	X	
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos	Totalizar a cobertura de saneamento em todo o concelho;	X	
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática	utilização de modos de deslocação amigos do ambiente;	X	

⁵⁸ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade	Reforçar a cooperação com a CPCJ, dotando-a dos meios necessários à sua actividade;	X	
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Criação da Agência Local de Desenvolvimento;	X	
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres	construção do Parque Desportivo Municipal que contemple uma pista de atletismo, um circuito de manutenção e a Casa Municipal do Desporto que servirá de ponto de encontro a toda a comunidade desportiva de Ovar;	X	
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola			X
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável			X
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres			X
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito			X
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planeamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes	Desenvolver uma rede pública de transportes colectivos municipais a preços acessíveis à população numa perspectiva de efectiva mobilidade entre as freguesias e o centro da cidade;	X	
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis	O novo plano deve ser claro quanto à definição de estratégias de desenvolvimento do território e à definição da estrutura ecológica do Concelho, de forma a evitar que as requalificações realizadas nos espaços verdes se convertam em meras ilhas verdes; pelo contrário, devem constituir partes de um contínuo vegetal – corredores verdes para utilização dos cidadãos; criação da Área de Paisagem Protegida da Foz do Cáster;	X	



12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte	criar interfaces intermodais, nomeadamente com o comboio;	X	
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos	Construir habitação social condigna para famílias em condições absolutamente degradantes de habitação (Válega, Bairro do SAAL em Cortegaça, etc);	X	
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física	criação da Área de Paisagem Protegida da Foz do Cáster;	X	
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros	Desenvolver uma rede pública de transportes colectivos municipais a preços acessíveis à população numa perspectiva de efectiva mobilidade entre as freguesias e o centro da cidade; avançar para uma rede pública de bicicletas; alargar a rede de ciclovias, definindo percursos contínuos com origem e destino claros;	X	
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas			X
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos	Reforçar a cooperação com a CPCJ, dotando-a dos meios necessários à sua actividade; Daremos início a um levantamento sistemático do número de idosos solitários e criaremos uma Comissão de protecção de Idosos em Risco, que trabalhe em rede com as organizações já no terreno, como a Associação de Apoio à Vítima (APAV);	X	
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social			X
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos			X
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior	utilização de modos de deslocação amigos do ambiente;	X	
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade			X



Anexo 30



CÓDIGO		21	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância	Criação de um programa de saúde oral para as crianças e jovens mais carenciados;	X	
1.2. Apoios e serviços para a juventude	Cedência gratuita dos manuais escolares a todas as crianças do 1º ciclo inscritas no ensino público; dinamização séria da bolsa de empréstimos de manuais escolares para os 2º e 3º ciclos de ensino e ensino secundário; reforço das bolsas escolares municipais para os estudantes do ensino secundário e ensino superior residentes no concelho; Criação de um programa de saúde oral para as crianças e jovens mais carenciados;	X	
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade			X
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade			X
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente			X
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes			X
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população			X
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade	Criar, em articulação com o Ministério da Saúde, unidades móveis que aproximem os serviços das populações com menos serviços de saúde e mais distantes dos mesmos; pressionar a administração central no sentido de dotar o concelho com mais unidades de saúde de proximidades (unidades de saúde familiar) que atendam às necessidades da população; no âmbito de um programa de	X	



	mobilidade social, criar um sistema que ajude no transporte os mais carenciados, idosos e pessoas com capacidade de mobilidade reduzida de e para as unidades do SNS no concelho;		
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde			X
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde	Assegurar que a educação para a cidadania e para a saúde e a prevenção da violência de género são partes integrantes do projecto educativo do 1º ciclo ao ensino secundário; implementar no âmbito dos projectos educativos escolares a promoção da saúde e estilos de vida saudáveis;	X	
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;			X
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁵⁹			X
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares	Implementar circuitos pedonais que garantam segurança aos cidadãos para a prática de desporto;	X	
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis	Promoção de uma política municipal de habitação para os jovens, dinamizando a habitação a custos controlados ou criando regimes específicos no âmbito das taxas e licenças para a construção de habitação própria por parte dos jovens;	X	
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio	Activação efectiva de uma rede municipal de voluntariado para o trabalho junto dos cidadãos mais vulneráveis da nossa sociedade;	X	
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego	Criação de uma política de fixação de empresas nas zonas industriais; incentivos à fixação de empresas provenientes de outros concelhos ou países; promoção de políticas públicas activas de emprego para os jovens do concelho, activando uma bolsa de emprego municipal e de inserção na vida activa desses mesmos jovens; implementar uma visão integrada do turismo, assente nos turismos cultural, industrial, rural, termal, de negócios e religioso; potenciar o desenvolvimento da economia social e da criação de microempresas multitarefas na lógica dos empreendedores sociais e de respostas	X	

⁵⁹ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



	integradas;		
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)	Acelerar as obras em curso de instalações educativas e garantir que em nenhuma escola do concelho não exista condições de excelência;	X	
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável			X
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros	Assegurar o não encerramento da linha do Vouga e a sua requalificação; garantir transportes públicos rodoviários acessíveis; garantir o transporte escolar;	X	
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar	Acabar com as lixeiras e depósitos de sucatas a céu aberto nas nossas florestas; trabalhar a reflorestação devido ao abate massivo de árvores; medições periódicas da qualidade do ar e da qualidade da água nas nossas fontes públicas;	X	
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos	Facilitar o acesso ao saneamento básico e abastecimento de água a todos os feirenses, procurando a gratuitidade dos respectivos ramais; analisar periodicamente os efluentes despejados nas linhas de água pelas estações de tratamento de esgotos; medições periódicas da qualidade do ar e da qualidade da água nas nossas fontes públicas; melhorar a recolha de resíduos sólidos, modernizando nos centros urbanos os equipamentos utilizados; promover campanhas ambientais junto das populações incentivando-as a ter novos hábitos de eliminação dos resíduos produzidos através da compostagem em especial nas zonas rurais ou de habitação unifamiliar;	X	
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática	Redução de todos os consumíveis nos serviços municipais especialmente com papel, redução de consumos com a energia eléctrica a nível da força motriz, iluminação, combustíveis, etc.;	X	
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade	Requalificar as estradas urbanas, tornando-as adequadas e seguras à circulação de peões e veículos; apoio financeiro participando a aquisição de medicamentos por parte dos mais carenciados, no âmbito do Fundo de Emergência Municipal a criar; apoiar a deslocação de empresas poluidoras a nível do ruído, poluentes líquidos e gasosos para zonas industriais através de incentivos e facilidades na aquisição de terrenos e isenção de taxas e licenças de construção;	X	
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Divulgação e promoção para investidores e potenciais clientes das zonas industriais do concelho e respectivas empresas; incentivos à fixação de empresas provenientes de outros concelhos ou países; criação de programas de apoio às empresas; potenciar o desenvolvimento da economia social e da criação de microempresas multitarefas na lógica dos empreendedores sociais e de respostas	X	



	integradas; exigir a aplicação de tarifas sociais para os consumidores em dificuldades económicas;		
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres	Implementar circuitos pedonais que garantam segurança aos cidadãos para a prática de desporto;	X	
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola	Assegurar que as crianças de todas as escolas tenham garantidas as refeições escolares necessárias, mesmo em período de férias escolares;	X	
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável			X
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres	Assegurar que a educação para a cidadania e para a saúde e a prevenção da violência de género são partes integrantes do projecto educativo do 1º ciclo ao ensino secundário;	X	
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito	Criar um plano integrado de segurança na estrada que previna a sinistralidade rodoviária;	X	
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planeamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes	Garantir transportes públicos rodoviários acessíveis;	X	
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis			X
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte	Construir uma estação intermodal de transportes;	X	
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos	Promoção de uma política municipal de habitação para os jovens, dinamizando a habitação a custos controlados ou criando regimes específicos no âmbito das taxas e licenças para a construção de habitação própria por parte dos jovens; desenvolver uma política	X	



	para a habitação social municipal, não permitindo que existam fogos devolutos apesar das carências, como acontece actualmente;		
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física	Apostar na requalificação dos parques de lazer em todas as freguesias, dando às populações contactos directos com a natureza;	X	
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros	Estudar a criação de ciclovias em parceria com o município de Ovar integrando-as na rede intermunicipal;	X	
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas			X
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos			X
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social			X
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos	Analisar periodicamente os efluentes despejados nas linhas de água pelas estações de tratamento de esgotos;	X	
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior	Acabar com as lixeiras e depósitos de sucatas a céu aberto nas nossas florestas;	X	
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade			X



Anexo 31



CÓDIGO		22	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância			X
1.2. Apoios e serviços para a juventude	Promover e implementar uma política que permita que os jovens se fixem em Vale de Cambra, aqui criando família e postos de trabalho; Atribuição de manuais escolares aos alunos carenciados do 1º ciclo; Atribuição de bolsas de estudo para jovens que ingressem no ensino superior; apoio aos clubes, especialmente àqueles que apostam na formação de jovens, com o objectivo de fomentar a prática das mais diversas modalidades e a ocupação saudável dos tempos livres;	X	
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade			X
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade			X
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente	dinamização de algumas actividades ligadas ao exercício físico, para se evitar o isolamento dos mais idosos, seguida de outras actividades recreativas e culturais,	X	
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes			X
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população			X
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade			X
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde			X
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das			X



competências de literacia em saúde			
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;			X
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁶⁰			X
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares			X
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis			X
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio	Reforço das parcerias com as IPSS do concelho, implementando uma política de proximidade;	X	
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego	Criação de uma incubadora de empresas onde as empresas na sua fase inicial possam recorrer a serviços partilhados, reduzindo dessa forma custos mas partilhando também saber e conhecimento; Promover e implementar áreas industriais que respondam às reais necessidades dos empresários/empreendedores quer ao nível do espaço físico quer ao nível financeiro;	X	
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)	Investimentos em infra-estruturas desportivas;	X	
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável	Incentivo à produção de produtos regionais;	X	
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros	Mobilidade com apoio ao transporte social;	X	
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar			X
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos	Alargamento da rede de abastecimento de água e da rede de saneamento;	X	
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática			X
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade			X
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Criação de uma incubadora de empresas onde as empresas na sua fase inicial possam recorrer a serviços partilhados, reduzindo dessa forma custos mas partilhando também saber e conhecimento; Promover e implementar áreas industriais que respondam às reais necessidades dos empresários/empreendedores quer ao nível do espaço físico quer ao nível financeiro;	X	

⁶⁰ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres			X
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola			X
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável			X
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres			X
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito			X
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planeamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes	Conservação da rede viária municipal;	X	
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis			X
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte			X
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos			X
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física	Conservação dos espaços verdes;	X	
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros			X
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas			X



15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos			
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social			X
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos			X
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior			X
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade	Multiplicidade de bandas, grupos folclóricos e outros tantos grupos vão merecer uma política de proximidade muito grande;		X



Anexo 32



CÓDIGO		23	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância			X
1.2. Apoios e serviços para a juventude	Escola pública de artes; programa especial de apoio social a estudantes do ensino superior; programa fixe; festival da juventude; intercâmbios de jovens;	X	
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade			X
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade			X
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente	Consolidação da universidade sénior;	X	
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes			X
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população			X
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade	Cedência de terreno para Unidade de Cuidados Continuados;	X	
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde			X
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde			X
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem – estar;	Orçamento participado; conselho económico e social; semanas da democracia local;	X	
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças			X



não transmissíveis ⁶¹			
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares			X
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis	Nova redução do IMI; recuperar para arrendar;	X	
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio	Contrato local de desenvolvimento social; consolidação e reforço da rede social;	X	
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego	Reactivação do fundo de apoio às microempresas; valorização turística do Rio Guadiana; programa de estágios profissionais e de apoio a desempregados;	X	
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)	Requalificação do estádio Flávio Santos para parque de lazer e desporto informal; requalificação de equipamentos desportivos: pista de atletismo, pavilhão municipal, piscinas;	X	
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável	Hortas urbanas;	X	
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros	Requalificação de estradas e caminhos municipais;	X	
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar			X
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos	Continuação da renovação de redes de águas na cidade e nas freguesias rurais;	X	
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática	Eficiência energética e microgeração; bejaecopolis – construção e mobilidade sustentáveis, eficiência energética, energias renováveis e ambiente;	X	
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade	Rede de centros sociais do concelho; reforço da iluminação pública na cidade e no concelho;	X	
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Captação, apoio e incentivos a novos investimentos agrícolas, agro-industriais, aeronáuticos, turísticos e comerciais; 400 novos hectares para a instalação de empresas; requalificação do parque industrial;	X	
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres	Rede de circuitos pedestres do concelho;	X	
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis			

⁶¹ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



na escola			
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável			X
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres			X
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito			X
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planeamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes			X
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis			X
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte			X
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos	Mercado social de arrendamento; recuperação dos bairros sociais;	X	
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física	Parque ambiental da barragem do Pisão;	X	
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros	Ciclovias na cidade;	X	
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas			X
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos			X
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social			X
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos			X
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior			X



16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade	Beja cidade criativa;	X	



Anexo 33



CÓDIGO		24	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância			X
1.2. Apoios e serviços para a juventude			X
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade			X
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade			X
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente	Dinamização de espaços de convívio para idosos;	X	
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes			X
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população			X
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade			X
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde			X
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde			X
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;			X
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para			X



os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁶²			
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares			X
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis			X
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio	Reforçar o papel da Rede Social do concelho;	X	
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego	Apoiar acções junto do comércio tradicional, dinamizar iniciativas em várias áreas fundamentais, como o artesanato e a gastronomia, o património cultural e ambiental, afirmando as suas marcas distintivas, fomentando também o turismo, sempre em parceria com os diferentes agentes e entidades;	X	
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)			X
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável			X
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros	Vamos lutar para que se concluam as obras rodoviárias no IP2 e no IP8; para que se modernize e electrifique a linha ferroviária e se recupere a ligação directa Intercidades Beja/Lisboa/Beja e a ligação ao Algarve através da Funcheira e para que se construa a ligação ferroviária Sines-Beja-Évora-Badajoz; para que se aproveite integralmente a infra-estrutura do aeroporto de Beja;	X	
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar			X
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos			X
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática			X
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade			X
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Dinamizar espaços industriais e empresariais para atrair investimento;	X	
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X

⁶² Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres			X
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola			X
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável			X
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres			X
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito			X
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planeamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes			X
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis			X
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte	Vamos lutar para que se concluam as obras rodoviárias no IP2 e no IP8; para que se modernize e electrifique a linha ferroviária e se recupere a ligação directa Intercidades Beja/Lisboa/Beja e a ligação ao Algarve através da Funcheira e para que se construa a ligação ferroviária Sines-Beja-Évora-Badajoz; para que se aproveite integralmente a infra-estrutura do aeroporto de Beja;	X	
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos	Projecto “Casa Acessível”, para pequenas obras de melhoria das acessibilidades para pessoas idosas, com mobilidade reduzida ou com deficiência;	X	
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física	Recuperação e criação de espaços públicos de lazer em todo o concelho, nomeadamente zonas verdes, parques e jardins, criando zonas aprazíveis de convívio ou de prática de actividade física para todos.	X	
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros			X
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			



14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas			X
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos			X
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social			X
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos			X
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior			X
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade			X



Anexo 34



CÓDIGO		25	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância			X
1.2. Apoios e serviços para a juventude			X
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade			X
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade			X
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente			X
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes			X
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população			X
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade			X
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde			X
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde			X
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;	Aplicar o conceito de município inclusivo; fomentar a cidadania activa, a gestão participada e partilhada;	X	
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para			X



os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁶³			
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares			X
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis			X
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio			X
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego			X
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)			X
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável			X
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros			X
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar			X
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos			X
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática			X
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade			X
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza			X
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres			X
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola			X
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável			X
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos			X

⁶³ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



hábitos alimentares saudáveis			
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres			X
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito			X
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planejamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes			X
11.2. Evidência de vontade de um planejamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis			X
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte			X
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos			X
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física			X
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros			X
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas			X
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos			X
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social			X
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos			X
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior			X
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade			X



Anexo 35



CÓDIGO		26	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância	Implementar o “programa municipal de vacinação gratuita” a crianças até aos 12 meses de idade relativo a vacinas não incluídas no PNV;	X	
1.2. Apoios e serviços para a juventude	Assegurar conjuntamente com o agrupamento de escolas de Cuba o desenvolvimento das actividades de enriquecimento curricular; continuar a assegurar a componente de apoio à família em toda a rede escolar, mesmo em período não lectivo; elaboração de um programa municipal de incentivos à juventude;	X	
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade			X
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade			X
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente	Implementação de uma academia sénior em espaço próprio de forma a dar resposta à ocupação dos tempos livres da população sénior e desenvolvimento de projectos intergeracionais; continuar a apostar na actividade física sénior e hidroginástica; promover as olimpíadas sénior;	X	
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes			X
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população			X
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade			X
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde			X
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das	Realização de ciclo de conferências “Haja		X



competências de literacia em saúde	Saúde”;		
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;			X
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁶⁴			X
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares			X
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis			X
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio	Actualização da rede social do concelho; protocolar com as associações locais a implementação de actividades em tempos livres em todas as freguesias do concelho;	X	
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego	Apoiar a população activa nas questões de emprego e formação profissional; promover parcerias com o IEFP, segurança social e outras entidades públicas e privadas, tendo em vista o apoio aos desempregados e aos beneficiários do RSI; construção de um centro de iniciativas empresariais;	X	
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)	Proceder à cobertura da zona lúdica no pré-escolar e 1º ciclo do agrupamento de escolas de cuba; diligenciar junto da DGEstE a efectiva construção da cobertura de acesso ao pavilhão gimnodesportivo; requalificação e manutenção dos espaços polidesportivos descobertos do concelho;	X	
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável	Promover a criação do projecto “hortas sociais”; criação da medida no concelho “Da terra para os consumidores sem intermediários”, visando o aumento da capacidade de escoamento dos produtos de pequenos agricultores;	X	
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros			X
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar			X
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos	Promover a elaboração de um estudo integral visando a criação de uma rede separativa de águas (pluviais e residuais) a implementar no futuro; rever e promover o plano de recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos; sensibilizar a empresa de Águas Públicas do Alentejo para que avance com a construção de novas ETAR’s	X	

⁶⁴ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



	em Cuba, Faro do Alentejo e Vila Alva;		
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática	Elaborar um estudo de gestão eficiente da rede de iluminação pública, bem como da gestão energética dos edifícios municipais;	X	
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade	Diligenciar junto da CP/REFER para aferir da possibilidade de cedência das casas de habitação existentes na infra-estrutura, em situações de emergência social;	X	
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Criação do mercado social do concelho; escola profissional de Cuba com ofertas formativas ajustadas ao mercado de trabalho local e regional; promover e divulgar o parque empresarial Quinda da Graciosa;	X	
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres	Promover a construção de um campo de futebol de sete e court de ténis em Vila Alva; requalificar as infra-estruturas contíguas à barragem de Albergaria dos Fusos, visando a promoção de actividades desportivas náuticas; promover a construção de um parque para deportes radicais; criar a carta municipal de caminhos rurais;	X	
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola			X
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável			X
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres			X
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito			X
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planeamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes	Proceder ao alargamento da faixa rodoviária da Rua Dr. Egas Moniz; requalificação e repavimentação de algumas ruas do concelho;	X	
11.2. Evidência de vontade de um planeamento	Promover a reabilitação de imóveis devolutos ou	X	



urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis	em avançado estado de degradação;		
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte	Criação de uma rede de transportes municipais;	X	
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos	Diligenciar a criação de uma “oficina domiciliária” inserida no contexto de um “banco de tempo”;	X	
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física	Criar uma zona verde, na zona contígua ao pavilhão gimnodesportivo;	X	
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros			X
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas			X
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos			X
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social			X
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos	Rever e promover o plano de recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos; persistir na construção de uma estação de transferência de resíduos sólidos urbanos no aterro sanitário em Vila Ruiva;	X	
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior			X
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade	Criação de um centro de artes que albergue uma escola de artes do espectáculo; acolhimento de forma tripartida de uma estrutura de artes cénicas; continuar a promover/apoiar os grandes eventos: carnaval de cuba, a feira do livro, as marchas populares; criar um laboratório de discussão e pesquisa com o princípio de pensar de forma criativa e inovadora as questões da interioridade e o seu desenvolvimento;	X	



Anexo 36



CÓDIGO		27	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância	Criar um espaço próprio, “A Casa dos Conhecimentos” devidamente equipado (técnica e materialmente), destinado às Actividades de Tempos Livres e Componente de Apoio à Família proporcionando às crianças do concelho, em idade pré-escolar e do 1º ciclo, actividades de lazer, musicais, literárias, plásticas, artísticas e desportivas;	X	
1.2. Apoios e serviços para a juventude	Conceder Bolsas de estudo e de Mérito aos alunos do Ensino Superior; Conceder Auxílio Económico e subsídios de refeição a todos os alunos deslocados, carenciados e não considerados pelo Serviço de Apoio Social Escolar;	X	
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade	Apoiar a Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Cuba;	X	
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade	Promover o Mês do Idoso através de actividades recreativas e culturais; Criar condições para que a população mais idosa possa transmitir os seus conhecimentos aos mais jovens através do projecto “Clube da Vida e dos Saberes” em parceria com a citada “Casa dos Conhecimentos” e outras instituições que se disponibilizem como parceiras;	X	
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente	Proporcionar aos idosos actividades de lazer, nomeadamente, passeios e excursões;	X	
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes			X
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população			X
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em	Criar, em parceria com entidades específicas na área da saúde, uma Unidade Móvel de Saúde;	X	



termos de acessibilidade	Alargar, melhorar e adequar o Apoio Domiciliário a idosos e pessoas com efectiva necessidade destes serviços; Apoiar financeiramente os munícipes mais carenciados nas consultas e exames médicos em entidades privadas, disponibilizando inclusive o respectivo transporte;		
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde			X
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde	Promover e elaborar em parceria com as entidades responsáveis pela saúde projectos de Educação para e pela Saúde, tais como campanhas de prevenção primária de doenças infecto contagiosas, alcoolismo e toxicodependência etc;	X	
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;			X
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁶⁵			X
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares			X
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis	Implementar o serviço “SOS CMCuba” que consiste num serviço de pequenas reparações e conservações nas habitações da população mais idosa e carenciada; Estabelecer quotas para os jovens no âmbito da habitação social; Implementar a redução em 50% das Taxas de urbanização para construção de habitação própria e permanente para jovens até 30 Anos;	X	
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio	Desenvolver o Programa de Animação “Cuba é Vida”, em parceria com as Juntas de Freguesia, dos espaços considerados de interesse cultural e de lazer, de forma a aproximar as populações e a criar pólos de atracção turística;	X	
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego	Apoiar os Empresários locais no sentido da criação e fixação de unidades industriais vocacionadas especialmente para a agro-indústria e agro-turismo; Realizar o máximo de obras por administração directa de modo a economizar os recursos municipais e paralelamente criar mais postos de trabalho; Incentivar e apoiar a criação	X	

⁶⁵ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



	de pequenas empresas que visem desenvolver o artesanato tradicional;		
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)	Construir um Lar de Idosos em Vila Ruiva implementando as valências do Centro de Dia e do Apoio Domiciliário; Elaborar os projectos de requalificação urbanística do Mercado Municipal e da Praça da República;	X	
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável	Apoiar os agricultores, concretamente através de aconselhamento técnico, administrativo e jurídico relativo à reconversão agrícola decorrente da recente construção dos canais de irrigação;	X	
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros			X
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar	Fazer uma efectiva e capaz utilização e manutenção dos ecopontos assim como a rápida activação e utilização do ecocentro;	X	
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos	Melhorar as redes de Saneamento Básico em todo o concelho, em articulação com a repavimentação e recuperação de arruamentos degradados; Reforçar e melhorar o sistema de recolha de lixo domésticos em todo o concelho; Recuperar e activar as ETAR's;	X	
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática			X
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade	Implementar o PES – O Programa de Emergência Social – nas áreas da habitação; carência alimentar, cuidados de saúde e apoio à educação das crianças e jovens; Elaborar o Plano Municipal de Protecção Civil, paralelamente ao plano de prevenção à prática de crimes contra o ambiente e terceiros;	X	
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Criar o Cheque-Idoso, de modo a prestar apoios diversos aos munícipes mais carenciados; Modernizar a Feira Tradicional, a Feirinha Gastronómica de Vila Alva e criar Feirinhas Temáticas nas freguesias de Faro do Alentejo e Vila Ruiva;	X	
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres			X
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola			X
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a			X



uma alimentação saudável			
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres			X
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito			X
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planeamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes	Alargar e repavimentar a estrada municipal entre a Senhora da Represa e Vila Alva, Vila Ruiva e a Barragem de Albergaria dos Fusos e Vila Alva e a Barragem; Exigir do governo central a repavimentação dos troços entre Cuba e as sedes dos concelhos vizinhos;	X	
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis			X
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte			X
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos	Apoiar e realizar iniciativas que tenham como finalidade a conservação, restauro e valorização do Património Edificado; Promover a recuperação de casas não habitadas e/ou degradadas no centro da vila ou das outras Freguesias, dando incentivos às pessoas para que voltem a viver na zona mais antiga;	X	
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física	Requalificar urbanisticamente o Jardim Público, a Praça e todo o espaço envolvente do Campo de Futebol em Faro do Alentejo; Melhorar a arborização progressiva nas ruas e praças do concelho de Cuba e criar mais espaços verdes;	X	
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros			X
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas			X
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos	Reivindicar mais e melhores meios para as forças de segurança; Criar o Gabinete Municipal de Protecção Civil; Apoiar os Bombeiros Voluntários de Cuba na aquisição de	X	



	equipamentos de protecção individual e viaturas; Colocar vedações e/ou gradeamentos em todos os locais do domínio público que, de algum modo, não ofereçam condições de segurança;		
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social			X
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos			X
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior			X
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade	Desenvolver o Programa de Animação “Cuba é Vida”, em parceria com as Juntas de Freguesia, dos espaços considerados de interesse cultural e de lazer, de forma a aproximar as populações e a criar pólos de atracção turística;	X	



Anexo 37



CÓDIGO		28	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância			X
1.2. Apoios e serviços para a juventude	Promover a criação de um Programa de Ocupação de Jovens com carácter interdisciplinar, envolvendo os agentes locais, tendo em vista a formação profissional, integração no mercado de trabalho e promoção da participação cívica;	X	
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade			X
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade			X
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente			X
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes			X
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população			X
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade			X
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde			X
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde			X
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;			X
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação			X



integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁶⁶			
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares			X
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis			X
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio	Consolidar o Programa FERREIRA SOLIDÁRIA, incrementando as suas medidas (Loja Social, Serviço de Apoio ao Idoso, Gabinete de Inserção Profissional, Contrato Local de Desenvolvimento Social, etc) como forma de prestar apoio a quem mais necessita;	X	
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego	Promover a criação de um Programa de Ocupação de Jovens com carácter interdisciplinar, envolvendo os agentes locais, tendo em vista a formação profissional, integração no mercado de trabalho e promoção da participação cívica; Continuar a apostar no Desenvolvimento Económico do Concelho, com a captação de investimento privado e no Fomento do Empreendedorismo com instalação de novas empresas criadoras de Emprego; Desenvolver, em articulação com várias entidades públicas e privadas, o Programa de Estágios 'Ferreira Empreende', como forma de possibilitar aos jovens qualificados integração profissional e/ou criação do próprio negócio;	X	
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)	Continuar o Programa de Recuperação de Edifícios e Espaços Escolares, possibilitando melhores condições a alunos e docentes;	X	
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável	Promover a Criação de Hortas Sociais possibilitando um incremento na qualidade de vida dos seus utilizadores e como instrumento sociocultural fundamental para a dinamização do espírito comunitário;	X	
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros			X
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar			X
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos	Melhoria do Abastecimento e da Qualidade de Água para Consumo Público e Tratamento de Águas Residuais;	X	
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática	Assegurar uma maior eficiência energética dos espaços e iluminação públicos;	X	
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade			X

⁶⁶ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Promover a Criação de Hortas Sociais possibilitando um incremento na qualidade de vida dos seus utilizadores e como instrumento sociocultural fundamental para a dinamização do espírito comunitário; Continuar a apostar no Desenvolvimento Económico do Concelho, com a captação de investimento privado e no Fomento do Empreendedorismo com instalação de novas empresas criadoras de Emprego;	X	
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres			X
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola			X
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável			X
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres			X
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito			X
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planeamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes			X
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis	Requalificar a Zona Poente da Vila Ferreira do Alentejo, com a Construção de Ciclovia, e melhoria do espaço público, de forma a consolidar a estrutura urbana da Sede de Concelho;	X	
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte	Continuar a defender a Construção da Auto-Estrada do Baixo Alentejo (A26/IP8) e continuar a promover a dinamização do Aeroporto Internacional de Beja como pilares fundamentais de desenvolvimento da região;	X	



12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos	Aumentar o número de Habitações Melhoradas/Recuperadas, com vista a uma melhor qualidade de vida dos mais carenciados;	X	
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física			X
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros	Requalificar a Zona Poente da Vila Ferreira do Alentejo, com a Construção de Ciclovia, e melhoria do espaço público, de forma a consolidar a estrutura urbana da Sede de Concelho;	X	
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas			X
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos			X
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social	Promover a Criação de Hortas Sociais possibilitando um incremento na qualidade de vida dos seus utilizadores e como instrumento sociocultural fundamental para a dinamização do espírito comunitário;	X	
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos			X
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior			X
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade			X



Anexo 38



CÓDIGO		29	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância			X
1.2. Apoios e serviços para a juventude	Distribuição gratuita de manuais e material escolar apenas a quantos necessitem de tal apoio para a frequência a conclusão da escolaridade obrigatória; Atribuição de bolsas correspondentes ao valor das propinas a todos os estudantes carenciados que frequentem o ensino superior público (licenciatura + mestrado) com aproveitamento;	X	
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade			X
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade			X
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente			X
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes			X
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população			X
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade	Implementação de um plano complementar ao Plano Nacional de Vacinação, designadamente no que se refere à vacina contra a meningite; Comparticipação na aquisição de medicamentos para idosos carenciados através de regulamento específico a criar para o efeito;	X	
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde			X
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde			X



5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;	Criação de comissões municipais não remuneradas cuja função será de aconselhamento técnico dos diversos pelouros, chamando assim a comunidade à participação no processo de decisão política; Orçamento participativo – 5.000.000 euros;	X	
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁶⁷			X
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares			X
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis	Fixação da taxa do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis no valor mínimo;	X	
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio	Aproveitamento e recuperação de todos os edifícios públicos abandonados para instalação do movimento associativo;	X	
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego	Criação de um centro destinado à instalação de novas microempresas onde os que queiram desenvolver novas ideias e novos negócios encontrem espaço para o fazer a custo zero;	X	
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)	Requalificar a praia fluvial de Barcelinhos, equipando-a com sanitários/balneários e outros equipamentos de apoio, e recriando a ligação pedonal à Cidade através de um passadiço até à ecovia na zona do Pessegal, como em tempos existiu;	X	
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável			X
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros	Criação de carreiras de miniautocarros entre os futuros parques de estacionamento nas entradas da cidade e o Centro Histórico, com início no momento da abertura do parque de estacionamento da Avenida da Liberdade;	X	
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar			X
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos			X
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática			X
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade	Constituição de um fundo de socorro social de emergência com as verbas até agora consumidas com as remunerações do 5.º e 6.º vereador, dos administradores das empresas municipais, dos assessores, secretários e demais pessoal de	X	

⁶⁷ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



	nomeação política, bem como de contractos de avença e assessoria dispensáveis; Valorização permanente do Caminho de Santiago enquanto factor de atractividade turística e criação de riqueza para Barcelos;		
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Fomento à instalação de um pólo universitário no centro histórico;	X	
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres	Construção de um passeio fluvial entre a ponte ferroviária e o açude de Medros. Este passeio será complementado com uma ecovia que atravessará todo o concelho ao longo das margens do Cávado; Recuperação dos açudes existentes, criando assim condições para a prática de desportos náuticos;	X	
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola			X
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável			X
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres			X
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito			X
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planeamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes	Conclusão da variante rodoviária no nó de Santa Eugénia;	X	
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis	Promover o repovoamento do centro histórico, tornando-o atractivo à instalação de novos habitantes e de novas actividades económicas e sociais. Para isso o MIB propõe a isenção de IMI pelo prazo de dez anos para todos os edifícios localizados no perímetro do centro histórico que se encontrem ocupados e em boas condições de utilização, para além da isenção de todas as taxas	X	



	e impostos municipais às actividades económicas ou sociais que se instalem no centro histórico; Instalação de cafés/bares/restaurantes na Casa da Azenha junto à ponte medieval, na Casa do Rio e na plataforma da antiga piscina no Pessegal; Revitalização e animação da cidade centrada no eixo Jardim Velho, Avenida da Liberdade, Porta Nova, Jardim das Barrocas e Rio;		
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte			X
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos	Criação de brigadas técnicas que intervenham activamente na resolução de pequenos problemas domésticos em casa de todos quantos não possam suportar o custo de mercado dessas reparações;	X	
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física			X
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros	Construção de um passeio fluvial entre a ponte ferroviária e o açude de Medros. Este passeio será complementado com uma ecovia que atravessará todo o concelho ao longo das margens do Cávado; Construção de uma ciclovia unindo as quatro freguesias que constituem a nova agregação de Barcelos (S. Martinho, S. Pedro, Vila Boa e Barcelos), incluindo Arcozelo;	X	
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas			X
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos	Construção da ligação entre a rotunda do Andorinhas e a Esparrinha, de forma a evitar a passagem de nível de Arcozelo;	X	
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social	Instalação de cafés/bares/restaurantes na Casa da Azenha junto à ponte medieval, na Casa do Rio e na plataforma da antiga piscina no Pessegal; Revitalização e animação da cidade centrada no eixo Jardim Velho, Avenida da Liberdade, Porta Nova, Jardim das Barrocas e Rio;	X	
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos			X
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior			X
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades	Promoção de um concurso de ideias sobre o	X	



culturais orientadas para o incentivo da criatividade	Parque da Cidade e o Campo da Feira, impondo como condição fundamental a não edificação; Promoção de dois concursos anuais, de âmbito nacional, consagrados a novos valores no campo das artes plásticas; Utilização do espaço público da cidade para a organização de eventos de musicais de qualidade nas áreas da clássica, jazz, bailado e dança, ou ópera, que contribuam para projectar a imagem de Barcelos enquanto terra de cultura;		
---	---	--	--



Anexo 39



CÓDIGO		30	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância	Subsidiar parte do montante da componente de apoio às famílias para o pré-escolar e 1º ciclo;	X	
1.2. Apoios e serviços para a juventude	Fomentar e apoiar actividades extracurriculares e projectos; Apoiar em termos sociais os alunos mais carenciados; Apoiar actividades para crianças e jovens durante as interrupções lectivas e férias de verão, em colaboração com as escolas, associações locais e associações de pais; Promover o acesso de todas as crianças que frequentam o 1º Ciclo do ensino básico à prática de actividades físicas regulares em regime de complemento extracurricular;	X	
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade			X
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade			X
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente	Disponibilizar um serviço “SOS Sénior”; Reforçar e alargar a Rede Social de apoio aos idosos, criando um Plano Gerontológico Municipal, bem como um guia de recursos para a idade maior; Ampliar as iniciativas e medidas que promovem o Envelhecimento Activo;	X	
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes			X
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população	Articular com as Instituições, no âmbito da Rede Social e do Fórum Concelhio, mantendo actualizado o diagnóstico social e as acções a realizar em parceria que sejam promotoras da inclusão social;	X	
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade			X
4.5. Medidas conducentes ao reforço da			X



capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde			
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde	Incentivar a educação para a cidadania e cultura, através da dinamização de projectos que envolvam a gestão democrática das instituições ou programas ajustados ao público que visem a formação de cidadãos e concidadãos motivados para a participação cívica, associativa e política e para a igualdade; Fomentar e apoiar actividades extracurriculares e projectos de forma a motivar os alunos para a Cidadania activa, participativa, solidária e práticas saudáveis;	X	
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;	Implementar um orçamento participativo;		X
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁶⁸			X
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares	Promover o acesso de todas as crianças que frequentam o 1º Ciclo do ensino básico à prática de actividades físicas regulares em regime de complemento extracurricular; Lançar uma rede de ciclovias integradas nos parques e eixos viários, aproveitando as condições naturais das zonas envolventes e a sua conexão à cidade;	X	
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis	Apoiar o Arrendamento para famílias jovens que tenham sido excluídas de programas nacionais existentes nesta área, como o Porta 65; Criar um Programa de Habitação Jovem no centro histórico, de custos controlados, até aos 35 anos;	X	
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio	Apoiar as Instituições e os projectos promotores da inclusão social das pessoas com deficiência; Aumentar recursos da Rede Social de forma a dar resposta ao alargamento de competências e de execução de políticas ajustadas aos novos problemas sociais; Apoiar actividades para crianças e jovens durante as interrupções lectivas e férias de verão, em colaboração com as escolas, associações locais e associações de pais; Criar projectos de voluntariado júnior, através do banco local de voluntariado; Criação de um Gabinete de Apoio ao Associativismo (PAAS), apoiando e disponibilizando um conjunto de serviços partilhados;	X	

⁶⁸ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego	Criar um Observatório e Bolsa de Oferta de Emprego; Dinamizar uma “Feira de Emprego” de forma a confrontar ideias e formatos das “start-up” e empresas nacionais, de forma a estabelecer conexões entre o mercado e novas ideias; Apoio efectivo a 1000 estágios profissionais em empresas; Criação de uma rede “de serviços low cost” ao nível de alojamentos, restauração, museus, espaços lúdicos e compras, integrando aqui e transformando o “Braga Card” num cartão de fidelização, aumentando exponencialmente o poder de atracção turística; Instituir um serviço integrado de visitas guiadas e roteiros, em conjunto com vários parceiros e associações; Criação de um fundo local de financiamento e investimento, conjuntamente com outras instituições de forma a fixar “start ups” ligadas à investigação, tecnologias, nanociência e nanotecnologia e atrair investimentos de média ou grande dimensão; Centralizar um serviço de “Via verde” virado para as empresas e criar instrumento designado por PIM - Projectos de Interesse Municipal, privilegiando a celeridade nas decisões e execução, no licenciamento, com taxas zero, a todos os investimentos que consigam gerar mais de 100 novos postos de trabalho;	X	
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)	Reabilitar, estimular e apoiar as bibliotecas escolares; Requalificar alguns espaços e instalações desportivas integrando-os numa nova dinâmica desportiva, associativa e comercial, nomeadamente o Parque de Exposições de Braga (PEB) e outros espaços; Remodelar o Mercado Municipal;	X	
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável	Implementar os projectos existentes de Hortas Urbanas Comunitárias;	X	
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros	Aumentar a frequência de passagem do operador urbano de transporte colectivo (TUB) entre os principais pontos geradores de fluxos da cidade, de modo a estimular a sua utilização, promovendo a utilização de tecnologias ambientalmente mais eficientes; Estudar a viabilidade económica de um transporte colectivo de grande capacidade, a circular em linha dedicada entre a Estação CF e a UM/Novo Hospital, atravessando a zona central da cidade. Devem ser equacionadas diversas alternativas (eléctricos rápidos - trams, metro de superfície, metro bus); Estudar a criação de uma verdadeira estação intermodal que consiga agregar os diversos modos que servem a cidade, como: o comboio, os autocarros expresso e interurbanos, os da TUB e outros;	X	



6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar			X
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos			X
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática	Estabelecer um compromisso de sustentabilidade e eficiência energética em todas as estruturas desportivas municipais; Adoptar um programa para a eficiência energética, intervindo no edificado do município e em outros edifícios de grande dimensão;	X	
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade	implementar um “Plano Local de Emergência Social”; Aumentar recursos da Rede Social de forma a dar resposta ao alargamento de competências e de execução de políticas ajustadas aos novos problemas sociais;	X	
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Apostar na qualificação, formação, sustentabilidade e fomento económico; constituir uma “Plataforma de Impulso Económico”; Criação de uma “Plataforma de Estímulo ao Turismo”; Apoiar ativamente o pólo de competitividade em Nanotecnologia da euroregião “Norte de Portugal e Galiza” (NanoValor) de forma a afirmar as potencialidades desta área e garantir o desenvolvimento de empresas com grande incorporação deste conhecimento; Constituir e recuperar os Parques Empresariais, de forma a dotá-los de infra-estruturas de comunicações modernas e de serviços partilhados, seguindo uma lógica de condomínio e partilha de custo;	X	
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres	Elaborar um “Plano Estratégico Desportivo Integrado” (PEDI); Elaborar um mapa de organização por modalidade com a integração Desporto Escolar / Desporto Federado; Estudar a construção/requalificação de um ou mais “PARQUES RADICAIS”, em estreita colaboração com os utilizadores directos;	X	
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola			X
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável			X
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos			X



hábitos alimentares saudáveis			
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres			X
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito			X
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planeamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes	Prolongamento do túnel da rotunda das piscinas, de modo a ligar a Rua D. Pedro V à Rua Nova de Santa Cruz. Esta ligação permitirá o acesso automóvel, ciclável e pedonal entre o centro da cidade e a Universidade do Minho;	X	
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis	Reforçar em parceria com os parceiros sociais a melhoria do Plano de Acessibilidades para todos no concelho; Criar um Programa de “Planeamento Urbano Saudável” (“PLUS”) de forma a estruturar uma cidade para uma vida saudável e sensibilizar a comunidade para a importância da prática actividade física e do desporto;	X	
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte	Estudar a criação de uma verdadeira estação intermodal que consiga agregar os diversos modos que servem a cidade, como: o comboio, os autocarros expresso e interurbanos, os da TUB e outros;	X	
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos			X
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física	Criar uma Rede Ecológica Municipal de Parques, ligada por corredores verdes, em cada ponto cardinal da cidade (Parque Norte, Sete Fontes, Parque da Ponte/Picoto, Parque na Zona Poente) que perfazem 123 hectares; Criar o Parque Eco - monumental das Sete Fontes; Continuar a execução do Parque do Picoto cuja primeira fase estará já concluída em 2013; Criar um corredor verde contínuo ao longo das margens do Rio Cávado, desde Pousada até Padim da Graça;	X	
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros	Lançar uma rede de ciclovias integradas nos parques e eixos viários, aproveitando as condições naturais das zonas envolventes e a sua conexão à cidade de Braga; Privilegiar a utilização dos modos suaves e dos transportes colectivos, como tem acontecido com o modo pedonal; Criar melhores condições de circulação do modo colectivo actualmente existente (BUS),	X	



	designadamente nos eixos mais sujeitos a congestionamento, de modo a que se torne cada vez mais uma alternativa viável ao automóvel privado;		
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas			X
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos	implementar um “Plano Local de Emergência Social”;	X	
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social	Gerar espaços de proximidade entre pessoas e actividades, evitando a continuação dos processos de expansão horizontal consumidores de espaço e geradores de crescentes necessidades de comutação; Promover uma regeneração urbana inclusiva, com uma perspectiva intergeracional, promovendo a convivência entre jovens e idosos, entre o novo e o antigo, entre a criatividade e a experiência, de forma a evitar fenómenos de exclusão e de modo a promover um ambiente socialmente justo, equilibrado e sustentável; Modernizar e requalificar o Mercado Municipal, transformando-o num grande incentivo à economia local e de ligação dos produtores locais aos consumidores;	X	
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos			X
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior			X
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade	O desenvolvimento de uma programação articulada, complementar e diversificada, que será coordenada pela fundação Bracara Augusta, englobando as instituições de referência na área cultural, nomeadamente, o Theatro Circo, o GNRation e o Parque de Exposições de Braga, tendo como objectivo o desenvolvimento de uma programação de qualidade, marcada pela abertura a todas as manifestações artísticas: do teatro à dança, do cinema à música, das artes plásticas à fotografia, passando pela arte digital, pelo design e pela arte urbana; criação de um festival de música clássica; Criar e apoiar o projecto “Escola Artística”, em parceria com a Universidade do Minho, Conservatório de Música Calouste Gulbenkian e Escola da Música, que vise trazer estudantes das artes à escola, promovendo	X	



	exposições, conferências e eventos artísticos, entre outros; Incrementar actividades como a música, desporto, experimentalismo e arte junto de associações e população jovem;		
--	---	--	--



Anexo 40



CÓDIGO		31	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância			X
1.2. Apoios e serviços para a juventude	Levantamento da população-alvo para a iniciativa de oferta de manuais escolares aos alunos do primeiro ciclo;	X	
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade			X
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade			X
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente			X
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes	Dinamização do gabinete de apoio ao cidadão migrante;	X	
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população			X
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade	Promoção de um programa de acesso à saúde oral para cidadãos adultos carenciados;	X	
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde			X
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde	Promoção de semanas da Saúde, com a realização de acções de sensibilização e rastreio e dos Domingos Saudáveis, visando a sensibilização da população para a prática da actividade física como factor determinante para a promoção da saúde e a qualidade de vida;	X	
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;	Lançamento de um procedimento de discussão pública em torno do PDM; reactivação dos conselhos consultivos municipais e criação de novas estruturas adequadas às estratégias a	X	



	configurar na valorização de uma política municipal mais participada e interligada; realização anual do orçamento participativo; lançamento de um projecto global de participação cidadã;		
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁶⁹			X
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares	Criação de ciclovias, ecopistas e circuitos de manutenção;	X	
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis	Redução da carga fiscal municipal (IMI); promoção de um plano de incentivo ao arrendamento jovem no centro histórico através da BragaHabit;	X	
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio	Criação do conselho económico e social, do conselho cultural e revitalização da rede social; celebração de contratos-programa com todas as colectividades ainda não abrangidas, incluindo as relativas ao desporto adaptado; estímulo à criação de associações de moradores das zonas mais densamente urbanizadas e apoio às já existentes nos bairros sociais;	X	
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego	Desenvolvimento de um plano de estímulo ao reaproveitamento dos centros comerciais de primeira geração enquanto espaços de acolhimento para os projectos de empreendedorismo jovem e de desempregados de longa duração;	X	
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)	Elaboração dos projectos e preparação para o lançamento dos concursos públicos para a recuperação, climatização e insonorização do Parque de Exposições de Braga e para intervenção no Mercado Municipal;	X	
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável	Apoio à criação de novas hortas urbanas e desenvolvimento de programas de apoio à agricultura biológica;	X	
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros	Criação de ciclovias, ecopistas e circuitos de manutenção; Desenvolvimento de projecto para interface de transportes na envolvente da estação de caminho de ferro; prossecução dos trabalhos tendentes à conclusão da variante do Cávado e à criação da circular externa de Braga;	X	
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar			X
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e			X

⁶⁹ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



eliminação de resíduos			
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática	Preparação de um plano para a sustentabilidade energética da autarquia e para a utilização racional da energia nos espaços e equipamentos públicos;	X	
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade			X
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Elaboração do dossier de investimento em Braga e planificação de acções de cooperação com AICEP, associações empresariais e parceiros internacionais; ordenamento e valorização dos espaços de acolhimento empresariais; investimento no Laboratório ibérico internacional de nanotecnologia (INL);	X	
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres	Desenvolvimento de um abrangente plano de acessibilidades pedonal em toda a malha urbana do concelho; criação de uma rede de praias fluviais do Cávado; Criação de ciclovias, ecopistas e circuitos de manutenção;	X	
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola			X
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável	Apoio à criação de novas hortas urbanas e desenvolvimento de programas de apoio à agricultura biológica;	X	
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres			X
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito			X
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planeamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes	Desenvolvimento de projecto para interface de transportes na envolvente da estação de caminho de ferro; prossecução dos trabalhos tendentes à conclusão da variante do Cávado e à criação da	X	



	circular externa de Braga;		
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis	Início do diagnóstico com vista ao Programa de Valorização Ambiental das freguesias do Concelho; Desenvolvimento de um abrangente plano de acessibilidades pedonal em toda a malha urbana do concelho; criação de uma rede de praias fluviais do Cávado; Criação de ciclovias, ecopistas e circuitos de manutenção;	X	
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte	Desenvolvimento de projecto para interface de transportes na envolvente da estação de caminho de ferro;	X	
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos	Criação de um serviço de apoio domiciliário com vista à realização de pequenas reparações nos domicílios de cidadãos idosos e com limitações de mobilidade;	X	
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física	Discussão pública do projecto para a criação do Parque Eco-Monumental do Cávado; criação de uma rede de praias fluviais do Cávado;	X	
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros	Desenvolvimento de um abrangente plano de acessibilidades pedonal em toda a malha urbana do concelho; Criação de ciclovias, ecopistas e circuitos de manutenção;	X	
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas			X
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos			X
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social	Desenvolvimento de um plano de estímulo ao reaproveitamento dos centros comerciais de primeira geração enquanto espaços de acolhimento para os projectos de empreendedorismo jovem e de desempregados de longa duração; criação de uma rede de praias fluviais do Cávado; desenvolvimento de um programa para a recuperação do património edificado para a instalação de valências culturais e sociais de usufruto público;	X	
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos			X
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior			X
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da	Definição de um plano estratégico para o “GNRation” que o transforme numa ferramenta	X	



criatividade	de apoio à criatividade, empreendedorismo e espírito de iniciativa dos jovens; criação do centro de dinamização das artes tradicionais e do folclore; lançamento da iniciativa Braga – cidade criativa;		
--------------	---	--	--



Anexo 41



CÓDIGO		32	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância	Assegurar nos infantários e no pré-escolar a implementação de actividades desportivas adequadas ao desenvolvimento biológico e psicológico das crianças devidamente orientadas por técnicos com formação específica;	X	
1.2. Apoios e serviços para a juventude	Distribuir gratuitamente manuais escolares e estabelecer um programa para a sua reutilização; promover actividades nos museus e outros espaços culturais durante as pausas escolares; implementar uma política de descontos para jovens, coerente e alargada, a museus, outros equipamentos e eventos culturais da cidade; incentivar o licenciamento gratuito para jovens e associações juvenis que promovam eventos culturais na cidade; requalificar o parque radical da cidade e criar outras infra-estruturas que incentivem a prática desportiva e actividades de lazer, com iniciativas municipais alargadas a várias áreas de expressão criativa e pedagógica para os jovens e crianças, espalhadas pela cidade e pelas freguesias do município; criar redes de comunicação entre todas as associações juvenis e estudantis e apoiá-las, sempre que possível, através da cedência gratuita de espaços e equipamentos municipais; criar escolas municipais de desporto que darão às crianças a oportunidade de praticarem actividades desportivas adequadas, alicerçadas em processos técnico-pedagógicos correctos; garantir o transporte para a participação nas actividades do Desporto Escolar, apetrechar as escolas com material adequado e permitir que crianças e jovens utilizem gratuitamente os seus equipamentos desportivos,	X	
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade			X
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade			X
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente			X
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes	Utilizar o espaço da Fábrica Confiança para apoio ao multiculturalismo e às comunidades imigrantes, com espaço próprio para associações juvenis e estudantis de apoio e integração destas comunidades na vida da cidade;	X	
3.2. Medidas promotoras da compreensão			X



intercultural			
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população	Revitalizar a rede social do município e dinamizar as comissões sociais de freguesia e fortalecer o seu papel de diagnóstico e encaminhamento de soluções; actualizar de modo permanente o mapa de levantamento das pessoas em risco de pobreza na cidade, em cooperação com as juntas de freguesia, organizações locais e demais instituições sociais;	X	
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade	Estabelecimento de protocolos entre os centros de saúde e as escolas, clubes e associações de modo a garantir que todos os praticantes de desporto usufruem de acompanhamento médico;	X	
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde			X
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde			X
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;	Promover, de forma participada, a realização de um plano estratégico de desenvolvimento do município que siga os princípios de uma agenda 21 local; realizar uma revisão, verdadeiramente participada, do PDM; disponibilização de informação cartográfica e estatística em formatos manipuláveis, de forma gratuita e com vista à promoção da vigilância e proposta por parte das populações; criação do conselho municipal do ambiente; fazer um levantamento junto dos munícipes para compreender quais as actividades e espaços de preferência para a prática do Desporto, de forma a poder definir quais as intervenções prioritárias e assim criar condições para que a maioria dos cidadãos pratiquem actividade física regular; fomentar a criação de organizações, como as comissões de moradores, que funcionem como parceiros para o diálogo e envolvimento das populações, assim como apoiem a operacionalização de consultas públicas e processos de planeamento participativo; criar a figura do Provedor do Município a eleger por 2/3 dos membros da AM; instituir o direito de	X	



	petição municipal;		
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁷⁰		X	
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares	Implementação de sistema de bicicletas partilhadas que implique uma rede de pontos de recolha numerosa, alargada e dispersa na cidade, a par da criação de parques de estacionamento para velocípedes junto de paragens de transporte público; requalificar o parque radical da cidade e criar outras infra-estruturas que incentivem a prática desportiva e actividades de lazer, com iniciativas municipais alargadas a várias áreas de expressão criativa e pedagógica para os jovens e crianças, espalhadas pela cidade e pelas freguesias do município; colaborar activamente na vida das associações e grupos desportivos; garantir o acesso à prática desportiva da população, intervindo nos espaços de prática desportiva actualmente disponíveis e criando novas infra-estruturas, para que estas respondam às necessidades da população e tenham a máxima rentabilização; promover a prática desportiva no Rio Cávado, na promoção da oferta de desportos náuticos pelos SASUM e na construção de uma ciclovia na margem do rio ao longo de todo o concelho; promover a realização com regularidade de campeonatos, torneios e outras iniciativas; promover pistas de BTT e downhill já existentes no concelho; garantir o transporte para a participação nas actividades do Desporto Escolar, apetrechar as escolas com material adequado e permitir que crianças e jovens utilizem gratuitamente os seus equipamentos desportivos,	X	
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis	Requalificar o parque habitacional e os espaços exteriores em articulação com as comunidades locais, dotando-os de equipamentos necessários à promoção de estilos de vida saudáveis; reduzir o valor das rendas sociais; criar um fundo municipal que em parceria com os proprietários ou por imposição administrativa, promova a reabilitação do edificado e a sua disponibilização em mercado de arrendamento, quer residencial, quer comercial, a preços controlados; criar um	X	

⁷⁰ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



	mercado de arrendamento a custos controlados, adequado à capacidade financeira real das famílias, apelativo para o jovens que queiram fixar-se na cidade e enquanto alternativa para o arrendamento temporário por parte dos estudantes;		
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio	Promover a integração e reinserção social; reforçar o apoio e incentivos à criação de associações de moradores; inserir famílias com necessidades de habitação noutras comunidades (harmonização do tecido social); revitalizar a rede social do município e dinamizar as comissões sociais de freguesia e fortalecer o seu papel de diagnóstico e encaminhamento de soluções; fomentar o papel formativo do movimento associativo, chamando-os à cooperação com os demais agentes em cada comunidade e à participação na vida quotidiana; incentivar a criação de associações de pais e associações de estudantes; efectivar o conselho municipal da juventude; valorizar a acção das associações culturais, recreativas e desportivas com menor visibilidade mas que desempenham um papel importante e insubstituível na formação e desenvolvimento de crianças e jovens;	X	
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego	Dar efectivo cumprimento à lei das quotas de emprego para pessoas com deficiência; impulsionar a criação de um parque tecnológico; criar um fundo de apoio a novos negócios e da promoção de Braga como meio de excelência no sector das novas tecnologias;	X	
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)	Promover o aumento da oferta de equipamentos da rede pública de apoio às famílias; instalar galerias e espaços de divulgação no centro da cidade, em edifícios desocupados e com rendas controladas; criar estúdios e ateliers, ocupando, por exemplo, áreas de centros comerciais de 1ª geração desocupadas; elaborar um plano de investimento para a requalificação e conservação dos estabelecimentos escolares; valorizar o estádio 1º de Maio; instalar equipamento de fácil implementação, tais como tabelas de basquetebol e mesas de ping-pong;	X	
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável	Criar condições para que as explorações agrícolas vendam directamente a consumidores; promover um novo emparcelamento agrícola;	X	
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros	Implementação de sistema de bicicletas partilhadas que implique uma rede de pontos de recolha numerosa, alargada e dispersa na cidade, a par da criação de parques de estacionamento para velocípedes junto de paragens de transporte público; Criação de rede de parques de estacionamento de elevada capacidade e com condições de segurança, na periferia da cidade e	X	



	interligados com a rede de transportes públicos; desenvolver estudos com vista à criação de uma rede de metro/pré-metro;		
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar	Promover a avaliação ambiental estratégica de todos os planos, mesmo que a legislação não o imponha; repensar a recolha de lixo dos ecopontos, procurando soluções mais eficientes, expeditas e silenciosas; reforçar a rede de transporte escolar; Incrementar uma rede de parques urbanos de dimensão significativa e distribuídos por forma a otimizar a sua localização relativa às populações do concelho, compatibilizando na sua concepção o uso e a fruição, a regulação climática, a protecção civil (através da criação de espelhos de água que funcionem como bacias de retenção), a salvaguarda do património, a prática desportiva, a criação de hortas urbanas, entre outros; condicionar a disposição de novos arruamentos às condições climáticas específicas de cada local, por forma a promover o arejamento e dispersão de poluentes, sem comprometer o conforto; instalar rede permanente de monitorização da qualidade do ar; elaborar um programa e plano de acção com vista à recuperação de pedreiras, saibreiras e escomboreiras, valorizando a reposição do coberto vegetal com recurso a espécies autóctones;	X	
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos	Elaboração de um plano de acção para a despoluição dos cursos de água do município; criar e manter um cadastro geométrico das redes de saneamento e águas pluviais; ampliação da rede de ecopontos e criação de ecocentros; introdução da recolha de resíduos orgânicos e de óleos alimentares usados nos ecopontos;	X	
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática	Criação de soluções para o último quilómetro, em parceria com os operadores, como centros de consolidação urbana e sistema de entregas e recolhas em veículos eléctricos ou de baixas emissões; implementação de sistema de bicicletas partilhadas que implique uma rede de pontos de recolha numerosa, alargada e dispersa na cidade, a par da criação de parques de estacionamento para velocípedes junto de paragens de transporte público; promover a renovação sistemática planeada da frota dos TUB-EM, com vista ao aumento da eficiência energética e da diminuição de emissões; introdução em instrumentos de natureza regulamentar de medidas de promoção de coberturas e fachadas verdes, de aproveitamento energético, a par das exigências de dotações de estacionamento para velocípedes; reformulação da iluminação pública procurando o aumento da sua eficiência e diminuição do seu	X	



	consumo;		
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade	Iniciar, em parceria com os proprietários e condomínios, um programa de remoção das coberturas em amianto, a par da sua conversão em coberturas verdes e fomento de aproveitamento energético das mesmas; implementar medidas de mitigação de riscos, como a construção de bacias de retenção e a valorização de resíduos florestais; reforçar os meios humanos e logísticos da companhia de bombeiros sapadores de Braga e da Polícia Municipal; divulgar de forma sistemática os riscos a que as populações estão sujeitas no decurso da fruição quotidiana do território;	X	
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Reduzir as tarifas dos transportes públicos, dos serviços de abastecimento de água, saneamento e recolha de lixo, aos agregados sinalizados como situações de risco; definir uma estratégia para o sector do turismo, de sua promoção e dinamização;	X	
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas	Criar campanhas de esclarecimento e prevenção para a população em geral acerca da toxicodependência;	X	
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres	Implementação de sistema de bicicletas partilhadas que implique uma rede de pontos de recolha numerosa, alargada e dispersa na cidade, a par da criação de parques de estacionamento para velocípedes junto de paragens de transporte público; implementar um plano de remoção de barreiras arquitectónicas, que garanta uma distância mínima disponível nos passeios, o embutimento de armários e quadros técnicos nos pavimentos, muros e paredes adjacentes; alteração nos pavimentos e rebaixamento dos passeios junto a passadeiras, com alteração cromática e antiderrapante, assim como a instalação de piso podotáctil nos passeios; Incrementar uma rede de parques urbanos de dimensão significativa e distribuídos por forma a otimizar a sua localização relativa às populações do concelho, compatibilizando na sua concepção o uso e a fruição, a regulação climática, a protecção civil (através da criação de espelhos de água que funcionem como bacias de retenção), a salvaguarda do património, a prática desportiva, a criação de hortas urbanas, entre outros; garantir o acesso à prática desportiva da população, intervindo nos espaços de prática desportiva	X	



	actualmente disponíveis e criando novas infra-estruturas, para que estas respondam às necessidades da população e tenham a máxima rentabilização; promover a prática desportiva no Rio Cávado, na promoção da oferta de desportos náuticos pelos SASUM e na construção de uma ciclovia na margem do rio ao longo de todo o concelho; definir estratégia para a recuperação de caminhos rurais;		
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola	Regulamentar e normalizar entre todas as escolas o serviço de refeições, incluindo padrões de qualidade e quantidade e definição de ementas por nutricionistas;	X	
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho	Melhorar as condições de higiene e segurança nos estaleiros, oficinas e outros locais de trabalho;	X	
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável	Regulamentar e normalizar entre todas as escolas o serviço de refeições, incluindo padrões de qualidade e quantidade e definição de ementas por nutricionistas;	X	
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres			X
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito			X
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planeamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes	Criar uma nova via de perfil urbano que faça a ligação entre Ferreiros e Nogueira; promover a realização de forma participada de um plano de mobilidade que contemple a reestruturação da rede, a estrutura de tarifário e procure dar resposta às necessidades de reforço de serviço, de aumento de frequências e de velocidades comerciais, facilitação de transbordos, com vista ao aumento da procura, no espaço urbano e que, simultaneamente, garanta a universalidade do acesso em todas as freguesias periféricas; desenvolver estudos com vista à criação de uma rede de metro/pré-metro;	X	
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis	Requalificar o parque habitacional e os espaços exteriores em articulação com as comunidades locais, dotando-os de equipamentos necessários à promoção de estilos de vida saudáveis; Promover o aumento da oferta de equipamentos da rede	X	



	pública de apoio às famílias; promover, de forma participada, a realização de um plano estratégico de desenvolvimento do município que siga os princípios de uma agenda 21 local; criação da figura de estudo de impacto de vizinhança a impor a par da consulta pública a operações urbanísticas com uma área bruta de construção superior a 5000 m2 realizadas em território para os quais não haja PP ou PU em vigor; implementação de sistema de bicicletas partilhadas que implique uma rede de pontos de recolha numerosa, alargada e dispersa na cidade, a par da criação de parques de estacionamento para velocípedes junto de paragens de transporte público; Incrementar uma rede de parques urbanos de dimensão significativa e distribuídos por forma a otimizar a sua localização relativa às populações do concelho, compatibilizando na sua concepção o uso e a fruição, a regulação climática, a protecção civil (através da criação de espelhos de água que funcionem como bacias de retenção), a salvaguarda do património, a prática desportiva, a criação de hortas urbanas, entre outros; criar um regulamento municipal de revestimento florestas, disciplinando operações significativas;		
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte	Criação de rede de parques de estacionamento de elevada capacidade e com condições de segurança, na periferia da cidade e interligados com a rede de transportes públicos; implementação de sistema de bicicletas partilhadas que implique uma rede de pontos de recolha numerosa, alargada e dispersa na cidade, a par da criação de parques de estacionamento para velocípedes junto de paragens de transporte público; desenvolver estudos com vista à criação de uma rede de metro/pré-metro; garantir maior acesso entre a periferia e o centro da cidade, nomeadamente as ligações entre as freguesias e as escolas da cidade, com horários regulares e adequados aos escolares;	X	
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos	Requalificar o parque habitacional e os espaços exteriores em articulação com as comunidades locais, dotando-os de equipamentos necessários à promoção de estilos de vida saudáveis; criar albergue (alojamento temporário) para os sem-abrigo; criar um fundo municipal que bonifique juros a proprietários, em situação de insuficiência económica, que efectuem obras de reabilitação e manutenção de casa própria; Iniciar, em parceria com os proprietários e condomínios, um programa de remoção das coberturas em amianto, a par da sua conversão em coberturas verdes e	X	



	fomento de aproveitamento energético das mesmas;		
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física	Incrementar uma rede de parques urbanos de dimensão significativa e distribuídos por forma a otimizar a sua localização relativa às populações do concelho, compatibilizando na sua concepção o uso e a fruição, a regulação climática, a protecção civil (através da criação de espelhos de água que funcionem como bacias de retenção), a salvaguarda do património, a prática desportiva, a criação de hortas urbanas, entre outros; criação de um plano de arborização da cidade; elaborar a carta dos espaços naturais para práticas de actividades físicas;	X	
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros	Valorização das vias de hierarquia superior, conduzindo ao seu reperfilamento para um carácter mais urbano, promovendo a redução da largura das vias, a eliminação de separadores centrais, a sua adequação ao limite de 50 km/h, a instalação de vias cicláveis com separação física, a criação de canais dedicados ao transporte público, o alargamento de passeios e a instalação de passadeiras, a arborização sistemática, entre outros; conversão das vias de hierarquia inferior em zonas de 30 km/h com vista ao incremento da segurança e convivência salutar entre modos de transporte, sinalizando ostensivamente recorrendo se necessário à colocação de pavimento, proibindo o tráfego de pesados, estrangulando as entradas e criando chicanes, reduzindo o espaço dedicado à circulação automóvel; ordenando o estacionamento, aumentando o espaço para peões e subordinando o mesmo aos seus percursos preferenciais; implementação de sistema de bicicletas partilhadas que implique uma rede de pontos de recolha numerosa, alargada e dispersa na cidade, a par da criação de parques de estacionamento para velocípedes junto de paragens de transporte público; desenvolver campanhas de sensibilização com vista ao incremento do uso de transportes públicos e modos suaves de mobilidade; desenvolver estudos com vista à criação de uma rede de metro/pré-metro;	X	
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas	introdução em instrumentos de natureza regulamentar de medidas de promoção de coberturas e fachadas verdes, de aproveitamento energético, a par de exigências de dotações de estacionamento para velocípedes;	X	



15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos	Actualizar de modo permanente o mapa de levantamento das pessoas em risco de pobreza na cidade, em cooperação com as juntas de freguesia, organizações locais e demais instituições sociais; Iniciar, em parceria com os proprietários e condomínios, um programa de remoção das coberturas em amianto, a par da sua conversão em coberturas verdes e fomento de aproveitamento energético das mesmas; alargar o horário de iluminação pública dos espaços desportivos de forma a possibilitar o uso nocturno, especialmente no Complexo Desportivo da Rodovia; implementar medidas de mitigação de riscos, como a construção de bacias de retenção e a valorização de resíduos florestais; reforçar os meios humanos e logísticos da companhia de bombeiros sapadores de Braga e da Polícia Municipal; divulgar de forma sistemática os riscos a que as populações estão sujeitas no decurso da fruição quotidiana do território;	X	
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social	Incrementar uma rede de parques urbanos de dimensão significativa e distribuídos por forma a otimizar a sua localização relativa às populações do concelho, compatibilizando na sua concepção o uso e a fruição, a regulação climática, a protecção civil (através da criação de espelhos de água que funcionem como bacias de retenção), a salvaguarda do património, a prática desportiva, a criação de hortas urbanas, entre outros; criar residências para estudantes no centro da cidade, utilizando infra-estruturas já existentes e enquadrando-as num programa de reabilitação urbana, de forma a aproximar os estudantes da Universidade do Minho do centro e de, ao mesmo tempo, solucionar o abandono de alguns edifícios da cidade; desenvolver um programa de intervenção no centro histórico da cidade que vise o seu repovoamento, a renovação do edificado e a facilitação da mobilidade;	X	
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos	Elaboração de um plano de acção para a despoluição dos cursos de água do município; Iniciar, em parceria com os proprietários e condomínios, um programa de remoção das coberturas em amianto, a par da sua conversão em coberturas verdes e fomento de aproveitamento energético das mesmas; ampliação da rede de ecopontos e criação de ecocentros; introdução da recolha de resíduos orgânicos e de óleos alimentares usados nos ecopontos;	X	
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da	Promover a retirada do centro da cidade do	X	



exposição à poluição do ar interior e exterior	tráfego de atravessamento, criando uma circular a norte e a nascente da cidade, encerrando a malha pesada destinada a maior tráfego e maior velocidade; condicionar a disposição de novos arruamentos às condições climáticas específicas de cada local, por forma a promover o arejamento e dispersão de poluentes, sem comprometer o conforto; instalar rede permanente de monitorização da qualidade do ar;		
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído	Promover a retirada do centro da cidade do tráfego de atravessamento, criando uma circular a norte e a nascente da cidade, encerrando a malha pesada destinada a maior tráfego e maior velocidade; adopção de medidas específicas de mitigação de ruído, nas situações em que os conflitos entre usos e funções assim o exijam; promover a instalação de isolamento acústico de edifícios com funções residenciais a suportar pelas actividades geradoras de ruído ambiente como contrapartida;	X	
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade	Integrar e relacionar entre si as actividades extracurriculares ligadas às artes, expressão plástica, expressão dramática, etc.; tendo para lá de objectivos pedagógicos próprios a ideia de formação de públicos e a dinamização de eventos trimestrais de divulgação do trabalho realizado; incentivar a instalação de uma escola de artes; utilizar as actividades de enriquecimento curricular para estimular a liberdade criativa dos alunos; converter centros comerciais de 1ª geração em centros de valorização das artes e ofícios tradicionais da região – como o artesanato, os bordados, a arte sacra, a talha dourada ou os violeiros – promovendo formação nestas áreas e o apoio à criação de micro empresas;	X	



Anexo 42



CÓDIGO		33	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância			
1.2. Apoios e serviços para a juventude	Organização, em estreita colaboração com as escolas e associações que trabalham na área da infância de um Fórum das Crianças, que sirva de embrião à Criação de um Conselho Municipal das Crianças; Organização de mais eventos/concertos para os mais jovens; Reabertura da Bracalândia e/ou de outros parques ambientais, desportivos e de diversões para crianças e jovens; Apoio à criação e requalificação de mais lares de acolhimento de crianças, com inclusão de psicólogos, mediadores socioculturais e outros técnicos de equipas multidisciplinares a tempo inteiro; Aplicação de tarifas para jovens, escalonados de acordo com os rendimentos das famílias, para acesso a serviços e espectáculos organizados pelo município; Promoção da representação dos jovens nas tomadas de decisão nas diferentes instâncias (Conselho Pedagógico, Conselho Geral, Conselho Municipal de Educação, Associações de Estudantes); Definição de uma estratégia para a inclusão de jovens em risco, articulando com o ensino profissional, a educação não-formal;	X	
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade			X
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade	Promoção do enquadramento da 3ª idade no desenvolvimento económico do concelho, com base nos seus saberes e experiência;	X	
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente	Articulação das Universidades Seniores com as políticas de apoio a reformados e idosos;	X	
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes	Criação de um Conselho Municipal dos Imigrantes; Criação de um Gabinete de Apoio à Integração de Imigrantes; Apoio ao contributo da educação e da escola para a inclusão, e para a multiculturalidade, bem como para a inclusão das comunidades imigrante e cigana;	X	
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural	Contratação para o gabinete de Acção Social de Mediadores Culturais, com vista a serem um interlocutor privilegiado no diálogo do município com a minoria cigana;	X	
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população			X
4.2. Medidas conducentes à promoção de			



comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade			X
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde			X
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde	Articulação das Universidades Seniores com as políticas de apoio a reformados e idosos;	X	
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem – estar;	Promoção de debates e sessões de discussão pública de planos urbanísticos ou de intervenções que alterem a configuração e os usos de uma qualquer zona do território; Criação da figura do Provedor do Município fazendo a escolha recair sobre uma personalidade de reconhecido mérito local, e atribuindo-lhe meios e recursos para o exercício das suas funções; Dinamização dos Conselhos Municipais (Juventude, Educação e Terceira Idade) de modo a torná-los em órgãos verdadeiramente consultivos e não apenas ratificativos das decisões do município; Utilização do mecanismo do referendo local, sempre que estejam em causa decisões que impliquem mudanças consideráveis para a vida colectiva; Implementação do modelo de Orçamento Participativo;	X	
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁷¹			X
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares	Reconstrução/renovação do parque radical;	X	
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis	Desenvolvimento do apoio social à habitação;	X	
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio	Dinamização do Banco do Tempo e do Banco Local de Voluntariado promovendo a formação	X	

⁷¹ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



	dos seus voluntários e uma maior articulação com as associações e colectividades do concelho; Promoção de mais espaços públicos de encontro e reunião (centros comunitários de crianças e jovens, okupas...); Apoio à criação de associações de jovens; Apoio ao desenvolvimento de relações intergeracionais através da criação de oficinas e ateliês e outros espaços de aprendizagem e convívio;		
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego	Dinamização da incubação de empresas e de autoemprego; Incentivo ao autoemprego, pela disponibilização municipal de recursos e espaços favoráveis à instalação de oficinas, ateliês e estabelecimentos de pequeno comércio, na base de um plano social de combate ao desemprego, nomeadamente juvenil e de longa duração; Diálogo com as escolas secundárias e com a ANQEP (Agência Nacional para a Qualificação) e o Instituto de Emprego e Formação Profissional, como entidades responsáveis pela Gestão da Formação Profissional, respectivamente, a nível nacional e local, no sentido de desenvolver ofertas profissionalizantes consentâneas com as potencialidades do meio, tais como, por exemplo, arqueologia, restauro e conservação, turismo, património, artesanato, marcenaria, hotelaria, turismo, animação sócio cultural, entre outras;	X	
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)	Adaptação dos parques infantis e ambientais para crianças com deficiência;	X	
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável	Criação de hortas sociais;	X	
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros	Efectiva política de apoio a transportes gratuitos dos alunos; Reinvenção de formas de circulação nas zonas pedonais, nomeadamente através de um transporte público não poluente, de acordo com as necessidades da vida que aí ocorre – habitação, comércio e serviços; Promoção de meios de distribuição porta-a-porta;	X	
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar			X
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos	Fomento da distribuição de ecopontos, realizando-a de forma criteriosa e adequada à sua circunstância urbana;	X	
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática			X
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade	Reformulação do serviço de protecção civil, com vista à sua qualificação e adequação, à melhoria das condições operacionais dos bombeiros municipais e à coordenação com as forças envolvidas, oriundas dos serviços públicos ou da sociedade civil; Sensibilização para a	X	



	sinistralidade, na saída das escolas; Identificação de situações de idosos sozinhos ou em situação de vulnerabilidade, garantindo a sua protecção, e a sua inclusão na vida colectiva; Identificação e intervenção, em ligação próxima com a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, junto de crianças em situação especial de pobreza, negligência ou abandono;		
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Promoção internacional das empresas do concelho; Isenção temporária do pagamento da água a cidadãos desempregados ou em situação de carência económica extrema; Acompanhamento e desenvolvimento de acções integradas visando a mudança das condições dos sem-abrigo; Promoção da cidade como produto integrado, a nível local, nacional e internacional;	X	
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres	Reconstrução/renovação do parque radical;	X	
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola			X
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável	Apoio à abertura das cantinas escolares nos períodos de férias e fins-de-semana de modo a garantir às crianças e jovens carenciados, pelo menos uma refeição quente diária; Monitorização do acesso a refeições a custo simbólico, em articulação com a Rede Social, de modo a garantir que quem mais precisa não seja privado de pelo menos uma refeição quente diária;	X	
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres			X
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito	Sensibilização para a sinistralidade, na saída das escolas;	X	
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos	Criação de um Gabinete Municipal de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica;	X	
11. Planeamento urbano saudável			



11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes	Elaboração de um Plano de Mobilidade e Transportes que, contribuindo para a estruturação territorial e urbana, tenha em especial atenção o melhoramento do sistema de transportes públicos; Criação de corredores para os diversos meios de transporte público, procurando cruzá-los em pontos intermodais. Serão meios complementares aos quais será associada a criação de uma tarifa plana (passe intermodal);	X	
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis	Valorização, em parceria com os municípios vizinhos, do rio Cávado como unificador de diversos espaços de lazer, ligando esse eixo à cidade através de corredores verdes que valorizem estruturas ambientais existentes; Defesa da articulação destes espaços através de ecovias que venham a ligar a foz à nascente, na Serra do Larouco, e ao Gerês; Consideração dos parques e dos espaços verdes da cidade como partes integrantes e complementares de um sistema que, aberto, se articula com o espaço edificado, aproximando sectores da cidade agora desconectados; Pedido de adesão da Cidade de Braga à Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis - associação de municípios que tem como missão apoiar a divulgação, implementação e desenvolvimento do projecto Cidades Saudáveis nos municípios que pretendam assumir a promoção da saúde como uma prioridade da agenda dos decisores políticos;	X	
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte	Elaboração de um Plano de Mobilidade e Transportes que, contribuindo para a estruturação territorial e urbana, tenha em especial atenção o melhoramento do sistema de transportes públicos; Criação de corredores para os diversos meios de transporte público, procurando cruzá-los em pontos intermodais. Serão meios complementares aos quais será associada a criação de uma tarifa plana (passe intermodal); Constituição de pequenos parques de estacionamento para veículos privados em locais estratégicos, associando-os ao sistema de transporte público;	X	
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos			X
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física	Reconstrução/renovação do parque radical; Criação do Parque das Sete Fontes, assumindo o seu específico valor patrimonial na construção da história da cidade;	X	
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros	Estabelecimento da ligação física e funcional entre a estrutura citadina e o campus universitário através da requalificação de um canal que, pensado sobretudo em termos pedonais e	X	



	cicláveis, deverá ser permeável e articulado com as principais estações de transportes colectivos; Reinvenção de formas de circulação nas zonas pedonais, nomeadamente através de um transporte público não poluente, de acordo com as necessidades da vida que aí ocorre – habitação, comércio e serviços. Promoção de meios de distribuição porta-a-porta;		
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas			X
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos	Reformulação do serviço de protecção civil, com vista à sua qualificação e adequação, à melhoria das condições operacionais dos bombeiros municipais e à coordenação com as forças envolvidas, oriundas dos serviços públicos ou da sociedade civil; Sensibilização para a sinistralidade, na saída das escolas; Identificação de situações de idosos sozinhos ou em situação de vulnerabilidade, garantindo a sua protecção, e a sua inclusão na vida colectiva; Identificação de situações de deficientes que vivem com familiares idosos, garantindo a ambos a protecção e condições básicas de apoio e de vida;	X	
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social	Incentivo à ocupação de edifícios devolutos, no centro histórico e nos bairros periféricos, promovendo a densificação de áreas urbanas rarefeitas; Incremento da constituição de uma rede de espaço público que integre as áreas consideradas periféricas e estabeleça articulações entre sectores estratégicos da cidade; Promoção da revivificação e da integração urbana dos bairros mais fragilizados do ponto de vista social, evitando a constituição de “guetos”; Reconversão de centros comerciais de 1ª geração, assumindo-os como espaços de divulgação e comercialização de produtos regionais, de promoção de emprego e de combate à desertificação do Centro Histórico; Apoio ao desenvolvimento de relações intergeracionais através da criação de oficinas e ateliês e outros espaços de aprendizagem e convívio;	X	
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos			X
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior			X
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			



17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade	Integração de Braga na rede europeia de parques arqueológicos (Parque Cultural Europeu); Criação de um espaço/oficina/loja que mostre a riqueza e a variedade do artesanato da região /regiões, que divulgue um saber fazer ancestral e que seja ao mesmo tempo um espaço de diálogo inter-geracional, permitindo uma reinvenção desse mesmo património desenvolvendo projectos em várias escalas: dar a conhecer a públicos diversos o saber fazer dos mestres, organizar de formações para perpetuar a arte tradicional, realizar residências artísticas entre mestres e jovens designers para a criação de novos produtos para uma recriação do património, produção editorial ligada aos municípios e associações;	X	
--	--	---	--



Anexo 43



CÓDIGO		34	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância			X
1.2. Apoios e serviços para a juventude	Criar uma bolsa de manuais escolares, gerida pelas escolas, que permita a sua distribuição gratuita no ensino obrigatório; Apoiar as associações de pais no recrutamento de professores sem colocação para a desenvolver programas de estudo acompanhado; Instalar no concelho um Centro de Apoio Extra-Escolar para Crianças e Jovens com necessidades educativas especiais;	X	
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade	Atribuir um desconto de 50% na factura da água, saneamento e lixo, a futuros pais, a partir do quarto mês de gravidez e durante um período de três anos e o mesmo desconto a famílias com três ou mais filhos menores;	X	
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade			X
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente			X
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes			X
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população			X
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade			X
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde			X
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde			X



5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;	Adoptar o Orçamento Participativo;	X	
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁷²			X
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares			X
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis	Baixar 10 % o preço da água, saneamento e lixo; Baixar 14 % o Imposto Municipal sobre Imóveis;	X	
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio			X
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego	Iniciar a construção do Parque Industrial Forjães-Vila Chã; Lutar por uma solução de navegabilidade da Foz do Rio Cávado que permita desenvolver a actividade piscatória e a náutica de lazer e turismo; Apoiar a instalação de unidades de aquacultura no concelho;	X	
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)	Concluir a rede escolar, construindo os Centros Escolares de Apúlia e Marinhas e terminando o Centro Escolar de Forjães;	X	
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável	Desenvolver, em parceria com as associações sectoriais e os agricultores, os pontos de venda e de distribuição de produtos agro-pecuários de origem concelhia;	X	
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros			X
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar			X
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos			X
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática			X
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade			X
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Isentar de taxas municipais os empresários e empresas, instalados no concelho, que criem mais de dez postos de trabalho líquidos, durante um período de cinco anos, aplicando uma redução de 50% para os agentes económicos que criem de cinco a nove postos de trabalho e uma redução de 25% para aqueles que criem entre dois e quatro postos de trabalho; Lançar a marca “Esposende” junto dos operadores turísticos e companhias de aviação “low-cost”; Promover junto de	X	

⁷² Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



	investidores privados a instalação de unidades termais, residenciais e hoteleiras, que disponibilizem tratamentos fisioterapêuticos pela água do Mar (talassoterapia), tirando partido das condições excepcionais que são proporcionadas pela frente marítima do concelho;		
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres			X
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola			X
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável			X
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres			X
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito			X
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planeamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes			X
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis	Requalificar as margens do Rio Cávado e do Rio Neiva em toda a sua extensão, dotando as suas praias fluviais de infra-estruturas que as transformem em pólos de atracção turística;	X	
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte			X
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos			X
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física	Iniciar a construção do Parque da Cidade na margem direita do Rio Cávado;	X	
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade			X



através de outros meios que não os carros			
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas			X
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos			X
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social			X
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos			X
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior			X
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade			X



Anexo 44



CÓDIGO		35	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância			X
1.2. Apoios e serviços para a juventude	alargaremos a distribuição de livros e material escolar;	X	
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade			X
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade	Ampliaremos o uso do passe para idosos, sem limite de dias e sem condicionamento de horários ou carreiras;	X	
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente			X
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes			X
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população			X
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade	Com os centros de saúde e as unidades de saúde desenvolveremos campanhas de vacinação e prevenção da doença; Estabeleceremos parcerias com as farmácias para disponibilizarem remédios e com clínicas, centros de saúde e unidades de saúde familiar para que nenhum doente economicamente fragilizado fique sem tratamento;	X	
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde			X
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde			X
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;	em relação ao orçamento e ao plano plurianual de investimentos, instrumentos de gestão sobre os quais deve haver a participação da população. Com a CDU os Vimaraneses serão chamados a	X	



	emitir opinião sobre os principais assuntos da vida do Município;		
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁷³			X
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares			X
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis	As rendas sociais das casas da Câmara serão revistas em baixa ou congeladas durante os próximos 4 anos;	X	
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio			X
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego			X
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)			X
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável			X
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros			X
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar			X
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos	Despoluir do rio Ave e seus afluentes; Criar de um Centro de Reciclagem de Resíduos não perigosos;	X	
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática			X
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade			X
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Promoveremos campanhas regulares e sistemáticas de promoção turística nos locais de chegada ao país, fronteira terrestre, aeroportos, estações de comboio, cais de desembarque; Revisão em baixa de todos os impostos e taxas municipais, assumindo clara e objectivamente a inclinação por taxas fixadas com critério político que estimule as actividades produtivas, amigas do Ambiente, criadoras de emprego e onere as actividades especulativas, as poluidoras e/ou destruidoras de emprego;	X	
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X

⁷³ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres	Concretizar a implementação de uma rede de “corredores verdes”;	X	
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola			X
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável	Reforçaremos a alimentação nas escolas, jardins-de-infância e nas cantinas sociais;	X	
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres			X
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito			X
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planeamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes	procuraremos melhorar os horários e alargar a oferta, especialmente à noite e nos dias de eventos municipais e em articulação com estes; definir e aplicar um plano de acção para recuperar a rede viária do estado desastroso em que se encontra;	X	
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis	Elaborar as Cartas Concelhias de Praias Fluviais, de Parques de Lazer e Recreio e Ciclovias;	X	
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte			X
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos			X
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física	Reabilitar o Parque das Taipas e o Mercado Velho;	X	
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros	Instalar, nos contínuos verdes, percursos pedonais e vias cicláveis;	X	
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às			X



implicações das alterações climáticas			
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos			X
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social	Reabilitação e revitalização dos centros cívicos das freguesias, assegurando um perfil comercial diversificado;	X	
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos			X
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior			X
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade	Criar e instalar o Museu-Escola das Cutelarias, nas Taipas; Criar e instalar o Centro de Interpretação da Batalha de S. Mamede; Criar e instalar o Museu-Escola de Folclore e Etnografia, em São Torcato; Apoiar a criação e instalação de um Parque Arqueológico, abrangendo sítios castrejos relevantes, nomeadamente a Citânia de Briteiros e o Castro de Sabroso, e os sítios com arte rupestre existentes no concelho;	X	



Anexo 45



CÓDIGO		36	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância			X
1.2. Apoios e serviços para a juventude	Manter a oferta dos manuais escolares a todos os alunos do primeiro ciclo de ensino básico; Continuar a dinamizar o banco de livros escolares, estimulando a reutilização dos manuais nos níveis de ensino que não são da responsabilidade da Câmara Municipal (do 5º ao 12º anos); Diversificar as actividades desportivas, as iniciativas culturais, a educação para a saúde, os programas de empreendedorismo e a formação para a cidadania nas escolas do primeiro ciclo, para proporcionar uma aprendizagem abrangente e uma formação integral; Reforçaremos a rede de cantinas sociais;	X	
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade			X
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade	Vamos reforçar as actividades lúdicas, recreativas e sociais dos nossos seniores, onde com a colaboração de outras instituições, nomeadamente as instituições particulares de solidariedade social e em geral com todo o tecido associativo, vamos manter as actividades típicas como o dia dos avós, o desfile dos pais natal, o carnaval, o pic-nic, a tarde sénior no artesanato, as idas a praia e o passeio a Fátima e introduziremos outros momentos para reforço dos laços comunitários entre os nossos seniores, proporcionando-lhes momentos de convívio e bem-estar; Vamos permitir que os milhares de seniores do nosso concelho possam utilizar os serviços dos transportes urbanos de Famalicão, através do passe sénior feliz, em horários mais alargados e desde as 08.30 horas, ganhando assim condições de mobilidade para que possam fruir de todos os serviços que o Município lhes proporciona;	X	
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente	Manter todos os apoios concedidos à prática do desporto, com o projeto Mais e Melhores Anos, destinado a todos quantos tenham mais de 65 anos de idade ou, não tendo essa idade, sejam reformados ou pensionistas, fazendo da atividade física uma prática constante; Fomentaremos um estilo de vida ativo aos nossos seniores, vamos adotar políticas para realização dos seniores, pois alguns foram perdendo o circuito das suas amizades, as famílias desenraizaram-se e existe o sério risco de vazio na participação social. Devemos também aqui cultivar uma cidadania ativa;	X	



3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes			X
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população			X
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade	Criaremos a rede local de prestação de cuidados de saúde primários, envolvendo o município na definição de um modelo que permita o envolvimento de todos os prestadores de cuidados de saúde primários, para promover uma vida saudável, com especial cuidado no envelhecimento da população, e assegurar a existência de serviços de proximidade; Vamos protocolar com instituições de saúde locais a prestação de cuidados de saúde, posto que as consabidas dificuldades financeiras das instituições sociais e a precária situação económica de muitos dos nossos seniores dificultam o acesso, para garantia efetiva da prestação de serviços básicos de saúde, nas áreas da fisioterapia, nutrição/dietética, podologia, análises clínicas e medicina dentária, entre outras;	X	
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde	Criaremos a rede local de prestação de cuidados de saúde primários, envolvendo o município na definição de um modelo que permita o envolvimento de todos os prestadores de cuidados de saúde primários, para promover uma vida saudável, com especial cuidado no envelhecimento da população, e assegurar a existência de serviços de proximidade;	X	
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde	Vamos protocolar com as corporações de bombeiros, INEM e agentes do setor a realização de ações de formação sobre suporte básico de vida aos funcionários do município que estejam afetos ao atendimento ao público e responsáveis por espaços desportivos, educativos, culturais e	X	



	outros, assim como a todos os responsáveis de instituições sociais, instalando desfibriladores nos espaços públicos com maior índice de frequência pela população, criando a verdadeira cadeia de sobrevivência, que permita a posterior intervenção do suporte avançado de vida;		
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;			X
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁷⁴			X
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares	Vamos fazer do Parque da Devesa uma verdadeira incubadora desportiva, potenciando as suas características, para favorecer a iniciação desportiva em diversas modalidades;	X	
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis	apoio ao arrendamento das pessoas carenciadas;	X	
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio	Implementar o projeto educativo local, enquanto ferramenta ao serviço do projecto da criação de um verdadeiro Concelho Educador, fomentando a participação de todos os atores locais, através de parcerias, para que permanentemente se proceda ao reconhecimento do contexto local, identificando problemas e potencialidades; Criar o pelouro do voluntariado; Criar a rede local do voluntariado;	X	
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego	continuaremos a desenvolver o projeto finicia para ajudar os pequenos investidores a criar o seu negócio em Famalicão; Vamos dinamizar o CITEVE e o CENTI, como centros tecnológicos de excelência e vamos implementar o centro tecnológico do agro-alimentar, marcado na tradição agrícola do concelho e vocacionado para permitir o desenvolvimento de setores como a transformação de carnes verdes e os pré-cozinhados;	X	
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)	Concluir o processo em curso para integral requalificação do parque escolar, para que as salas de aula tenham o necessário conforto; construir um complexo desportivo na Quinta dos Queimados; Continuaremos com a política de melhoramento das infraestruturas desportivas existentes, com apoio à colocação de relvados e à melhoria de balneários, e da segurança nos	X	

⁷⁴ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



	complexos desportivos, com intervenções na vedação e nos pisos dos polidesportivos; com a intervenção nos pavilhões gimnodesportivos;		
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável	criando as figuras das hortas e dos jardins locais; Vamos dotar o território das condições necessárias ao desenvolvimento dos sectores tradicionais. O Concelho tem uma marca agrícola que não vamos descurar e queremos revitalizar essa marca, ajudando o setor cooperativo que está implantado a encontrar melhores respostas para estimular o regresso de muitos agricultores ao cultivo das terras famalicenses;	X	
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros	alargar o apoio no transporte público; Executando o projeto “Famalicão Ciclável”;	X	
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar	Implementar um plano de gestão florestal; Vamos reforçar a rede de lavadoras e varredoras, para que as mesmas sejam colocadas em diversas áreas do Concelho, permitindo que a sua ação se estenda a diferentes pontos do mesmo, com preferência para as vilas de Joane, Ribeirão e Riba de Ave, associando-lhes os territórios contíguos; Vamos adaptar os veículos do município ao uso de fontes de energia renovável;	X	
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos	Intervir nos nossos rios, do Ave ao Pelhe e ao Pele, até ao Guisande e ao Este; Concluir as redes de água e saneamento em todas as freguesias do Concelho até 2015; Alargar a rede de recolha de resíduos sólidos urbanos até atingir o sistema porta-aporta; Aumentar o número de ecopontos, para estimular a separação de resíduos;	X	
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática	implementar o “Pacto de Autarcas”, programa da iniciativa da Comissão Europeia, vocacionado para a redução de emissões de CO2 e para o combate às alterações climáticas, combatendo o aquecimento global; Vamos adaptar os veículos do município ao uso de fontes de energia renovável;	X	
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade	Criaremos a Comissão de Apoio e Proteção dos Seniores, velando pelo diagnóstico das suas carências, seu tratamento adequado, pelo encaminhamento e descoberta de soluções, com o apoio das instituições sociais concelhias e no contexto do Conselho Local; Vamos protocolar com as instituições sociais concelhias o serviço de apoio domiciliário universal, permitindo que todos os seniores que, por força da inexistência de retaguarda familiar, precisem de ajuda de terceiros, em áreas que vão desde o fornecimento de alimentação, ao asseio da casa, à execução de pequenas reparações e à ajuda na resolução de problemas de ordem burocrática. de Ação Social;	X	
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	criar novas lojas sociais; Criaremos tarifas de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos urbanos especificamente pensadas para famílias	X	



	carenciadas, com redução ou isenção de ligação e de tarifas; Apoiaremos as famílias carenciadas na compra de medicamentos; Vamos promover a diplomacia económica, aproveitando as boas relações com o exterior e a nossa vocação exportadora, para que cada vez mais empresas tenham acesso ao mercado global, o único que traz solidez às perspetivas económicas;		
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres	Executando o projeto “Famalicão Ciclável”; Vamos reforçar a aposta no apoio à formação e à prática desportiva; Vamos fazer do Parque da Devesa uma verdadeira incubadora desportiva, potenciando as suas características, para favorecer a iniciação desportiva em diversas modalidades;	X	
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola			X
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável	Implementar os lanches saudáveis, com oferta diária de fruta, leite e pão guardado, complementando o ciclo alimentar das crianças;	X	
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres			X
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito			X
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planeamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes	alargar o apoio no transporte público; Construiremos um parque de estacionamento na zona adjacente à estação de comboio de Vila Nova de Famalicão, para apoio a todos quantos se deslocam para essa zona da cidade;	X	
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis	Executando o projeto “Famalicão Ciclável”; Vamos fazer do Parque da Devesa uma verdadeira incubadora desportiva, potenciando as	X	



	suas características, para favorecer a iniciação desportiva em diversas modalidades;		
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte	Criando um circuito integrado urbano de transportes públicos, articulando o comboio, o autocarro e o táxi e estabelecendo, de forma permanente, a ligação entre a estação de comboio e a central de camionagem, estimulando os movimentos pendulares;	X	
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos	Vamos aumentar para o dobro a dotação financeira do programa municipal Casa Feliz, com o apoio à renda e apoio a obras;	X	
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física			X
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros	alargar o apoio no transporte público; Executando o projeto “Famalicão Ciclável”; Vamos permitir que os mais de dois milhares de seniores do nosso concelho possam utilizar os serviços dos transportes urbanos de Famalicão em horários mais alargados e desde as 08.30 horas;	X	
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas	implementar o “Pacto de Autarcas”, programa da iniciativa da Comissão Europeia, vocacionado para a redução de emissões de CO2 e para o combate às alterações climáticas, combatendo o aquecimento global;	X	
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos			X
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social	Criaremos em todas as freguesias espaços de convívio, locais de encontro entre séniores, para que com o conforto e a comodidade desejadas, possam manter e reforçar laços de amizade, estimulando o surgimento de associações e grupos informais que defendam os interesses dos seniores e ajudem a Câmara Municipal a encontrar as respostas adequadas, como sucede com a Associação da Terceira Idade de Famalicão, promotora da Universidade Sénior, e a Associação dos Reformados de Joane;	X	
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos			X
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior	Vamos adaptar os veículos do município ao uso de fontes de energia renovável;	X	
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X



17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade			X



Anexo 46



CÓDIGO		37	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância			X
1.2. Apoios e serviços para a juventude	Manter a oferta dos manuais escolares a todos os alunos do primeiro ciclo de ensino básico; Continuar a dinamizar o banco de livros escolares; Diversificar as actividades desportivas, as iniciativas culturais, a educação para a saúde, os programas de empreendedorismo e a formação para a cidadania nas escolas do primeiro ciclo, para proporcionar uma aprendizagem abrangente e uma formação integral;	X	
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade			X
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade	Vamos reforçar as actividades lúdicas, recreativas e sociais dos nossos seniores, onde com a colaboração de outras instituições, nomeadamente as instituições particulares de solidariedade social e em geral com todo o tecido associativo, vamos manter as actividades típicas como o dia dos avós, o desfile dos pais natal, o carnaval, o pic-nic, a tarde sénior no artesanato, as idas a praia e o passeio a Fátima e introduziremos outros momentos para reforço dos laços comunitários entre os nossos seniores, proporcionando-lhes momentos de convívio e bem-estar; Através do Pelouro do Voluntariado, vamos instituir projectos caracterizados pela intergeracionalidade, para que, à semelhança do que já sucede com o palavras e afectos, impulsionador do apadrinhamento de idosos que não privam com a família e cujo objectivo é aproximar filhos e netos dos avós, possamos proporcionar aos nossos seniores a visita e as palavras afectuosas dos nossos jovens, mas que também permita aos nossos jovens privarem e conviverem com os nossos seniores beneficiando da sua sabedoria, conhecimento e experiencia, tão úteis num contexto de dificuldades como o que vivemos; Criaremos em todas as freguesias espaços de convívio, locais de encontro entre seniores, para que com o conforto e a comodidade desejadas, possam manter e reforçar laços de amizade, estimulando o surgimento de associações e grupos informais que defendam os interesses dos seniores e ajudem a Câmara Municipal a encontrar as respostas adequadas, como sucede com a Associação da Terceira Idade de Famalicão, promotora da Universidade Sénior, e a Associação dos Reformados de Joane;	X	
2.2. Medidas orientadas para a capacitação	Manter todos os apoios concedidos à prática do	X	



funcional da população idosa para uma vida independente	desporto, com o projecto Mais e Melhores Anos, destinado a todos quantos tenham mais de 65 anos de idade ou, não tendo essa idade, sejam reformados ou pensionistas, fazendo da actividade física uma prática constante; Vamos alargar a oferta cultural aos nossos avós com programação específica na casa das artes, no centro de estudos camilianos e no auditório do parque da devesa e com a oferta proporcionada pela rede de museus de Vila Nova de Famalicão. Serão instituídos os serviços educativos destinados aos seniores, onde através de ateliers e workshops, entre outros, vamos incutir a utilidade da aprendizagem ao longo da vida, como já hoje acontece com a oficina de olaria e cerâmica, fruto de parceria com a Fundação Castro Alves; Vamos permitir que os milhares de seniores do nosso concelho possam utilizar os serviços dos transportes urbanos de Famalicão, através do passe sénior feliz, em horários mais alargados e desde as 08.30 horas, ganhando assim condições de mobilidade para que possam fruir de todos os serviços que o Município lhes proporciona;		
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes			X
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população	Criaremos o Gabinete Famalicão Saudável, cujas principais funções residem na dinamização da rede local de saúde, no fomento da articulação entre as entidades que integram a rede, na promoção do diagnóstico concelhio de necessidades e carências, na apreciação das questões e propostas que sejam apresentadas pelas equipas de trabalho ou por outras entidades e na aplicação das directrizes resultantes do diagnóstico do concelho;	X	
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade	Vamos protocolar com instituições de saúde locais a prestação de cuidados de saúde, posto que as consabidas dificuldades financeiras das	X	



	instituições sociais e a precária situação económica de muitos dos nossos seniores dificultam o acesso, para garantia efectiva da prestação de serviços básicos de saúde, nas áreas da fisioterapia, nutrição/dietética, podologia, análises clínicas e medicina dentária, entre outras. Apoiaremos os seniores mais carenciados na compra de medicamentos, em função da patologia e da situação de carência económica;		
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde	Criaremos a rede local de prestação de cuidados de saúde primários, envolvendo o município na definição de um modelo que permita o envolvimento de todos os prestadores de cuidados de saúde primários, para promover uma vida saudável, com especial cuidado no envelhecimento da população, e assegurar a existência de serviços de proximidade;	X	
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde			X
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;			X
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁷⁵	Criaremos a Comissão de Apoio e Protecção dos Seniores, velando pelo diagnóstico das suas carências, seu tratamento adequado, pelo encaminhamento e descoberta de soluções, com o apoio das instituições sociais concelhias e no contexto do Conselho Local de Acção Social;	X	
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares	Vamos fazer do Parque da Devesa uma verdadeira incubadora desportiva, potenciando as suas características, para favorecer a iniciação desportiva em diversas modalidades; Vamos construir um complexo desportivo na Quinta dos Queimados, sita nas freguesias de Calendário e Esmeriz. Esta quinta foi já adquirida pela Câmara Municipal que, associada à já desactivada ETAR, perfaz assim uma área de cerca de 20 hectares, dotando-o de todas as condições para a prática de diversas modalidades, nomeadamente o atletismo, com a construção de pistas e a colocação de diversos instrumentos para o efeito necessários;	X	
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis	aumentar o apoio ao arrendamento das pessoas carenciadas; aumentar para o dobro a dotação financeira do programa municipal Casa Feliz,	X	

⁷⁵ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



	com o apoio à renda e apoio a obras; Isenção de pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis – Pode-se promover a isenção de pagamento deste imposto para as pessoas com baixos rendimentos, como hoje sucede nos agregados cujo rendimento anual seja inferior a 11 067,00€, relativamente aos prédios cujo valor patrimonial tributário seja inferior a 50 306,00;		
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio	Criar novas lojas sociais, criar uma ligação em rede entre elas e assegurar que nunca faltarão os géneros alimentares básicos necessários ao apoio que as mesmas prestam às famílias; Vamos protocolar com as instituições sociais concelhias o serviço de apoio domiciliário universal, permitindo que todos os seniores que, por força da inexistência de retaguarda familiar, precisem de ajuda de terceiros, em áreas que vão desde o fornecimento de alimentação, ao asseio da casa, à execução de pequenas reparações e à ajuda na resolução de problemas de ordem burocrática; Criar a rede local do voluntariado, integrada por todas as instituições concelhias que estejam vocacionadas para a sua prática, com a missão de identificar as necessidades locais, desenvolver campanhas para a prática do voluntariado, estimulando-o, envolver instituições onde os voluntários possam cumprir as suas missões e gerir a plataforma do banco local de voluntariado em articulação com o Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado;	X	
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego	Criar um gabinete de apoio ao empreendedor e uma incubadora para que os seus projectos de criação de emprego e de geração de valor acrescentado possam frutificar; Teremos uma acção que favoreça a fixação de empresas em Famalicão, razão pela qual vamos manter a isenção da derrama a todas as pequenas com volume de negócios inferior a 150 mil euros por ano, abrangendo cerca de 3.000 empresas e continuaremos a desenvolver o projecto finicia para ajudar os pequenos investidores a criar o seu negócio em Famalicão; criação do Gabinete de Apoio ao Empreendedor (GAPE);	X	
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)	Concluir o processo em curso para integral requalificação do parque escolar, para que as salas de aula tenham o necessário conforto; Continuaremos com a política de melhoramento das infra-estruturas desportivas existentes, com apoio à colocação de relvados e à melhoria de balneários, e da segurança nos complexos desportivos, com intervenções na vedação e nos pisos dos polidesportivos; com a intervenção nos pavilhões gimnodesportivos;	X	
6.2.6. Oportunidades para a produção local de			X



alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável			
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros	Vamos alargar o apoio no transporte público, aplicando o actual regime de transporte para os seniores às populações mais carenciadas, independentemente da idade, com a criação do passe social; Criando um circuito integrado urbano de transportes públicos, articulando o comboio, o autocarro e o táxi e estabelecendo, de forma permanente, a ligação entre a estação de comboio e a central de camionagem, estimulando os movimentos pendulares, passando por diversos edifícios e serviços públicos, nomeadamente a zona escolar a zona desportiva, o centro de saúde, o hospital, o tribunal, a câmara municipal, a biblioteca municipal, o parque da devesa, o centro de emprego, os serviços de finanças e o serviço local da segurança social, gratuito para titulares de título de transporte válido para comboio, táxi ou autocarro; Vamos adaptar os veículos do município ao uso de fontes de energia renovável;	X	
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar	Implementar um plano de gestão florestal, privilegiando a regeneração da floresta e a prevenção de incêndios florestais, para conservar habitats, preservar a biodiversidade vegetal e animal, contribuindo para a melhoria da qualidade do ar e a conservação dos solos, criar novos trilhos, envolvendo mais escolas no Clube da Floresta;	X	
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos	Intervir nos nossos rios, do Ave ao Pelhe e ao Pele, até ao Guisande e ao Este; Concluir as redes de água e saneamento em todas as freguesias do Concelho até 2015; Alargar a rede de recolha de resíduos sólidos urbanos até atingir o sistema porta-a-porta; Aumentar o número de ecopontos, para estimular a separação de resíduos;	X	
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática	Vamos implementar o “Pacto de Autarcas”, programa da iniciativa da Comissão Europeia, vocacionado para a redução de emissões de CO2 e para o combate às alterações climáticas, combatendo o aquecimento global; Vamos introduzir nos edifícios públicos, onde se incluem piscinas, estabelecimentos de ensino e outros, sistemas de energia verde, nomeadamente nas fontes alimentadoras de calor, com recurso a biomassa;	X	
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade	Vamos protocolar com as corporações de bombeiros, INEM e agentes do sector a realização de acções de formação sobre suporte básico de vida aos funcionários do município que estejam afectos ao atendimento ao público e responsáveis por espaços desportivos, educativos, culturais e outros, assim como a todos os	X	



	responsáveis de instituições sociais, instalando desfibriladores nos espaços públicos com maior índice de frequência pela população, criando a verdadeira cadeia de sobrevivência, que permita a posterior intervenção do suporte avançado de vida;		
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Apoiar os famalicenses que pretendam obter formação superior e que não tenham condições económicas para o fazer, através do reforço da política já implementada, com um aumento de 50% das bolsas de estudo; Vamos alargar o apoio no transporte público, aplicando o actual regime de transporte para os seniores às populações mais carenciadas, independentemente da idade, com a criação do passe social; Criaremos tarifas de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos urbanos especificamente pensadas para famílias carenciadas, com redução ou isenção de ligação e de tarifas; Apoiaremos as famílias carenciadas na compra de medicamentos, em função da patologia e da situação de carência económica; Vamos promover a diplomacia económica, aproveitando as boas relações com o exterior e a nossa vocação exportadora, para que cada vez mais empresas tenham acesso ao mercado global, o único que traz solidez às perspectivas económicas; Vamos dinamizar o CITEVE e o CENTI, como centros tecnológicos de excelência e vamos implementar o centro tecnológico do agro-alimentar, marcado na tradição agrícola do concelho e vocacionado para permitir o desenvolvimento de sectores como a transformação de carnes verdes e os pré cozinhados, em grande expansão entre nós; Vamos reestruturar os parques empresariais de Vila Nova de Famalicão, criando verdadeiras áreas de acolhimento empresarial, para que se elaborem estratégias de promoção desses espaços, que observe a sua diversidade e aposta na instalação de competências e valências que as torne atractivas; Complemento Solidário para Idosos – Muitos idosos vivem com reformas inferiores a € 300,00 (trezentos euros) por mês. Pois pode-se promover a atribuição do Complemento Solidário para Idosos, manifestando-se numa importante colaboração da Junta de Freguesia para que obtenham um importante acréscimo de rendimento mensal e para consigam viver com mais dignidade; Complemento por Dependência – Pessoas com elevado nível de dependência de outras pessoas. As chamadas reformas da 3.ª pessoa. Pois em várias situações promovemos a atribuição do Complemento por Dependência, consistindo num	X	



	significativo e importante acréscimo monetário no valor das respectivas reformas;		
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres	Vamos fazer do Parque da Devesa uma verdadeira incubadora desportiva, potenciando as suas características, para favorecer a iniciação desportiva em diversas modalidades; Vamos construir um complexo desportivo na Quinta dos Queimados, sita nas freguesias de Calendário e Esmeriz. Esta quinta foi já adquirida pela Câmara Municipal que, associada à já desactivada ETAR, perfaz assim uma área de cerca de 20 hectares, dotando-o de todas as condições para a prática de diversas modalidades, nomeadamente o atletismo, com a construção de pistas e a colocação de diversos instrumentos para o efeito necessários;	X	
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola			X
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável	Implementar os lanches saudáveis, com oferta diária de fruta, leite e pão guarnecido, complementando o ciclo alimentar das crianças; Reforçaremos a rede de cantinas sociais;	X	
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres			X
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito			X
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planeamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes	Procedendo á criação de uma rede de transportes públicos de base concelhia, que abranja todo o concelho, que respeite as necessidades de mobilidade dos cidadãos das 49 freguesias do concelho, que serão diagnosticadas com a colaboração dos presidentes de junta e que	X	



	articule a expansão da rede dos transportes urbanos de Famalicão com os fluxos para os concelhos vizinhos; Criaremos outros interfaces rodoviários, para articular a ligação entre os atuais e futuros serviços rodoviários, como sucede na Vila de Joane na ligação entre as carreiras rodoviárias de Famalicão – Joane – Guimarães e Joane Vizela; Vamos ajustar os horários dos transportes públicos às necessidades da população, com especial incidência para a criação do “transporte a pedido”; Vamos permitir que os mais de dois milhares de seniores do nosso concelho possam utilizar os serviços dos transportes urbanos de Famalicão em horários mais alargados e desde as 08.30 horas;		
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis	Implementar os “Parques das Vilas” para que aí surja um equipamento com forte impacto ambiental, instrumento potenciador de qualidade de vida para os habitantes locais e que seja uma forma de gerar uma polaridade local que atraia empresas e pessoas. Em Joane vamos triplicar o actual Parque da Ribeira, requalificar os terrenos da antiga estamperia e construir equipamentos de lazer, recreio, desporto e cultura. Nas Vilas de Riba de Ave e de Ribeirão vamos aproveitar a frente de rio de que beneficiam para que, em cada uma delas, criemos parques com percursos pedonais, zonas de contemplação, corredores de pesca desportiva e ciclovias;	X	
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte	Procedendo á criação de uma rede de transportes públicos de base concelhia, que abranja todo o concelho, que respeite as necessidades de mobilidade dos cidadãos das 49 freguesias do concelho, que serão diagnosticadas com a colaboração dos presidentes de junta e que articule a expansão da rede dos transportes urbanos de Famalicão com os fluxos para os concelhos vizinhos; Criando um circuito integrado urbano de transportes públicos, articulando o comboio, o autocarro e o táxi e estabelecendo, de forma permanente, a ligação entre a estação de comboio e a central de camionagem, estimulando os movimentos pendulares, passando por diversos edifícios e serviços públicos, nomeadamente a zona escolar a zona desportiva, o centro de saúde, o hospital, o tribunal, a câmara municipal, a biblioteca municipal, o parque da devesa, o centro de emprego, os serviços de finanças e o serviço local da segurança social, gratuito para titulares de título de transporte válido para comboio, táxi ou autocarro;	X	
12.2. Medidas para melhorar a habitação para	Continuar a melhorar as condições de	X	



todos	habitabilidade das casas em mau estado; aumentar para o dobro a dotação financeira do programa municipal Casa Feliz, com o apoio à renda e apoio a obras;		
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física	Disciplinar o uso das parcelas de terreno propriedade do Município, colocando-as à disposição da comunidade e, em articulação com as juntas de freguesia e o tecido associativo, vamos cedê-las para actividades locais e para o seu melhor aproveitamento, criando as figuras das hortas e dos jardins locais;	X	
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros	Proporcionaremos a mobilidade dos jovens e o uso de meios de transporte suaves; Executando o projecto “Famalicão Ciclável”, com a construção da ecopista na antiga linha do caminho-de-ferro para a Póvoa de Varzim, criando uma via ciclável entre as duas cidades e com a criação de uma rede de ciclovias, incrementando o uso de meios de transporte suaves; Executar o projecto “Famalicão Ciclável”, com a execução da ecopista na antiga linha do caminho-de-ferro para a Póvoa de Varzim, criando uma via ciclável entre as duas cidades e com a criação de uma rede de ciclovias, incrementando o uso de meios de transporte suaves;	X	
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas			X
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos			X
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social	No lazer, vamos fomentar o surgimento de zonas dedicadas a espaços de diversão nocturna, como sucederá com o actual mercado municipal que queremos adaptar para um espaço multiusos, recebendo equipamentos que permitam aos nossos jovens ter em Vila Nova de Famalicão o que frequentemente procuram noutros locais e assim se crie mais uma razão para que nos visitem, à semelhança do que já acontece noutros momentos, como o carnaval nocturno e os programas vocacionados para os jovens realizados em diversas ocasiões, como as festas antoninas e as festas académicas;	X	
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos			X
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior			X



16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade			X



Anexo 47



CÓDIGO		38	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância			X
1.2. Apoios e serviços para a juventude			X
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade	Apoio às famílias jovens e com filhos e às mães solteiras, com um pacote fiscal bastante atractivo;	X	
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade			X
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente	Envelhecimento activo, apoiando e ajudando na compra de medicamentos e proporcionando um acompanhamento com actividades para um envelhecimento activo e com companhia; Desporto sénior;	X	
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes			X
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população			X
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade			X
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde			X
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde			X
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;			X
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para			X



os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁷⁶			
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares			X
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis			X
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio	Apoio social para quem precisa e em rede;	X	
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego	Criação de um Parque Industrial, com o objectivo de atrair empresários para o nosso Município e assim potenciar a criação de emprego;	X	
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)			X
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável			X
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros	Aposta na mobilidade dentro do concelho (criação de um rede de transportes que garanta a passagem pelo menos três vezes aos dia em todas as freguesias do concelho);	X	
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar			X
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos			X
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática			X
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade			X
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Criação de um Gabinete de Apoio aos Empresários e aos Comerciantes;	X	
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres			X
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola			X
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			

⁷⁶ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável			X
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres			X
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito			X
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planejamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes			X
11.2. Evidência de vontade de um planejamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis			X
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte			X
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos			X
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física			X
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros			X
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas			X
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos			X
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social			X
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos			X
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior			X
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades			X



culturais orientadas para o incentivo da criatividade			
---	--	--	--



Anexo 48



CÓDIGO		39	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância			X
1.2. Apoios e serviços para a juventude	Implementar, tal como aconteceu no passado, a gratuitidade de manuais escolares para os alunos que frequentem a escolaridade obrigatória; Voltar a impulsionar o “Concurso Professor João Baptista Vilares - Incentivo ao Sucesso Escolar”, como forma de promover o mérito e incentivar o sucesso escolar;	X	
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade	Formar um Gabinete que contribua para auxiliar os pais e encarregados de educação do concelho na educação e orientação dos seus filhos;	X	
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade	Recuperar o projecto da criação de Centros de Lazer e Bem-Estar nas freguesias - Espaços direccionados, principalmente, para os mais velhos com objectivo de contribuir para um envelhecimento activo e com qualidade;	X	
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente			X
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes			X
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população			X
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade	Reforçar os apoios concedidos à população em situação vulnerável, particularmente ao nível da gratuitidade de transporte para tratamentos, apoio na aquisição de medicamentos ou materiais necessários para a saúde e bem-estar; Devolver a Unidade Móvel de Saúde às populações; Desenvolver todos os esforços de modo a garantir a reabertura da fisioterapia no concelho;	X	
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde			X



5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde			X
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;			X
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁷⁷			X
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares	Rentabilizar equipamentos desportivos existentes e aproveitar as condições naturais de excelência do concelho, apostando na formação desportiva credível e promovendo a prática; Organizar “Férias Desportivas”;	X	
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis	Criar a Bolsa Municipal de Habitação; Constituir uma bolsa de casas degradadas e avançar com um programa de recuperação para habitação social, mas também para arrendamento a custos controlados, promovendo a atribuição a quem delas realmente precisa;	X	
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio	Criar o Conselho Municipal para o Desporto - Órgão consultivo que reúna todas as associações e ou instituições deste sector, escolas e Juntas de freguesia para em conjunto reavaliar e traçar o modelo de desenvolvimento desportivo para o concelho; Apoiar o associativismo e a produção cultural local, continuando também a apoiar os grupos culturais;	X	
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego	Programa de apoio à criação do próprio emprego e fixação dos jovens do concelho, contribuindo para que as ideias de negócio se concretizem, premiando as melhores com a disponibilização de espaços municipais e atribuição de um valor equivalente a um salário mínimo nacional durante o primeiro meio ano de actividade;	X	
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)	Candidatar a construção de um pavilhão multiusos;	X	
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável	Apoiar os agricultores no cumprimento das novas exigências legislativas, bem como na elaboração de projectos ou investimentos, funcionando como intermediário com as diferentes associações e instituições do sector;	X	
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros	Implementar, efectivamente, uma política de eliminação de barreiras arquitectónicas nos	X	

⁷⁷ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



	espaços públicos, promovendo também uma política de transportes públicos que permita à população deslocar-se à sede do concelho com regularidade;		
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar	Constituir, em estreita colaboração com as Juntas de Freguesia, equipas direccionadas para a limpeza e manutenção dos espaços e equipamentos públicos, cuidando, dignificando e preservando um património que é de todos;	X	
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos			X
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática			X
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade			X
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Potenciar o interesse crescente pela serenidade do interior de Portugal, principalmente por parte de estrangeiros reformados ou à procura de residência para férias, constituindo uma base de dados com terrenos disponíveis e casas para arrendar, comprar, reabilitar, criando, assim, as condições para revitalizar o mercado imobiliário e o próprio comércio local; Criar as condições para a construção de núcleos museológicos nas freguesias, funcionando em rede com o Centro das Tradições, valorizando o património material e imaterial das localidades; Captar investimentos e preparar o setor para os novos desafios que se vão colocar com a Barragem do Baixo Sabor;	X	
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres	Rentabilizar equipamentos desportivos existentes e aproveitar as condições naturais de excelência do concelho, apostando na formação desportiva credível e promovendo a prática; Organizar “Férias Desportivas”;	X	
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola			X
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável			X
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre			X



mulheres			
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito			X
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planejamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes	Requalificar as estradas Municipais que necessitam urgentemente de obras;	X	
11.2. Evidência de vontade de um planejamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis			X
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte			X
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos			X
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física	Criar um Parque Aventura - Espaço de promoção e de educação ambiental, permitindo o desenvolvimento de actividades lúdico-desportivas;	X	
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros			X
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas			X
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos			X
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social			X
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos			X
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior			X
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade	Criar a Oficina das Artes - Um espaço polivalente onde possam ensaiar os grupos culturais concelhios, possibilitando também a dinamização de actividades de ocupação de tempos livres e formações em diversas áreas;	X	



Anexo 49



CÓDIGO		40	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância	Garantir o acesso ao pré-escolar das crianças das famílias mais desfavorecidas, no âmbito das políticas de combate à pobreza e à exclusão social; Promover o ajustamento dos horários e calendário de funcionamento da rede pública de jardins-de-infância com as necessidades das famílias; Proporcionar o bom funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em risco, através da cedência de instalações, de recursos humanos e materiais;	X	
1.2. Apoios e serviços para a juventude	Promover e garantir o acesso universal à frequência de aulas de natação às crianças do 1º ciclo, em articulação com as actividades extracurriculares, de modo a dotá-las das competências básicas na modalidade; Consolidar a oferta de actividades de complemento educativo: ensino do inglês, informática, iniciação desportiva, iniciação às ciências experimentais, à expressão dramática, à expressão plástica e iniciação musical; Proporcionar o bom funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em risco, através da cedência de instalações, de recursos humanos e materiais;	X	
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade			X
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade	Facilitar a mobilidade dos idosos e o acesso a actividades culturais e desportivas através do Cartão Municipal do Idoso;	X	
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente	Promover e dinamizar, em articulação com as entidades competentes, a realização de actividades destinadas a fomentar o envelhecimento activo, à população idosa do concelho; Desenvolver o projecto, «Actividade Sénior», dirigido a todos os idosos residentes no concelho;	X	
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes	Criar e assegurar o eficaz funcionamento do Gabinete de Apoio ao Emigrante;	X	
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população			X
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X



4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade	Protocolar com a ULS deslocações de equipas de saúde às aldeias;	X	
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde			X
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde			X
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;			X
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁷⁸			X
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares	Promover e garantir o acesso universal à frequência de aulas de natação às crianças do 1º ciclo, em articulação com as actividades extracurriculares, de modo a dotá-las das competências básicas na modalidade; Aprofundar a qualificação da rede de parques de lazer dotando-os dos equipamentos fundamentais ao conforto e entretenimento dos seus utilizadores, nomeadamente, parques infantis, equipamentos de manutenção de nova geração, de acordo com as normas em vigor, casas de banho, bebedouros, bancos e mesas, entre outros; Elaborar um estudo hidrológico e de requalificação das margens, no Rio Tua, com o objectivo de tornar viável a prática desportiva, nomeadamente na modalidade de remo a jusante da Ponte Europa;	X	
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis	Atribuição de subsídios municipais de apoio ao arrendamento;	X	
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio	Consolidar a Rede Social de Mirandela;	X	
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego	Apoiar o desenvolvimento de serviços de orientação dirigidos para a inserção de jovens na vida activa; Criação de uma nova Zona	X	

⁷⁸ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



	Industrial, próximo da A4 (Auto Estrada Transmontana), onde possa acolher empresas de base tecnológica; Criar oportunidades de emprego e incentivar o empreendedorismo principalmente junto dos mais novos;		
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)	Melhorar as condições físicas nas escolas para facilitar a plena integração nas turmas curriculares dos jovens com problemas de mobilidade; Promover a construção de instalações definitivas da Escola Profissional de Artes de Mirandela, através de candidatura aos Fundos Europeus e ao recurso do Mecenato; Construir um Pavilhão Multiusos; Elaborar projecto de requalificação do pavilhão do INATEL, renovando as suas instalações e colocando-as ao dispor da fruição desportiva dos mirandelenses;	X	
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável			X
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros	Promover junto de outras entidades (EDP e concelhos a sul de Mirandela) a implementação do plano de mobilidade do vale do Tua, não só para garantir o transporte regular às populações como também para dotar a região de infra-estruturas básicas, reforçando a sua atractividade turística; Renovar a frota com viaturas dotadas de filtros de partículas, viaturas híbridas e eléctricas para os diferentes serviços municipais; Desenvolver o projeto “Mobi-Mirandela” com o objectivo de criar uma frota de veículos eléctricos partilhados, uma rede de carregamento das baterias através da energia solar e um sistema de informação e gestão; Construir uma rede de vias cicláveis que permita a utilização da bicicleta nas deslocações para o trabalho, para a escola ou de lazer;	X	
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar	Cumprir a Agenda 21 Local, implementando o Plano de Acção para o desenvolvimento sustentável; Executar o Plano de Melhoria da Qualidade do Ar, com o objectivo de reduzir as excedências de partículas em suspensão - PM10 e o ozono troposférico, que se verificam no País; Monitorizar a qualidade do ar, através do acompanhamento dos dados fornecidos pela Estação de Medição da Qualidade do Ar da Agência Portuguesa de Ambiente; Proceder à limpeza, pelo menos uma vez por ano, de todos os caminhos rurais; Promover à reflorestação do concelho com árvores autóctones; Incrementar a frequência e alargar a varredura mecânica de estradas, passeios, praças e outras áreas públicas aos principais núcleos urbanos; Intensificar a lavagem de passeios e praças públicas,	X	



	promovendo a higiene pública e evitando a ressuspensão de partículas PM10; Arborizar espaços urbanos, como as praças e passeios, naturalizando-os, propiciando o sombreamento e o enriquecimento e alternância da paisagem urbana;		
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos	Aumentar e melhorar as redes de saneamento básico; Reforçar a rede de ecopontos em todas as freguesias, aumentando a proximidade às habitações; Dinamizar a utilização dos ecocentros instalados na vila de Torre D. Chama para resíduos de pequenas construções e demolições, vidros partidos, peças de mobiliário, resíduos de jardins, entre outros resíduos de maiores dimensões; Iniciar o processo de despoluição das linhas de água, ligando todos os efluentes às redes de saneamento e fiscalizando e punindo os prevaricadores;	X	
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática	Executar o Plano de Melhoria da Qualidade do Ar, com o objectivo de reduzir as excedências de partículas em suspensão - PM10 e o ozono troposférico, que se verificam no País; Generalizar a instalação de painéis solares térmicos nas escolas, pavilhões desportivos e noutros edifícios municipais; Adoptar iluminação de baixo consumo, designadamente, a tecnologia Led; Desenvolver o projeto “Mobi-Mirandela” com o objectivo de criar uma frota de veículos elétricos partilhados, uma rede de carregamento das baterias através da energia solar e um sistema de informação e gestão; Construir uma rede de vias cicláveis que permita a utilização da bicicleta nas deslocações para o trabalho, para a escola ou de lazer;	X	
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade	Actualizar o Plano Municipal de Emergência; Promover parcerias com as forças policiais, bombeiros e Juntas de Freguesia no sentido de tornar Mirandela e seu concelho mais seguros;	X	
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Garantir o acesso ao pré-escolar das crianças das famílias mais desfavorecidas, no âmbito das políticas de combate à pobreza e à exclusão social; Requalificar o Complexo Agro Industrial do Cachão, transformando-o numa verdadeira zona industrial, onde pequenas e médias empresas da fileira agrícola e outras, com potencial exportador, possam fixar-se, através da atribuição de alguns incentivos fiscais; Colaborar com os programas do Instituto do Emprego e Formação Profissional na inserção em contexto laboral de cidadãos desempregados, envolvendo um número significativo nos seus diferentes serviços; Alargar os apoios às famílias em situação de carência ou exclusão, designadamente, na área da saúde, com	X	



	medicamentos, consultas ou próteses, na melhoria das condições de habitabilidade e na execução de obras de adaptação nas habitações de pessoas com mobilidade reduzida, através do regulamento de apoio a estratos sociais desfavorecidos; Assumir o compromisso de comparticipação financeira no fornecimento diário de refeições e banhos às pessoas mais vulneráveis; Orientar a estratégia turística promocional para os mercados mais importantes em termos absolutos – português e, também, espanhol, sobretudo a Galiza;		
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas	Criar um Núcleo Concelhio das Toxicodependências, contribuindo para aprofundar a cultura de prevenção, combater comportamentos de risco e aproximar os consumidores das estruturas de tratamento e reinserção;	X	
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres	Promover a mobilidade, favorecendo o alargamento das áreas de circulação pedonal e potenciando o uso da bicicleta criando ciclovias dentro da cidade e pistas de cicloturismo, aproveitando, por exemplo, a linha desactivada da CP, entre Mirandela e o Romeu; Criar e valorizar parques de lazer ribeirinhos, em todo o concelho; Elaborar um estudo hidrológico e de requalificação das margens, no Rio Tua, com o objectivo de tornar viável a prática desportiva, nomeadamente na modalidade de remo a jusante da Ponte Europa; Prosseguir com a construção de passeios nas estradas municipais junto dos aglomerados urbanos e de outros equipamentos públicos, assim como na zona industrial; Divulgar e dinamizar a utilização dos percursos pedestres já existentes criando condições para o desenvolvimento de novos;	X	
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola			X
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável			X
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre			X



mulheres			
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito	Promover a instalação de barreiras, antes das passadeiras, visando o controlo do excesso de velocidade e a facilitação do atravessamento de peões; Continuar com o reforço da visibilidade e segurança das passagens de peões, através da sua iluminação específica e da instalação de delineadores led;	X	
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planeamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes	Promover junto de outras entidades (EDP e concelhos a sul de Mirandela) a implementação do plano de mobilidade do vale do Tua, não só para garantir o transporte regular às populações como também para dotar a região de infra-estruturas básicas, reforçando a sua atractividade turística; Melhorar e consolidar as várias acessibilidades de todo o concelho; Desenvolver o projeto “Mobi-Mirandela” com o objectivo de criar uma frota de veículos elétricos partilhados, uma rede de carregamento das baterias através da energia solar e um sistema de informação e gestão; Protocolar com o Governo a construção de uma ligação rápida da Zona Industrial de Mirandela à autoestrada, bem como as ligações rápidas e seguras à A4, através do Nó Oeste e ao IP2, através da Trindade;	X	
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis	Desenvolver de forma aprofundada uma prática de planeamento que conjugue a defesa do ambiente – o arvoredo, as linhas de água e a exploração agrícola –, como uma ocupação humana compatível, que rentabilize as acessibilidades e infra-estruturas já instaladas no território e promova uma paisagem qualificada; Valorizar e qualificar o espaço público do território concelhio, prosseguindo a construção de passeios, de equipamentos de proximidade e de espaços de estar e de lazer; Criar e valorizar parques de lazer ribeirinhos, em todo o concelho;	X	
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte			X
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos			X
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física	Aprofundar a qualificação da rede de parques de lazer dotando-os dos equipamentos fundamentais ao conforto e entretenimento dos seus utilizadores, nomeadamente, parques infantis, equipamentos de manutenção de nova geração,	X	



	de acordo com as normas em vigor, casas de banho, bebedouros, bancos e mesas, entre outros; Criar e valorizar parques de lazer ribeirinhos, em todo o concelho;		
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros	Promover a mobilidade, favorecendo o alargamento das áreas de circulação pedonal e potenciando o uso da bicicleta criando ciclovias dentro da cidade e pistas de cicloturismo, aproveitando, por exemplo, a linha desactivada da CP, entre Mirandela e o Romeu; Desenvolver o projeto “Mobi-Mirandela” com o objectivo de criar uma frota de veículos elétricos partilhados, uma rede de carregamento das baterias através da energia solar e um sistema de informação e gestão; Construir uma rede de vias cicláveis que permita a utilização da bicicleta nas deslocações para o trabalho, para a escola ou de lazer; Construir uma ciclovia, de forma faseada, ligando o Parque de Campismo da Maravilha ao Centro da Cidade, passando pela zona ribeirinha, em direcção à zona escolar; Construir uma ecopista / pista de cicloturismo Mirandela - Romeu, dotando-a de pontos de descanso com bancos e bebedouros, de sinalização da evolução da distância percorrida;	X	
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública	Assegurar o funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente criadas nas corporações de bombeiros de Mirandela e de Torre de D. Chama decorrente dos protocolos estabelecidos com estas Associações Humanitárias e a Autoridade Nacional de Protecção Civil;	X	
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas	Prevenir as inundações urbanas, através da limpeza e desassoreamento das linhas de água;	X	
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos	Actualizar o Plano Municipal de Emergência; Alargar a rede de marcos de incêndio; Prevenir as inundações urbanas, através da limpeza e desassoreamento das linhas de água; Assegurar o funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente criadas nas corporações de bombeiros de Mirandela e de Torre de D. Chama decorrente dos protocolos estabelecidos com estas Associações Humanitárias e a Autoridade Nacional de Protecção Civil; Continuar com o reforço da visibilidade e segurança das passagens de peões, através da sua iluminação específica e da instalação de delineadores led; Promover o apoio psicossocial a pessoas e famílias em risco ou em situação de exclusão, favorecendo a sua integração social e profissional; Proporcionar o bom funcionamento da Comissão de Protecção de	X	



	Crianças e Jovens em risco, através da cedência de instalações, de recursos humanos e materiais;		
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social	Promover um espaço urbano e edificado acessível para todos, reforçando a acessibilidade universal no espaço público – jardins, praças e atravessamentos pedonais e no edificado, nomeadamente, nos edifícios públicos de serviços e equipamentos; Dinamizar a componente comercial e residencial através de um programa de reabilitação urbana, alargado a toda a zona antiga da cidade, envolvendo os proprietários; e os residentes, isentando estes de qualquer tipo de taxa municipal;	X	
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos			X
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior	Desenvolver o projeto “Mobi-Mirandela” com o objectivo de criar uma frota de veículos elétricos partilhados, uma rede de carregamento das baterias através da energia solar e um sistema de informação e gestão; Construir uma rede de vias cicláveis que permita a utilização da bicicleta nas deslocações para o trabalho, para a escola ou de lazer;	X	
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade	Generalizar a iniciação musical, a expressão dramática e a expressão plástica no 1º Ciclo do Ensino Básico; Fomentar a sensibilização para as artes; Apoiar a criação de um “cluster” de indústrias criativas; Promover um plano Estratégico para a Cultura e Criatividade, enquanto processo participativo de novos projectos e acções;	X	



Anexo 50



CÓDIGO		41	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância			X
1.2. Apoios e serviços para a juventude	manutenção da oferta de manuais adoptados, material escolar e almoço às Crianças do Pré-Escolar e do 1ºCiclo; manter a oferta das AEC's (Actividades de Enriquecimento Curricular) - Inglês, Actividade Física e Desportiva e Ensino da Música - a todos os alunos do Pré-escolar e 1º Ciclo do Concelho; As crianças com necessidades educativas especiais continuarão a beneficiar de projectos de educação especial nomeadamente ao nível dos apoios aos transportes para as instituições de acolhimento;	X	
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade			X
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade			X
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente			X
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes			X
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população			X
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade	Pretendemos racionalizar e reforçar o apoio de transporte a doentes oncológicos;	X	
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde			X
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde			X



5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;			X
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁷⁹			X
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares	Continuar a promover a construção e o apetrechamento dos polidesportivos nas Freguesias; Conclusão da Ciclovia e passeios de ligação de Vila Flor ao Complexo Turístico e Desportivo do Peneireiro;	X	
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis			X
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio	Dinamizar uma Rede Social cada vez mais operante, englobando em atitude conjunta, a Câmara, a Santa Casa da Misericórdia, a Segurança Social, o Centro Social e Paroquial e Grupos de Cidadãos das Freguesias;	X	
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego	Construção da Futura Zona Industrial de Vila Flor;	X	
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)	Construção do Polo Escolar de Vila Flor; Continuar a melhorar as instalações e modernizar os equipamentos das Escolas do EB1 e J. I.; Requalificação dos espaços públicos da Praça da República e acessos envolventes, incluindo as várias infra-estruturas; Requalificação dos espaços do Edifício da Câmara Municipal; Requalificação dos espaços do piso superior do Mercado Municipal; Construção do Centro Cultural de Seixo de Manhoses; Construção do Centro de Valorização de Produtos em Santa Comba de Vilariça; Recuperação do Edifício da Junta de Freguesia de Freixiel; Requalificar a área envolvente ao Polidesportivo de Meireles com a instalação de um Parque Infantil; Piscina – Requalificar a existente e dotar o edifício técnico de equipamentos adequados a fim de melhorar a eficiência do tratamento e qualidade da água. Construção de balneários e vestiários novos. Proceder à remodelação e ampliação do edifício do bar existente;	X	
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável	Promoção dos produtos agrícolas do mostuário da TERRAFLORE que encontrará formas cada vez mais próximas do consumidor, numa perspectiva nacional e internacional, através da promoção e	X	

⁷⁹ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



	participação em Feiras, Seminários e Encontros; criar um gabinete de apoio ao empreendedorismo, cujo objectivo é incentivar o espírito empresarial, criar condições para fixação populacional, potenciar recursos naturais, patrimoniais e agrícolas, aumentar a oferta de produtos e serviços ajustados às necessidades locais e capacitar pessoas e instituições para que se possam aproveitar todos os recursos que o nosso concelho dispõe;		
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros	<p>Continuar a proceder à execução /requalificação das seguintes estradas, caminhos agrícolas e/ou rurais:</p> <ul style="list-style-type: none">• Estrada de ligação dos Folgares/Freixiel;• Estrada de ligação dos Folgares/Freixiel;• Construção do caminho Rural de ligação de Candoso/Freixiel;• Construção/requalificação do caminho Rural de Ligação Freixiel/Albufeira da Barragem do Tua;• Pavimentação do caminho Rural de ligação do Nabo/Albufeira da Barragem Arco/Ribeiro Grande;• Pavimentação do caminho Rural de ligação Seixo de Manhoses/Albufeira da Barragem Valtorno/Mourão;• Requalificação do caminho Rural de ligação Vilarinho das Azenhas /Ribeirinha; <p>Conclusão da Ciclovia e passeios de ligação de Vila Flor ao Complexo Turístico e Desportivo do Peneireiro; Assegurar a continuidade de transportes gratuitos a todos os alunos, para as escolas, bem como aos alunos que por inexistência de opções curriculares tenham de se deslocar para concelhos vizinhos</p>	X	
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar	<p>Participar na Acção denominada “Valor Douro” (Remoção de depósitos clandestinos de resíduos). Consiste numa operação de limpeza de depósitos clandestinos de resíduos perigosos e não perigosos (Urbanos, indiferenciados, de construção e demolição, utensílios domésticos fora de uso, veículos em fim de vida) ao longo das vias de comunicação, nas linhas de água, taludes, etc. Pretende-se corrigir intrusões e/ou disfunções paisagísticas que constituem “manchas” na paisagem excepcional da região, nomeadamente, da deposição clandestina de resíduos sólidos; Incrementar o serviço de limpeza urbana e varredura mecânica de arruamentos, passeios, praças e outras áreas públicas, complementando este serviço com o apoio manual;</p>	X	
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos	<p>Abastecimento de Água - Pretendemos candidatar ao novo QCA 2014-2020, os projectos que já temos preparados para ficarem concluídas,</p>	X	



	em todas as localidades, as redes de abastecimento de água a partir das várias origens disponíveis do sistema intermunicipal das Águas de Trás-os-Montes; Melhoria e renovação das redes de água, saneamento e electrificação; Adoptar iluminação de baixo consumo, designadamente a tecnologia Led; Proporcionar a extensão em Vila Flor da rede de Gás Natural; Apoiar, a nível intermunicipal, o arranque da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico por Digestão Anaeróbica (UTMB), localizada no Parque Ambiental do Nordeste Transmontano (PANT), na Freguesia de Vale Frechoso; Colaborar, a nível intermunicipal, na criação de um sistema de gestão para Resíduos de Construção e Demolição (RCD); Implementar um serviço de recolha de objectos domésticos fora de uso; Melhoria da eficiência no tratamento de águas residuais nas aldeias e criação de uma equipa especializada para efectuar a limpeza, manutenção e assistência técnica das ETARs; Avaliar a qualidade das águas superficiais para usos múltiplos;		
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática	Generalizar a instalação de painéis solares térmicos nas Escolas, nas Piscinas cobertas, no Parque de Campismo, no Estádio Municipal e noutros edifícios Municipais; Promover a prática da eficiência energética nos edifícios Municipais; Generalização da instalação de reguladores de fluxo luminoso na rede de iluminação Pública; Continuar a apoiar o funcionamento da Central de Valorização de Biogás e as unidades de microgeração fotovoltaica ligadas à rede eléctrica;	X	
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade	Implementado o Regulamento Municipal do Plano de Emergência Social do Concelho, que permitirá responder a situações de precariedade social, tais como: apoio na saúde, apoio no pagamento de despesas domésticas, nomeadamente facturação de água, electricidade, gás e entre outros; Desenvolver uma solução de teleassistência, baseada no apoio telefónico que, em caso de emergência, permita aos idosos contactar um ponto de assistência 24 horas; Actualização do Plano Municipal de Emergência do Concelho; Manter o protocolo que garanta o funcionamento da Equipa de Sapadores Florestais. Esta equipa é constituída por cinco homens, trabalhadores especializados, com perfil e formação adequada ao exercício das funções de prevenção dos incêndios florestais. Exercem ainda funções de vigilância e primeira intervenção no apoio ao combate aos incêndios florestais, bem como na promoção de acções de	X	



	sensibilização da população;		
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Construção da Futura Zona Industrial de Vila Flor; Implementar o Cartão Municipal do Idoso por forma a oferecer a estes alguns benefícios, nomeadamente a redução do custo de alguns serviços municipais e/ou comparticipações em serviços de apoio à doença; Propomo-nos criar e dinamizar um Banco Solidário onde, através da recolha de dádivas e troca de ofertas, possamos ajudar quem mais precise; Criar gabinete de apoio ao investimento no município de Vila Flor; Apoiar potenciais investidores na adequação e maximização dos seus investimentos face às potencialidades e constrangimentos do território;	X	
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres	Conclusão da Ciclovia e passeios de ligação de Vila Flor ao Complexo Turístico e Desportivo do Peneireiro; Melhoria dos pavimentos; prevemos a criação de novas rotas - caminhos de peregrinos – sinalizadas e divulgadas, que conduzam os caminheiros ao Santuário de Nossa Senhora da Assunção; Albufeira do Peneireiro – Requalificar a área envolvente e o parque de merendas. Fomentar a prática da pesca desportiva; Aprofundar a qualificação da rede de parques de lazer dotando-os de equipamentos fundamentais ao conforto e entretenimento dos seus utilizadores, nomeadamente, parques infantis, equipamentos de manutenção de nova geração, casas de banho, bebedouros, bancos e mesas, entre outros;	X	
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola			X
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável			X
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres			X
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre			X



idosos			
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito			X
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planeamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes	Continuar a proceder à execução /requalificação das seguintes estradas, caminhos agrícolas e/ou rurais: <ul style="list-style-type: none"> • Estrada de ligação dos Folgares/Freixiel; • Estrada de ligação dos Folgares/Freixiel; • Construção do caminho Rural de ligação de Candoso/Freixiel; • Construção/requalificação do caminho Rural de Ligação Freixiel/Albufeira da Barragem do Tua; • Pavimentação do caminho Rural de ligação do Nabo/Albufeira da Barragem Arco/Ribeiro Grande; • Pavimentação do caminho Rural de ligação Seixo de Manhoses/Albufeira da Barragem Valtorno/Mourão; • Requalificação do caminho Rural de ligação Vilarinho das Azenhas /Ribeirinha; Construção da variante à rua principal em Vilas Boas, que liga a rua do Ribeiral à rua do Lameiro; 	X	
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis	Conclusão da Ciclovia e passeios de ligação de Vila Flor ao Complexo Turístico e Desportivo do Peneireiro; requalificação/criação de novos acessos de todas as freguesias do concelho inseridas no Parque para uma maior aproximação das populações ao rio Tua; Aprofundar a qualificação da rede de parques de lazer dotando-os de equipamentos fundamentais ao conforto e entretenimento dos seus utilizadores, nomeadamente, parques infantis, equipamentos de manutenção de nova geração, casas de banho, bebedouros, bancos e mesas, entre outros;	X	
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte			X
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos	Encararemos a possibilidade da criação de uma Oficina Domiciliária, itinerante, destinada a reparar e solucionar as pequenas avarias domésticas dos idosos e incapacitados e ou isolados nas suas casas, sem recursos para ultrapassar situações de emergência;	X	
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física	Quinta da Fonte do Olmo - Criação de um parque biológico cuja valência principal será a interpretação da paisagem da região, nas suas componentes: natural (flora, fauna e geologia), cultural (história, arqueologia e etnografia), educação ambiental (conservação da natureza e da biodiversidade), desenvolvimento do turismo, ecoturismo e criação de percursos pedonais de	X	



	recreio e lazer da população; Criação de uma praia fluvial junto à estação do Vieiro, complementada com a criação de uma rota, pela margem esquerda do Tua, desde o Vieiro até Vilarinho das Azenhas; Aprofundar a qualificação da rede de parques de lazer dotando-os de equipamentos fundamentais ao conforto e entretenimento dos seus utilizadores, nomeadamente, parques infantis, equipamentos de manutenção de nova geração, casas de banho, bebedouros, bancos e mesas, entre outros; Aumentar os espaços verdes do concelho e melhorar os existentes, proporcionando um maior embelezamento e bem-estar;		
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros	Conclusão da Ciclovia e passeios de ligação de Vila Flor ao Complexo Turístico e Desportivo do Peneireiro;	X	
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas			X
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos	Desenvolver uma solução de teleassistência, baseada no apoio telefónico que, em caso de emergência, permita aos idosos contactar um ponto de assistência 24 horas; Identificação dos riscos naturais e tecnológicos; Implementação do Sistema de Informação Geográfico do Concelho como instrumento de planeamento e implementação de medidas adequadas a esta área; Promoção de queimadas legais por parte dos proprietários, diminuindo o risco que advém das queimadas ilegais e sem acompanhamento técnico; Intervenções de silvicultura preventiva através da limpeza da vegetação herbácea e arbustiva ao longo das bermas das vias que atravessam as matas e povoamentos florestais do concelho; Criação e manutenção de infra-estruturas essenciais para a defesa da floresta; Construir novos pontos de água nas principais áreas florestais, para ser utilizada pelos Bombeiros e para acesso dos helicópteros de combate aos incêndios florestais;	X	
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social	Continuar a apostar na requalificação das praças e largos das freguesias;	X	
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos	Colaborar, a nível intermunicipal, na criação de um sistema de gestão para Resíduos de Construção e Demolição (RCD); Garantir o controlo da qualidade da água para consumo	X	



	humano assim como a qualidade da água das piscinas municipais;		
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior			X
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade	Estimular a produção cultural no concelho nas seguintes vertentes: artes plásticas, teatro, cantares dos reis, musica e dança contemporânea;	X	



Anexo 51



CÓDIGO		42	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância	Criar o infantário 24 horas, para dar condições de segurança e acompanhamento às crianças cujos pais trabalham durante a noite;	X	
1.2. Apoios e serviços para a juventude	Apoiar o associativismo para que este consiga levar a cabo actividades direccionadas para os jovens, com o objectivo de sensibilizar os jovens para o mundo associativo; Implementar a actividade para jovens e seniores - Viagem ao meu Concelho, proporcionado o conhecimento efectivo dos recursos e da beleza do Concelho; Estender o Cartão Social Municipal aos jovens e reforçar as vantagens económicas concedidas a todos os que dele beneficiam, sobretudo no tocante, entre outros, aos transportes, à cultura, à educação, à saúde e bem-estar, ao associativismo, à restauração e ao comércio; Atribuir bolsas de estudo municipais a jovens que queiram frequentar o ensino superior mediante necessidade comprovada através de rastreio social regular; Promover colónias de férias para crianças nas férias escolares sempre que os pais se encontrem a trabalhar; Dinamizar uma prática orientada de desportos de inverno para todas as crianças do 1º ciclo do Concelho; Desenvolver actividades desportivas, lúdicas e culturais para as crianças em tempo de interrupções lectivas, em parceria com associações culturais e clubes desportivos; Criar uma bolsa de habitação jovem;	X	
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade			X
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade	Implementar a actividade para jovens e seniores - Viagem ao meu Concelho, proporcionado o conhecimento efectivo dos recursos e da beleza do Concelho;	X	
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente	política de promoção e fomento de unidades sénior de convívio, repouso e bem-estar, tendo em conta as carências existentes e as perspectivas de envelhecimento da população em todo o Concelho;	X	
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes			X
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população	Implementar em todo o Concelho a prática de rastreio social regular de levantamento das reais necessidades da população, como base	X	



	organizada; implementar em todo o Concelho práticas regulares de rastreio educacional e formativo que identifiquem deficits de educação e formação, e os a estes associados, potenciais comportamentos de risco, riscos de desvinculação familiar e/ou laboral e de exclusão social, servindo de base orientadora para a construção de projectos de vida;		
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade	Apostaremos na disponibilização de cuidados de saúde de proximidade, como forma de melhorar a qualidade no acesso a esses cuidados, de melhorar os mecanismos de prevenção e tratamento de doenças e de minorar o impacto negativo nos rendimentos dos utentes, nas rotinas diárias e/ou no cumprimento de compromissos laborais/ profissionais destes; Criar e desenvolver mecanismos de assistência e tratamento especializado aos que mais necessitam destes; Promover, fomentar e apoiar a continuidade e a beneficiação das condições de funcionamento e o âmbito de acção das extensões de saúde (postos médicos) existentes nas freguesias do Concelho, com a cooperação das autoridades de saúde; Facilitar, em cooperação com as farmácias e em função de rastreios de saúde e sociais regulares a realizar, às pessoas em situação de carência comprovada o acesso, a custos reduzidos, a medicamentos de prevenção e de tratamento de que necessitam; Promover e fomentar, em complementaridade com todas as unidades de saúde, lazer e bem-estar do Concelho, o acesso facilitado aos seus serviços;	X	
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde	Accionar, em cooperação com todos os activos de saúde do Concelho, uma rede de rastreio de doenças e de prestação de cuidados de saúde, através, também, de unidades móveis de saúde, com o objectivo de cobrir todo o território do Concelho;	X	
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde	Criar e disponibilizar electronicamente e em papel (algumas impressões em Braille) regular e actualizadamente uma Agenda de Saúde e Bem-Estar que contenha informação detalhada de	X	



	todas as unidades de saúde e bem-estar existentes no Concelho; Levaremos a cabo, em cooperação com todos os activos sociais, de saúde e bem-estar do Concelho, políticas de rastreio social, de educação e formação regular em todo o Concelho, com vista à melhoria das condições de vida das populações e, consequentemente, do seu exercício de cidadania;		
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;	Criar o Conselho Municipal da Juventude; Criar o Conselho Municipal Sénior; Assumir o princípio efectivo dos orçamentos participativos;	X	
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁸⁰	Implementar em todo o Concelho práticas regulares de rastreio educacional e formativo que identifiquem deficits de educação e formação, e os a estes associados, potenciais comportamentos de risco, riscos de desvinculação familiar e/ou laboral e de exclusão social, servindo de base orientadora para a construção de projectos de vida;	X	
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares	Criar, com vista à implementação de uma política integrada de lazer, um parque de lazer de multi-valências intergeracional junto ao Rio Zêzere; política de planeamento e de criação de conforto e segurança pedonal em todas as localidades do Concelho; Avaliar e requalificar pavilhões desportivos; Avaliar e requalificar os campos de futebol do Concelho; Melhorar as possibilidades de prática desportiva informal nos jardins públicos e espaços de lazer do Concelho; Colocar aparelhos de exercício físico em espaços públicos da cidade, nomeadamente em jardins de proximidade; Criar ciclovias em várias zonas do Concelho; Desenvolver o projecto “Crescer Saudável” em parceria com a UBI e com o Centro Hospitalar da Cova da Beira, permitindo a identificação e acompanhamento de crianças em risco de obesidade;	X	
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis	Criar e implementar o programa de Habitação Protegida; Criar uma bolsa de habitação jovem;	X	
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio	Criar condições para que as associações e colectividades de todo o Concelho possam desempenhar as importantíssimas funções sociais, culturais e desportivas que estiveram na sua génese; Criar Associações de Juventude nas diversas freguesias; Criar e divulgar um espaço infanto-juvenil de ocupação, lazer,	X	

⁸⁰ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



	entretenimento, cultura e de vivência comunitária; Criar o Conselho Económico e Social Municipal e garantir condições de funcionamento do mesmo; Criar, em articulação com as associações de cada freguesia e de modo a rentabilizar as sedes sociais, algumas delas actualmente subaproveitadas, um programa de teatro, música e outras artes que, pelo menos uma vez por mês, possa dinamizar as freguesias do concelho; Incentivar e apoiar o associativismo para que este consiga levar a cabo actividades direccionadas para os jovens, com o objectivo de sensibilizar os jovens para o mundo associativo;		
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego	Ampliar os Parques Industriais para a implantação de novas empresas a custo reduzido; Promover a indústria do “software” (Covilhã fábrica do software) fomentar a utilização de novas tecnologias pelas famílias e nos vários sectores de actividade como a telemedicina/saúde, agricultura, indústrias tradicionais, etc., dando às empresas condições/preferências para se instalarem na região de modo a aproveitar os recursos humanos e tecnológicos existentes; Estabelecer protocolos com o IEFP, através de “programas ocupacionais”, no sentido de minorar o desemprego; Apoio à criação do próprio posto de trabalho inclusive projectos apoiados pelo “microcrédito; Criar um banco de terras a ser disponibilizado a jovens agricultores que se queiram instalar; Diversificar as actividades na exploração agrícola, estimulando o desenvolvimento de actividades não agrícolas nas explorações criando novas fontes de rendimento e de emprego, contribuindo para a fixação da população, a ocupação do território e o reforço da economia rural; Desenvolver actividades turísticas e de lazer no espaço rural, criando ou desenvolvendo produtos turísticos, nomeadamente ecoturismo, enoturismo, turismo associado ao azeite, turismo associado a actividades de caça e pesca, turismo equestre, centros de interpretação do Parque Natural da Serra da Estrela, entre outros, de forma a potenciar a valorização dos recursos endógenos dos territórios rurais, nomeadamente ao nível da valorização dos produtos locais e do património cultural e natural;	X	
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)	Avançar com as obras do Teatro Municipal da Covilhã, ex-Teatro-Cine; Construir novas praias fluviais e melhorar as existentes; Avaliar e requalificar a piscina coberta dos Penedos Altos, dotando-a das condições fundamentais de conforto para os utentes; Avaliar e requalificar	X	



	pavilhões desportivos; Avaliar e requalificar os campos de futebol do Concelho; Construir um recinto para festas do Concelho;		
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável	Criação de espaços de escoamento de produtos agrícolas; Estabelecer negociações com os responsáveis das grandes superfícies a operar no Concelho de modo a sensibiliza-los a adquirirem na nossa região uma percentagem significativa dos produtos que aqui possam ser produzidos; Criar um banco de terras a ser disponibilizado a jovens agricultores que se queiram instalar; Criar hortas comunitárias na área urbana, para serem disponibilizadas a várias entidades, pessoais e colectivas que estejam interessadas;	X	
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros	Implementar um sistema de transportes públicos que promova, fomente e facilite o acesso de toda a população do Concelho aos centros empresariais e industriais, aos terminais de transportes rodoviários e ferroviários, aos locais e espaços de comércio, aos serviços e/ou equipamentos de saúde e bem-estar e aos espaços de cultura, ocupacionais, de lazer e de desporto do Concelho; Continuar a lutar pela adequação das taxas de portagem ao nível de rendimento e de desenvolvimento do interior do país, de modo a não serem impeditivas do crescimento económico e melhoria da qualidade de vida destas populações; Criar ciclovias em várias zonas do Concelho;	X	
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar	Apostaremos numa política ambiental amiga da sustentabilidade dos recursos naturais e ambientais; Garantir condições, equipamentos e sinalética para o depósito de dejectos de animais nos espaços públicos de lazer;	X	
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos	Melhorar e alargar a todo o Concelho o sistema de depósito e recolha de resíduos sólidos, com o propósito de contribuir para a sustentabilidade dos recursos naturais e ambientais;	X	
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática	Desenvolver um sistema de produção de energia limpa que torne auto-suficiente o Concelho através de fontes renováveis de energia (eólica, hídrica, foto voltaica e biomassa); Promover e incentivar a produção de energia eléctrica através de fontes renováveis (eólica, a Hídrica, solar e biomassa e reciclagem de óleos alimentares - no sentido do seu aproveitamento nos carros camarários, promover o bio-diesel e descriminar positivamente o carro eléctrico);	X	
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade	Implementar um sistema de RAS – Resposta Activa Social; Criar e implementar o programa de Habitação Protegida; Apoiaremos e desenvolveremos uma política de consolidação e prolongamento de acolhimento de jovens institucionalizados; implementar em todo o	X	



	Concelho práticas regulares de rastreio educacional e formativo que identifiquem deficits de educação e formação, e os a estes associados, potenciais comportamentos de risco, riscos de desvinculação familiar e/ou laboral e de exclusão social, servindo de base orientadora para a construção de projectos de vida; Sinalizar, através de políticas de rastreio já mencionadas, idosos em situação de isolamento e prestar cuidados básicos;		
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Reduzir o valor do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, da TOS – Taxa Municipal de Ocupação de Subsolo, da DERRAMA - Imposto Municipal sobre o Lucro Tributável das Pessoas Colectivas, e da factura da água, diminuindo assim os custos mensais obrigatórios das pessoas, das famílias, das instituições e das empresas, para desta forma criar condições para a captação de investimento, para a criação de empresas, para a fixação de jovens e de população em geral, para a criação de emprego, para o aumento da natalidade e para uma melhor qualidade de vida; Impulsionar parcerias activas entre todas as entidades de educação, ensino e investigação e a economia local, para troca e/ou transferência de conhecimento e de tecnologia e/ou criação de uma indústria criativa (ex: empresas spin-offs) que crie novas ideias de negócio e desenvolva, tornando mais inovadoras e competitivas, as empresas já existentes no Concelho; Desenvolver uma política de captação de investimento envolvendo as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo; Apostar na criação de projectos conjuntos nas áreas da cultura, desporto, empreendedorismo, captação de investimento, urbanismo e requalificação urbana, acção social, e restantes áreas importantes para a comunidade; Impulsionar parcerias ativas entre todas as entidades de educação, ensino e investigação e a economia local, para troca e/ou transferência de conhecimento e de tecnologia e/ou criação de uma indústria criativa (ex: empresas spin-offs) que crie novas ideias de negócio e desenvolva, tornando mais inovadoras e competitivas, as empresas já existentes no Concelho; Criar uma Sociedade de Desenvolvimento Regional, por forma a apoiar a economia regional, conferindo-lhe o nervo financeiro necessário ao desenvolvimento económico; Captar, para o Concelho, eventos desportivos com projecção nacional e internacional; Desenvolver actividades turísticas e de lazer no espaço rural, criando ou desenvolvendo produtos turísticos,	X	



	nomeadamente ecoturismo, enoturismo, turismo associado ao azeite, turismo associado a actividades de caça e pesca, turismo equestre, centros de interpretação do Parque Natural da Serra da Estrela, entre outros, de forma a potenciar a valorização dos recursos endógenos dos territórios rurais, nomeadamente ao nível da valorização dos produtos locais e do património cultural e natural;		
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres	Criar, com vista à implementação de uma política integrada de lazer, um parque de lazer de multi-valências intergeracional junto ao Rio Zêzere; política de planeamento e de criação de conforto e segurança pedonal em todas as localidades do Concelho; Melhorar as possibilidades de prática desportiva informal nos jardins públicos e espaços de lazer do Concelho; Colocar aparelhos de exercício físico em espaços públicos da cidade, nomeadamente em jardins de proximidade; Criar ciclovias em várias zonas do Concelho;	X	
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola			X
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável	Implementar o Projecto Fome Zero;	X	
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres	Criar condições para o apoio à mulher/homem vítima de violência doméstica;	X	
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito			X
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planeamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes	Implementar um sistema de transportes públicos que promova, fomente e facilite o acesso de toda a população do Concelho aos centros	X	



	empresariais e industriais, aos terminais de transportes rodoviários e ferroviários, aos locais e espaços de comércio, aos serviços e/ou equipamentos de saúde e bem-estar e aos espaços de cultura, ocupacionais, de lazer e de desporto do Concelho; Pugar, junto do poder central, pela construção a “custo zero” da Estrada Covilhã / Coimbra /Figueira da Foz - inserindo esta infraestrutura rodoviária (de primordial importância) numa ligação internacional mais ampla que ligue “Madrid a Coimbra e Figueira da Foz”; Envidar todos os esforços junto do Governo para construir um Aeroporto Regional “low-cost” de forma a potenciar vários sectores;		
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis	Criar espaços de lazer nos bairros sociais; Melhorar as possibilidades de prática desportiva informal nos jardins públicos e espaços de lazer do Concelho;	X	
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte	Implementar um sistema de transportes públicos que promova, fomente e facilite o acesso de toda a população do Concelho aos centros empresariais e industriais, aos terminais de transportes rodoviários e ferroviários, aos locais e espaços de comércio, aos serviços e/ou equipamentos de saúde e bem-estar e aos espaços de cultura, ocupacionais, de lazer e de desporto do Concelho;	X	
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos	Criar e implementar o programa de Habitação Protegida; recuperação, renovação, reabilitação e requalificação do património habitacional degradado existente em todo o Concelho;	X	
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física	Criar, com vista à implementação de uma política integrada de lazer, um parque de lazer de multi-valências intergeracional junto ao Rio Zêzere;	X	
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros	Implementar um sistema de transportes públicos que promova, fomente e facilite o acesso de toda a população do Concelho aos centros empresariais e industriais, aos terminais de transportes rodoviários e ferroviários, aos locais e espaços de comércio, aos serviços e/ou equipamentos de saúde e bem-estar e aos espaços de cultura, ocupacionais, de lazer e de desporto do Concelho; Envidar todos os esforços junto do Governo para construir um Aeroporto Regional “low-cost” de forma a potenciar vários sectores; Criar ciclovias em várias zonas do Concelho;	X	
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas			X



15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos	Criar e implementar o programa de Habitação Protegida; implementar em todo o Concelho práticas regulares de rastreio educacional e formativo que identifiquem déficits de educação e formação, e os a estes associados, potenciais comportamentos de risco, riscos de desvinculação familiar e/ou laboral e de exclusão social, servindo de base orientadora para a construção de projectos de vida; Promover, em conjunto com as autoridades policiais e escolas, proporcionando o diálogo e a troca de ideias, acções de esclarecimento e sensibilização para as temáticas: violência; - insucesso e abandono escolar, e alcoolismo; Planear e criar conforto e segurança pedonal com vista a permitir às pessoas circularem e passearem nas ruas e estradas das localidades de todo o Concelho, contribuindo assim também para a diminuição do trânsito rodoviário, minimizando os prejuízos ambientais inerentes, para a segurança e para a saúde e bem-estar das pessoas; Reforçar a segurança existente na serra; Sinalizar, através de políticas de rastreio já mencionadas, idosos em situação de isolamento e prestar cuidados básicos;	X	
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social	Fomentar nas zonas históricas e antigas a cultura de bairro, integrando o pequeno comércio e pequenos bares, e criar espaços vazios, como praças, de modo a que possam decorrer eventos de modo a atrair a população; Reforçar, alargar o âmbito e estender os espaços de ocupação, formação, lazer e solidariedade existentes no Concelho, tendo em conta as especificidades de cada geração e a absolutamente necessária convivência intergeracional;	X	
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos			X
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior			X
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade	Criar a “Cultura Jovem”, uma instituição direccionada primordialmente para os mais jovens e com o objectivo de formação de públicos, a partir do funcionamento de ateliês de música, pintura, teatro, dança;	X	



Anexo 52



CÓDIGO		43	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância			X
1.2. Apoios e serviços para a juventude	Assegurar a continuidade do plano de acção social escolar para garantia do apoio às crianças mais desfavorecidas, mantendo aquele que é um dos mais completos planos neste domínio entre os municípios da região; Criar um programa de bolsas de mérito destinadas aos estudantes do ensino superior; Continuar a promover programas de Actividades de Tempos Livres nos períodos de férias escolares; Promoção do desporto escolar no primeiro ciclo; Recuperação do projecto do Cartão Jovem Municipal;	X	
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade	Continuar com o apoio às famílias numerosas do nosso concelho de forma a discriminar positivamente as famílias que assumem os desafios inerentes à educação de um maior número de crianças, activo fundamental para o futuro da nossa região,	X	
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade	Reforço das políticas activas e iniciativas de apoio para a 3ª idade, nomeadamente através da Comissão Municipal de Protecção a Pessoas Idosas do Fundão, assim como actividades de combate ao isolamento da população idosa;	X	
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente	Adopção de políticas de envelhecimento activo que fomentem e desenvolvam nos cidadãos séniores as competências necessárias à melhoria da sua qualidade de vida e saúde física e mental, em conjunto com medidas de educação e formação como é o caso da análise e reforço da Universidade Sénior;	X	
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes			X
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população			X
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X



4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade	Promover, em estreita parceria com o Centro Hospitalar Cova da Beira, a criação do pólo de Medicina Nuclear, que dota a nossa região de uma valência única e essencial e que muito valoriza o Hospital do Fundão; Continuar a promover o desenvolvimento de projectos-piloto possibilitados pela Unidade Móvel de Saúde, integrada no âmbito do Living Lab Cova da Beira, e muito particularmente pelo pólo de Telemonitorização da Cova da Beira, que o município integra enquanto fundador, com a Universidade da Beira Interior e Centro Hospitalar da Cova da Beira;	X	
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde	Manter a articulação com as Unidades Locais de Saúde e cimentar a colaboração com os Centros Hospitalares da região;	X	
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde	Inclusão, a título de experiência-piloto, da formação em suporte básico de vida ou primeiros socorros nos planos curriculares; Continuar a política de educação ambiental nas escolas do concelho sensibilizando para a reciclagem e recuperação de resíduos; Continuar a apoiar as iniciativas relacionadas com a Educação para a Saúde;	X	
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;	Reforço da descentralização e co-responsabilização desenvolvida em conjunto com a rede fundamental de parceiros do município: as juntas de freguesia e as associações; Reforço dos instrumentos de participação postos ao dispor da comunidade, nomeadamente garantindo a continuidade do Orçamento Municipal Participativo do Município do Fundão; Melhorar a capacidade de resposta associada à Linha Verde, meio de participação e de cidadania, e às respectivas unidades operativas e piquetes, promovendo uma resposta mais rápida e de maior qualidade às diversas solicitações, observações, críticas e sugestões dos utilizadores; Estruturar uma rede de Balcões do Cidadão distribuídos por subzonas ao nível do concelho e criar a figura do Balcão Móvel para facilitar o acesso das áreas rurais do concelho aos serviços públicos municipais; Continuação do programa regular de realização de fóruns para debate da problemática da interioridade colocando esta temática na agenda política nacional; Fomentar a política de co-responsabilidade e de educação para a cidadania e civismo com os condomínios e associações de bairro, como forma de zelar e proteger o espaço e equipamentos públicos, prevenindo a sua vandalização;	X	
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação			X



integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁸¹			
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares	Conclusão do projecto de Rotas e Percursos da Gardunha, executado no âmbito da Estratégia de Eficiência Colectiva Buy Nature, que executado em cooperação com a Gardunha 21 e o Município de Castelo Branco promove na Gardunha mais de 370 kms em percursos pedestres e de BTT posicionando-a como destino de excelência para o Turismo de Natureza; Promover a utilização da oferta desenvolvida no Parque da Quinta do Convento nas vertentes de desporto de aventura, arborismo, centro de BTT, património histórico e educação ambiental; Apoio a todas as modalidades desportivas de formação, designadamente futebol, futsal, basquetebol, triatlo, natação, corfebol, btt e atletismo, entre outros;	X	
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis	Promover a isenção de licenciamento para os casos em que as pessoas queiram recuperar casas que sejam declaradas devolutas;	X	
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio	Reforço da descentralização e co-responsabilização desenvolvida em conjunto com a rede fundamental de parceiros do município - as juntas de freguesia e as associações; Continuar a dinamizar o Conselho Municipal da Educação, a Rede Social e o novo órgão consultivo do Conselho Económico e Social; Conclusão da Carta Social do concelho, que visa a implementação de medidas de política sustentável de acção social, que torne o território municipal coeso em termos da capacidade de resposta ao nível da rede social perante as carências e problemas existentes; Continuar a apoiar activamente o programa de voluntariado municipal facilitando os meios que possam ser afectos a uma maior mobilização em situações de combate a incêndios e apoio social; Criação da Assembleia Municipal Jovem num espírito de promoção da cidadania e do envolvimento dos jovens no processo de decisão e construção de uma democracia local abrangente e participada; Garantir a continuidade do plano de apoio ao movimento associativo desportivo, social e cultural do Fundão;	X	
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de	Prosseguir a campanha de promoção e animação	X	

⁸¹ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



emprego	“Eu Comprei no Fundão”, em parceria com os operadores da Praça Municipal e do Comércio Tradicional; Priorização dos investimentos de empresas e famílias que venham a ter incidência e efeitos na revitalização e animação da Zona Antiga da cidade; Dinamização do Centro de Formação Avançada e desenvolvimento dos espaços-oficina dedicados aos clusters da metalomecânica de precisão e dos polimentos dada a sua crescente relevância na estrutura económica local e regional, actuando continuamente no reforço da competitividade do tecido económico local e criação de emprego;		
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)	Terminar a rede de equipamentos sociais do concelho ao nível de lares e ATLS e melhoria de espaços dos centros de dia; Apostar num projecto de Restauro do Cine-Teatro;	X	
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável	Desenvolver a promoção e a venda da marca e dos produtos de qualidade do Fundão; Consolidar o Mercado Abastecedor da Cova da Beira como projecto fundamental para o escoamento da produção agrícola e para o desenvolvimento da fileira agro-industrial; Continuar a estratégia para defesa, promoção e comercialização da “Cereja do Fundão”, enquanto marca principal da fileira agro-alimentar do Fundão;	X	
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros	Promover o desenvolvimento e implementação de um Plano de Mobilidade no arco urbano da Beira Interior (Castelo Branco – Fundão – Covilhã – Guarda) em particular no quadro da Cova da Beira, no eixo Fundão – Covilhã, melhorando as condições de transporte rodoviário e ferroviário; Manter a implementação do plano de transportes escolares em conjunto com o movimento associativo; Desenvolver um plano de mobilidade para as zonas rurais, onde as opções de transporte são pouco eficientes, custosas e não servem a procura existente nas localidades mais distantes da sede de concelho, agravando o seu isolamento; Apostar na melhoria das soluções e opções de transportes escolares;	X	
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar	Definir um corredor verde no âmbito da valorização do espaço urbano da cidade, estabelecendo uma ligação de continuidade entre o Parque Verde, o Pavilhão Gimnodesportivo, o campus escolar do Agrupamento de Escolas do Fundão e o Parque do Convento;	X	
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos	Continuar com o programa de limpeza das ribeiras em parceria com as juntas de freguesia;	X	
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática	Continuar a promover a atracção de investimento na área do ambiente e energias verdes, apoiando o novo projecto da biomassa florestal e o já existente parque eólico, assim como discriminando fiscalmente quem utilize energias	X	



	alternativas nos edifícios; Executar o projecto de eficiência energética para os principais edifícios públicos e iluminação pública, reforçando de forma eficiente a iluminação na Zona Antiga do Fundão;		
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade	Fomentar novas iniciativas de silvicultura preventiva para diminuição dos riscos de ocorrência de fogos florestais; Conclusão da Carta Social do concelho, que visa a implementação de medidas de política sustentável de acção social, que torne o território municipal coeso em termos da capacidade de resposta ao nível da rede social perante as carências e problemas existentes;	X	
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Continuar a execução do Plano de Inovação e Internacionalização do Fundão, assente numa filosofia de abertura, diálogo e capacitação da comunidade, com especial atenção à atracção de investimento e à criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento das empresas do nosso concelho; Desenvolvimento, a partir do Co-work Moagem e da Incubadora do Fundão, de serviços de apoio ao acolhimento de empreendedores e instalação de empresas, através da promoção de concursos e banco de ideias; Privilegiar, no âmbito do Living Lab Cova da Beira, projectos de investigação & desenvolvimento, investigação aplicada, formação avançada, projectos piloto em domínios como a fileira agro-alimentar, turismo, informação e conhecimento, ambiente, polímeros, tecnologias da informação e robótica; Reforço da estratégia de internacionalização da produção agroalimentar o Concelho do Fundão, desenvolvida através do Clube de Produtores do Fundão; Conclusão da Carta Social do concelho, que visa a implementação de medidas de política sustentável de acção social, que torne o território municipal coeso em termos da capacidade de resposta ao nível da rede social perante as carências e problemas existentes; Continuar a aposta efectuada no Cartão Social Municipal enquanto instrumento de apoio às famílias carenciadas; Reforçar as capacidades e as parcerias envolvidas em torno da Loja Social do Fundão com vista a uma cada vez melhor resposta às famílias em situação de fragilidade socioeconómica no concelho;	X	
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X



7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres	Conclusão do projecto de Rotas e Percursos da Gardunha, executado no âmbito da Estratégia de Eficiência Colectiva Buy Nature, que executado em cooperação com a Gardunha 21 e o Município de Castelo Branco promove na Gardunha mais de 370 kms em percursos pedestres e de BTT posicionando-a como destino de excelência para o Turismo de Natureza; Promover as mobilidades suaves (percursos pedonais e ciclovias) na ligação da cidade com a Serra da Gardunha e área rural circundante, fomentando a sua utilização para turismo, lazer e bem-estar; Melhorar as condições de circulação pedonal entre o Fundão, Donas e Valverde; Criação, no contexto da rede nacional, de um Centro Municipal de marcha e corrida no Parque Verde da cidade; Promoção de actividades todo-o-terreno no meio rural do concelho designadamente BTT e TT;	X	
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola			X
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável			X
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres			X
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito			X
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planeamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes	Promover o desenvolvimento e implementação de um Plano de Mobilidade no arco urbano da Beira Interior (Castelo Branco – Fundão – Covilhã – Guarda) em particular no quadro da Cova da Beira, no eixo Fundão – Covilhã, melhorando as condições de transporte rodoviário e ferroviário; Criação de um verdadeiro terminal de mercadorias na Zona Industrial do Fundão na linha ferroviária existente; Desenvolver um plano de mobilidade	X	



	para as zonas rurais, onde as opções de transporte são pouco eficientes, custosas e não servem a procura existente nas localidades mais distantes da sede de concelho, agravando o seu isolamento;		
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis	Promover a continuação do projecto da Paisagem Protegida de âmbito regional da Serra da Gardunha; Criação, no contexto da rede nacional, de um Centro Municipal de marcha e corrida no Parque Verde da cidade; Ampliação da rede de ciclovias criando um anel periurbano à cidade do Fundão;	X	
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte	Promover o desenvolvimento e implementação de um Plano de Mobilidade no arco urbano da Beira Interior (Castelo Branco – Fundão – Covilhã – Guarda) em particular no quadro da Cova da Beira, no eixo Fundão – Covilhã, melhorando as condições de transporte rodoviário e ferroviário; Pugnar pela construção da Central de Transportes do Fundão, no sentido de integrar ofertas, numa lógica intermodal, a instalar entre a actual estação ferroviária e a Circular Urbana, de acordo com o projecto já elaborado;	X	
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos	Reforçar o programa de apoio à recuperação de casas no centro histórico ao nível das coberturas e fachadas e da eficiência energética;	X	
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física	Conclusão do projecto de Rotas e Percursos da Gardunha, executado no âmbito da Estratégia de Eficiência Colectiva Buy Nature, que executado em cooperação com a Gardunha 21 e o Município de Castelo Branco promove na Gardunha mais de 370 kms em percursos pedestres e de BTT posicionando-a como destino de excelência para o Turismo de Natureza; Criação, no contexto da rede nacional, de um Centro Municipal de marcha e corrida no Parque Verde da cidade;	X	
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros	Promover as mobilidades suaves (percursos pedonais e ciclovias) na ligação da cidade com a Serra da Gardunha e área rural circundante, fomentando a sua utilização para turismo, lazer e bem-estar; Criação de um verdadeiro terminal de mercadorias na Zona Industrial do Fundão na linha ferroviária existente; Pugnar pela construção da Central de Transportes do Fundão, no sentido de integrar ofertas, numa lógica intermodal, a instalar entre a actual estação ferroviária e a Circular Urbana, de acordo com o projecto já elaborado; Ampliação da rede de ciclovias criando um anel periurbano à cidade do Fundão;	X	
14. Alterações climáticas e emergências de saúde			



pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas			X
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos	Assegurar com as forças de segurança, designadamente com a GNR, um maior reforço na segurança de pessoas e bens; Promover a melhoria da capacidade de resposta associada ao Piquete Social que representa um apoio para os munícipes mais carenciados, debilitados ou em situação de maior isolamento;	X	
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social	Regenerar a Zona Antiga, tornando-a mais atractiva como destino para habitação jovem e desenvolvimento de negócios nas áreas de comércio e serviços, reforçando a bolsa de arrendamento jovem das “Casas-Oficina” e recuperando espaços sem utilização, fomentando a captação de novos modelos de micro-negócio nas áreas das indústrias criativas e da recuperação de saberes tradicionais, assim como na atracção de novas marcas e produtos diferenciadores; Desenvolver a figura de condomínio administrativo e centro comercial ao ar livre para a Zona Antiga do Fundão preconizados pela criação da ARU (Área de Regeneração Urbana);	X	
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos			X
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior			X
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade	Apoiar a estrutura de teatro da ESTE – Estação Teatral da Beira Interior; Apoiar a Academia de Música e Dança do Fundão, valência da Santa Casa da Misericórdia do Fundão, nomeadamente com o sistema de bolsas e ao Concurso Internacional de Piano; Criação de um concurso anual de Fotografia; Promover um plano de animação que valorize a arte urbana, dinamizando a realização de campos que venham a resultar em trabalhos de intervenção em fachadas de edifícios degradados;	X	



Anexo 53



CÓDIGO		44	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância	Investir nos Projectos de Complemento Curricular da Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Secundário;	X	
1.2. Apoios e serviços para a juventude	Investir nos Projectos de Complemento Curricular da Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Secundário;	X	
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade			X
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade			X
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente			X
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes			X
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população			X
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade	Fortalecer as respostas sociais das IPSS's da Rede Solidária, nomeadamente da doença mental; Reforçar a função da Rede de Postos de Enfermagem nas Freguesias que não possuem Extensões de Saúde; Apoiar as Unidades de Saúde Familiar na prestação dos Cuidados de Saúde Domiciliários;	X	
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde			X
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde			X
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas,			X



a saúde e o bem-estar;			
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁸²			X
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares	Diversificar e qualificar a oferta de actividade desportiva e de lazer; Reforçar a rede de polidesportivos nas Freguesias; Criar circuitos pedestres temáticos;	X	
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis	Dinamizar programas de recuperação habitacional (projectos gratuitos e apoios pontuais à requalificação habitacional);	X	
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio	Reforçar a dinamização da Rede Social e do RMAS; Incrementar a Rede Local de Voluntariado; Implementar um Sistema Global Integrado das Várias Redes do Concelho em complemento com as Redes Regionais e Nacionais de Solidariedade Social;	X	
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego	Promover a instalação de novas unidades empresariais; Estimular a criação de oportunidades de trabalho e fomentar a empregabilidade; Apoiar jovens talentos das universidades a concretizarem e valorizarem iniciativas empreendedoras, promovendo a fixação de profissionais altamente qualificados no Concelho e na região; Apoiar a implantação de unidades agro-industriais;	X	
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)	Intensificar a qualificação da Rede de Equipamentos Escolares e Educativos; Promover a construção de mais Centros Educativos, no quadro da revisão da Carta Educativa do Concelho; Concretizar a construção / requalificação da USF “As Gandras”; Requalificar o espaço poente do Hospital AJC e da Unidade de Cuidados Continuados, em parceria com a Santa Casa da Misericórdia e o Ministério da Saúde; Construir o Auditório Municipal; Criar o Museu do Coleccionismo; Criar o Museu da Pedra 4D; Criar o Museu do Ourives; Criar a Rota da Pedra; Criar o Anfiteatro Natural e Pedreira Radical; Reabilitar a Casa “Lima Fragoso”; Reabilitar a Casa “Três Marias”; Qualificar a rede de equipamentos e infra estruturas desportivas;	X	
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos	Sensibilizar os agentes agrícolas concelhios para o potencial de novas culturas associadas à		

⁸² Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



de comida saudável	implantação de modernas unidades de transformação no Concelho; Apoiar a modernização das empresas do sector agrícola; Apoiar a implantação de unidades agro-industriais; Desenvolver o programa de promoção da agricultura biológica, intensificando a actividade do pólo de desenvolvimento experimental na Quinta Biológica da INOVA-EEM, SA; Apoiar a criação do mercado tradicional de produtos agrícolas locais, com forte incidência na agricultura biológica; Desenvolver o projecto das Hortas Comunitárias;		
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros	Potenciar a implementação do Projecto de Mobilidade Sustentável; Actuar para que seja construído o IC 12 Mealhada-Mira (Variante de Murte); Promover a conclusão da Circular Urbana de Cantanhede; Promover a execução da Variante Sul de Cantanhede (Rotunda de Lemedo – Póvoa da Lomba);	X	
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar	Alargar o Parque Natural dos Olhos da Fervença;	X	
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos	Garantida que está a cobertura do território do Concelho ao nível do saneamento, melhorar o sistema público de drenagem e tratamento de águas residuais com a reabilitação das infra-estruturas mais antigas;	X	
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática	Potenciar a implementação do Projecto de Mobilidade Sustentável;	X	
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade	Reforçar a dinamização da Rede Social e do RMAS; Implementar o Programa de Prevenção Primária de Comportamentos de Risco;	X	
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Promover a requalificação das Zonas Industriais, conferindo-lhes condições e o estatuto de Parques Empresariais; Promover a instalação de novas unidades empresariais; Atrair investimento nacional e internacional do sector da biotecnologia; Participar na criação do Centro Luso-Brasileiro de Biotecnologia; Continuar a dinamizar a COLMEIA – Banco de Recursos;	X	
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres	Reforçar a rede de polidesportivos nas Freguesias; Diversificar e qualificar a oferta de actividade desportiva e de lazer; Criar a rede de ciclovias do Concelho; Criar circuitos pedestres temáticos;	X	
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis			X



na escola			
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável			X
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres	Dinamizar a rede concelhia de apoio à vítima de violência;	X	
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças	Dinamizar a rede concelhia de apoio à vítima de violência;	X	
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos	Dinamizar a rede concelhia de apoio à vítima de violência;	X	
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito	Aumentar a segurança rodoviária e garantir maior protecção aos peões, particularmente nas zonas urbanas;	X	
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planeamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes	Actuar para que seja construído o IC 12 Mealhada-Mira (Variante de Murte); Promover a conclusão da Circular Urbana de Cantanhede; Promover a execução da Variante Sul de Cantanhede (Rotunda de Lemedo – Póvoa da Lomba); Continuar a diligenciar no sentido de ser reabilitada a linha férrea Figueira da Foz/Cantanhede/Pampilhosa;	X	
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis			X
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte			X
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos	Dinamizar programas de recuperação habitacional (projectos gratuitos e apoios pontuais à requalificação habitacional);	X	
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física	Criar a rede de ciclovias do Concelho; Criar circuitos pedestres temáticos; Criar o Parque Radical S. Mateus; Alargar o Parque Natural dos Olhos da Fervença;	X	
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros	Criar a rede de ciclovias do Concelho; Fomentar a utilização de transportes alternativos ao automóvel.	X	
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas			X
15. Segurança e protecção			



15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos	Reforçar a dinamização da Rede Social e do RMAS; Fortalecer as respostas sociais das IPSS's da Rede Solidária, nomeadamente da doença mental; Implementar o Programa de Prevenção Primária de Comportamentos de Risco;	X	
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social	Estimular dinâmicas de intercâmbio social entre os habitantes dos aglomerados urbanos do concelho de Cantanhede;	X	
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos			X
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior			X
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade			X



Anexo 54



CÓDIGO		45	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância			X
1.2. Apoios e serviços para a juventude			X
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade			X
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade			X
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente			X
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes			X
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população			X
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade			X
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde			X
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde			X
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;			X
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para			X



os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁸³			
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares			X
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis	Criar uma sociedade de reabilitação urbana visando a recuperação da parte antiga da vila de molde a atrair e fixar a população jovem através de um programa de arrendamento jovem;	X	
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio	Criação de um encontro/debate anual das associações e colectividades do concelho;	X	
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego	Apoiar os investidores locais;	X	
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)	Optimização das instalações e equipamentos utilizados pelas associações e colectividades;	X	
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável	Criação de campanhas para “comprar no comércio local”;	X	
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros	Electrificação do ramal da Lousã;	X	
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar	Desinfestação das árvores existentes;	X	
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos	Criar locais com melhores condições para a colocação dos contentores, proceder regularmente à sua desinfecção e desenvolver acções de sensibilização junto da população de modo a manter o concelho limpo; saneamento básico;	X	
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática			X
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade	Elaborar um cadastro florestal do concelho; agilizar a comissão municipal de protecção civil, com os bombeiros a assumirem uma maior intervenção;	X	
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Criação de uma rede integrada de promoção do turismo; revitalizar a zona industrial da Pereira; dinamizar a incubadora de empresas; criar uma zona industrial na freguesia de Lamas;	X	
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			

⁸³ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres			X
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola			X
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável			X
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres			X
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito			X
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planeamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes	Electrificação do ramal da Lousã;	X	
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis	Espaços como a Feira dos Bois, a Praça da Sardinha ou o Largo do Carvalhal merecem maior atenção, podendo receber ateliers, workshops e iniciativas para crianças e idosos;	X	
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte			X
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos			X
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física			
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros	Electrificação do ramal da Lousã;	X	
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas			X
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos	Incentivar os proprietários florestais na defesa das áreas de vegetação autóctone; que a limpeza das bermas seja efectuada também no inverno, a biomassa das limpezas seca, reduzindo assim o risco de aparecimento de focos de incêndio;	X	
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e	Facilitar o acesso às zonas de comércio local,	X	



desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social	criando zonas de estacionamento rápido e zonas pedonais que possibilitem o acesso de pessoas com mobilidade reduzida;		
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos			X
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior			X
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade			X



Anexo 55



CÓDIGO		46	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância			X
1.2. Apoios e serviços para a juventude			X
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade			X
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade			X
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente	Promover medidas e projectos (em parceria com entidades locais) de apoio à população mais carenciada com especial destaque para os idosos, nas seguintes áreas: melhoria da mobilidade, ocupação de tempos livres e manutenção doméstica (pequenas reparações);	X	
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes			X
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população			X
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade	Contribuir para um acesso mais rápido e eficaz à rede de assistência regional do Serviço Nacional de Saúde, tanto na prevenção e diagnóstico, como no tratamento, principalmente à população mais idosa, desfavorecida e com dificuldade de deslocação;	X	
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde			X
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde			X
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;	Criar um sistema de atendimento ao munícipe, gratuito, com resposta imediata (via telefone e e-mail) e com horário alargado; Promover iniciativas de orçamento participativo;	X	



6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁸⁴			X
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares	Optimizar os recursos físicos e materiais do município, medida fundamental para melhorar a qualidade da prática da actividade física e desportiva;	X	
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis			X
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio	Criar um observatório do emprego com parceiros locais, IPSS e Juntas de Freguesia; Fomentar acções e projectos em parceria com as IPSS, as Juntas de Freguesia e as associações locais, verdadeiros parceiros de desenvolvimento local, de resposta aos problemas sociais emergentes;	X	
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego	Dar prioridade máxima às políticas activas de emprego e ao apoio a iniciativas que visem a criação de emprego jovem; Criar uma política de incentivos à fixação de projectos empresariais (incubadora de empresas, capital de risco e concursos de empreendedorismo); Definir uma estratégia concertada para a formação e ensino profissionais no concelho;	X	
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)			X
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável			X
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros	Optimizar a rede de transportes escolares;	X	
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar			X
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos			X
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática	Estabelecer políticas de eficiência energética nas infra-estruturas de domínio camarário;	X	
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade	Criar um programa de apoio a situações de emergência social;	X	
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Criar uma estratégia de marketing para publicitação das potencialidades do concelho demonstrando claramente quais os seus factores competitivos; Prestar apoio técnico no acesso a Candidaturas e Programas de Financiamento Comunitário; Criar um gabinete que promova a	X	

⁸⁴ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



	inovação no sector agrícola através de acções piloto no domínio das boas práticas ambientalmente sustentáveis (“O agricultor é o melhor amigo do ambiente”), da boa gestão dos solos (“Parques Agrícolas”), da organização de visitas de estudo a explorações modelo, de novas metodologias de comercialização de produtos agrícolas;		
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres	Optimizar os recursos físicos e materiais do município, medida fundamental para melhorar a qualidade da prática da actividade física e desportiva;	X	
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola			X
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho	Promover um ambiente laboral motivador e promotor de eficiência, dando uma especial atenção às condições de trabalho dos funcionários bem como às suas expectativas de desenvolvimento e qualificação profissionais;	X	
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável			X
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres			X
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito			X
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planeamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes	Optimizar a rede de transportes escolares; Dar prioridade à manutenção e conservação da rede viária existente;	X	
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis			X
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte			X



12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos	Definir um modelo de apoio e incentivo à reabilitação urbana, fomentando a melhoria das condições habitacionais, e simultaneamente impulsionando as pequenas e médias empresas do concelho ligadas ao sector;	X	
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física			X
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros	Optimizar a rede de transportes escolares;	X	
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas			X
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos			X
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social			X
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos			X
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior			X
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade	Estimular a criação de uma rede entre os agentes culturais concelhios com vista à circulação de espectáculos pelas diferentes salas do concelho e à realização de eventos comuns; Apoiar o teatro (que é uma actividade cultural de referência na região), para que possa ser a âncora onde se alicerce uma estratégia de valorização turístico-cultural do concelho;	X	



Anexo 56



CÓDIGO		48	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância			X
1.2. Apoios e serviços para a juventude			X
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade			X
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade			X
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente			X
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes			X
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população			X
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade			X
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde			X
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde			X
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;	Criar a figura do provedor do município;	X	
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para			X



os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁸⁵			
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares			X
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis			X
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio			X
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego			X
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)			X
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável			X
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros			X
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar			X
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos	Manter a água pública para todos, recusando a privatização;	X	
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática			X
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade			X
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Criar a marca “Baixo-Mondego” para promover os produtos locais; implementar e promover um programa de desenvolvimento turístico; criar um balcão de empreendedorismo e incubadora de empresas;	X	
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres			X
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola			X
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			
9. Alimentação saudável			

⁸⁵ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável			X
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres			X
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito			X
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planeamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes			X
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis			X
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte			X
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos	Implementar equipas de ajuda ao cidadão para resolução de problemas habitacionais;	X	
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física			X
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros			X
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas			X
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos			X
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social	Devolver a feira quinzenal à vila de Montemor-o-Velho;	X	
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos			X
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior			X
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades	Criar uma agenda cultural, desportiva e	X	



culturais orientadas para o incentivo da criatividade	associativa para todo o concelho;		
---	-----------------------------------	--	--



Anexo 57



CÓDIGO		49	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância			X
1.2. Apoios e serviços para a juventude	Fomentar a criação do banco de livros escolares municipal, devidamente enquadrado na estratégia da rede social e do banco de voluntariado; desenvolver uma actividade extracurricular para aprendizagem de línguas em cooperação com o agrupamento de escolas; desenvolver um programa de educação de base ambiental e educação experimental envolvendo as associações de jovens e a comunidade escolar; continuar a estimular e apoiar o movimento associativo juvenil; fomentar intercâmbios juvenis;	X	
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade	Manter a dinâmica da CPCJ-Penela numa lógica de estímulo aos bons comportamento familiares com vista a um melhor ambiente de crescimento das crianças e jovens do concelho;	X	
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade	Estimular o contacto entre os mais jovens e os mais idosos através de programas organizados pela rede social;	X	
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente	Continuar o projecto da universidade sénior;	X	
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes			X
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população			X
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade	Consolidar o projecto da unidade móvel PERTO DE SI na complementaridade da rede de cuidados continuados de saúde e acção social;	X	
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde	Aplicar as conclusões da carta social no que concerne à rede de cuidados de apoio ao domicílio, lares de terceira idade e cuidados de saúde;	X	



5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde	Continuar a realizar a Expo-Saúde, numa perspectiva de prevenção; continuar a desenvolver acções de sensibilização junto da comunidade escolar sobre cuidados ambientais;		
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;			X
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁸⁶			X
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares	Implementar o circuito pedonal de manutenção na encosta Este do Castelo; promover acções desportivas de diferentes modalidades;	X	
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis			X
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio	Continuar a realizar o fórum educação como espaço de debate e definição de linhas gerais de acção com os vários actores concelhios e com a participação de especialistas nacionais; Integrar a sociedade civil, nomeadamente as associações de jovens existentes no concelho e jovens empresários, como suporte à definição das políticas do GAICE; consolidar o funcionamento do conselho municipal da Juventude; criar o Fórum da Juventude; desenvolver o banco de voluntariado;	X	
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego	Reforçar a acção do gabinete de inserção profissional numa lógica de interacção entre oferta e procura;	X	
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)	Requalificar o edifício da Casa do Povo do Espinhal, Casa da cultura e património natural da Serra do Espinhal; construir o parque de campismo da Louçainha integrado na rede das Aldeias de Xisto; desenvolver o protocolo assinado com a CÁRITAS para a construção de um novo lar de idosos na freguesia da Cumeeira;	X	
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável	Continuar com a valorização e divulgação dos produtos da fileira agro-alimentar através da Feira de Produtos endógenos e gastronomia; consolidar a feira do Mel do Espinhal; consolidar o programa “bolsa de terras” numa perspectiva de atracção de investidores agrícolas de maior dimensão; reforçar o mercado da agricultura familiar e tradicional;	X	

⁸⁶ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros	Elaborar um programa de pavimentações e correcções na rede rodoviária municipal; requalificar a ligação Cumeeira-Cabeça Redonda-Camporês num projecto intermunicipal com Ansião;		
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar	Promover e apoiar acções de plantação de espécies florestais de crescimento lento; estabelecer protocolos de limpeza de caminhos com a FLOPEN; continuar a política de valorização e manutenção dos espaços verdes com a CERCI;	X	
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos	Continuar a reabilitação dos subsistemas de abastecimento de água; criar o programa PEN ECO – programa de expansão da triagem e separação de lixos a nível concelhio; estudar a criação de um parque de resíduos;	X	
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática	Implementar programas em parceria para utilização eficiente de energia eléctrica no sector doméstico e serviços;	X	
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade	Criar uma estrutura de apoio a situações de emergência social; desenvolver e aplicar o Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios;	X	
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Construir o Habitat de Inovação Empresarial para os sectores estratégicos; implementar o Fab Lab das Aldeias de Xisto em Penela em parceria com o IPN e UC; angariar potenciais empreendedores que queiram investir em Penela; criar um programa de captação de fundos provenientes de empresários, gestores de empresas e outros profissionais que se encontram espalhados pelo Mundo; liderar e estimular entre os concelhos das terras de Sicó o objectivo de criação de uma rede de aldeias do Calcário de Sicó;	X	
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres	Implementar o circuito pedonal de manutenção na encosta Este do Castelo; consolidar a rede de caminhos florestais; consolidar o mapa de percursos pedestres sinalizados e oficiais;	X	
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola	Aproveitar a dinâmica da AHBVP e desenvolver actividades em parceria com vista à prevenção de acidentes e segurança junto da comunidade escolar;	X	
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a			X



uma alimentação saudável			
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres			X
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito			X
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planeamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes	Elaborar um programa de pavimentações e correcções na rede rodoviária municipal; requalificar a ligação Cumeeira-Cabeça Redonda-Camporês num projecto intermunicipal com Ansião;	X	
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis			X
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte			X
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos			X
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física	Construir o parque de campismo da Louçainha integrado na rede das Aldeias de Xisto; construir um parque de auto-caravanas em Penela;	X	
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros			X
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas			X
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos	Criar uma estrutura de apoio a situações de emergência social; apoiar a AHBVP na gestão corrente no que concerne ao seu papel de prevenção e segurança das florestas e dos cidadãos;	X	
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social			X
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos			X
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da			X



exposição à poluição do ar interior e exterior			
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade			X



Anexo 58



CÓDIGO		50	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância			X
1.2. Apoios e serviços para a juventude			X
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade			X
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade			X
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente			X
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes			X
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população			X
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade			X
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde			X
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde			X
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;	Promoção e fomentação de debate de ideias entre todos os munícipes sobre os temas mais pertinentes do nosso concelho;	X	
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para			X



os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁸⁷			
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares			X
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis			X
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio			X
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego			X
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)			X
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável			X
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros			X
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar			X
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos			X
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática			X
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade			X
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Desenvolvimento de um programa para captação de investimento público e privado com vista à criação de emprego no nosso concelho; estabelecer com parceiros públicos e privados programas de promoção turística do nosso concelho; plano e candidatura através de fundos comunitários para o QREN 2014/2020;	X	
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres			X
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola			X
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis			X

⁸⁷ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



no trabalho			
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável			X
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres			X
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito			X
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planeamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes			X
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis			X
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte			X
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos	Incentivo a manutenção das fachadas dos edifícios nas zonas históricas do concelho;	X	
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física			X
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros			X
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas			X
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos	Criação do gabinete do munícipe com o propósito de encaminhamento dos mesmos em dificuldades socioeconómicas e de outras naturezas;	X	
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social	Revitalizar infra-estruturas existentes como o complexo desportivo da Manizola, Arraiolos Multiusos e toda a zona envolvente, campo municipal Cunha Rivara, Castelo cine-teatro, Parque urbano e zona industrial do Vimieiro;	X	
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos			X



16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior			X
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade			X



Anexo 59



CÓDIGO		51	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância			X
1.2. Apoios e serviços para a juventude	Estabelecer parcerias para a instalação de residências de estudantes no CH; apoiar ATL e Centros Lúdicos, da rede pública, em parceria com Associações de Pais; Garantir e, se possível, reforçar a acção social escolar; Estudar a possibilidade de introduzir, face às restrições financeiras, bolsas de estudo de cariz social; Construir, faseadamente e com ampla participação, o Programa “Évora Jovem”; Garantir o funcionamento regular do Conselho Municipal da Juventude como importante estrutura de intervenção jovem na acção do Município; Contribuir para aumentar a oferta de residências para estudantes;	X	
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade			X
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade	Promover programas de combate ao isolamento de idosos;	X	
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente	Promover, em conjunto com parceiros institucionais, iniciativas de envelhecimento activo;	X	
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes			X
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população			X
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade			X
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde			X



5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das competências de literacia em saúde	Promover acções de educação ambiental;	X	
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;	Implementar formas de auscultação das populações e instituições, formal e informalmente, incentivando a participação nos processos de tomada de decisão municipal; Reorganizar, pôr a funcionar e criar estruturas institucionais de participação, como as Comissões e Conselhos Municipais, garantindo que são consideradas na política municipal; Envolver as populações e as instituições na construção dos orçamentos municipais;	X	
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁸⁸			X
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares	Lançar programas de promoção da prática desportiva para todos, em colaboração com instituições e clubes; Promover a criação de novos circuitos de manutenção e espaços lúdicos por todo o concelho e melhorar os já existentes; Criar percursos pedonais ao longo de todo o concelho;	X	
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis	Propor ao Governo, quer directamente quer pela sua intervenção em instituições como o Conselho da Região ou a Associação Nacional de Municípios, a criação de um programa nacional de recuperação urbana, com o objectivo de travar a degradação dos edifícios habitacionais, intervindo na sua reabilitação e recolocação no mercado de habitação; Reconstituir uma bolsa municipal de solos, como instrumento regulador do município, permitindo o apoio a programas de habitação a custos controlados, em articulação com a regulamentação de taxas, cedências e compensações e a regulamentação de cedências de solo municipal; Assegurar rendas sociais nas habitações municipais compatíveis com os rendimentos das famílias e reavaliar o papel da Habévora, EM; Exigir a redução do IMI para níveis compatíveis com os rendimentos das famílias bem como a alteração da Lei das Rendas de modo a salvaguardar famílias de baixos rendimentos; Estudar a criação de um programa de apoio ao arrendamento; Procurar criar uma	X	

⁸⁸ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



	bolsa de alojamento;		
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio	Apoio e fomento do associativismo e de outras formas de organização da população; Assegurar o funcionamento regular e eficaz do Conselho Municipal de Educação chamando à participação todos os agentes educativos e a comunidade; Criar, a partir de um processo participativo aberto, um Conselho Económico, de estrutura flexível, que assegure espaços alargados de discussão e consensualização de acções de dinamização da economia local; Renovar a Rede Social do Concelho; Incentivar a participação das associações juvenis, ou com intervenção junto dos jovens, na definição de programas e projectos; Criar um Programa de Voluntariado Jovem, podendo abranger várias áreas e para tarefas específicas que não se substituam a postos de trabalho;	X	
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego	Elaborar e implementar um programa de revitalização económica do Centro Histórico da cidade;	X	
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)	Criar um Plano Integrado de Valorização do Património Concelhio; Qualificar, dependendo dos recursos disponíveis, o Parque Escolar; Reabilitar e dinamizar a Ludoteca do Jardim de Évora; Defender o novo Hospital Central Público para Évora, reduzindo custos, mantendo, no mínimo, as actuais valências, avaliando e concertando a sua localização, participando na procura do necessário financiamento;	X	
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável	Revitalizar o Mercado 1º de Maio com os operadores e pequenos produtores; Promover os produtos locais e regionais e apoiar o seu escoamento; Reformular, em diálogo com os agentes e entidades envolvidas, os mercados de rua, dando particular atenção aos produtos regionais e locais, envolvendo os produtores e comerciantes, procurando valias turísticas e de atractividade;	X	
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros	Rever o plano de circulação e trânsito da cidade, facilitando a mobilidade, o tráfego e o estacionamento; Procurar, de uma forma faseada, concretizar a circular intermédia da cidade, através da construção de troços segundo as disponibilidades financeiras da autarquia; Melhorar o transporte público na cidade;	X	
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar	Assegurar a limpeza e higiene públicas de forma permanente; Definir um plano concelhio de preservação e promoção ambiental; Preservar as zonas ecologicamente sensíveis e fundamentais para o funcionamento dos sistemas naturais;	X	
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos	Retomar o controlo estratégico do sistema de abastecimento de água e saneamento em alta; Renovar, conforme as disponibilidades	X	



	financeiras, o sistema municipal público de água e saneamento e reintegrar-lhe, havendo benefícios económicos, componentes do sistema em alta; Cooperar com a GESAMB, empresa intermunicipal para tratamento de resíduos, em programas de investimento na rede de ecopontos e de sensibilização para a reciclagem;		
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática	Criar um programa Carbono Zero que contribua para minimizar as alterações climáticas; Promover e apoiar acções para a eficiência energética e as energias limpas;	X	
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade	Implementar um Plano de Emergência de Protecção Civil para o Centro Histórico; Apoiar a expansão da economia social, aposta que permite responder a problemas sociais, dinamizar a economia local, captar investimento e criar emprego; Renovar a Rede Social do Concelho; Actualizar os planos de protecção civil, nomeadamente, o Plano Municipal de Emergência e o Plano de Defesa da Floresta;	X	
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Priorizar, com ampla participação dos agentes envolvidos, um programa de valorização patrimonial e turístico do Cromeleque dos Almendres, da Anta Grande do Zambujeiro e do Povoado Pré-histórico do Alto de S. Bento; Elaborar, promover e divulgar um conjunto de rotas e circuitos turísticos; Apostar no turismo como uma das grandes potencialidades de crescimento e desenvolvimento, em particular, definindo, em parceria com a Turismo do Alentejo, ERT, a Universidade de Évora e a CIMAC, uma estratégia e programas de dinamização turística para a cidade e concelho e interligados com o distrito e o Alentejo; Concretizar, em parceria com Associações Empresariais e outras instituições, um Centro de Desenvolvimento Local de Ideias e Negócios; Procurar alargar os benefícios do Cartão Social do Município, integrando o Cartão Évora Solidária;	X	
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a cidade nos espaços públicos e de trabalho			X
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres	Lançar programas de promoção da prática desportiva para todos, em colaboração com instituições e clubes; Promover a criação de novos circuitos de manutenção e espaços lúdicos por todo o concelho e melhorar os já existentes; Criar percursos pedonais ao longo de todo o	X	



	concelho;		
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola			X
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho	Reorganização municipal, no respeito pelos direitos dos trabalhadores e salvaguarda do emprego, orientada para a eficácia e para a implementação de uma inovadora gestão pública, com uma cultura de serviço público, que garanta desburocratização, empenhamento, produtividade, eficácia, rigor e transparência; Defender e valorizar os trabalhadores autárquicos, apoiar os Serviços Sociais, garantir a auscultação e participação das estruturas representativas, fomentar a contribuição dos trabalhadores para uma melhor gestão pública;	X	
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável			X
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres			X
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito			X
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planeamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes	Rever o plano de circulação e trânsito da cidade, facilitando a mobilidade, o tráfego e o estacionamento; Procurar, de uma forma faseada, concretizar a circular intermédia da cidade, através da construção de troços segundo as disponibilidades financeiras da autarquia; Melhorar o transporte público na cidade;	X	
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis	Apostar num Plano Director Municipal que articule economia, desenvolvimento e ambiente, que adeque a REN e a RAN e os seus usos compatíveis, que defenda a alteração de estrangulamentos (baixos índices, penalização de investimentos, etc.), que assegure perímetros urbanos adequados à qualidade urbanística; Promover a criação de novos circuitos de manutenção e espaços lúdicos por todo o concelho e melhorar os já existentes; Criar percursos pedonais ao longo de todo o concelho;	X	
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte			X



12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos	Intervir para melhorar as condições de habitabilidade e para recuperar habitação degradada;	X	
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física	Definir prioridades para, conforme as restrições financeiras, qualificar e dinamizar os espaços verdes do concelho;	X	
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros	Articular em rede as vias pedonais e cicláveis e proporcionar acessos seguros aos bairros.	X	
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas			X
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da segurança e protecção dos cidadãos	Melhorar e gerir de uma forma mais eficaz a iluminação pública; Articular em rede as vias pedonais e cicláveis e proporcionar acessos seguros aos bairros; Garantir o funcionamento regular, participado e eficaz da Comissão Municipal de Protecção Civil e da Comissão de Defesa da Floresta Contra Incêndios; Garantir o funcionamento regular, participado e eficaz do Conselho Municipal de Segurança que acompanhe e proponha medidas para aumentar a segurança dos cidadãos;	X	
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social	Programa Integrado de Revalorização e Animação do Centro Histórico que recolha o centro da cidade património mundial no núcleo prioritário da acção municipal; Reavaliação da localização prevista de grandes equipamentos, evitando a sua periferização e o consequente aumento das distâncias médias a percorrer pela população da cidade; Articular em rede as vias pedonais e cicláveis e proporcionar acessos seguros aos bairros.	X	
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos	Criar um centro de recursos materiais que assegure a reciclagem e reaproveitamento de materiais usados mas úteis;	X	
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior	Criar um programa Carbono Zero que contribua para minimizar as alterações climáticas; Incentivar e implementar acções de monitorização e melhoria da qualidade do ar;	X	
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade	Animar os espaços patrimoniais com a participação dos agentes culturais, apostando na programação em rede;	X	



Anexo 60



CÓDIGO		52	
Categorias, subcategorias e sub-subcategorias	Descritivo	Sim	Não
1. Políticas para a juventude			
1.1. Apoios e serviços para a primeira infância	Assegurar o desenvolvimento harmonioso das nossas crianças e jovens através da melhoria da qualidade de ensino, de actividades desportivas e de formação artística, mas também de uma alimentação suficiente e saudável;	X	
1.2. Apoios e serviços para a juventude	Assegurar o desenvolvimento harmonioso das nossas crianças e jovens através da melhoria da qualidade de ensino, de actividades desportivas e de formação artística, mas também de uma alimentação suficiente e saudável;	X	
1.3. Medidas com vista à criação de condições para o desenvolvimento de competências para a maternidade e paternidade			X
2. Políticas para idosos			
2.1. Medidas orientadas para a promoção da participação da população idosa na vida da comunidade			X
2.2. Medidas orientadas para a capacitação funcional da população idosa para uma vida independente			X
3. Políticas para os migrantes			
3.1. Medidas promotoras da integração de migrantes			X
3.2. Medidas promotoras da compreensão intercultural			X
4. Serviços sociais e de saúde			
4.1. Medidas conducentes a uma avaliação sistemática das necessidades sociais e de saúde da população			X
4.2. Medidas conducentes à promoção de comportamentos preventivos de doenças			
4.2.1. Cardiovasculares			X
4.2.2. Oncológicas			X
4.2.3. Respiratórias			X
4.3. Medidas conducentes à promoção do controlo e gestão das doenças			
4.3.1. Cardiovasculares			X
4.3.2. Oncológicas			X
4.3.3. Respiratórias			X
4.4. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de acessibilidade			X
4.5. Medidas conducentes ao reforço da capacidade dos sistemas de saúde locais em termos de integração das prestações de saúde	A criação da figura do Provedor do Município; A participação dos cidadãos na forma como são utilizados/ gastos os recursos do Município deve caminhar para o Orçamento Participativo; - Para a participação dos cidadãos devem ser promovidas Assembleias Participativas;	X	
5. Literacia em saúde			
5.1. Medidas orientadas para o fortalecimento das			X



competências de literacia em saúde			
5.2. Medidas promotoras da participação dos cidadãos nas decisões que afectam as suas vidas, a saúde e o bem-estar;			X
6. Prevenção de doenças não transmissíveis			
6.1. Medidas promotoras de uma avaliação integrada, de base populacional e orientada para os factores e determinantes sociais das doenças não transmissíveis ⁸⁹			X
6.2. Medidas orientadas para a melhoria dos determinantes sociais de forma a prevenir as doenças não transmissíveis			
6.2.1. Oportunidades para estilos de vida activos saudáveis, particularmente exercícios regulares			X
6.2.2. Acesso a uma habitação de alta qualidade e a preços acessíveis	Reabilitar, recuperar e reocupar, através de políticas activas e participadas, e da criação de estímulos à ocupação e arrendamento dos fogos devolutos;	X	
6.2.3. Oportunidades para a coesão social e para a dinamização de redes sociais de apoio			X
6.2.4. Acesso a diversas oportunidades de emprego	Apoiar as empresas que se instalem no concelho e aqui criem riqueza e emprego;	X	
6.2.5. Acesso a instalações de alta qualidade (educativas, culturais, de lazer, de passeio, de saúde e de espaços abertos)			X
6.2.6. Oportunidades para a produção local de alimentos e implementação de estabelecimentos de comida saudável	Incentivar um sistema de produção/consumo de alimentos e compromisso/envolvimento entre produtores e consumidores, revalorizando áreas hortícolas que envolvem a cidade;	X	
6.2.7. Um sistema de transportes acessíveis, ecológicos e seguros			X
6.2.8. Um ambiente atraente, com níveis de ruído aceitáveis e boa qualidade do ar	Limpar a cidade;	X	
6.2.9. Boa qualidade da água, saneamento e eliminação de resíduos			X
6.2.10. Redução das emissões que ameaçam a estabilidade climática			X
6.2.11. Planos de emergência e segurança da comunidade			X
6.2.12. Riqueza própria e planos de redução da pobreza	Promover o desenvolvimento sustentado e valorização dos recursos naturais do Concelho, promovendo a sua utilização no respeito pelo ambiente; facilitar a vida das pequenas e médias empresas e do desenvolvimento do Turismo, geradores de emprego, incentivando e reduzindo custos de contexto; apoiar os cidadãos em situação de maior fragilidade e carência;	X	
7. Tabaco, álcool e drogas			
7.1. Medidas antitabagistas a aplicar em toda a			X

⁸⁹ Hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares - (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crónicas, doenças renais (Insuficiência renal crónica), doenças músculo-esqueléticas (reumatismo, artropatias), problemas de saúde mental, doenças dos órgãos sensoriais e doenças dentárias e periodontais



cidade nos espaços públicos e de trabalho			
7.2. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção do álcool			X
7.3. Medidas de acção intersectoriais com vista à evicção das drogas			X
8. Vida activa e ambientes saudáveis			
8.1. Medidas promotoras da actividade física e da mobilidade de pedestres			X
8.2. Medidas promotoras de ambientes saudáveis na escola			X
8.3. Medidas promotoras de ambientes saudáveis no trabalho			X
9. Alimentação saudável			
9.1. Medidas para aumentar o acesso equitativo a uma alimentação saudável			X
9.2. Medidas para ampliar a compreensão dos hábitos alimentares saudáveis			X
10. Violência e lesões			
10.1. Medidas para lidar com a violência sobre mulheres			X
10.2. Medidas para lidar com a violência sobre crianças			X
10.3. Medidas para lidar com a violência sobre idosos			X
10.4. Medidas para lidar com acidentes de trânsito			X
10.5. Medidas para lidar com acidentes domésticos			X
11. Planeamento urbano saudável			
11.1. Medidas promotoras da acessibilidade aos transportes			X
11.2. Evidência de vontade de um planeamento urbanístico assente numa matriz promotora da qualidade de vida e de estilos de vida saudáveis			X
12. Habitação e lazer			
12.1. Medidas para aumentar o acesso a sistemas integrados de transporte			X
12.2. Medidas para melhorar a habitação para todos			X
12.3. Medidas conducentes à criação de mais espaços verdes abertos para a recreação e para a actividade física			X
13. Transportes saudáveis			
13.1. Medidas de promoção da acessibilidade através de outros meios que não os carros			X
14. Alterações climáticas e emergências de saúde pública			
14.1. Medidas orientadas para a capacidade de resposta às emergências em saúde pública			X
14.2. Medidas orientadas para o combate às implicações das alterações climáticas			X
15. Segurança e protecção			
15.1. Medidas orientadas para o aumento da	apoiar os cidadãos em situação de maior	X	



segurança e protecção dos cidadãos	fragilidade e carência; preparar a resposta para novas situações de emergência social, rever e melhorar a gestão do parque de habitação social;		
15.2. Medidas orientadas para um planeamento e desenho das cidades e dos bairros que promovam a interacção social	Devolver o centro histórico e o espaço público aos Eborenses, travar o êxodo de pessoas do centro, animar o pequeno comércio e serviços, dar vida à cidade; esbater as barreiras que separam o centro dos bairros; ligar a cidade e as freguesias rurais;	X	
16. Exposição ao ruído e poluição			
16.1. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição a produtos tóxicos			X
16.2. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição à poluição do ar interior e exterior			X
16.3. Medidas para diminuição ou delimitação da exposição ao ruído			X
17. Criatividade			
17.1. Medidas de promoção de actividades culturais orientadas para o incentivo da criatividade			X



Anexo 61



O estudo desenvolvido por Ferrão e Guerra (2004) visou debater e propor linhas de orientação para a criação de um sistema de indicadores estatísticos de monitorização da qualidade de vida⁹⁰ nos municípios portugueses do continente, o que se revela interessante na medida em que fornece dados e informação que ajudarão a fundamentar a nossa matriz.

Na exploração do conceito de qualidade de vida que os autores fazem afirmam que “*Se, nos últimos anos, a qualidade de vida se tornou uma meta importante para decisores técnicos e responsáveis políticos, os aspectos relevantes e as opções de operacionalização do conceito estão longe de garantir um consenso generalizado* (cf. Grössweiner, Pfeiffer e Richter 2001:1) ”. Sustentam ainda que a perspectiva que a partir dos anos 60 fazia coincidir o crescimento económico e o progressivo conforto material (medidos através do PIB per capita) com uma melhoria efectiva dos padrões de qualidade de vida – ponto de vista utilitarista, que limita a análise à produção e às trocas de natureza mercantil (cf. Cobb 2000:5) – foi sendo substituída ou alargada a novas áreas, reflectindo o reconhecimento da natureza multidimensional do conceito de qualidade de vida.

Os autores advogam que um indicador de progresso social genuíno deverá fazer a distinção entre o que a generalidade dos cidadãos considera serem transacções económicas positivas e negativas e ainda entre os custos sociais e ambientais associados à produção dos benefícios económicos propriamente ditos (na linha do proposto por Cobb, Goodman e Wackernagel, 1999, citados pelos autores).

Criticando a óptica até então consensual (finais da década de sessenta), baseada nas dimensões materiais do bem-estar social, sublinham que as novas visões de qualidade de vida que entretanto foram surgindo valorizavam o envolvimento e a participação das populações no desenrolar da vida comunitária, reforçando a importância das suas percepções e da sua capacidade de influenciar ou modificar o curso da vida comunitária. A investigação desenvolvida nessa área passou a reflectir uma reorientação geral em direcção a 3 aspectos centrais:

⁹⁰ Para a questão conceptual da qualidade de vida destacamos um parágrafo do relatório Stiglitz-Sen-Fitoussi citado pelo INE no seu estudo do IBE: “Qualidade de vida é um conceito mais amplo do que o de produção económica e de níveis de vida. Inclui todo o espectro de factores que influenciam aquilo que valorizamos na vida, para além do seu carácter material”.

Diz o Instituto que ainda que algumas áreas da contabilidade nacional permitam a inclusão de elementos que expressam a qualidade de vida através de medidas convencionais de bem-estar económico, esta abordagem permanece limitada em importantes aspectos.

Em primeiro lugar, os recursos são meios transformados em bem-estar de forma diferenciada pelas pessoas: indivíduos com maior capacidade para a auto-satisfação ou mais aptos para se realizarem em importantes domínios da vida podem sentir-se mais bem-sucedidos mesmo detendo menos recursos económicos.

Em segundo lugar, muitos recursos não são transaccionados, e mesmo quando o são assumirão preços diferentemente percebidos pelos indivíduos, tornando problemática a comparação directa do rendimento real das pessoas. Finalmente, muito do que é determinante para o bem-estar humano é ditado pelas circunstâncias particulares da vida de cada um (INE, 2014).



- Necessidade de valorizar as dimensões do bem-estar subjectivo, recorrendo a índices de felicidade (componente afectiva) e de satisfação (componente cognitiva);
- Necessidade de avaliar o desenvolvimento a partir de uma bateria mais alargada de indicadores, com um duplo objectivo: integrar aspectos não estritamente económicos (desemprego, pobreza, desigualdades, literacia, liberdade, etc.) e, simultaneamente, contemplar a diversidade de situações culturais e institucionais existente nos vários países, ultrapassando a visão linear do desenvolvimento desenhada a partir dos países mais avançados;
- Necessidade de integrar as preocupações de sustentabilidade ambiental, assumindo que a qualidade das condições ambientais e o desenvolvimento socioeconómico se condicionam mutuamente.

Os autores propõem, assim, a organização das concepções teóricas subjacentes à produção de indicadores de qualidade de vida constante da figura 2.

No que à saúde em concreto diz respeito, sublinham que a relevância das relações de interdependência existentes entre a saúde e aspectos como, por exemplo, a pobreza, a qualidade ambiental ou o tipo de povoamento foi há muito destacada, mas que a Carta de Ottawa sobre Promoção da Saúde (1986) foi talvez o primeiro documento estratégico com impacto internacional a defender, de forma estruturada, a necessidade de se adoptar uma visão alargada de saúde, capaz de integrar os vários tipos de envolventes que condicionam a sua evolução. Por outro lado, a Carta destaca que a promoção da saúde não constitui um objectivo da exclusiva responsabilidade dos vários agentes do sector. A convicção de que a saúde humana depende das condições mais gerais prevaletentes nas áreas de residência e de trabalho, associada à constatação de que as cidades ocupam uma importância crescente nas sociedades contemporâneas estiveram na base da iniciativa da OMS que molda este estudo, a das Cidades Saudáveis.

Na perspectiva de Ferrão e Guerra (2004) a conceptualização da qualidade de vida resulta da conjugação de dimensões qualitativas e subjectivas que se operam ao nível individual (i.e. grau de satisfação com a vida, felicidade, percepções de bem-estar, e de saúde, etc.) e colectivo (i.e. capacidade de participação cívica, capacidade de influenciar os desenvolvimentos sociais, etc.), bem como dimensões quantitativas, igualmente ao nível individual (i.e. grau de instrução, literacia, rendimento, acesso a bens e serviços, etc.) e colectivo (i.e. condições ambientais, condições socioeconómicas, disponibilidade de bens e serviços públicos, desempenho dos sistemas de segurança social, nível de desemprego, etc.). Trata-se, portanto, de um conceito dinâmico e multidimensional, que nas várias versões possíveis procura integrar não só as condições e as formas de adequação às circunstâncias materiais (dimensões objectivas) como as percepções individuais e colectivas dessas mesmas circunstâncias (dimensões subjectivas), dando ênfase à qualidade em detrimento da quantidade e incluindo componentes da qualidade de vida simultaneamente tangíveis e intangíveis, objectivas e subjectivas, individuais e



colectivas (cf. Gössweiner, Pfeiffer e Richter, 2001, Cobb, 2000, Berger-Schmitt e Noll, 2000, citados pelos autores).

Os autores desenvolveram um modelo de indicadores organizados em 3 pilares: de pressão, de estado e de resposta; inspirados num modelo desenvolvido no âmbito da OCDE (1993). Não interessando para o efeito uma explicitação mais alongada deste modelo, detenhamo-nos sobre os indicadores, pois é deles que retiraremos os contributos para o desenvolvimento da matriz proposta na presente tese e será, assim, enquadrados por eles que analisaremos os resultados que obtivemos.

Modelo de indicadores

Domínios de observação	Indicadores de pressão	Indicadores de estado	Indicadores de resposta
Ocupação e uso do solo	Fogos licenciados (nº de fogos licenciados/stock de fogos). Incêndios florestais (%área ardida/superfície florestal)		Bombeiros/1000 habitantes. Despesas dos municípios em gestão e protecção da biodiversidade e da paisagem, per capita (€). Seguro agrícola contra incêndios (capital segurado por hectare de área agrícola e florestal) (€).
Actividades económicas	Consumo de energia eléctrica na agricultura e pesca por emprego na agricultura e pesca (mkw/trab.). Consumo industrial de energia eléctrica por emprego nas sociedades industriais (mkw/trab.). Empresas poluentes – instalações PCIP por 100.000 habitantes.		
Rendimento e consumo	Água residual produzida (doméstica e de serviços) por habitante servido (m3). Consumo doméstico e de serviços de água por habitante servido (m3). Poluição automóvel estimada CXHY (kg/km percorrido – 60 km/h). Resíduos sólidos urbanos (RSU) recolhidos por habitante servido (kg).	Água residual tratada (água residual tratada/água residual drenada) %. Resíduos sólidos urbanos com recolha selectiva (%).	Despesas dos municípios em gestão de águas residuais, per capita (€). Despesas dos municípios em gestão de resíduos, per capita (€). Resíduos reciclados (%).
Participação, integração e cultura		ONGA por 100.000 habitantes. Bibliotecas: utilizadores por população residente. Operações registadas nas caixas multibanco por habitante. Taxa de participação em eleições autárquicas (% de votantes)	Bibliotecas: documentos disponíveis para consulta por habitante. Caixas multibanco por 1000 habitantes. Investimento em instalações desportivas, recreativas e escolas (€/hab.).
População e famílias	Índice de envelhecimento demográfico (população com 65 e mais anos por 100 residentes com menos de 15 anos). Taxa de crescimento efectivo da população (variação percentual interanual da população residente).	Diferença salarial homens/mulheres no emprego estruturado. Taxa de dependência demográfica (população 0-14 e acima dos 64 anos por população entre os 15 e os 64 anos). Taxa de excedente de vidas	Pensionistas/população com mais de 64 anos (%). Taxa de fecundidade (número de nados-vivos por 1000 mulheres em idade fecunda 15-49 anos).



	Taxa de divórcio (número de divórcios por 1000 habitantes).	(excedente de vidas ou saldo natural por 1000 habitantes).	
Saúde	Consultas de clínica geral em centros de saúde por habitante. Consultas de saúde infantil e juvenil em centros de saúde por habitante <15 anos. Consultas de saúde materna em centros de saúde por mulher 15-64 anos.	Taxa de incidência de doenças de declaração obrigatória (nº de casos por 100.000 habitantes). Taxa de mortalidade infantil (nº de óbitos com menos de 1 ano por 1000 nados-vivos). Maternidade na adolescência (% nados vivos com mãe <19 anos).	Consultas de planeamento familiar em centros de saúde por mulher 15-24 anos. Enfermeiros em centros de saúde por 1000 habitantes. Médicos em centros de saúde por 1000 habitantes.
Habituação e vizinhança	Crimes contra as pessoas e o património por 1000 habitantes. Prédios hipotecados por 1000 habitantes.	Águas residuais – população servida com sistemas de drenagem (%). Crédito concedido à habitação por habitante (M€). Qualidade da água para consumo humano: % análises em violação.	Consumo de electricidade em iluminação de vias públicas por 1000 habitantes (mkw). Licenças concedidas pelas CMs para amplificar, transferir e restaurar edifícios de habitação (face ao total de licenças para habitação) (%). Qualidade da água para consumo humano: % análises em falta.
Transportes e vizinhança	Veículos ligeiros de passageiros > 10 anos de idade (%). Veículos pesados > 10 anos de idade (%). Veículos por 1000 habitantes.	Acidentes de viação com vítimas por 1000 veículos registados. Gravidade dos acidentes de viação – vítimas mortais ou feridos graves nos acidentes de viação com vítimas (%).	
Mercado de trabalho	Beneficiários de subsídio de desemprego por 1000 habitantes dos 15-65 anos. Índice de especialização produtiva (desvio-padrão do peso % de 15 categorias CAE). Inscritos em centros de emprego por 1000 pessoas em idade activa. Beneficiários do rendimento social de inserção por 1000 habitantes com 18 ou mais anos.	Estrutura do emprego estruturado segundo a duração do trabalho: % TPCO \leq 30 horas. Ganho médio mensal dos TPCO no emprego estruturado – total (€). Taxa de emprego do emprego estruturado (total de pessoas ao serviço/população 15 anos ou mais). Estrutura etária do emprego estruturado: % TPCO <25 anos. Estrutura por habilitações literárias do emprego estruturado: % TPCO com bacharelato ou licenciatura. Estrutura por profissões do emprego estruturado: % TPCO quadros superiores + especialistas profissionais liberais e científicas + profissionais nível intermédio.	Desemprego de longa duração – desempregados sem colocação há mais de 1 ano (%). Valor médio do subsídio de desemprego (€). Taxa de colocação dos desempregados inscritos nos centros de emprego (desempregados colocados/desempregados inscritos). IRS per capita (€).
Educação e formação	Alunos matriculados no ensino pré-escolar por população 3-5 anos (%). Alunos matriculados no ensino secundário por população 15-17 anos (%).	Média das notas de matemática nos exames nacionais do 12º ano. Média das notas de Português nos exames nacionais do 12º ano.	Estabelecimentos de ensino superior por 10.000 habitantes 18-22 anos. Estabelecimentos ensino pré-escolar por 1000 habitantes 3-5 anos.

Figura 2

